

**REQUERIMENTO DE QUALIFICAÇÃO DE OSS**

A Organização da Sociedade Civil denominada **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES**, , pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 10.857.726/0001-07, com sede no município de Ribeirão Preto/SP, sito à Av. Paranapanema, 1343 – sala 3 - Sumarezinho – CEP: 14.051-290, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos por seu diretor geral Sr. Emerson Tadeu Gonçalves Rici, brasileiro, divorciado, empresário, portador do RG 25.456.137 e inscrito no CPF sob o nº 136.754.338-03, residente e domiciliado à Rua Otávio Francisco Dias, 438, sobrado 1 – Água Verde, Curitiba – PR, interessada em participar no processo de Chamada Pública nº 002/2024, requer sua qualificação nos termos da Lei Municipal nº 4.894, de 29 de março de 201 e Decreto Municipal nº 8.354 de 27 de março de 2024, bem como Lei Federal nº 9.637/1998, pelo que passa a demonstrar no quadro abaixo o atendimento das exigências legais:

<b>DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL 4.894/16</b>	<b>DISPOSITIVO ESTATUTÁRIO</b>
Art. 2º, inciso I, alínea "a"	Art. 2º, inciso I
Art. 2º, inciso I, alínea "b"	Art. 1º e §§ c/c art. 39 e art. 40
Art. 2º, inciso I, alínea "c"	Art. 8º, incisos II e V, c/c art. 9º, bem como as Seções III e VI
Art. 2º, inciso I, alínea "d"	Art. 16, I
Art. 2º, inciso I, alínea "e"	Artigos 31 e 32
Art. 2º, inciso I, alínea "f"	Capítulo VII, Art. 49, § 1º
Art. 2º, inciso I, alínea "g"	Art. 3º, § 3º
Art. 2º, inciso I, alínea "h"	Art. 42, § 3º
Art. 2º, inciso I, alínea "i"	Art. 40
Art. 2º, inciso II	É o que se requer
Art. 3º, inciso I, alínea "a"	Art. 16, I

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 80.240-280



Art. 3º, inciso I, alínea "b"	Art. 16, II
Art. 3º, inciso I, alínea "c"	Art. 16, III
Art. 3º, inciso I, alínea "d"	Art. 16, IV
Art. 3º, inciso I, alínea "e"	Art. 16, V
Art. 3º, inciso II	Art. 17, § 1º
Art. 3º, inciso III	Conforme Art 16, I e II representam 60% do Conselho
Art. 3º, inciso IV	Art. 17, § 2º
Art. 3º, inciso V	Art. 22, parágrafo único
Art. 3º, inciso VI	Art. 22, incisos I e II
Art. 3º, inciso VII	Art. 16, § 3º
Art. 3º, inciso VIII	Art. 16, § 1º
Art. 4º, inciso I	Art. 21, inciso I
Art. 4º, inciso II	Art. 21, inciso II
Art. 4º, inciso III	Art. 21, inciso III
Art. 4º, inciso IV	Art. 21, inciso IV e Art. 51 § ú.
Art. 4º, inciso V	Art. 21, inciso V
Art. 4º, inciso VI	Art. 21, inciso XV
Art. 4º, inciso VII	Art. 21, inciso VII
Art. 4º, inciso VIII	Art. 21, inciso VIII c/c art. 23 "caput"
Art. 4º, inciso IX	Art. 21, inciso IX
Art. 4º, inciso X	Art. 21, inciso X
Art. 16	Esta entidade já possui regulamento próprio sobre o tema, conforme documento anexo.

SEDE RIBEIRÃO PRETO  
 CNPJ: 10.857.726/0001-07  
 Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 –  
 Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
 14.051-290

FILIAL CURITIBA  
 CNPJ 10.857.726/0003-60  
 Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
 – Curitiba/PR CEP: 80.240-280





<b>DISPOSITIVO</b>	<b>DECRETO</b>	<b>DISPOSITIVO ESTATUTÁRIO</b>
<b>MUNICIPAL 8.354/24</b>		
Art. 2º, inciso I, alínea "a"		<b>Art. 2º, inciso I</b>
Art. 2º, inciso I, alínea "b"		<b>Art. 1º e §§ c/c art. 39 e art. 40</b>
Art. 2º, inciso I, alínea "c"		<b>Art. 8º, incisos II e V, c/c art. 9º, bem como as Seções III e VI</b>
Art. 2º, inciso I, alínea "d"		<b>Art. 16, I</b>
Art. 2º, inciso I, alínea "e"		<b>Artigos 31 e 32</b>
Art. 2º, inciso I, alínea "f"		<b>Capítulo VII, Art. 49, § 1º</b>
Art. 2º, inciso I, alínea "g"		<b>Art. 3º, § 3º</b>
Art. 2º, inciso I, alínea "h"		<b>Art. 42, § 3º</b>
Art. 2º, inciso I, alínea "i"		<b>Art. 40</b>
Art. 2º, inciso II		<b>Atas 17ª e 18ª anexas</b>
Art. 2º, inciso III		<b>Balanços 2022 e 2023 anexos</b>
Art. 2º, inciso IV		<b>Cartão CNPJ da RFB anexo</b>
Art. 2º, inciso V, alínea "a"		<b>Relatórios da entidade anexos</b>
Art. 2º, inciso V, alínea "b"		<b>Cópias dos contratos públicos anexos</b>
Art. 2º, inciso V, alínea "c"		<b>Atestados Técnicos anexos</b>
Art. 2º, § 1º		<b>Documentos anexos</b>
Art. 2º, § 2º		<b>Composição Conselho anexo</b>
Art. 24 e incisos		<b>Esta entidade já possui regulamento próprio sobre o tema, e fará as adequações, caso sejam necessárias de acordo com o Decreto Municipal no prazo estipulado em seu Art. 27, bem como as devidas publicações na página da OS</b>



Art. 25 e incisos	Esta entidade já possui plano de cargos e salários, e se compromete a realizar as adequações conforme referido artigo e incisos em caso de necessidade no prazo estipulado em seu Art. 27
Art. 26 e incisos	Esta entidade já possui regimento interno sobre o tema e fará as adequações, caso sejam necessárias de acordo com o Decreto Municipal no prazo estipulado em seu Art 27.
Art. 26, inciso I, alínea "b"	Esta entidade já possui essa previsão em seu Estatuto, Art. 16, § 2º
Art. 33 e 34	A entidade seguirá as orientações do referido Decreto caso firme contrato com a Adm. Pública de Agudos
Art. 35	Esta entidade já possui essa previsão em seu Estatuto, Art. 16, § 2º

Diante do exposto, requer seja deferida a qualificação da entidade acima qualificada por atender todas as exigências legais.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Agudos, SP, 03 de junho de 2024.

**EMERSON TADEU  
GONCALVES**  
**RICI:13675433803**

Assinado de forma digital por  
EMERSON TADEU GONCALVES  
RICI:13675433803  
Dados: 2024.07.09 11:24:07 -03'00'  
Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES

CNPJ nº 10.857.726/0001-07

Emerson Tadeu Gonçalves Rici – Diretor Geral

RG nº 25.456.137-8 SSP/SP

CPF nº136.754.338-03

[abrades.osc@gmail.com](mailto:abrades.osc@gmail.com)

[contratos@abrades.org](mailto:contratos@abrades.org)

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**

**CNPJ: 10.857.726/0001-07**

Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 –

Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:

14.051-290

**FILIAL CURITIBA**

**CNPJ 10.857.726/0003-60**

Rua Candido Xavier, 388, Água Verde

– Curitiba/PR CEP: 80.240-280



<div><div><div>Página</div><div>000004/000028</div><div>Registro Nº</div><div>56379</div><div>16/11/2022</div></div><div>Protocolo nº 57378 de 16/11/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 56379 em 16/11/2022 e averbado no registro primitivo nº 44.661 deste OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO. Assinado digitalmente por BRUNA DANIELLE DALAVALLE RUBIO MORGADO - Escrevente Autorizado.</div></div>		<table><tr><th>Emolumentos</th><th>Estado</th><th>Secretaria da Fazenda</th><th>Registro Civil</th><th>Tribunal de Justiça</th><th>Ministério Público</th><th>ISS</th><th>Condução</th><th>Outras Despesas</th><th>Total</th></tr><tr><td>R\$ 242,53</td><td>R\$ 69,08</td><td>R\$ 47,40</td><td>R\$ 12,88</td><td>R\$ 16,57</td><td>R\$ 11,73</td><td>R\$ 4,78</td><td>R\$ 0,00</td><td>R\$ 0,00</td><td>R\$ 404,97</td></tr></table>									Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total	R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97
Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total																					
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97																					

1

## ALTERAÇÃO, ADEQUAÇÃO E REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL

### ESTATUTO SOCIAL

#### ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES

Conforme Ata da Décima Oitava Assembleia Geral Extraordinária (AGE) datada de 25/06/2021, a qual altera o Estatuto Social, que está protocolado, registrado em microfilme 044662 e averbado sob nº. 021054, datado de 13/05/2009 pelo Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de Ribeirão Preto (SP).

#### Sumário

CAPÍTULO I – Da Denominação, Regime Jurídico, Sede e Foro

CAPÍTULO II – Dos Objetivos, Finalidades e Missão

CAPÍTULO III – Dos Associados

Seção I – Dos Direitos dos Associados

Seção II – Dos Deveres dos Associados

Seção III – Das Penalidades

CAPÍTULO IV – Da Administração e Organização

Seção I – Da Administração

Seção II – Da Assembleia Geral

Seção III – Do Conselho Superior de Administração

Seção IV – Dos Conselhos Locais Administração

Seção V – Do Conselho Fiscal

Seção VI – Da Diretoria

CAPÍTULO V - Do Patrimônio

CAPÍTULO VI – Dos Recursos Financeiros

CAPÍTULO VII – Da Prestação de Contas

CAPÍTULO VIII – Das Disposições Gerais e Transitórias

<div><div>Página</div><div>000005/000028</div><div>Registro Nº</div><div>56379</div><div>16/11/2022</div></div>	Protocolo nº 57378 de 16/11/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 56379 em 16/11/2022 e averbado no registro primitivo nº 44.661 deste OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO. Assinado digitalmente por BRUNA DANIELLE DALAVALLE RUBIO MORGADO - Escrevente Autorizado.								
Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

2

## CAPÍTULO I

### *Da Denominação, Regime Jurídico, Sede e Foro*

**Art. 1º** – A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, doravante denominada simplesmente ABRADES, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 10.857.726/0001-07 e no CRM/SP sob nº 972.269, com sede própria e foro na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, situada à Avenida Paranapanema, 1.343, sala 03, é uma entidade privada sem fins lucrativos, de caráter assistencial, promocional, educacional e apartidário, com a finalidade de atender a todos, independentemente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa, possui prazo de duração indeterminado e rege-se pelo presente Estatuto Social e pela legislação vigente.

**Parágrafo Primeiro** – A ABRADES foi fundada em 13 de maio de 2009 e registrada originalmente sob o nº 021054 perante o Cartório de Registro e Documentos Civil de Pessoa Jurídica de Ribeirão Preto (SP), Estado de São Paulo.

**Parágrafo Segundo** – A ABRADES tem atuação em todo o território nacional e pode constituir filiais em outras cidades da Federação.

**Parágrafo Terceiro** – A ABRADES observará, no desenvolvimento de suas atividades estatutárias, os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência. É uma associação do Terceiro Setor, que não distribui entre os seus sócios, associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, insenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

## CAPÍTULO II

### *Dos Objetivos, Finalidades e Missão*

**Art. 2º** – A ABRADES tem por objetivos apoiar, incentivar, desenvolver e promover:

- I. a saúde, de forma gratuita, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei 9.790/99 e observando-se o art. 6o, inciso II, §1o e §2o, do Decreto no 3.100, de 1999;
- II. a assistência social;
- III. a educação, de forma gratuita, por meio do ensino, qualificação profissional, pesquisa e extensão educacional, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei 9.790/99.
- IV. a segurança alimentar;
- V. a cultura e arte;
- VI. estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, relacionados à saúde, assistência social, educação, segurança alimentar, cultura e arte;
- VII. Atividades de apoio à gestão de saúde (86.60-7-00), Atividade médica ambulatorial

<div> <div> <div>Página</div> <div>000006/000028</div> </div> <div> <div>Registro Nº</div> <div>56379</div> </div> <div>16/11/2022</div> </div>		Protocolo nº 57378 de 16/11/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 56379 em 16/11/2022 e averbado no registro primitivo nº 44.661 deste OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO. Assinado digitalmente por BRUNA DANIELLE DALAVALLE RUBIO MORGADO - Escrevente Autorizado.							
Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

3

restrita a consultas (86.30-5-03), Atividades associativas não especificadas anteriormente, na área médica (94.99-5-00), Atividades de atenção ambulatorial não especificada anteriormente (86.30-5-99), Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros (78.30-2-00), Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente, na área médica (86.90-9-99), Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências (86.10-1-01) e Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana (86.90-9-01).

**Parágrafo Único** – Para consecução dos seus objetivos, a ABRADES poderá realizar quaisquer atividades que com eles sejam compatíveis ou necessárias, dentre as quais:

- I. Manter hospitais, laboratórios, ambulatórios, clínicas, Caps, dispensários e outros de natureza correlata, sendo que todos os recursos obtidos serão revertidos em benefício e custeio da entidade, bem como os resultados operacionais na consecução dos objetivos sociais;
- II. Apoiar, assessorar e gerenciar de forma complementar serviços de saúde, tanto de natureza privada como pública;
- III. Promover a cooperação técnica-administrativa, assim como desenvolver ações no sentido de apoiar e realizar a gestão e a operacionalização de equipamentos, atividades e serviços de saúde, inclusive no que tange à assistência ambulatorial e hospitalar de alta e média complexidade, ao Programa de Saúde da Família - PSF, entre outros;
- IV. Firmar parcerias e convênios com outras entidades sem fins lucrativos para atuação em rede, visando pleitear junto às autoridades constituídas a implantação e implementação de equipamentos públicos para prestação de serviços à população em geral;
- V. Celebrar Contratos para prestação de serviços na área de saúde e nas outras áreas que compete o seu objetivo, firmar Convênios e Contratos de Gestão ou co-gestão, Termos de Parceria; Termos de Colaboração; Termos de Fomento e Acordos de Cooperação com o Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, visando a formulação e implementação de projetos em Unidades de Saúde, assim como participar de campanhas de prevenção à saúde e auxílio médico hospitalar;
- VI. Prestar orientação, assessoria e assistência a pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado que queiram investir na saúde ou setores afins;
- VII. Fornecer apoio material, equipamentos, medicamentos e mão de obra na área de saúde e outras áreas de seus objetivos;
- VIII. Levar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção de doenças, orientação sanitária e imunização;
- IX. Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- X. Adequar métodos e procedimentos aos hábitos e costumes locais;
- XI. Promover o desenvolvimento humano integral e a qualidade de vida da população;
- XII. Promover e fomentar ações de educação para a cidadania;
- XIII. Elaborar, editar, traduzir e distribuir material impresso, eletrônico, digital e para utilização na Internet (rede mundial de computadores), com prioridade para o ensino fundamental, médio, técnico, capacitação, superior, extensões universitárias, cursos livres, cursos profissionalizantes priorizando mercado de trabalho;
- XIV. Promover, desenvolver e implementar a segurança, vigilância e monitoramento dos ambientes públicos e privados, dentre outras relacionadas aos seus objetos;
- XV. Promoção da cultura, da defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico, estimulando e incentivando atividades ligadas ao desenvolvimento do ser humano e sua integração social, que contribuam para a preservação e divulgação das coleções dos museus e dos acervos das entidades congêneres ou não e/ou a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados;
- XVI. Divulgar as atividades artísticas e culturais de forma ampla e irrestrita;
- XVII. Promoção de cursos, conferências, congressos e encontros técnico-científicos que objetivam a formação e bem como participação e cooperação, segundo suas

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

- responsabilidades, em iniciativas congêneres oficiais ou particulares;
- XVIII. Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades de saúde;
- XIX. Promover cursos, conferências, simpósios e estudos.

### CAPÍTULO III

#### Dos Associados

**Art. 3º** – A ABRADES será constituída por um número ilimitado de associados, os quais serão enquadrados nas seguintes categorias:

- I. **Fundadores:** pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimento legal, que assinaram o ato constitutivo da entidade;
- II. **Efetivos:** os que venham a ser admitidos nos termos do § 4º deste artigo.
- III. **Colaboradores:** pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimento legal, que venham a contribuir na execução de projetos e na realização dos objetivos da ABRADES;
- IV. **Beneméritos:** pessoas ou instituições que se destacaram por trabalhos que se coadunem com os objetivos dessa Associação.

**Parágrafo Primeiro** – Não há entre os associados direitos e obrigações recíprocas.

**Parágrafo Segundo** – A qualidade de associado é intransferível; se for titular de cota ou fração ideal do patrimônio da associação, a transferência daquela não importará na atribuição da qualidade de associado, ao adquirente ou ao herdeiro.

**Parágrafo Terceiro** – Poderão ser aceitos, a qualquer tempo, novos associados na forma deste Estatuto, sendo que sua admissão ficará condicionada a apresentação de proposta escrita do pretendente, subscrita também por um associado no gozo de seus direitos estatutários, ao Presidente do Conselho Superior de Administração da entidade, indicando a razão de seu interesse em associar-se à ABRADES, sua experiência pregressa na área e também cópia simples de sua Cédula de Identidade e CPF.

**Parágrafo Quarto** – O Conselho Superior de Administração analisará a proposta apresentada e decidirá em até 90 (noventa) dias, em reunião especialmente convocada para essa finalidade, mediante voto afirmativo da maioria qualificada acerca da aceitação ou rejeição da proposta, comunicando posteriormente o proponente acerca do que foi deliberado.

### Seção I

#### Dos Direitos dos Associados

**Art. 4º** – São direitos dos Associados, que estiverem em dia com suas contribuições estatutárias:

- I. Apresentar e oferecer sugestões, programas e propostas ao Conselho Superior de



Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

5

- Administração e à Diretoria sobre assuntos de interesse da ABRADES;
- II. Usar todos os serviços colocados à disposição dos associados;
  - III. Solicitar o seu desligamento do quadro de Associados da ABRADES, desde que o faça, motivadamente, mediante Ofício por escrito endereçado à Diretoria;
  - IV. Propor a criação e tomar parte em comissões e grupos de trabalho, quando designados para estas funções;
  - V. Ter acesso a todos os livros de natureza contábil e financeira, bem como a todos os planos, relatórios, prestações de contas e resultados de Auditoria Independente;
  - VI. Recorrer dos atos da Diretoria e do Conselho Fiscal ao Conselho Superior de Administração, na forma deste Estatuto ou do Regimento Interno;
  - VII. Recorrer dos atos do Conselho Superior de Administração ao próprio Conselho Superior de Administração na forma deste Estatuto ou do Regimento Interno.

**Parágrafo Único** - São direitos dos Associados Fundadores e dos Associados Efetivos:

- I. Requerer a convocação de reuniões extraordinárias da Assembleias Gerais, desde que mediante 1/5 (um quinto) da totalidade dos associados;
- II. Participar e votar na Assembleia Geral;
- III. Votar e ser votado para os cargos eletivos da ABRADES;

## Seção II

### Dos Deveres dos Associados

**Art. 5º** – São deveres dos Associados:

- I. Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II. Respeitar e observar as deliberações da Assembleia Geral, dos Conselhos de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal e toda a legislação que for aplicável à ABRADES;
- III. Cumprir, pontualmente, os compromissos assumidos com a ABRADES;
- IV. Informar à Secretaria da ABRADES quaisquer alterações quanto ao seu nome ou seu endereço e outras;
- V. Aceitar os cargos para os quais sejam eleitos ou convocação para servirem a ABRADES dos quais só poderão eximir-se em caso de impossibilidade justificada;
- VI. Zelar pelo prestígio da ABRADES e concorrer para seu progresso;
- VII. Proteger e defender o patrimônio da ABRADES.

**Art. 6º** – Não há responsabilidade individual, solidária ou subsidiária dos associados pelas obrigações contraídas pela ABRADES.

## Seção III

### Das Penalidades

**Art. 7º** – Os associados que deixarem de cumprir este Estatuto, as disposições pertinentes às atividades da ABRADES, deixarem de participar injustificadamente da vida associativa da

<div> <div> <div>Página</div> <div>000009/000028</div> <div>Registro Nº</div> <div>56379</div> <div>16/11/2022</div> </div> <div> <div>Protocolo nº 57378 de 16/11/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 56379 em 16/11/2022 e averbado no registro primitivo nº 44.661 deste OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO. Assinado digitalmente por BRUNA DANIELLE DALAVALLE RUBIO MORGADO - Escrevente Autorizado.</div> </div> </div>									
Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

ABRADES ou colocarem em risco a continuidade da entidade, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, poderá incorrer nas seguintes penas, observado a gravidade da infração:

- I. Advertência;
- II. Suspensão; e,
- III. Exclusão do quadro associativo.

**Parágrafo Primeiro** – Caberá à Diretoria decidir sobre a aplicação das penalidades previstas neste artigo.

**Parágrafo Segundo** – Quando o associado quiser se desligar da ABRADES deverá apresentar requerimento à Diretoria, a quem caberá homologar o desligamento e apurar eventuais pendências do associado requerente junto à ABRADES.

**Parágrafo Terceiro** – O direito à ampla defesa e ao contraditório aos quais se refere o *caput* deste artigo deverá ser exercido na forma de recurso dirigido ao Diretor Geral.

**Parágrafo Quarto** – A exclusão do associado só será admissível havendo justa causa, por decisão devidamente fundamentada, sendo garantido ao associado, em todas as hipóteses, o direito à defesa prévia.

CAPÍTULO IV

Da Administração e Organização

Seção I

Da Administração

**Art. 8º** – A administração da ABRADES compreende:

- I. Assembleia Geral;
- II. Conselho Superior de Administração;
- III. Conselhos Locais de Administração;
- IV. Conselho Fiscal;
- V. Diretoria.

**Art. 9º** – O Conselho Superior de Administração é o órgão máximo da ABRADES.

**Art. 10** – Respeitado o disposto neste Estatuto Social e na legislação pertinente, a ABRADES terá estrutura e funcionamento fixados em Regimento Interno, que estabelecerá as atribuições de suas unidades administrativas; em Regimento Interno do Conselho Superior de Administração; em Regimento Interno do Conselho Fiscal; e em Regulamento de Compras de Bens e Serviços.

Seção II

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

### Da Assembleia Geral

**Art. 11** – A Assembleia Geral é a reunião dos Associados Fundadores e Associados Efetivos em pleno gozo de seus direitos, convocada e instalada de forma estatutária.

**Art. 12**– Compete à Assembleia Geral:

- I. Eleger membros do Conselho Superior de Administração;
- II. Referendar sobre reformas do Estatuto;
- III. Referendar sobre a extinção da entidade;
- IV. Referendar sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais.

**Art. 13** – A Assembleia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano, para:

- I. Aprovar a proposta de programação anual da Instituição, submetida pelo Conselho Superior de Administração e Diretoria;
- II. Apreciar o relatório anual do Conselho Superior de Administração e Diretoria;
- III. Discutir e homologar as contas e balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;
- IV. Referendar e aprovar, quando da ocorrência dos itens II, III e IV do artigo acima.

**Art. 14** – A Assembleia Geral se realizará, extraordinariamente, quando convocada:

- I. Pelo Conselho Superior de Administração;
- II. Pelo Conselho Fiscal;
- III. Pelo requerimento de 1/5 dos associados quites com as obrigações sociais.

**Art. 15** – A convocação de Assembleia Geral ordinária ou extraordinária será feita por meio de edital afixado na sede da instituição ou publicado na imprensa local, por circulares ou meios convenientes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

**Parágrafo Único** – Qualquer Assembleia se instalará em primeira convocação com a maioria dos sócios, e, em segunda convocação, com qualquer número.

### Seção III

#### Do Conselho Superior de Administração

**Art. 16** – O Conselho Superior de Administração é o órgão de deliberação superior e de controle da Administração, e compõe-se por 10 (dez) membros, natos e eleitos, a saber:

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

8

- I. 3 (três) membros, natos, representantes do Poder Público, definidos em Assembleia Geral;
- II. 3 (três) membros, natos, representantes de entidades da sociedade civil, definidos em Assembleia Geral;
- III. 1 (um) membro eleito entre associados da ABRADES, em Assembleia Geral;
- IV. 2 (dois) membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- V. 1 (um) membro eleito dentre os empregados da entidade.

**Parágrafo Primeiro** – Qualquer membro do Conselho Superior de Administração que vier a ser indicado para integrar a Diretoria ou o Conselho Fiscal da ABRADES deve renunciar ao cargo de conselheiro ao assumir função executiva na entidade.

**Parágrafo Segundo** – Os membros do Conselho Superior de Administração não poderão ser cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau do Governador, Vice-Governador e Secretários de Estado, nem poderão exercer cargo de chefia ou função de confiança no Sistema Único de Saúde - SUS.

**Parágrafo Terceiro** – É vedado aos Conselheiros receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à ABRADES, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem.

**Art. 17** – Será de 4 (quatro) anos o mandato dos membros do Conselho Superior de Administração referidos nos itens I, II, III, IV e V do Art. 16, para a composição do Conselho Superior de Administração.


**Parágrafo Primeiro** – Será permitida 1 (uma) recondução sucessiva aos Conselheiros.

**Parágrafo Segundo** – O primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados para o Conselho Superior de Administração será de 2 (dois) anos, segundo os seguintes critérios:

- I. um dos membros previstos no inciso I do Art. 16;
- II. um dos membros previstos no inciso II do Art. 16;
- III. o membro previsto no inciso III do Art. 16;
- IV. um dos membros previstos no inciso IV do Art. 16;
- V. o membro previstos no inciso V do Art. 16;

**Parágrafo Terceiro** – No caso de afastamento ou vacância de cargo de membro do Conselho Superior de Administração, será seguido o mesmo procedimento do art. 16 para eleição ou indicação de membro suplente, o qual o substituirá temporariamente ou completará o mandato do anterior ocupante do cargo.

**Art. 18** – O Conselho Superior de Administração terá um Presidente, que será um dos Conselheiros, eleito pela maioria qualificada de seus membros.

 <p>Página 000012/000028 Registro Nº 56379 16/11/2022</p>		Protocolo nº 57378 de 16/11/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 56379 em 16/11/2022 e averbado no registro primitivo nº 44.661 deste OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO. Assinado digitalmente por BRUNA DANIELLE DALAVALLE RUBIO MORGADO - Escrevente Autorizado.							
Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

**Parágrafo Primeiro** – O exercício da Presidência coincidirá com o mandato do Conselheiro para ela eleito.

**Parágrafo Segundo** – No caso de vacância da Presidência, o Conselho Superior de Administração elegerá, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da vacância, outro membro para a função.

**Parágrafo Terceiro** – O Conselho Superior de Administração poderá destituir seu Presidente, por maioria qualificada de seus membros.

**Art. 19** – Compete ao Presidente do Conselho Superior de Administração:

- I. Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;
- II. Dirigir os trabalhos do Conselho;
- III. Participar das reuniões do Conselho, com direito a voto apenas em caso de empate;
- IV. Exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo Regimento Interno da ABRADES ou por delegação do Conselho;
- V. Aprovar e dispor sobre a alteração dos Estatutos, por maioria absoluta dos membros *ad referendum* da Assembleia Geral.

**Parágrafo Único** – O Presidente do Conselho Superior de Administração poderá delegar os poderes de representação que lhe competem.

**Art. 20** – Compete aos membros do Conselho Superior de Administração:

- I. Discutir e votar as matérias em pauta;
- II. Assistir o Presidente do Conselho em suas funções.

**Art. 21** – Compete privativamente ao Conselho Superior de Administração:

- I. Fixar o âmbito de atuação da ABRADES, para consecução de seu objeto;
- II. Aprovar propostas de contrato de gestão da ABRADES;
- III. Aprovar a proposta de orçamento da ABRADES e o programa de investimentos;
- IV. Designar e dispensar os membros da Diretoria;
- V. Fixar a remuneração dos membros da Diretoria;
- VI. Aprovar e dispor sobre a alteração dos estatutos e a extinção da Entidade por maioria qualificada de seus membros;
- VII. Aprovar o regimento Interno da ABRADES, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências;
- VIII. Aprovar por maioria qualificada de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da ABRADES;
- IX. Aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da ABRADES, elaborados pela diretoria;
- X. Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da ABRADES, com o auxílio de auditoria externa.
- XI. Acompanhar e avaliar periodicamente o desempenho da ABRADES;

✓

<div>Página</div> <div>000013/000028</div> <div>Registro Nº</div> <div>56379</div> <div>16/11/2022</div>	Protocolo nº 57378 de 16/11/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 56379 em 16/11/2022 e averbado no registro primitivo nº 44.661 deste OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO. Assinado digitalmente por BRUNA DANIELLE DALAVALLE RUBIO MORGADO - Escrevente Autorizado.									
	Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
	R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

10

- XII. Fiscalizar a gestão, apurar faltas cometidas e aplicar penalidades cabíveis, garantido contraditório e a ampla defesa, aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- XIII. Avaliar e aprovar proposta de alteração e políticas, diretrizes estratégicas, planos de atividades e respectivos orçamentos com exposição de motivos;
- XIV. Aprovar, na última reunião ordinária de cada ano, o plano anual de investimentos, a ser apresentado pela Diretoria, quando cabível;
- XV. Aprovar, por maioria qualificada de seus membros, a proposta de extinção da entidade e a consequente destinação do patrimônio da ABRADES, observado o disposto Capítulo VII deste Estatuto;

**Parágrafo Primeiro** – O quórum para reunião e/ou votação, entende-se por:

- I. maioria simples: metade inteiro mais um dos membros/conselheiros presentes;
- II. maioria absoluta: metade inteiro mais um do total dos membros/conselheiros;
- III. maioria qualificada: dois terços do total dos membros/conselheiros.

**Parágrafo Segundo** – O funcionamento do Conselho Superior de Administração será regulado por disposições estatutárias e pelas normas contidas no seu próprio Regimento.

**Art. 22** – O Conselho Superior de Administração reunir-se-á:

- I. ordinariamente, a cada 3 (três) meses; ou,
- II. extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente; por solicitação de 1/3 (um terço) de seus membros; por solicitação de 1/5 (um quinto) dos associados da ABRADES ou por solicitação do Diretor Geral.

**Parágrafo Único** – O Diretor Geral da ABRADES participará das reuniões do Conselho Superior de Administração, sem direito a voto.

**Art. 23** – O Conselho Superior de Administração reunir-se-á com a presença mínima de metade mais um de seus membros e suas deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos, salvo exceções apontadas no presente Estatuto.

**Parágrafo Primeiro** – Nas deliberações do Conselho, caberá a cada conselheiro 1 (um) voto e ao Presidente o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** – Não se realizando a sessão por falta de quórum será convocada nova reunião com intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas entre a data desta e a anterior.

**Parágrafo Terceiro** – Caso não haja quórum para a segunda reunião, o Conselho Superior de Administração reunir-se-á 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de presentes, não podendo, porém, deliberar sobre matérias para as quais é exigido o quórum qualificado.



<div> <div>Página</div> <div>000015/000028</div> <div>Registro Nº</div> <div>56379</div> <div>16/11/2022</div> </div>		<div> <div>Protocolo nº 57378 de 16/11/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 56379 em 16/11/2022 e averbado no registro primitivo nº 44.661 deste OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO. Assinado digitalmente por BRUNA DANIELLE DALAVALLE RUBIO MORGADO - Escrevente Autorizado.</div> </div>							
Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

**Art. 27** – Em caso de vacância de um dos cargos efetivos do Conselho Fiscal, o membro suplente assumirá o cargo, devendo a Assembleia Geral indicar um novo suplente para completar o mandato.

**Art. 28** – Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Examinar e visar, anulamente, livros contábeis, documentos financeiros e balancetes da entidade;
- II. Emitir parecer sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, a proposta orçamentária e o relatório;
- III. Atender à convocação da Diretoria e do Conselho Superior de Administração;
- IV. Opinar sobre a aquisição ou alienação de bens de valor apreciável;
- V. Requisitar à Diretoria, a qualquer tempo, documentos e informações comprobatórias das operações realizadas para o fiel desempenho de suas atividades;
- VI. Julgar as contas apresentadas, opinando a respeito delas, e;
- VII. Monitorar as Auditorias Externas Independentes.

**Parágrafo Primeiro** – Para o cumprimento do disposto no presente artigo, o Conselho Fiscal poderá recorrer ao auxílio de empresas de Consultoria e Assessoria Contábil e Auditoria.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez ao ano, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

**Parágrafo Terceiro** – As funções dos componentes do Conselho Fiscal são incompatíveis com as de membro dos Conselhos de Administração ou da Diretoria.

**Parágrafo Quarto** – Os cargos do Conselho Fiscal não serão remunerados, seja a que título for, ficando expressamente vedado por parte de seus membros o recebimento de qualquer lucro, gratificação ou vantagens, pelos cargos exercidos junto à ABRADES.

**Art. 29** – Não será permitida a participação de servidores públicos como membro de qualquer conselho ou direção desta entidade, mesmo com vedação de percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título.

## Seção VI

### Da Diretoria

**Art. 30** – A Diretoria da ABRADES incumbe promover, executivamente, os objetivos institucionais, segundo as diretrizes e planos aprovados pelo Conselho Superior de Administração.

**Art. 31** – A Diretoria será composta por 3 (três) membros eleitos, a saber:



Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

13

- I. 1 (um) Diretor Geral;
- II. 1 (um) Diretor Administrativo; e,
- III. 1 (um) Diretor Técnico.

**Parágrafo Primeiro** – Os membros da Diretoria serão eleitos em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim e tomarão posse perante a mesma Assembleia.

**Parágrafo Segundo** – O mandato da Diretoria será de 4 (quatro) anos, permitindo-se reconduções sucessivas.

**Parágrafo Terceiro** – O detalhamento da área de atuação, das competências e atribuições dos diretores poderá ser definido em Regimento Interno da entidade, ressalvado o disposto neste Estatuto

**Art. 32** – Compete à Diretoria:

- I. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o Regimento Interno e as deliberações do Conselho Superior de Administração;
- II. Implementar as políticas, diretrizes, estratégias, planos de atividades da entidade, e os respectivos orçamentos, estabelecidos nos Convênios, Contratos de Gestão ou co-gestão, Termos de Parceria, Termos de Colaboração, Termos de Fomento e Acordos de Cooperação;
- III. Planejar, dirigir e controlar todos os serviços e atividades da entidade;
- IV. Elaborar e encaminhar, até 31 de janeiro de cada ano, relatório circunstanciado sobre a execução dos planos no exercício findo, com a prestação de contas dos recursos públicos nele aplicados, a avaliação das cooperações firmadas e as análises gerenciais cabíveis, observadas as normas daquele órgão sobre a formalização e encaminhamento da prestação de contas;
- V. Contratar e demitir funcionários;
- VI. Acompanhar as movimentações econômico-financeiras da entidade;
- VII. Autorizar despesas ao nível de sua competência;
- VIII. Licenciar, a pedido, qualquer de seus membros por até 90 (noventa) dias, ou, mediante autorização do Conselho Superior de Administração, se em prazo superior;
- IX. Propor ao Conselho Superior de Administração a concessão do título de Conselheiro Emérito e de "Benfeitor" da ABRADES;
- X. Propor à Assembleia Geral conveniência de adquirir, alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- XI. Encaminhar ao Conselho Superior de Administração:
  - a) a proposta de orçamento-programa anual e Plano Plurianual, para a execução das atividades previstas nas cooperações firmadas (Convênios, Contratos de Gestão ou co-gestão, Termos de Parceria, Termos de Colaboração, Termos de Fomento e Acordos de Cooperação), sempre que necessário;
  - b) a proposta de orçamento geral anual, contemplando as unidades administrativas da entidade;
  - c) relatórios mensais das atividades com os respectivos balancetes;
  - d) a prestação de contas e o relatório anual de gestão;
  - e) a avaliação das cooperações firmadas (Convênios, Contratos de Gestão ou co-gestão, Termos de Parceria, Termos de Colaboração, Termos de Fomento e Acordos de

Protocolo nº 57378 de 16/11/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 56379 em 16/11/2022 e averbado no registro primitivo nº 44.661 deste OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO. Assinado digitalmente por BRUNA DANIELLE DALAVALLE RUBIO MORGADO - Escrevente Autorizado.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

- Cooperação), sempre que necessário, bem como das avaliações gerenciais cabíveis;
- f) propostas de alterações em políticas, diretrizes, estratégias, planos de atividades e respectivos orçamentos, com exposição de motivos;

**XII. Propor e encaminhar ao Conselho Superior de Administração:**

- a) o Regimento Interno, que disporá, entre outros assuntos, sobre estrutura administrativa, atribuições das unidades administrativas, gestão, cargos e competências;
- b) o Manual de Recursos Humanos, que disporá, entre outros assuntos, sobre carreiras, plano de cargos e salários, vantagens, benefícios, seleção, treinamento e disciplina, relativos ao pessoal da entidade;
- c) o Manual de Sistemas de Gestão, que disporá, entre outros assuntos, sobre sistemas de planejamento e controle, informações gerenciais, orçamento, contabilidade, custos, finanças, alçadas decisórias, procedimentos administrativos e normas de Auditoria Interna;

**XIII. Aprovar Contratos, Convênios, Contratos de Gestão ou co-gestão, Termos de Parceria, Termos de Colaboração, Termos de Fomento e Acordos de Cooperação com pessoas físicas e jurídicas;**

**XIV. Publicar anualmente os relatórios financeiros e de execução.**

**Art. 33** – A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, com a entrega da Prestação de Contas, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

**Parágrafo Primeiro** – As reuniões da Diretoria ocorrerão em primeira convocação com a presença da metade mais um de seus membros e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois, com qualquer número.

**Parágrafo Segundo** – As decisões da Diretoria serão tomadas por maioria absoluta, cabendo ao seu Diretor Geral o desempate, quando necessário.

**Art. 34** – O componente da Diretoria que faltar, sem justificativa, a 2 (duas) reuniões seguidas ou 03 (três) alternadas, dentro de um ano social, perderá essa condição, a critério dos Conselhos de Administração e Fiscal.

**Art. 35** – Compete ao Diretor Geral:

- I. Dirigir e coordenar as atividades administrativas da ABRADES, segundo orientações do Conselho Superior de Administração;
- II. Representar a ABRADES, sustentar e defender seus direitos em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, com plenos poderes, podendo delegá-los a uma ou mais pessoas, para o bom e fiel cumprimento deste Estatuto;
- III. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o Regimento Interno e as decisões do Conselho Superior de Administração e da Diretoria;
- IV. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;
- V. Formalizar as decisões aprovadas pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho Superior de Administração e pela Assembleia Geral;
- VI. Assinar os termos de abertura e encerramento dos livros competentes;
- VII. Assinar as atas das reuniões da Diretoria, do Conselho Fiscal, do Conselho Superior de Administração e da Assembleia Geral, após devidamente aprovadas;
- VIII. Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias;

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

15

- IX. Assinar todos os instrumentos de contrato, convênios e termos que envolverem entidades governamentais federais, estaduais ou municipais;
- X. Admitir o pessoal administrativo e técnico necessário aos trabalhos da ABRADES;
- XI. Nomear, remover, promover, comissionar, punir e demitir funcionários;
- XII. Autorizar despesas e promover o pagamento de obrigações;
- XIII. Emitir acordos, convênios, contratos e cheques;
- XIV. Receber bens, doações, subvenções ou legados sem encargos;
- XV. Resolver, de plano, os casos omissos neste Estatuto Social, submetendo sua deliberação ao Conselho Superior de Administração;
- XVI. Comunicar ao Conselho Superior de Administração, para providências disposta neste Estatuto, o afastamento irregular, o impedimento temporário por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, a vacância de cargo, o pedido de licença ou afastamento, a infringência às normas legais e regulamentares que disciplinarem o funcionamento da entidade e regem a gestão da coisa pública, ou a ocorrência de ato que possa causar prejuízo efetivo ou potencial à imagem da entidade, relativamente os integrantes da entidade.
- XVII. Constituir os Conselhos Locais de Administração.

**Parágrafo Primeiro** – Todos os documentos cuja emissão resulte responsabilidade financeira para a ABRADES deverão conter a assinatura de dois Diretores, sendo um deles o Diretor Geral, ou por um dos Diretores em conjunto com um dos procuradores legalmente constituídos pelo Diretor Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Diretor Geral poderá delegar suas competências a outros Diretores ou integrantes do corpo funcional da entidade, se tal medida for indispensável ao exercício de suas atribuições.

**Art. 36** – Compete ao Diretor Administrativo:

- I. Planejar, organizar, dirigir e controlar a gestão administrativa e financeira da entidade, minimizando os riscos e maximizando a eficiência e a eficácia da organização;
- II. Exercer todas as demais atividades que vierem a ser criadas e previstas no Regimento Interno, como de competência do Diretor Administrativo.

**Art. 37** – Compete ao Diretor Técnico:

- I. Planejar, organizar, dirigir e controlar a gestão técnico-administrativa;
- II. Exercer todas as demais atividades que vierem a ser criadas e previstas no Regimento Interno, como de competência do Diretor Técnico.

**Parágrafo Único** – Na hipótese de vacância do cargo de Diretor Geral da Entidade, as funções inerentes ao cargo serão assumidas pelo Diretor indicado, em até 30 (trinta) dias, pelo Conselho Superior de Administração.

## CAPÍTULO V

### Do Patrimônio

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

**Art. 38 –** Constituem o patrimônio da ABRADES:

- I. Dotação inicial atribuída por seus instituidores;
- II. Bens móveis e imóveis;
- III. Doações, legados, auxílios, subvenções, usufrutos contribuições ou verbas que lhe venham a ser destinados por quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, de direito público ou privado;
- IV. Resultados líquidos provenientes de suas atividades;
- V. Recursos provenientes dos Contratos, Convênios, Contratos de Gestão ou co-gestão, Termos de Parceria, Termos de Colaboração, Termos de Fomento e Acordos de Cooperação firmados com o Poder Público;
- VI. Contribuições voluntárias de seus associados;
- VII. Recebendo de *royalties* e direitos autorais;

**Parágrafo Primeiro –** Cabe a ABRADES administrar o seu patrimônio e dele dispor, de acordo com o estabelecido neste Estatuto Social.

**Parágrafo Segundo –** Os bens da ABRADES não constituirão patrimônio de um grupo determinado de indivíduos, famílias, entidades ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social.

**Parágrafo Terceiro –** A venda de bens imóveis da ABRADES somente ocorrerá mediante prévia autorização do Conselho Superior de Administração.

**Art. 39 –** A ABRADES aplicará seu patrimônio, receitas, rendas, recursos, excedentes e eventual resultado operacional, integralmente, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos e atividades institucionais.

**Art. 40 –** O patrimônio, os legados, doações, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da Entidade, poderão ser incorporados integralmente ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados.

**Parágrafo Único –** A norma contida neste artigo será aplicada da mesma maneira para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios aonde a ABRADES tenha firmado Contratos, Convênios, Contratos de Gestão ou co-gestão, Termos de Parceria, Termos de Colaboração, Termos de Fomento e Acordos de Cooperação, seja através de sua matriz ou de suas filiais, que eventualmente vierem a ser constituídas.

## CAPÍTULO VI

### *Dos Recursos Financeiros*

**Art. 41 –** Os recursos financeiros da ABRADES serão constituídos de receitas ordinárias e de receitas extraordinárias.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

**Art. 42 – Constituem receitas ordinárias da ABRADES:**

- I. As provenientes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;
- II. As rendas próprias de imóveis de sua propriedade;
- III. As decorrentes de atividades próprias ou de Contratos, Convênios, Contratos de Gestão ou co-gestão, Termos de Parceria, Termos de Colaboração, Termos de Fomento e Acordos de Cooperação;
- IV. Os juros bancários e outras rendas resultantes de operações de crédito de qualquer natureza;
- V. As rendas constituídas, por terceiros, a seu favor;
- VI. As rendas provenientes de aquisição de títulos públicos do Município, do Estado, Distrito Federal ou da União;
- VII. Os usufrutos instituídos a seu favor;
- VIII. A remuneração por serviços prestados;
- IX. As provenientes de rendas de produtos de sua manufatura e de royalties e ou assistência decorrente de negociação com terceiros de direitos relativos à propriedade industrial;
- X. Os rendimentos resultantes de atividades relacionadas direta ou indiretamente, com as finalidades estatutárias da ABRADES.

**Parágrafo Primeiro** – Os recursos advindos dos Poderes Públicos serão aplicados integralmente nos objetivos da ABRADES.

**Parágrafo Segundo** – A ABRADES investirá seus excedentes financeiros no desenvolvimento das suas próprias atividades.

**Parágrafo Terceiro** – A ABRADES não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de membro da Entidade.

**Parágrafo Quarto** – O exercício de funções nos Conselhos de Administração e no Conselho Fiscal não será remunerado, sendo vedada a remuneração e a distribuição de lucros, bonificações ou quaisquer vantagens aos seus membros, em razão de competências, funções ou atividades a eles atribuídas por este Estatuto Social.

**Art. 43** – Constituem receitas extraordinárias da ABRADES as subvenções do Poder Público e quaisquer auxílios de particulares destinados ao desempenho de suas atividades.

**Art. 44** – Os depósitos e movimentações do numerário serão feitos exclusivamente em nome da ABRADES, nas instituições financeiras de reconhecida atuação no mercado financeiro.

**Art. 45** – O orçamento, as transposições orçamentárias e empréstimos com recursos da ABRADES serão autorizadas pelo Conselho Superior de Administração, cabendo aos responsáveis pela aplicação das verbas prestar contas aos órgãos competentes.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Codução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

## CAPÍTULO VII

### Da Prestação de Contas

**Art. 46** – A ABRADES prestará contas nos termos da legislação pertinente e, anualmente, publicará no Diário Oficial da União, do Estado e/ou do Município, a depender das especificidades do regime de cooperação firmado com o Poder Público, o seu Balanço Patrimonial.

**Parágrafo único** – A prestação de contas conterá elementos que permitam a avaliação do andamento e execução do objeto, conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas; conterá, ainda, quando o regime de cooperação exigir, os documentos previstos no plano de trabalho, nos termos do inciso IX do art. 22, da Lei nº 13.019/2014.

**Art. 47** – Além do Balanço Patrimonial, a ABRADES também fará publicar, a depender do regime de cooperação firmado com o poder Público, os seguintes documentos:

- I. Relatório de execução, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II. Relatório de execução financeira, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos nos planos de trabalho exigidos, que serão elaborados de acordo com regime jurídico de cada vínculo de cooperação.

**Art. 48** – Até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício, após análise do Conselho Fiscal, o Diretor Geral apresentará a prestação anual de contas ao Conselho Superior de Administração.

**Parágrafo único** – O prazo para prestação de contas anual poderá ser diferenciado, a depender da complexidade do objeto do regime de cooperação.

**Art. 49** – O Conselho Superior de Administração, dentro de 30 (trinta) dias, examinará e aprovará a prestação de contas a que se refere o artigo anterior.

**Parágrafo Primeiro** – O relatório de atividades e balanço referentes ao exercício de cada ano, após aprovadas, deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado até 30 de abril do ano seguinte.

**Parágrafo Segundo** – Caso a prestação de contas não seja aprovada, o Conselho Superior de Administração deverá contratar Auditoria Externa Independente para avaliação dos resultados.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

19

**Parágrafo Terceiro** – Se as irregularidades constadas pelo Conselho Superior de Administração forem confirmadas pela Auditoria Externa Independente, então aquele deverá remeter a prestação de contas ao Ministério Público competente para providências.

**Art. 50** – Até 30 de novembro de cada ano, o Diretor Presidente remeterá ao Conselho Superior de Administração o Plano de Trabalho e a Proposta Orçamentária para o exercício seguinte.

**Art. 51** – O Conselho Superior de Administração, dentro de 30 (trinta) dias, examinará e aprovará a Plano de Trabalho e a Proposta Orçamentária a que se refere o artigo anterior.

**Parágrafo Único** – Caso o Conselho Superior de Administração discorde de algum ponto apresentado, deverá encaminhar proposta de alteração do Plano de Trabalho e Proposta Orçamentária ao Diretor Geral, o qual, por sua vez, dentro de 30 (trinta) dias, deverá convocar Assembleia Geral conjunta entre a Diretoria e o Conselho Fiscal para deliberar sobre as alterações.

**Art. 52** – A ABRADES obecerá aos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

## CAPÍTULO VIII

### Disposições Gerais e transitórias

**Art. 53** – O exercício financeiro da ABRADES coincidirá com o ano civil.

**Art. 54** – Os empregados da ABRADES ficarão sujeitos ao Regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), permitindo-se contratação de locação de serviços.

**Art. 55** – A ABRADES adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

**Art. 56** – O presente Estatuto Social poderá ser alterado mediante deliberação do Conselho Superior de Administração, referendada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

**Parágrafo Primeiro** – Não haverá deliberação, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos Associados.

<div> <div> <div>Página</div> <div>000023/000028</div> <div>Registro Nº</div> <div>56379</div> <div>16/11/2022</div> </div> <div> <div>Protocolo nº 57378 de 16/11/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 56379 em 16/11/2022 e averbado no registro primitivo nº 44.661 deste OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO. Assinado digitalmente por BRUNA DANIELLE DALAVALLE RUBIO MORGADO - Escrevente Autorizado.</div> </div> </div>									
Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

**Parágrafo Segundo** – Caso não seja possível formar o quórum previsto no parágrafo anterior, haverá deliberação nas convocações seguintes, desde que estejam presentes pelo menos 1/3 (um terço) dos Associados.

**Art. 57** – Conforme art. 59 da Lei 10.406/02 (Código Civil brasileiro), para a alteração deste Estatuto e para a destituição dos administradores, será feita Assembleia Geral especialmente convocada para esses fins.

**Art. 58** – A ABRADES poderá ser extinta mediante deliberação do Conselho Superior de Administração, referendada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim por no mínimo 1/5 (um quinto) dos Associados, sendo exigido o voto concorde de maioria qualificada de seus membros, caso a manutenção de suas atividades se torne inviável.

**Art. 59** – O Associado, que desejar alterar sua condição, poderá continuar como Associado contribuinte, podendo voltar a ser Associado obedecidos os trâmites Regimentais para readmissão.

**Parágrafo Único** – Não se aplica esta regra nos 6 (seis) primeiros meses em que este Estatuto entrar em vigor.

**Art. 60** – As votações na Assembleia Geral, na Diretoria, nos Conselhos de Administração e no Conselho Fiscal poderão ser feitas por aclamação ou por escrutínio secreto.

**Art. 61** – Os componentes da Diretoria, do Conselho Superior de Administração e do Conselho Fiscal da ABRADES eleitos na Assembleia Geral Extraordinária, convocada especialmente para essa finalidade terão seus mandatos contados a partir da data da Assembleia na qual foram eleitos.

**Art. 62** – É expressamente proibido o uso da denominação social em atos que envolvam a ABRADES em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças e caução de favor.

**Art. 63** – É vetado à ABRADES participar de campanhas de interesse político-partidário ou eleitoral, sob quaisquer meios ou formas.

**Art. 64** – A ABRADES deixa prevista a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes a Entidade que atuem efetivamente na gestão executiva, com exceção dos membros dos Conselhos de Administração, e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente à sua área de atuação.

**Art. 65** – Esta Alteração, Adequação e Reforma do Estatuto da ABRADES entra em vigor na data do registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas,



Protocolo nº 57378 de 16/11/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 56379 em 16/11/2022 e averbado no registro primitivo nº 44.661 deste OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO. Assinado digitalmente por BRUNA DANIELLE DALAVALLE RUBIO MORGADO - Escrevente Autorizado.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

21

tendo sido aprovada na Décima Oitava Assembleia Geral Extraordinária (AGE) datada de 25/06/2021.

Ribeirão Preto (SP), 25 de junho de 2021.

EMERSON TADEU  
GONCALVES  
RICI:13675433803

Assinado de forma digital por  
EMERSON TADEU GONCALVES  
RICI:13675433803  
Dados: 2022.11.16 10:58:09 -03'00'

**Emerson Tadeu Gonçalves Rici**

**Presidente**

CAMILE  
ISHIWATARI:1720898685  
1

Assinado de forma digital por  
CAMILE ISHIWATARI:17208986851  
Dados: 2022.11.16 10:59:23 -03'00'

**Camile Ishiwatari**

**Advogado OAB/SP nº. 233630**







**OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL  
DE PESSOA JURÍDICA DE RIBEIRÃO PRETO - SP**

Av. Costabile Romano, 967 - Ribeirão - CEP: 14096-380 - Tel.: (16) 3941-2441 - Fax: (16) 3941-2443

E-mail: contato@rtldrbeirao.com.br

CNPJ: 05.681.976/0001-90

Nelson Luis Milhanetto - Oficial



**CARTÓRIO:  
PROTEGE O  
SEU DIREITO**

CARTÓRIOS  
QUEM PROTEGE VOCÊ.

## AVERBAÇÃO

Nº 52476, de 03/02/2021, à margem do Registro nº 44661

CERTIFICO E DOU FÉ que o presente **DOCUMENTO EM PAPEL**, constituído de **15 página(s)**, fora averbado sob nº **52476**, no Livro A, em **PESSOA JURÍDICA**, na data de 03/02/2021, à margem do Registro nº 44661, neste Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo - CNPJ: 05.681.976/0001-90.

CERTIFICO, por fim, que a assinatura digital constante neste documento pertence a mim, **BRUNA DANIELLE DALAVALLE RUBIO MORGADO - ESCRIVENTE AUTORIZADA** - e está em conformidade com os padrões da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001.

Protocolo nº: 52476

Apresentante: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAUDE ABRADES

Natureza do ato: ATA

**Este certificado é parte integrante e inseparável do registro acima descrito**

Ribeirão Preto/SP, 03 de fevereiro de 2021.

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tjsp.jus.br/>.



Selo Digital: 1211294PJB000608528PA213

Descrição	Valor base	Oficial	Estado	Cart. Prev.	R. Civil	T. Justiça	ISSQN	Min. Pub.	Total
Total	R\$ 0,00	R\$ 51,73	R\$ 14,70	R\$ 10,06	R\$ 2,72	R\$ 3,55	R\$ 1,74	R\$ 2,48	R\$ 86,28

BRUNA DANIELLE DALAVALLE RUBIO MORGADO:38055863881

Assinado de forma digital por BRUNA DANIELLE DALAVALLE RUBIO MORGADO:38055863881  
Dados: 2021.02.03 09:44:27 -03'00'



Exmo. Sr.

Oficial de Registro e Documentos Civil de Pessoa Jurídica de Ribeirão Preto (SP)  
Avenida Costabile Romano, 967  
Ribeirão Preto – Estado de São Paulo

**Emerson Tadeu Gonçalves Rici**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Curitiba (PR), à Rua Petit Carneiro, nº 771 – Bairro Água Verde, CEP 80.240-050; portador da cédula de Identidade RG nº. 25.456.137-8 SSP/SP e do CPF/MF nº. 136.754.338-03, Presidente da Diretoria da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE – ABRADES** inscrita no **CNPJ/MF 10.857.726/0001-07**, situada à na Rua Paranapanema, 1.343 – sala 3 – Ribeirão Preto (SP), vem à presença de V.Sa., mui respeitosamente, requerer que se digne conceder-lhe o registro da **Décima Sexta Assembleia Geral Extraordinária da ABRADES: Desligamento e eleição de novos membros.**

Termos em que,

P. Deferimento

Ribeirão Preto, 28 de janeiro de 2021.

---

**Emerson Tadeu Gonçalves Rici**  
**Presidente**



## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

### **DÉCIMA SEXTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

**Datada de 25/11/2020**

### **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES**

Pelo presente edital, ficam convidados todos a quem possa interessar, a fim de se reunirem para a **DÉCIMA SEXTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES**, com sede à Avenida Paranapanema, n. 1.343, sala 3, Bairro Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP, no dia **25 de novembro de 2020**, às **20h** em primeira convocação, e em segunda convocação 30 (trinta) minutos após.

**Pauta: Desligamento e eleição de novos membros.**

Ribeirão Preto (SP), 26 de outubro de 2020.



**Emerson Tadeu Gonçalves Rici**  
**Presidente**



**ATA DA DÉCIMA SEXTA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (AGE)**  
**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES**

Ata da Décima Sexta Assembleia Geral Extraordinária (AGE), que teve como pauta o seguinte item: **Desligamento e eleição de novos membros**. A **Décima Sexta Assembleia Geral Extraordinária (AGE)** foi realizada no vigésimo quinto dia do mês de novembro de dois mil e vinte (**25/11/2020**), a partir das vinte horas (**20 h**). Convocados que foram previamente, conforme edital de convocação datado do vigésimo sexto dia do mês de outubro de dois mil e vinte (**26/10/2020**). Em atendimento ao Estatuto Social, em seu **Artigo 16**, o qual se encontra **protocolado, registrado em microfilme sob nº. 044662** pelo Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de Ribeirão Preto (SP). A **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES** está inscrita no **CNPJ/MF** sob nº. **10.857.726/0001-07**, que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, com independência administrativa e financeira, em caráter de segmento comunitário, entidade civil sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro à **Avenida Paranapanema, n. 1.343 sala 3, Bairro Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP**, regida pelo seu Estatuto Social. Reuniram-se para a **Décima Sexta Assembleia Geral Extraordinária (AGE)** atendendo a convocação do edital, previamente feita a todos os interessados, maiores e capazes, de realizar este ato, que à entrada assinaram a folha de presença anexa. Aberta a sessão, e depois de verificadas e conferidas às presenças das pessoas presentes, constatando-se o "quorum" necessário em primeira convocação à realização desta **Décima Sexta Assembleia Geral Extraordinária (AGE)**, pedindo a palavra, o presidente Sr. Emerson Tadeu Gonçalves Rici convidou a mim, Claudia Tamura Rici, para secretariar o ato. Dando continuidade à assembleia, os senhores **Vanessa Alcantara de Oliveira Conte** e **Daniel Marcelo Zimmermann** manifestaram suas vontades de se desligar do quadro de componentes da ABRADES, conforme cartas de demissão anteriormente enviadas ao sr. Presidente. Os senhores Emerson Tadeu Gonçalves Rici, diretor geral em exercício da ABRADES até o final desta sessão, o senhor Silmar Marcelo Mica Junior, diretor administrativo em exercício da ABRADES até o final desta sessão, a senhora Andreyska D'jorgia Katianee Batista, presidente do Conselho Fiscal em exercício da ABRADES até o final desta sessão, o senhor Marcio Adilson Sotello, vice-presidente do Conselho Fiscal em exercício da ABRADES até o final desta sessão, o senhor Regis de Almeida Ribeiro, suplente do Conselho Fiscal em exercício da ABRADES até o final desta sessão, o senhor Ewerton Donizeti Gonçalves Rici, representante do Poder Público em exercício da ABRADES até o final desta sessão, o senhor Jose Rubens Alcantara Madureira, representante do Poder Público em exercício da ABRADES até o final desta sessão, o senhor Paul Eduardo Gomez Zambrano, representante de entidade da sociedade civil em exercício da ABRADES até o final desta sessão, a senhora Laura Rusycki dos Santos, representante de entidade da sociedade civil em exercício da ABRADES até o final desta sessão, o senhor Andre Bernardi, representante integrante do conselho com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral em exercício da ABRADES até o final desta sessão, manifestaram seu interesse em se manter nos cargos, conforme definido na 13ª AGE. Dessa forma, o Sr. Presidente deu início ao processo de provimento dos cargos, pedindo que os presentes manifestassem suas intenções em candidatar-se aos cargos vagos para Diretoria, para o Conselho Fiscal e Conselho Superior de Administração, a

6º SERVENTIA NOTARIAL - CURITIBA/PR  
RECONHECIMENTO DE FIRMA NO VERSO

saber: Diretor Geral, Diretor Administrativo, Diretor Técnico, Presidente do Conselho fiscal, Vice-presidente do Conselho Fiscal e Suplente do Conselho Fiscal. Tendo os membros presentes manifestado suas vontades de manter os cargos supracitados, e não havendo nenhuma disposição em contrário dos demais presentes, foi votada e aceita por unanimidade. Em seguida, deu-se a eleição dos membros para os cargos vacantes em virtude das manifestadas intenções de renúncia, bem como do encerramento dos mandatos antes definidos, a saber: Diretor Técnico, em número de um (1); Representantes do Poder Público, em número de um (1); Representantes de entidades da sociedade civil, em número de um (1); Eleito pelos integrantes do conselho com notória capacidade profissional e idoneidade moral, em número de um (1); Eleito entre os associados da ABRADES em número de um (1); e Eleito entre os empregados da entidade, em número de um (1). Foram eleitos, por aclamação, pela Assembleia Geral os seguintes membros: **Diretor Técnico:** Daniely Mendes de Moraes, brasileira, solteira, Técnica de enfermagem, portadora da cédula de identidade RG nº 15.496.607-28 SSP/PR e do CPF nº 376.073.468-56, residente e domiciliada à Rua Daniel Comboni, nº 99, Curitiba/PR; **Representantes do Poder Público:** Claudia Tamura Rici, brasileira, casada, médica, portadora da cédula de identidade RG nº 14.507.915-2 SSP/PR e do CPF nº 202.800.518-16, residente e domiciliada à Rua Petit Carneiro, nº 771 – apto 21, Curitiba/PR; **Representante de entidade da sociedade civil:** Marcos Sousa do Nascimento, brasileiro, solteiro, técnico em contabilidade, portador da cédula de identidade RG nº 3126271 SSP/DF e do CPF nº 019.678.411-52, residente e domiciliado à Rua Comendador Fontana, 235 - apto 206, Curitiba-PR. Finalmente, os membros do Conselho de Administração elegeram a **Eleita pelos integrantes do conselho com capacidade profissional:** Elisângela Aparecida dos Santos, brasileira, casada, contadora, portadora da cédula de identidade RG nº 7.701.843-3 SSP/PR e do CPF nº 024.699.779-67, residente e domiciliada à Rua Julio Mesquita, nº 39 – casa 74, Curitiba/PR; a **Eleita entre os associados da ABRADES:** Miriam Juliette de Araujo da Silva Zafatoski, brasileira, casada, coordenadora financeira, portadora da cédula de identidade RG nº 10.364.4954-4 SSP/PR e do CPF nº 070.910.759-51, residente e domiciliada à Rua Beato Gaspar Stanggassinger, nº 505, Curitiba/PR, e a **Eleita entre os empregados da entidade:** Francielle Hericks da Silva de Lara, brasileira, casada, assistente contábil, portadora da cédula de identidade RG nº 8.469.120-8 SSP/PR e do CPF nº 050.255.939-05, residente e domiciliada à Rua Dedaleiro, nº 177, Fazenda Rio Grande/PR. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a todos pela presença e deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, junto à qual segue os cargos e seus respectivos membros eleitos e o mapa de apuração das eleições. Todos vão devidamente assinados para que se cumpram os fins legais, seguido das assinaturas devidas, para registro no cartório competente e averbação de praxe.\*\*\*\*\*

Ribeirão Preto (SP), 25 de novembro de 2020.

6º TABELIONATO  
CURITIBA - PR

Emerson Tadeu Gonçalves Rici

Presidente

6º TABELIONATO  
CURITIBA - PR

Claudia Tamura Rici

Secretária

Nathaniel Velloso Ribeiro  
08/01/21





 Rua Emiliano Perneta, 160 - Curitiba - PR - CEP 80.010-050  
Tabelionato 41 3232-2109 | [www.6notas.com.br](http://www.6notas.com.br) | [contato@6notas.com.br](mailto:contato@6notas.com.br)  
Tabelião: Marcio Machado Teixeira

**Reconheço por VERDADEIRO a(s) firma(s) de**

[1u7DVVQ1]-EMERSON TADEU GONCALVES RICI.....  
[1u7DVoC0]-CLAUDIA TAMURA RICI.....

Em testemunho  da verdade.  
CURITIBA, 08 de Janeiro de 2021.  
114-TIAGO APARECIDO SOARES ZIGNANI-ESCREVENTE  
Valde esse selo em: <http://funarpen.com.br>  
FUNARPEN - SELO DIGITAL: 1813894CVAA00000006817214







MAPA DE APURAÇÃO

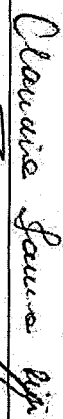


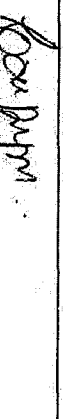
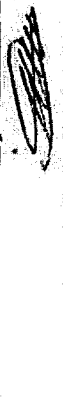


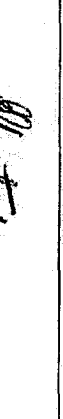


Décima Sexta Assembleia Geral Extraordinária (AGE) - Datada de 25/11/2020 - Eleição de novos membros

CATEGORIA	TOTAL DE ELEITORES	BRANCOS	NULOS	TOTAL DE VOTOS	% DE VOTANTES
Décima Sexta Assembleia Geral Extraordinária (AGE) (25/11/2020)	20	00	00	20	100%

Composição dos Membros eleitos para cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal e respectivos mandatos para o período de 02/02/2021 a 01/02/2025

MEMBROS ELEITOS DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL				
NOME DO MEMBRO	CARGO	MANDATO	ASSINATURA	
Emerson Tadeu Gonçalves Rici	Diretor Geral /	4 anos		
Silmar Marcelo Mica Junior	Diretor Administrativo /	4 anos		
Daniely Mendes de Moraes	Diretora Técnica /	4 anos		
Andreyska Djorgia Katianee Batista	Conselheira Fiscal /	4 anos		
Marcio Adilson Sotello	Conselheiro Fiscal /	4 anos		
Regis de Almeida Ribeiro	Suplente do Conselho Fiscal /	4 anos		

Composição dos Membros eleitos para cargos do Conselho Superior de Administração e respectivos mandatos para o período de  
02/02/2021 a 01/02/2025

MEMBROS ELEITOS DO CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO			
NOME DO MEMBRO	CARGO	MANDATO	ASSINATURA
Claudia Tamura Ricci ✓	Representante do Poder Público ✓	4 anos	
Ewerton Donizeti Gonçalves Ricci	Representante do Poder Público	4 anos	
José Rubens Alcântara Madureira	Representante do Poder Público	4 anos	
Paul Eduardo Gomez Zambrano	Representante de entidade da sociedade civil	4 anos	
Laura Rusycki dos Santos	Representante de entidade da sociedade civil	4 anos	
Marcos Sousa do Nascimento ✓	Representante de entidade da sociedade civil	2 anos	
Miriam J. de Araujo da Silva Zafatoski ✓	Eleita entre os associados da ABRADES	2 anos	
Andre Bernardi	Eleitos pelos integrantes do conselho com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral ✓	4 anos	
Elisângela Aparecida dos Santos ✓	Eleitos pelos integrantes do conselho com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral	2 anos	
Francielle Hericks da Silva de Lara ✓	Eleita entre os empregados da entidade	2 anos	





**COMPOSIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO**  
**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES**  
**EMPOSSADOS NA DÉCIMA SEXTA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA -**  
**25/11/2020**

**Representante do Poder Público:** Claudia Tamura Rici, brasileira, casada, médica, portadora da cédula de identidade RG nº 14.507.915-2 SSP/PR e do CPF nº 202.800.518-16, residente e domiciliada à Rua Petit Carneiro, nº 771 - apto 21, Curitiba/PR;

**Representante do Poder Público:** Ewerton Donizeti Gonçalves Rici, brasileiro, solteiro, professor, portador da cédula de identidade RG nº 25.455.761-2 SSP/PR e do CPF nº 286.752.218-86, residente e domiciliado à Rua Cipriano de Almeida Coelho, nº 46, Ituverava/SP;

**Representante do Poder Público:** José Rubens Alcântara Madureira, brasileiro, casado, médico, portador da cédula de identidade RG nº 9.718.478 SSP/PR e do CPF nº 210.920.369-20, residente e domiciliado à Alameda das Magnólias, nº 86, Curitiba/PR;

**Representante de entidade da sociedade civil:** Paul Eduardo Gomez Zambrano, estrangeiro, solteiro, médico, portador da cédula do RNE nº V150093-F e do CPF nº 003.548.699-65, residente e domiciliado à Rua Euclides da Cunha, nº 1.387 - apto 101, Curitiba/PR;

**Representante de entidade da sociedade civil:** Marcos Sousa do Nascimento, brasileiro, solteiro, técnico em contabilidade, portador da cédula de identidade RG nº 3126271 SSP/DF e do CPF nº 019.678.411-52, residente e domiciliado à Rua Comendador Fontana, 235 - apto 206, Curitiba-PR

**Representante de entidade da sociedade civil:** Laura Rusycki dos Santos, brasileira, casada, secretária, portadora da cédula de identidade RG nº 5.649.649-1 SSP/PR e do CPF nº 066.650.439-32, residente e domiciliada à Rua Emanuel Voluz, nº 716, Curitiba/PR;

**Eleita entre associado da ABRADES:** Miriam Juliette de Araujo da Silva Zafatoski, brasileira, casada, coordenadora financeira, portadora da cédula de identidade RG nº 10.364.4954-4 SSP/PR e do CPF nº 070.910.759-51, residente e domiciliada à Rua Beato Gaspar Stanggassinger, nº 505, Curitiba/PR;

**Eleito pelos integrantes do conselho com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral:** Elisangela Aparecida dos Santos, brasileira, casada, contadora, portadora da cédula de identidade RG nº 7.701.843-3 SSP/PR e do CPF nº 024.699.779-67, residente e domiciliada à Rua Julio Mesquita, nº 39 - casa 74, Curitiba/PR

**Eleito pelos integrantes do conselho com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral:** Andre Bernardi, brasileiro, casado, médico, portador da cédula de identidade RG nº 3.295.136 SSP/SC e do CPF nº 022.698.589-05, residente e domiciliado à Rua Eduardo Sprada, nº 630 - casa 2, Curitiba/PR;

*[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including a large checkmark on the left and several cursive signatures across the bottom.]*



**Eleita dentre os empregados da entidade:** Francielle Hericks da Silva de Lara, brasileira, casada, assistente contábil, portadora da cédula de identidade RG nº 8.469.120-8 SSP/PR e do CPF nº 050.255.939-05, residente e domiciliada à Rua Dedaleiro, nº 177, Fazenda Rio Grande/PR

6º SERVENTIA NOTARIAL - CURITIBA/PR  
RECONHECIMENTO DE FIRMA NO VERSO



*Claudia Tamura Rici*  
**Claudia Tamura Rici**



*Ewerton Donizeti Gonçalves Rici*  
**Ewerton Donizeti Gonçalves Rici**



*José Rubens Alcântara Madureira*  
**José Rubens Alcântara Madureira**



*Paul Eduardo Gomez Zambrano*  
**Paul Eduardo Gomez Zambrano**



*Marcos Sousa do Nascimento*  
**Marcos Sousa do Nascimento**



*Laura Rusycki dos Santos*  
**Laura Rusycki dos Santos**



*Miriam J. de Araujo da Silva Zafatoski*  
**Miriam J. de Araujo da Silva Zafatoski**



*Elisangela Aparecida dos Santos*  
**Elisangela Aparecida dos Santos**



*Andre Bernardi*  
**Andre Bernardi**



*Francielle H. Silva Lara*  
**Francielle Hericks da Silva de Lara**

*[Handwritten signatures and marks]*



6ª Rua Emiliano Perneta, 160 - Curitiba - PR - CEP 80.010-050  
Tabelionato 41 3232-2109 | www.6notas.com.br | contato@6notas.com.br  
Tabelião: Marco Machado Teixeira

Reconheço por VERDADEIRO (e) a(s) seguinte(s):

[1u7Dv0c2] - CLAUDIA TAMURA RICI .....  
[1u7Dap41] - EWERTON DONIZETI GONCALVES RICI .....  
[1u7DS231] - JOSE RUBENS ALCANTARA MADUREIRA .....  
[1u7Dap51] - PAUL EDUARDO GOMEZ ZAMERANO .....



Em testemunho da verdade.

CURITIBA, 08 de Janeiro de 2021

114-TIAGO APARECIDO SOARES ZIGNANI-ESCREVENTE

Valde esse selo em: <http://funarpen.com.br>

FUNARPEN - SELO DIGITAL: 1813894CVAA0000000683221C



6ª Rua Emiliano Perneta, 160 - Curitiba - PR - CEP 80.010-050  
Tabelionato 41 3232-2109 | www.6notas.com.br | contato@6notas.com.br  
Tabelião: Marco Machado Teixeira

Reconheço por VERDADEIRO (e) a(s) seguinte(s):

[1u7DjPa0] - MARCOS SOUSA DO NASCIMENTO .....  
[1u7Dap60] - LAURA RUSYCKI DOS SANTOS .....  
[1u7D1720] - ELISANGELA APARECIDA DOS SANTOS .....  
[1u7Dg1E0] - ANDRE BERNARDI .....



Em testemunho da verdade.

CURITIBA, 08 de Janeiro de 2021

114-TIAGO APARECIDO SOARES ZIGNANI-ESCREVENTE

Valde esse selo em: <http://funarpen.com.br>

FUNARPEN - SELO DIGITAL: 1813894CVAA00000006826215



6ª Rua Emiliano Perneta, 160 - Curitiba - PR - CEP 80.010-050  
Tabelionato 41 3232-2109 | www.6notas.com.br | contato@6notas.com.br  
Tabelião: Marco Machado Teixeira

Reconheço por VERDADEIRO (e) a(s) seguinte(s):

[1u7DawU0] - FRANCIELLE HERICKS DA SILVA DE LARA .....  
[1u7Djdm0] - MIRIAM JULIETE DE ARAUJO DA SILVA ZAFATOSKI .....



Em testemunho da verdade.

CURITIBA, 08 de Janeiro de 2021

114-TIAGO APARECIDO SOARES ZIGNANI-ESCREVENTE

Valde esse selo em: <http://funarpen.com.br>

FUNARPEN - SELO DIGITAL: 1813894CVAA0000000683021G



## COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

### ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE – ABRADES


#### EMPOSSADOS NA DÉCIMA SEXTA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – 25/11/2020





**Diretor Geral:** Emerson Tadeu Gonçalves Rici, brasileiro, casado, contabilista, portador da cédula de identidade RG nº 25.456.137-8 SSP/SP e do CPF nº 136.754.338-03, residente e domiciliado à Rua Petit Carneiro, nº 771 – apto 21, Curitiba/PR;

**Diretor Administrativo:** Silmar Marcelo Mica Junior, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 43.479.916-6 e do CPF nº 348.667.708-05, residente e domiciliado à Rua João Nutti, nº 2.215 – apto 22, Ribeirão Preto/SP;

**Diretor Técnico:** Daniely Mendes de Moraes, brasileira, solteira, Técnica de enfermagem, portadores da cédula de identidade RG nº 15.496.607-28 SSP/PR e do CPF nº 376.073.468-56, residente e domiciliada à Rua Daniel Comboni, nº 99, Curitiba/PR.

  
6.º TABELIONATO  
CURITIBA - PR.  
**Emerson Tadeu Gonçalves Rici**

  
6.º TABELIONATO  
CURITIBA - PR.  
**Silmar Marcelo Mica Junior**

  
6.º TABELIONATO  
CURITIBA - PR.  
**Daniely Mendes de Moraes**

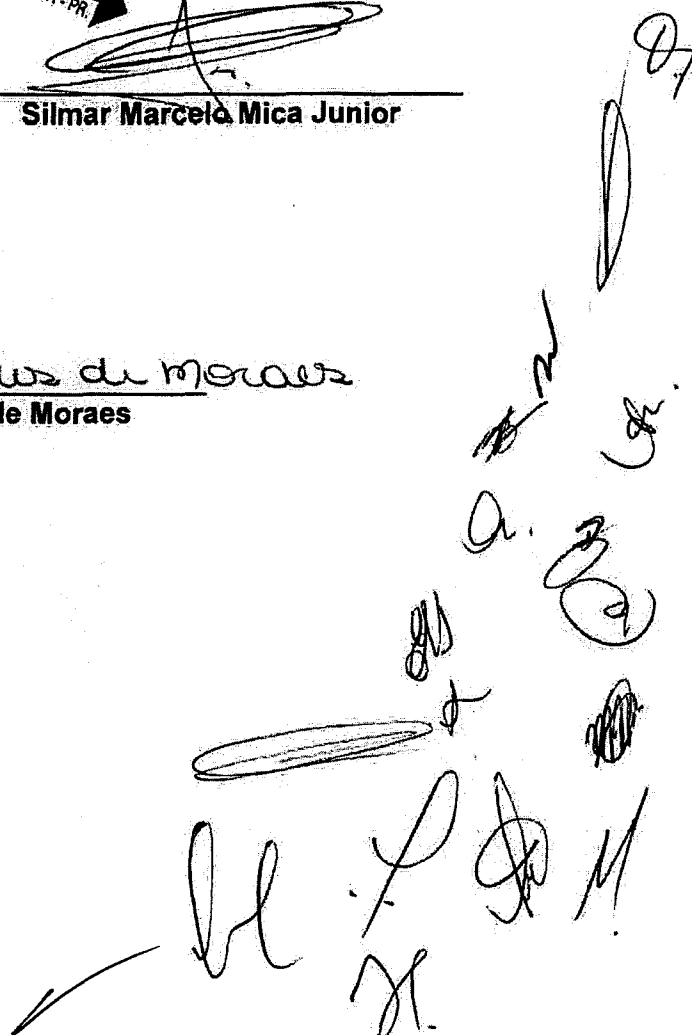
6.º TABELIONATO  
CURITIBA - PR.

Reconheço por VERDADEIRO a(s) assinatura(s):

[1u7DVVQ0]-EMERSON TADEU GONÇALVES RICCI  
[1u7Dap30]-SILMAR MARCELO MICA JUNIOR  
[1u7Djdj0]-DANIELY MENDES DE MORAES

Em testemunho da verdade,  
CURITIBA, 08 de Janeiro de 2021  
114-TIAGO APARECIDO SOARES ZIGNANI-ESCREVENTE  
Valide esse selo em <http://funarpen.com.br>  
FUNARPEN - SELO DIGITAL: 1813894CVAA0000000861221E







## COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

### ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE – ABRADES

#### EMPOSSADOS NA DÉCIMA SEXTA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – 25/11/2020

**Membro Efetivo:** Andreyska D'jorgia Katianee Batista, brasileira, solteira, analista contábil, portadora da cédula de identidade RG nº 9.709.189-7 SSP/PR e do CPF nº 010.900.429-90, residente e domiciliada à Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel, nº 13.328, apto 3106, bloco 3, Pinhais/PR.

**Membro Efetivo:** Marcio Adilson Sotello, brasileiro, solteiro, analista financeiro, portador da cédula de identidade RG nº 8.433.382-4 e do CPF nº 041.771.259-62, residente e domiciliado à Rua Oyapock, nº 259 – apto 311, Curitiba/PR;

**Suplente:** Regis de Almeida Ribeiro, brasileiro, solteiro, administrador de empresa, portador da cédula de identidade RG nº 25.953.057-8 SSP/SP e do CPF nº 070.663.738-04, residente e domiciliado à Rua Palmeiras, nº 698 – apto 31, Curitiba/PR.



*Andreyska D'jorgia Katianee Batista*  
Andreyska D'jorgia Katianee Batista



*Marcio Adilson Sotello*  
Marcio Adilson Sotello



*Regis de Almeida Ribeiro*  
Regis de Almeida Ribeiro

5.º Tabelionato de Notas  
Rua Emiliano Perneta, 160 - Curitiba - PR - CEP 80.010-050  
41 3232-2109 | www.6notas.com.br | contato@6notas.com.br  
Tabelião: Marcio Machado Teixeira

**Reconheço por VERDADEIRO a(s) firma(s) de:**

[1U7DS110]-ANDREYSKA D JORGIA KATIANEE BATISTA  
[1U7DWB80]-MARCIO ADILSON SOTELLO  
[1U7DWB80]-REGIS DE ALMEIDA RIBEIRO

Em testemunho da verdade,  
CURITIBA, 08 de Janeiro de 2021.  
114-TIAGO APARECIDO SOARES ZIGNANI-ESCREVENTE  
Valde esse selo em: <http://funarpen.com.br>  
FUNARPEN - SELO DIGITAL: 1813894CVAA00000006609211



*[Handwritten signatures and initials]*



**LISTA DE PRESENÇA**

**Décima Sexta Assembleia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE – ABRADES.**

**Data: 25/11/2020 – Quarta-feira - às 20h. Local: Avenida Paranapanema, nº. 1.343 SALA 5 - Ribeirão Preto/SP. Pauta: Remanejamento de membros da Diretoria e eleição de novos membros.**

	NOME	RG	ASSINATURA
1.	Andreyka Djorgia Kociama Brito	9709189-7	
2.	Donieley Mendes de Menezes	154966072	Donieley Mendes
3.	Pamela Paula de Carvalho	10527272-3	
4.	Maria Sene de Faria	3126271	
5.	Adilson de Souza	6364959-4	
6.	Adilson de Souza	87333809	Adilson
7.	Daniel M. Lymmermann	5350416-7	
8.	Silvan Marcelo Lima Junior	43479516-6	
9.	Francielle M. Silva Lora	8468120-8	
10.	Raissa Ruyter Santos	5646.646-1	Raissa Ruyter
11.	Emerson Tasso G. Rici	25456137-8	Emerson
12.	Regis de Almeida Ribeiro	25.953057-8	
13.	Claudio Iguaçu	22.625.467-7	Claudio
14.	Roberto A. Madureira	971847-8	
15.	Elisângela A. dos Santos	77018433	Elisângela
16.	Vanessa A. Almeida Costa	7.716.762-0	
17.	AUDRE BEZERRA	3295136	
18.	PAUL EDUARDO GONZES ZAMBARDI	VAT0093-F	
19.	Nathaniel Kleisa Velloso Ribeiro	93682335	
20.	LUERTON D. G. RICI	25455761-2	

Em tempo, onde se lê. "SALA 05" o correto

é "SALA 03"



**OFICIAL DE RTD E CIVIL PJ RIBEIRÃO PRETO-SP**

**CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR Nº 17.476:** Certifico que a presente certidão é constituída de 32 páginas e foi extraída do documento registrado sob o número 53.541 em 28/07/2021 referente a alteração de estatuto social pertencente a denominação "ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES" inscrita sob o CNPJ nº 10.857.726/0001-07 neste OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE RIBEIRÃO PRETO-SP. Certifico, ainda, que a presente certidão possui o mesmo valor probante do documento original para todos os fins de Direito, seja em Juízo ou fora dele, nos termos dos artigos 161 da Lei n. 6.015/73 e 217 da Lei 10.406/02. RIBEIRÃO PRETO/SP, 26 de Dezembro de 2022. OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE RIBEIRÃO PRETO-SP, CNPJ 05.681.976/0001-90. [Cartorio R\$: 149,18, Estado R\$: 42,57, Ipesp R\$: 28,93, Sinoreg R\$: 7,80, Trib.Juстиça R\$: 10,39, MP R\$: 7,15, ISS R\$: 2,93, Outros R\$: 0,00, Santa Casa R\$: 0,00] - Total R\$: 248,95

Documento assinado digitalmente em Conformidade do Padrão Brasileiro de Assinatura Digital, padrão ICP-Brasil. Validação do atributo de assinatura digital <https://valida.rtdribeirao.com.br/documento/5ba9c016>. Este é um documento público eletrônico, emitido nos termos da Medida Provisória de nº 2200-2, de 24/08/2001. Verifique a Integridade do documento registrado acessando através do QR Code ao lado.



Para verificar a autenticidade do documento, acesse o site <https://selodigital.tjsp.jus.br>

**Selo Digital 1211294CEDM000017476DM22Y**



# ATA DA DÉCIMA SÉTIMA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (AGE)

## ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES

Ata da Décima Sétima Assembleia Geral Extraordinária (AGE), que teve como pauta os seguintes itens: Abertura de filial, Registro do regimento de compras, Parecer do Conselho Fiscal e o Desligamento, Ajuste nas atividades da entidade e alteração de membros. A Décima Sétima Assembleia Geral Extraordinária (AGE) foi realizada no vigésimo sexto dia do mês de março de dois mil e vinte e um (26/03/2021), a partir das vinte horas (20 h). Convocados que foram previamente, conforme edital de convocação datado do nono dia do mês de março de dois mil e vinte e um (09/03/2021). Em atendimento ao Estatuto Social, em seu Artigo 16, o qual se encontra protocolado, registrado em microfilme sob nº. 044662 pelo Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de Ribeirão Preto (SP). A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES está inscrita no CNPJ/MF sob nº. 10.857.726/0001-07, que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, com independência administrativa e financeira, em caráter de segmento comunitário, entidade civil sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro à Avenida Paranapanema, n. 1.343, sala 3, Bairro Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP, regida pelo seu Estatuto Social. Reuniram-se para a Décima Sétima Assembleia Geral Extraordinária (AGE) atendendo a convocação do edital, previamente feita a todos os interessados, maiores e capazes, de realizar este ato, que à entrada assinaram a folha de presença anexa. Aberta a sessão, e depois de verificadas e conferidas às presenças das pessoas presentes, constatando-se o "quorum" necessário em primeira convocação à realização desta Décima Sétima Assembleia Geral Extraordinária (AGE), pedindo a palavra, o presidente Sr. Emerson Tadeu Gonçalves Rici convidou a mim, Claudia Tamara Rici, para secretariar o ato. Dando continuidade à assembleia, os senhores Laura Rusycki dos Santos, Francielle Hericks da Silva de Lara, Andreyska D'jorgia Katiane Batista e Marcio Adilson Sotello manifestaram suas vontades de se desligar do quadro de componentes da ABRADES, conforme cartas de demissão anteriormente enviadas ao sr. Presidente. Dessa forma, o Sr. Presidente deu início ao processo de provimento dos cargos, pedindo que os presentes manifestassem suas intenções em candidatar-se aos cargos vagos para Diretoria, para o Conselho Fiscal e Conselho Superior de Administração, a saber: Diretor Geral, Diretor Administrativo, Diretor Técnico, Presidente do Conselho fiscal, Vice-presidente do Conselho Fiscal e Suplente do Conselho Fiscal. Tendo os membros presentes manifestado suas vontades de manter os cargos supracitados, e não havendo nenhuma disposição em contrário dos demais presentes, foi votada e aceita por unanimidade. Em seguida, deu-se a eleição dos membros para os cargos vacantes em virtude das manifestadas intenções de renúncia, a saber: Conselheiro Fiscal, em número de dois (2); Representantes de entidades da sociedade civil, em número de um (1); e Eleito entre os empregados da entidade, em número de um (1). Foram eleitos, por aclamação, pela Assembleia Geral os seguintes membros: Conselheiro Fiscal: Maristela Aparecida Alves Monteiro, brasileira, solteira, Contadora, portadora da cédula de identidade RG nº 7.736.699-7 SSP/PR e do CPF nº 029.813.749-66, residente e domiciliada à Rua Amazonas, nº 850, Ap 11, Bloco B, Curitiba/PR; Conselheiro Fiscal: Fernanda Godoi Goulart Edoardo, brasileira, solteira, Contadora, portadora da cédula de identidade RG nº 8.774.655-0 SSP/PR e do CPF nº 055.285.449-20, residente e domiciliada à Rua Rogério Xavier



Rocha Loures, nº 289, Curitiba/PR; Representante de entidade da sociedade civil: Debora Cristiane Ferreira, brasileira, solteira, assistente de departamento pessoal, portadora da cédula de identidade RG nº 9.370.838-2 SSP/PR e do CPF nº 045.602.389-52, residente e domiciliado à Rua Professor Thales de Souza e Silva, 1211, Apto 304, São José dos Pinhais/PR. Finalmente, os membros do Conselho de Administração elegeram a Eleito entre os empregados da entidade: João Victor de Mello Mica, brasileiro, solteiro, assistente administrativo, portador da cédula de identidade RG nº 56.558.963-5 SSP/SP e do CPF nº 453.875.008-50, residente e domiciliado à Rua Benedicta Rodrigues Domingos, nº 889, Apto 11, Bloco 13, Ribeirão Preto/SP. Dando continuidade à assembléia, o presidente em exercício, expôs a necessidade da exclusão e a adequação das atividades exercidas pela entidade e justificando em ajusta-las em seu CNPJ para atender as exigências do parecer do CRM-SP para a manutenção do registro da entidade (retirando ou incluindo as atividades conforme orientação técnica e objetivos estatutários). Seguem as descrições das atividades da entidade: Atividades de apoio à gestão de saúde (86.660-7-00), Atividade médica ambulatorial restrita a consultas (86.30-5-03), Atividades associativas não especificadas anteriormente, na área médica (94.99-5-00), Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente (86.30-5-99), Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente, na área médica (86.90-9-99) e Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências (86.10-1-01). O Sr. Presidente, então, perguntou aos membros presentes se todos estavam de acordo com a alteração e adequação das atividades. Tendo recebido respostas afirmativas, o presidente em exercício, expôs a necessidade desta assembléia para a abertura da filial da Instituição nos seguinte endereço: Rua José Maria Hannickel, n. 150, Sala 55, Edifício Comercial Tokio, Jardim Portal da Colina, Sorocaba/SP, CEP 18.047-360. Após uma breve explanação do presidente acerca dos motivos para a abertura da filial, foram dados aos membros presentes alguns minutos para discussão da proposta. Após deliberação dos membros, decidiu-se pela abertura da filial mantendo-se a mesma estrutura e membros da Diretoria. O Sr. Presidente, então, perguntou aos membros presentes se todos estavam de acordo com a abertura da filial, com manutenção dos membros da Diretoria. Tendo recebido respostas afirmativas por todos os membros, o Sr. Emerson Rici solicitou que fossem tomadas as ações legais para a abertura da filial da ABRADES no endereço supracitado e adequação das atividades da associação. Em seguida o Sr. Presidente apresentou o Parecer do Conselho Fiscal e a atualização para registro do Regimento de Compras da ABRADES. Após uma breve explanação foram dados aos membros alguns minutos para a discussão e aprovação. Tendo os membros presentes manifestado suas vontades e não havendo nenhuma disposição em contrário dos demais presentes, foi aceita por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a todos pela presença e deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, junto à qual segue os cargos e seus respectivos membros eleitos, o mapa de apuração das eleições, o Parecer do Conselho Fiscal e o Regimento de Compras. Todos vão devidamente assinados para que se cumpram os fins legais, seguido das assinaturas devidas, para registro no cartório competente e averbação de praxe.\*\*\*\*\*

SEMPRE NOTARIAL - CURITIBA/PR  
RECONHECIMENTO DE FIRMA NO VERBO



Ribeirão Preto (SP), 26 de março de 2021.

Emerson Tadeu Gonçalves Rici  
Presidente

Claudia Tamura Rici  
Secretária



 Rua Evellano Ferreira, 150 - CarRibe - PE - CEP 00.010-050  
 Telefone: 41 3232-3100 | [www.funarpen.com.br](http://www.funarpen.com.br) | [convato@funarpen.com.br](mailto:convato@funarpen.com.br)  
 e-mail: [convato@funarpen.com.br](mailto:convato@funarpen.com.br)

**RECORDE DO VERDADEIRO CONVATO**  
 (TRANSP) - NATHANIELA RELOTEZ VILAS  
 (TRANSP) - NATHANIELA RELOTEZ VILAS  
 Enunciado: 2  
 CLUTINA: 10 de Abril de 2017  
 114-TIAGO APARECIDO SOARES ZIGANG-ESCREVENTE  
 Voto 0666666 em: <http://funarpen.com.br>  
 FUNARPEN - SELO DIGITAL: 181366CVAA000001860621V



 Rua Evellano Ferreira, 150 - CarRibe - PE - CEP 00.010-050  
 Telefone: 41 3232-3100 | [www.funarpen.com.br](http://www.funarpen.com.br) | [convato@funarpen.com.br](mailto:convato@funarpen.com.br)  
 e-mail: [convato@funarpen.com.br](mailto:convato@funarpen.com.br)

**RECORDE DO VERDADEIRO CONVATO**  
 (TRANSP) - INERSON TADEU CONCEIÇÃO RIBEIRO  
 (TRANSP) - CLAUDIA SAMARA RIBEIRO  
 Enunciado: 2  
 CLUTINA: 10 de Abril de 2017  
 114-TIAGO APARECIDO SOARES ZIGANG-ESCREVENTE  
 Voto 0666666 em: <http://funarpen.com.br>  
 FUNARPEN - SELO DIGITAL: 181366CVAA000001861821V

Exmo. Sr.

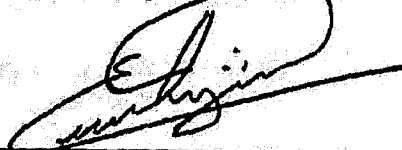
Oficial de Registro e Documentos Civil de Pessoa Jurídica de Ribeirão Preto (SP)  
Avenida Costábile Romano, 967  
Ribeirão Preto – Estado de São Paulo

**Emerson Tadeu Gonçalves Rici**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Curitiba (PR), à Rua Petit Carneiro, nº 771 – Bairro Água Verde, CEP 80.240-050; portador da cédula de Identidade RG nº. 25.456.137-8 SSP/SP e do CPF/MF nº. 136.754.338-03, Presidente da Diretoria da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE – ABRADES** inscrita no CNPJ/MF 10.857.726/0001-07, situada à na Rua Parapanema, 1.343 – sala 3 – Ribeirão Preto (SP), vem à presença de V.Sa., mui respeitosamente, requerer que se digne conceder-lhe o registro da **Décima Sétima Assembleia Geral Extraordinária da ABRADES: Abertura de filial, Registro do regimento de compras, parecer do Conselho Fiscal e o Desligamento e alteração de membros.**

Termos em que,

P. Deferimento

Ribeirão Preto, 14 de junho de 2024



**Emerson Tadeu Gonçalves Rici**  
**Presidente**

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### DÉCIMA SÉTIMA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Datada de 26/03/2021

### ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES

Pelo presente edital, ficam convidados todos a quem possa interessar, a fim de se reunirem para a DÉCIMA SÉTIMA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES, com sede à Avenida Paranapanema, n. 1.343, sala 3, Bairro Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP, no dia 26 de março de 2021, às 20h em primeira convocação, e em segunda convocação 30 (trinta) minutos após.

**Pauta:** Abertura de filial, Registro do regimento de compras, Parecer do Conselho Fiscal, Ajuste nas atividades da entidade e o Desligamento e alteração de membros.

Ribeirão Preto (SP), 09 de março de 2021.

8ª SEVENTIMA NOTARIAL - CURITIBA/PR  
RECONHECIMENTO DE FIMMA NO VERBO

Emerson Tadeu Gonçalves Ric  
Presidente

ANTONIO CARLOS PEREIRA  
RUA LUIZ GOMES DE OLIVEIRA, 100



10/10/10





# MAPA DE APURAÇÃO



Décima Sétima Assembleia Geral Extraordinária (AGE) - Datada de 26/03/2021 - Eleição de novos membros

CATEGORIA	TOTAL DE ELEITORES	BRANCOS	NULOS	TOTAL DE VOTOS	% DE VOTANTES
Décima Sétima Assembleia Geral Extraordinária (AGE) (26/03/2021)	20	00	00	20	100%

Composição dos Membros eleitos para cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal e respectivos mandatos

MEMBROS ELEITOS DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL			
NOME DO MEMBRO	CARGO	MANDATO	ASSINATURA
Maristela Aparecida Alves Monteiro	Conselheira Fiscal	4 anos	
Fernanda Godoi Goulart Edoardo	Conselheiro Fiscal	4 anos	

Composição dos Membros eleitos para cargos do Conselho Superior de Administração e respectivos mandatos

MEMBROS ELEITOS DO CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO			
NOME DO MEMBRO	CARGO	MANDATO	ASSINATURA
Debora Cristiane Ferreira	Representante de entidade da sociedade civil	4 anos	
João Victor de Mello Mica	Eleito entre os empregados da entidade	2 anos	

Rua Emiliano Peres, 149 - Curitiba - PR - CEP 80.010-050  
Fone/Fax: 41 3212-2109 | [www.furta.com.br](http://www.furta.com.br) | [contato@furta.com.br](mailto:contato@furta.com.br)  
E-mail: [contato@furta.com.br](mailto:contato@furta.com.br)

**TESTEMUNHO DE VERDADE**  
(7986760) - EXERCIÇÃO - TABSU - COMISSÃO - 149

Por este documento  
CURITIBA, 14 de ABR de 2012  
14 - TIAGO APARECIDO SOARES ZIONANI - ESCRIVENTE  
Valde este pelo em [www.furta.com.br](http://www.furta.com.br)  
FUNAFEN - SELO DIGITAL: 1813864CVAA00000016918210

**COMPOSIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO**  
**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES**  
**EMPOSSADOS NA DÉCIMA SEXTA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA -**  
**26/03/2021**

**Representante do Poder Público:** Claudia Tamara Rici, brasileira, casada, médica, portadora da cédula de identidade RG nº 14.507.915-2 SSP/PR e do CPF nº 202.800.518-16, residente e domiciliada à Rua Petit Carneiro, nº 771 - apto 21, Curitiba/PR;

**Representante do Poder Público:** Ewerton Donizeti Gonçalves Rici, brasileiro, solteiro, professor, portador da cédula de identidade RG nº 25.455.761-2 SSP/PR e do CPF nº 286.752.218-86, residente e domiciliado à Rua Cipriano de Almeida Coelho, nº 46, Ituverava/SP;

**Representante do Poder Público:** José Rubens Alcântara Madureira, brasileiro, casado, médico, portador da cédula de identidade RG nº 9.718.478 SSP/PR e do CPF nº 210.920.369-20, residente e domiciliado à Alameda das Magnólias, nº 86, Curitiba/PR;

**Representante de entidade da sociedade civil:** Paul Eduardo Gomez Zambrano, estrangeiro, solteiro, médico, portador da cédula do RNE nº V150093-F e do CPF nº 003.548.699-85, residente e domiciliado à Rua Euclides da Cunha, nº 1.387 - apto 101, Curitiba/PR;

**Representante de entidade da sociedade civil:** Marcos Sousa do Nascimento, brasileiro, solteiro, técnico em contabilidade, portador da cédula de identidade RG nº 3126271 SSP/DF e do CPF nº 019.678.411-52, residente e domiciliado à Rua Comendador Fontana, 235 - apto 206, Curitiba-PR

**Representante de entidade da sociedade civil:** Debora Cristiane Ferreira, brasileira, solteira, assistente de departamento pessoal, portadora da cédula de identidade RG nº 9.370.638-2 SSP/PR e do CPF nº 045.602.389-52, residente e domiciliado à Rua Professor Thales de Souza e Silva, 1211, Apto 304, São José dos Pinhais/PR;

**Eleita entre associado da ABRADES:** Miriam Juliette de Araujo da Silva Zafatoski, brasileira, casada, coordenadora financeira, portadora da cédula de identidade RG nº 10.364.4954-4 SSP/PR e do CPF nº 070.910.759-51, residente e domiciliada à Rua Beato Gaspar Stanggassinger, nº 505, Curitiba/PR;

**Eleito pelos integrantes do conselho com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral:** Ellsângela Aparecida dos Santos, brasileira, casada, contadora, portadora da cédula de identidade RG nº 7.701.843-3 SSP/PR e do CPF nº 024.699.779-67, residente e domiciliada à Rua Julio Mesquita, nº 39 - casa 74, Curitiba/PR

**Eleito pelos integrantes do conselho com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral:** Andre Bernardi, brasileiro, casado, médico, portador da cédula de identidade RG nº 3.295.136 SSP/SC e do CPF nº 022.698.589-05, residente e domiciliado à Rua Eduardo Sprada, nº 630 - casa 2, Curitiba/PR;

Eleita dentre os empregados da entidade: João Victor de Mello Mica, brasileiro, solteiro, assistente administrativo, portador da cédula de identidade RG nº 58.558.983-5 SSP/SP e do CPF nº 453.875.008-50, residente e domiciliada à Rua Benedita Rodrigues Domingos, nº 889, Apto 11, Bloco 13, Ribeirão Preto/SP.

6ª TABELADO CURITIBA - PR  
Claudia Tamara Ricci  
Ewerton Donizeti Gonçalves Ricci  
6ª TABELADO CURITIBA - PR  
José Rubens Alcântara Madureira  
Paul Eduardo Gomez Zambrano  
6ª TABELADO CURITIBA - PR  
Marcos Sousa do Nascimento  
Debora Cristiane Ferreira  
6ª TABELADO CURITIBA - PR  
Miriap J. de Araujo da Silva Zafatoski  
Elisangela Aparecida dos Santos  
6ª TABELADO CURITIBA - PR  
Andre Bernardi  
João Victor de Mello Mica

8ª SERVENTIA NOTARIAL - CURITIBA/P.R.  
RECONHECIMENTO DE FIRMA NO VERSO


Rua Emiliano Pereira, 140 - Curitiba - PR - CEP 80.010-030  
41 3232-3109 | [www.funarpem.com.br](http://www.funarpem.com.br) | [contato@funotes.com.br](mailto:contato@funotes.com.br)  
Tribunal de Justiça do Paraná

**RECONHECIMENTO DE VERDADEIRO TITULO**

78602501 - CLAUDIA TASSARA RIGI  
78602502 - ANTONIO DOMESTICI GONCALVES  
78602503 - JOSE MURIEL ALCASTANI  
78602504 - PAUL EDUARDO JONES

Em testemunho do que se declara,  
CURITIBA, 18 de Abril de 2021.

114-TIAGO APARECIDO FORTES ZIGNAN-ESCREVENTE  
Valido esse selo ate: <http://funarpem.com.br>  
FUNARPEM - SELLO DIGITAL: 1813894CVAAD0000018621210




Rua Emiliano Pereira, 140 - Curitiba - PR - CEP 80.010-030  
41 3232-3109 | [www.funarpem.com.br](http://www.funarpem.com.br) | [contato@funotes.com.br](mailto:contato@funotes.com.br)  
Tribunal de Justiça do Paraná

**RECONHECIMENTO DE VERDADEIRO TITULO**

78602501 - MARCOS ROQUE DO NASCIMENTO  
78602502 - DEBORA CRISTIANE PERONATO  
78602503 - MIRIAM JULIETTE DE ABREU  
78602504 - ELISABETHA APARECIDA DE MATTOS

Em testemunho do que se declara,  
CURITIBA, 18 de Abril de 2021.

114-TIAGO APARECIDO FORTES ZIGNAN-ESCREVENTE  
Valido esse selo ate: <http://funarpem.com.br>  
FUNARPEM - SELLO DIGITAL: 1813894CVAAD0000018625215




Rua Emiliano Pereira, 140 - Curitiba - PR - CEP 80.010-030  
41 3232-3109 | [www.funarpem.com.br](http://www.funarpem.com.br) | [contato@funotes.com.br](mailto:contato@funotes.com.br)  
Tribunal de Justiça do Paraná

**RECONHECIMENTO DE VERDADEIRO TITULO**

78602501 - ANDRE BERNARDI  
78602502 - JOAO VICTOR DE MELLO NICH

Em testemunho do que se declara,  
CURITIBA, 18 de Abril de 2021.

114-TIAGO APARECIDO FORTES ZIGNAN-ESCREVENTE  
Valido esse selo ate: <http://funarpem.com.br>  
FUNARPEM - SELLO DIGITAL: 1813894CVAAD000001862821X



# COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES

EMPOSSADOS NA DÉCIMA SEXTA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA -  
26/03/2021

**Diretor Geral:** Emerson Tadeu Gonçalves Rici, brasileiro, casado, contabilista, portador da cédula de identidade RG nº 25.456.137-8 SSP/SP e do CPF nº 136.754.338-03, residente e domiciliado à Rua Petit Carneiro, nº 771 - apto 21, Curitiba/PR;

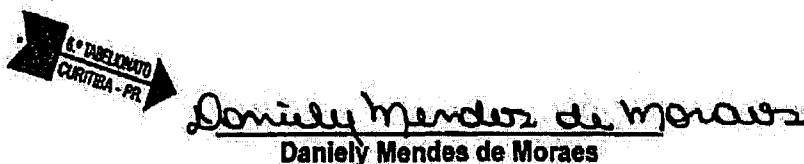
**Diretor Administrativo:** Silmar Marcelo Mica Junior, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 43.479.916-6 e do CPF nº 348.867.708-05, residente e domiciliado à Rua João Nutti, nº 2.215 - apto 22, Ribeirão Preto/SP;

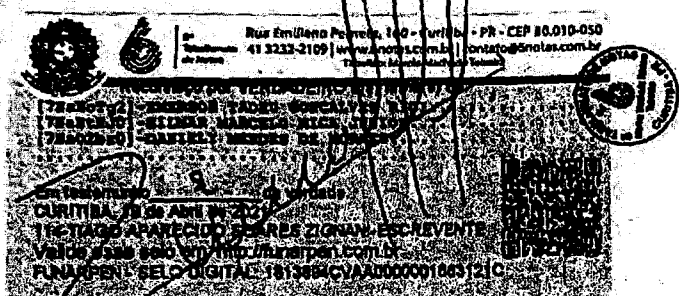
**Diretor Técnico:** Daniely Mendes de Moraes, brasileira, solteira, Técnica de enfermagem, portadores da cédula de identidade RG nº 15.496.607-28 SSP/PR e do CPF nº 376.073.468-56, residente e domiciliada à Rua Daniel Comboni, nº 99, Curitiba/PR.

6.º SERVENTIA NOTARIAL - CURITIBA/PR  
RECONHECIMENTO DE FIRMA NO VERSO

  
Emerson Tadeu Gonçalves Rici

  
Silmar Marcelo Mica Junior

  
Daniely Mendes de Moraes



# COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

## ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES

EMPOSSADOS NA DÉCIMA SEXTA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA -  
26/03/2021

**Membro Efetivo:** Maristela Aparecida Alves Monteiro, brasileira, solteira, Contadora, portadora da cédula de identidade RG nº 7.736.699-7 SSP/PR e do CPF nº 029.813.749-66, residente e domiciliada à Rua Amazonas, nº 850, Ap 11, Bloco B, Curitiba/PR.

**Membro Efetivo:** Fernanda Godói Goulart Edoardo, brasileira, solteira, Contadora, portadora da cédula de identidade RG nº 8.774.655-0 SSP/PR e do CPF nº 055.285.449-20, residente e domiciliada à Rua Rogério Xavier Rocha Loures, nº 289, Curitiba/PR;

**Suplente:** Regis de Almeida Ribeiro, brasileiro, solteiro, administrador de empresa, portador da cédula de identidade RG nº 25.953.057-8 SSP/SP e do CPF nº 070.663.738-04, residente e domiciliado à Rua Palmeiras, nº 698 - apto 31, Curitiba/PR.

6ª SERVENTIA NOTARIAL - CURITIBA/PR  
RECONHECIMENTO DE FIRMA NO VERBO

6ª TABELADO  
CURITIBA - PR

Maristela Aparecida Alves Monteiro

6ª TABELADO  
CURITIBA - PR

Fernanda Godói Goulart Edoardo

6ª TABELADO  
CURITIBA - PR

Regis de Almeida Ribeiro



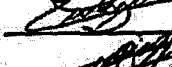


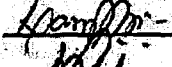







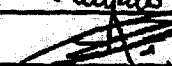








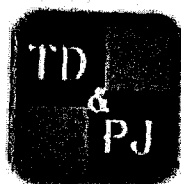


# LISTA DE PRESENÇA

Décima Sexta Assembleia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES.

Data: 26/03/2021 - Sexta-feira - às 20h. Local: Avenida Paranapanema, nº. 1.343 SALA 3 - Ribeirão Preto/SP. Pauta: Abertura de filial, Registro do regimento de compras, Parecer do Conselho Fiscal, Ajuste nas atividades da entidade e o Desligamento e alteração de membros.

	NOME	RG	ASSINATURA
1.	Andreyka D'Ágria Kattan Batista	9.709.189-7	
2.	Marcio Adilson Solella	8133 3024	
3.	Eugenio T.C. Pires	25.456.132-8	
4.	Regis de A. Titosano	25.953 057-8	
5.	Maristela H. Monteiro	7.736.699-7	
6.	Elisângela D. dos Santos	77018433	
7.	Leann Rangel dos Santos	5.049.049-1	
8.	Deborah Cristiane F.	9.310.638-2	
9.	André Bernardo	3.295.136	
10.	João Rubens S. Madureira	97.847-7	
11.	Paulo Eduardo Gomes Zambrano	V110093-F	
12.	Marina J.A.S. Figueira		
13.	Fernando G. F. Edorado	8.444.655-0	
14.	Francielle H. Silva Lima	8.469.120-8	
15.	Marcos S. da Silva	019678411-52	
16.	Domitila Mendes de Moraes	159466072	
17.	Cláudio Paulo Reis	22.625.467-7	
18.	Silvana Marcela Micaela	43.475.916-6	
19.	João Victor de Mulla Micaela	56.558.903-6	
20.	EWERTON D.G. RICY	25.455.761-2	



**CARTÓRIO:  
PROTEGE O  
SEU DIREITO**

**CARTÓRIOS.  
CUMPRAM PROTEÇÃO VOCÊ.**

## OFICIAL DE RTD E CIVIL PJ RIBEIRÃO PRETO-SP

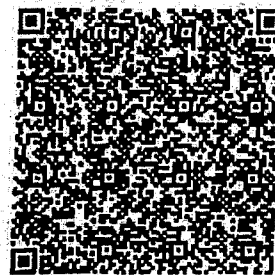
**AVERBAÇÃO:** CERTIFICO E DOU FÉ que o presente DOCUMENTO EM PAPEL, constituído de 30 página(s), fora protocolado sob nº 53652 e averbado eletronicamente ao registro 44.661 na data de 28/07/2021, sob nº 53541 no Livro A, de PESSOA JURÍDICA, deste Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo - CNPJ: 05.681.976/0001-90. CERTIFICO ainda, que a assinatura digital constante neste documento está em conformidade com os padrões da ICP-Brasil, nos termos da Lei nº 11.977 de 07 de julho de 2009. Apresentante: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAUDE ABRADES. Natureza: ALTERACAO DE ESTATUTO SOCIAL. Este certificado é parte integrante e inseparável do registro acima descrito. Ribeirão Preto/SP, 28/07/2021. [Cartório R\$: 237,68, Estado R\$: 67,62, Ipesp R\$: 46,15, Sinoreg R\$: 12,61, Trib.Justça R\$: 16,42, MP R\$: 11,41, ISS R\$: 4,70, Outros R\$: 0,00, Santa Casa R\$: 0,00] - Total R\$: 396,59.

Documento assinado digitalmente em Conformidade do Padrão Brasileiro de Assinatura Digital, padrão ICP-Brasil. Validação do atributo de assinatura digital <https://valida.rtdribeirao.com.br/documento/1c378382>. Este é um documento público eletrônico, emitido nos termos da Medida Provisória de nº 2200-2, de 24/08/2001. Verifique a integridade do documento registrado acessando através do QR Code ao lado.



Para verificar a autenticidade do documento, acesse o site <https://selodigital.tjsp.jus.br>

**Selo Digital 1211294PJXX000053652XX21K**







**OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE RIBEIRÃO  
PRETO**

*Oficial de Registro: Nelson Luis Milanetto*

Avenida Costábile Romano, 967 - Ribeirânia

Tel.: (16) 4009-5199 - Email: rtd.pj.ribeiraopreto@uol.com.br - Site:

**REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA**

**REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA EM RELAÇÃO A TERCEIROS**

**Nº 56379 de 16/11/2022**

Certifico e dou fé que o documento eletrônico anexo, contendo **28 (vinte e oito) páginas**, foi apresentado em 16/11/2022, o qual foi protocolado sob nº 57378, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **56379** e averbado no registro primitivo nº 44.661 no Livro A deste OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO na presente data.

**Apresentante**  
**Camile Ishiwatari**

**Natureza**  
Estatuto Social - alteração > Aditamento/alteração

**Denominação da PJ:** ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAUDE ABRADES

**Certifico, ainda,** que consta no documento eletrônico registrado as seguintes assinaturas digitais:

EMERSON TADEU GONCALVES RICI:136.754.338-03 (Padrão: ICP-Brasil)

Ribeirão Preto, 16 de novembro de 2022

**Assinado eletronicamente**

**BRUNA DANIELLE DALAVALLE RUBIO MORGADO**  
Escrevente Autorizado

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:  
**rtdbrasil.org.br/certidaoregistro**  
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qr code.

**56379**



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:  
**selodigital.tjsp.jus.br**

Selo Digital  
**1211294PJTY000057378TY22F**

Página 000001/000028 Registro Nº <b>56379</b> 16/11/2022		Protocolo nº 57378 de 16/11/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 56379 em 16/11/2022 e averbado no registro primitivo nº 44.661 deste OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO. Assinado digitalmente por BRUNA DANIELLE DALAVALLE RUBIO MORGADO - Escrevente Autorizado.							
Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

## ATA DA DÉCIMA OITAVA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (AGE)

### ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE – ABRADES

Ata da **Décima Oitava Assembleia Geral Extraordinária (AGE)**, que teve como pauta os seguintes itens: **Alteração do Estatuto, alteração do endereço da filial de Curitiba, cancelamento da abertura da filial em Sorocaba, baixa da filial de Jundiaí, Inclusão de atividade objeto da empresa, Registro do Regimento Interno e de Gestão e Contratação de Pessoas e Plano de Cargos e Salários, Parecer do Conselho Fiscal exercício fiscal ano 2020, Apresentação do requerimento de qualificação de OSS e o Desligamento e alteração de membros.** A **Décima Oitava Assembleia Geral Extraordinária (AGE)** foi realizada no vigésimo quinto dia do mês de junho de dois mil e vinte e um (**25/06/2021**), a partir das vinte horas (**20 h**). Convocados que foram previamente, conforme edital de convocação datado do primeiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e um (**01/06/2021**). Em atendimento ao Estatuto Social, em seu **Artigo 16**, o qual se encontra **protocolado, registrado em microfilme sob nº. 044662** pelo Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de Ribeirão Preto (SP) - TDPJ. A **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES** está inscrita no **CNPJ/MF sob nº. 10.857.726/0001-07**, que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, com independência administrativa e financeira, em caráter de segmento comunitário, entidade civil sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro à Avenida Paranapanema, n. 1.343, sala 3, Bairro Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP, regida pelo seu Estatuto Social. Reuniram-se para a **Décima Oitava Assembleia Geral Extraordinária (AGE)** atendendo a convocação do edital, previamente feita a todos os interessados, maiores e capazes, de realizar este ato, que à entrada assinaram a folha de presença anexa. Aberta a sessão, e depois de verificadas e conferidas às presenças das pessoas presentes, constatando-se o "quorum" necessário em primeira convocação à realização desta **Décima Oitava Assembleia Geral Extraordinária (AGE)**, pedindo a palavra, o presidente Sr. Emerson Tadeu Gonçalves Rici convidou a mim, Claudia Tamara Rici, para secretariar o ato. Dando continuidade à assembleia, o senhor **Andre Bernardi, Paul Eduardo Gomez Zambrano E Marcos Sousa do Nascimento**, manifestaram interesse de se desligarem do quadro de componentes da ABRADES, conforme cartas de demissão anteriormente enviadas ao sr. Presidente. Dessa forma, em cumprimento ao **item 9** da pauta desta Assembleia Geral, o Sr. Presidente deu início ao processo de provimento do cargo, pedindo que os presentes manifestassem suas intenções em candidatar-se aos cargos vagos para membro com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral e representante de entidade da sociedade civil. Em seguida, se deu a eleição dos membros para os cargos vacantes em virtude das manifestadas intenções de renúncia, a saber: Membro com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, em número de um (1). Foi eleito, por aclamação, pela Assembleia Geral o seguinte membro: **Membro com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral: Nayana Gomes Gosta**, brasileira, divorciada, Contadora, portador da cédula de identidade RG nº 14163711-8 SESP/PR e do CPF nº 059.013.443-40, residente e domiciliada à Rua Adir Pedroso, 777, bl 8, apto 24, Vila Iná, São José dos Pinhais-PR. Membro representante de entidade civil, em número de dois (2). Foram eleitos, por aclamação, pela Assembleia Geral o seguinte membro: **Membro Representante de entidade civil: Tiago Figueiredo Martins**, brasileiro, casado, consultor, portador da cédula de identidade RG nº 1.529.957-4 SESP/MG e do CPF nº 083.275.256-89, residente e domiciliada à Rua José Rodrigues Pinheiro, nº 175, Ap 1006, Andar 10, Curitiba/PR; e Bruno André Lauton Freire, brasileiro, solteiro, analista societário, portador da cédula de identidade RG nº 9.351.821-7 SSP/PR e do CPF nº 050.805.059-66, residente e domiciliado à Rua Paulo

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

Setubal, 5080, Casa 12, Boqueirão, Curitiba/PR, CEP 81750-190. Neste momento pediu a palavra o membro do conselho administrativo Sra. Laura Rusycki dos Santos a qual explanou a necessidade de se abrir a votação entre os membros do **Conselho Superior de Administração** para já escolherem o seu presidente, face a vacância pela renúncia do então presidente Sr. André Bernardi, utilizando-se a mesma ata desta assembleia geral para registro de deliberação do conselho. Decidiram, então, entre os seus pares e por economia dos atos e celeridade processual, já eleger a Sra. Nayana Gomes Gosta para o cargo de presidente do Conselho Superior de Administração, a qual aceitou com muita honra. Dando continuidade à assembleia, o presidente em exercício, passou a explanar sobre os **itens 2,3 e 4** da pauta desta Assembleia Geral, expôs a necessidade desta assembleia para a alteração do endereço da filial da Instituição para o seguinte endereço: **Rua Candido Xavier, n. 388, Agua Verde, Curitiba/PR, CEP 80.240-280**. Após uma breve explanação do presidente acerca dos motivos para a alteração da filial e exposto quanto a inatividade das filiais em Sorocaba e Jundiaí, foram dados aos membros presentes alguns minutos para discussão da proposta. Após deliberação dos membros, decidiu-se pela alteração do endereço da filial e a baixa das filiais de Sorocaba e Jundiaí, mantendo-se a mesma estrutura e membros da Diretoria. O Sr. Presidente, então, perguntou aos membros presentes se todos estavam de acordo com a alteração do endereço da filial, com manutenção dos membros da Diretoria. Tendo recebido respostas afirmativas por todos os membros, o Sr. Emerson Rici solicitou que fossem tomadas as ações legais para a alteração do endereço da filial da ABRADES no endereço supracitado e as baixas das outras filiais. Continuando a Assembleia Geral, o Sr. Presidente passou para o **item 5** da pauta, onde expôs a necessidade da inclusão de mais uma atividade ao objeto da Associação, sendo que, com a inclusão o objeto fica sendo: Atividades de apoio à gestão de saúde (86.60-7-00), Atividade médica ambulatorial restrita a consultas (86.30-5-03), Atividades associativas não especificadas anteriormente, na área médica (94.99-5-00), Atividades de atenção ambulatorial não especificada anteriormente (86.30-5-99), Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros (78.30-2-00), Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente, na área médica (86.90-9-99), Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências (86.10-1-01) e Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana (86.90-9-01). Após deliberação dos membros, foram aprovadas as alterações realizadas nas atividades da Associação. Em seguida o Sr Presidente apresentou o **Parecer do Conselho Fiscal relativo ao balanço contábil exercício de 2020** a todos os presentes, conforme proposto no **item 7** da pauta desta Assembleia Geral. Juntamente com este foi apresentado o **item 8, o Requerimento de Qualificação de OSS**. Foram dados aos membros presentes alguns minutos para eventuais esclarecimentos e discussões. Após deliberação dos membros o parecer do Conselho Fiscal e a Qualificação de OSS foram aprovados por todos os membros presentes. Dando sequencia a pauta da Assembleia, **item 6**, o Sr. Presidente manifestou a necessidade de se registrar nossos regimentos institucionais ainda não registrados, os quais passam a ser lidos nesta oportunidade: o Regimento Interno e de Gestão e Contratação de Pessoas, bem como o Plano de Cargos e Salários da ABRADES, Em cumprimento ao Art. 32, XII, alíneas "a", "b" e "c", do Estatuto em vigor, já aprovados pelo Conselho Superior de Administração na primeira reunião trimestral de 2021. Passado para o **item 1 da pauta** com a palavra a presidente do Conselho Fiscal Sra Maristela Monteiro demonstrou a necessidade de retificar a data limite para apresentação dos balanços contábeis **"até abril do mesmo exercício"** para **"abril do ano seguinte ao exercício"**. Após deliberação dos membros fica aprovada a alteração do parágrafo primeiro do **ART. 49**, o qual passará a conter a seguinte redação: **"Parágrafo primeiro – O relatório de atividades e balanço referentes ao exercício de cada ano, após aprovadas, deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado até 30 de abril do ano seguinte."** Com a palavra o presidente Sr. Emerson, passou a comentar o art. 29 do Estatuto e diante dos requerimentos de qualificação como OSS e do impedimento do

Protocolo nº 57378 de 16/11/2022: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 56379 em 16/11/2022 e averbado no registro primitivo nº 44.661 deste OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO. Assinado digitalmente por BRUNA DANIELLE DALAVALLE RUBIO MORGADO - Escrevente Autorizado.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 242,53	R\$ 69,08	R\$ 47,40	R\$ 12,88	R\$ 16,57	R\$ 11,73	R\$ 4,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 404,97

poder público de contratar agentes públicos, seria importante a não permissão de agentes públicos como membros desta associação. Após deliberação dos membros fica aprovada a alteração também do ART. 29 que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Art. 29 – Não será permitida a participação de servidores públicos como membro de qualquer conselho ou direção desta entidade, mesmo com vedação de percepção de remuneração, ou subsídios de qualquer título.”** Tendo os membros presentes manifestado suas vontades e não havendo nenhuma disposição em contrário dos demais presentes, foi aceita por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a todos pela presença e deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, junto à qual segue os cargos e seus respectivos membros, o mapa de apuração das eleições, o Parecer do Conselho Fiscal e o Regimento Interno e de Gestão e Contratação de Pessoas, bem como o Plano de Cargos e Salários da ABRADES. Todos vão devidamente assinados para que se cumpram os fins legais, seguido das assinaturas devidas, para registro no cartório competente e averbação de praxe. \*\*\*\*\*

Ribeirão Preto (SP), 25 de junho de 2021.

EMERSON TADEU  
GONCALVES  
RICI:13675433803

Assinado de forma digital por  
EMERSON TADEU GONCALVES  
RICI:13675433803  
Dados: 2022.11.16 11:01:56 -03'00'

**Emerson Tadeu Gonçalves Rici**  
**Presidente**



RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ 10.857.726/0001-07	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAUDE - ABRADES		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO DIARIO GERAL	NÚMERO DO LIVRO 7
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 20.5D.56.C2.06.DC.30.D9.43.57.48.91.33.04.77.9A.A0.15.A5.66	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	74500317953	MARCELO DILGER AMARAL:74500317953	881592386483110462 7	12/04/2023 a 12/04/2024	Não
Administrador	13675433803	EMERSON TADEU GONCALVES RICI:13675433803	895198748156977728 6	25/01/2023 a 25/01/2024	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

20.5D.56.C2.06.DC.30.D9.43.57.48.91.  
33.04.77.9A.A0.15.A5.66-0

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO  
em 07/06/2023 às 14:50:43  
28.8C.88.0E.1C.CF.A7.B6  
10.12.AE.E4.45.2A.B4.7F

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo nos termos do Decreto nº 9.555/2018, dispensando-se qualquer outra forma de autenticação. Este recibo comprova a autenticação.

✓

# TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAUDE - ABRADES  
 Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 10.857.726/0001-07  
 Número de Ordem do Livro: 7

## TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAUDE - ABRADES
NIRE	
CNPJ	10.857.726/0001-07
Número de Ordem	7
Natureza do Livro	DIARIO GERAL
Município	RIBEIRAO PRETO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	15868

## TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAUDE - ABRADES
Natureza do Livro	DIARIO GERAL
Número de ordem	7
Quantidade total de linhas do arquivo digital	15868
Data de início	01/01/2022
Data de término	31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 20.5D.56.C2.06.DC.30.D9.43.57.48.91.33.04.77.9A.A0.15.A5.66-0, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 1 de 1

## BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRABE  
 Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 10.857.726/0001-07  
 Número de Ordem do Livro: 7  
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 8.022.204,89	R\$ 8.000.214,71
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 8.022.204,89	R\$ 8.000.214,71
CASH E EQUIVALENTES DE CASH		R\$ 8.022.204,89	R\$ 8.000.214,71
BANCOS CONTA MOVIMENTO	05	R\$ 240,88	R\$ 4.137,33
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 240,88	R\$ 4.137,33
(1) BANCO UNIPRIME		R\$ (0,00)	R\$ 4.137,33
BANCO ITAU		R\$ 240,88	R\$ (0,00)
(1) APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ (0,00)	R\$ 3.013,48
(1) APLICAÇÕES RENDA FIXA		R\$ (0,00)	R\$ 3.013,48
(1) APLICAÇÃO BANCO DO BRASIL		R\$ (0,00)	R\$ 3.013,48
CONTAS A RECEBER	08	R\$ 2.960.536,52	R\$ 270.360,83
CLIENTES A RECEBER		R\$ 2.960.536,52	R\$ 270.360,83
CLIENTES A RECEBER		R\$ 2.960.536,52	R\$ 270.360,83
CLIENTES A RECEBER - ATIV. OPERACIONAIS		R\$ 2.960.536,52	R\$ (0,00)
(1) CLINIPAR CLINICA - ANU		R\$ (0,00)	R\$ 24.378,11
(1) CLINIPAR - CONSORCIO SAUDE LITORAL RR		R\$ (0,00)	R\$ 206.110,83
CONTRATOS DE CONVENIO	08	R\$ 3.418.873,23	R\$ 2.178.363,55
CONTRATOS DE CONVENIO		R\$ 3.418.873,23	R\$ 2.178.363,55
CONTRATOS DE CONVENIO A REALIZAR		R\$ 3.418.873,23	R\$ 2.178.363,55
CONTRATOS DE CONVENIO A REALIZAR		R\$ 3.418.873,23	R\$ 2.178.363,55
CURRUCULOS CREDITOS		R\$ 4.134,14	R\$ 3.366,43
DEPOSITOS E CAUÇÕES		R\$ 3.363,20	R\$ (0,00)
CAUÇÕES DIVERSAS		R\$ 3.363,20	R\$ (0,00)
CAUÇÕES CONTRATOS DE LOCAÇÃO IMOVEIS		R\$ 3.363,20	R\$ (0,00)
ADIANTAMENTOS FORNECEDOR		R\$ 1.401,98	R\$ 3.595,43
ADTO FOLHA DE PAGAMENTO		R\$ 84,15	R\$ 1.728,44
ARREDOONDAMENTO FOLHA MENSAL		R\$ 84,15	R\$ (10,81)
(1) SALARIO MATERNIDADE A REEMBOLSAR		R\$ (0,00)	R\$ 1.728,05
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		R\$ 1.313,64	R\$ 1.388,69
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		R\$ 1.313,64	R\$ 1.388,69
TRIBUTOS A RECUPERAR		R\$ 309.300,68	R\$ 40.280,19
TRIBUTOS A RECUPERAR		R\$ 309.300,68	R\$ 40.280,19
IMPOSTOS A RECUPERAR		R\$ 309.300,68	R\$ 38.250,08
IMPOSTO PRECATORIO PAGO		R\$ 212,51	R\$ 212,51
IMPOSTO DE RENDIMENTO APLICAÇÃO FINANCEIRA		R\$ 916,36	R\$ (0,00)
IMPOSTO SOBRE FATURAMENTO		R\$ 38.737,57	R\$ 38.737,57
CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR		R\$ 209.234,20	R\$ 1.250,11
CONTRATO PAGO A MAIOR OU MOVEDO CASH A RECUPERAR - LUCRO PRESUNDO		R\$ 981,11	R\$ 381,11
INSS A MAIOR OU MOVEDO		R\$ 44.889,91	R\$ (0,00)
INSS RETIDO SOBRE FATURAMENTO		R\$ 313.844,38	R\$ (0,00)
INSS PAGO A MAIOR OU MOVEDO		R\$ 189,00	R\$ 189,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 2.116.844,49	R\$ 2.449.836,80
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R\$ 2.034.314,85	R\$ 2.449.836,80
CREDITOS DE LONGO PRAZO	08	R\$ 2.034.314,85	R\$ 2.449.836,80
DEPOSITOS JUDICIAIS TRABALHISTAS		R\$ 42.842,86	R\$ 89.273,22
DEPOSITOS JUDICIAIS TRABALHISTAS		R\$ 42.842,86	R\$ 89.273,22
DEPOSITOS A RENDIMENTOS JUDICIAIS EM CONTA		R\$ 7.987,29	R\$ 3.260,84
BLOQUEIO JUDICIAL EM CONTA BANCO		R\$ 7.987,29	R\$ (0,00)
(1) DEPOSITO JUDICIAL - INSS RESSARCIMENTO		R\$ (0,00)	R\$ 801,30
(1) DEPOSITOS JUDICIAIS FOMENTO PROJETO	12	R\$ (0,00)	R\$ 2.429,52
TRIBUTOS A RECUPERAR LONGO PRAZO		R\$ 1.987.773,71	R\$ 2.347.301,74
INSS A RECUPERAR - MATERNIDADE		R\$ 1.987.773,71	R\$ 2.347.301,74
IMOBILIZADO		R\$ 81.289,84	R\$ (0,00)
IMOBILIZADO - CUSTO AMORTIZADO		R\$ 81.289,84	R\$ (0,00)
MOVENS E UTENSILIOS		R\$ 75.888,00	R\$ (0,00)
MOVENS E UTENSILIOS		R\$ 109.168,42	R\$ (0,00)
(1) DEPREC ACUMULADA MOVENS E UTENSILIOS		R\$ (31.280,42)	R\$ (0,00)
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 2.980,29	R\$ (0,00)
MÁQUINAS EQUIPAMENTOS		R\$ 4.190,00	R\$ (0,00)
(1) DEPREC ACUM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (1.508,71)	R\$ (0,00)
COMPUTADORES E PERIFERICOS		R\$ 6.733,55	R\$ (0,00)
COMPUTADORES E PERIFERICOS		R\$ 18.295,72	R\$ (0,00)
(1) DEPREC ACUM COMPUTADORES E PERIFERICOS		R\$ (11.562,17)	R\$ (0,00)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 8.022.921,06	R\$ 5.000.214,71
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 4.377.547,40	R\$ 1.884.656,52
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO		R\$ 4.377.547,40	R\$ 1.884.656,52
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	11	R\$ 1.402.919,33	R\$ 810,14
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL		R\$ 1.402.919,33	R\$ 810,14
SALÁRIOS A PAGAR		R\$ 1.004.950,84	R\$ 45.162,39
FÓRTO A RECOLHER		R\$ 133.969,09	R\$ 7.340,81
INSS A RECOLHER		R\$ 141.878,28	R\$ 2.833,89
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER		R\$ 481,25	R\$ 0,00
RRF SOBRE SALÁRIOS ORI A RECOLHER		R\$ 116.520,55	R\$ 3.475,35
MONITORIUM AUTONOMOS RPA A PAGAR		R\$ 923,81	R\$ 400,00
INSS FOLHA DE POTO 4001		R\$ 4.023,21	R\$ 0,00
PROCESSOS TRABALHISTAS A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 26.100,00
FORNECEDORES NACIONAIS	10	R\$ 1.769.402,33	R\$ 1.587.945,88
FORNECEDORES A PAGAR		R\$ 1.769.402,33	R\$ 1.587.945,88
FORNECEDORES A PAGAR		R\$ 1.769.402,33	R\$ 1.311.377,42
MARTINELLI ALIMENTOS		R\$ 0,00	R\$ 8.626,32
AGILE SERVIÇOS DE APOIO A SAÚDE LTDA		R\$ 0,00	R\$ 241.796,14
BROWA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 6.000,00
MAT. IND COM DE UNIFORMES E ART. SIAO TR		R\$ 0,00	R\$ 848,00
ADIANTAMENTOS CONTRATUAIS		R\$ 11,00	R\$ 0,00
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS ANTECIPATORIAMENTE		R\$ 11,00	R\$ 0,00
DEPOSITOS NÃO IDENTIFICADOS		R\$ 11,00	R\$ 0,00
CONTRATO CONVENIO A UTILIZAR		R\$ 588.412,85	R\$ 0,00
CONTRATO CONVENIO A UTILIZAR		R\$ 588.412,85	R\$ 0,00
CONTRATO CONVENIO A UTILIZAR	09	R\$ 588.412,85	R\$ 0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		R\$ 216.878,79	R\$ 13.238,33
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS S/ FATO PRÓPRIO		R\$ 0,00	R\$ 486,53
INSS A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 486,53
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS COM TERCEIROS		R\$ 216.878,79	R\$ 12.850,80
INSS A RECOLHER		R\$ 6.472,02	R\$ 0,00
CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER 4,65%		R\$ 154.824,25	R\$ 12.850,80
RRF A RECOLHER 1708		R\$ 37.507,06	R\$ 0,00
INSS RETIDO 11% S/ LOCOMO A RECOLHER		R\$ 12.898,86	R\$ 0,00
PROVISÕES TRABALHISTAS		R\$ 380.505,80	R\$ 1.464,17
PROVISÕES TRABALHISTAS DE CURTO PRAZO		R\$ 380.505,80	R\$ 1.464,17
PROVISÃO 13º TERCEIRO SALÁRIO		R\$ 155.570,50	R\$ 0,00
PROVISÃO FÓRTO SOBRE 13º SALÁRIO		R\$ 12.444,02	R\$ 0,00
PROVISÃO PARA FÉRIAS		R\$ 208.910,51	R\$ 1.365,71
PROVISÃO FÓRTO SOBRE FÉRIAS		R\$ 16.478,07	R\$ 109,48
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 1.319.195,84	R\$ 2.940.872,33
OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO		R\$ 1.319.195,84	R\$ 2.940.872,33
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTO LONGO PRAZO	13	R\$ 1.283.582,84	R\$ 2.628.069,38
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO		R\$ 1.283.582,84	R\$ 2.628.069,38
EMERSON TADEU GONCALVES INCI		R\$ 1.283.582,84	R\$ 2.628.069,38
SILMAR MARCELO MICA JR		R\$ 0,00	R\$ 22.806,02
PROVISÕES TRABALHISTAS - LONGO PRAZO		R\$ 35.613,00	R\$ 387.813,00
PROVISÕES TRABALHISTAS	12	R\$ 35.613,00	R\$ 387.813,00
PROVISÕES TRABALHISTAS		R\$ 35.613,00	R\$ 387.813,00
PROVISÕES CIVIS - LONGO PRAZO		R\$ 0,00	R\$ 45.300,00
PROVISÕES CIVIS PROVÁVEIS		R\$ 0,00	R\$ 45.300,00
PROVISÕES CIVIS PROVÁVEIS		R\$ 0,00	R\$ 45.300,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 2.336.181,72	R\$ 390.685,80
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	R\$ 2.336.181,72	R\$ 390.685,80
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 2.336.181,72	R\$ 390.685,80
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 0,00	R\$ 30.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO		R\$ 3.200.238,03	R\$ 411.577,07
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO		R\$ 1.877.741,79	R\$ 1.877.741,79
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO		R\$ 748.696,02	R\$ 748.696,02
(1) DEFICIT DO EXERCÍCIO		R\$ (243.084,84)	R\$ (2.314.780,84)
(1) OUTRAS CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ (57.657,31)	R\$ (50.891,27)
(1) AJUSTES RETROSPECTIVOS PERÍODO ANTERIOR		R\$ (57.657,31)	R\$ (50.891,27)

Este documento é parte integrante da documentação de escrituração e autenticação e se comprova pelo recibo de número 20.50.58.C3.06.D0.30.D9.43.97.48.91.33.04.77.8A.40.15.A5.66.0, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Entidade:	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAUDE - ABRADES		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022	CNP	10.857.726/0001-07
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022	Número de Ordem do Livro: 7	

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido				Superavit do Exercício (R\$)	Deficit do Exercício (R\$)	Ajustes retrospectivos Exerc. ant. (R\$)	Superavit do Exercício (R\$)	Total (R\$)
	Patrimônio Social (R\$)	Superavit (R\$)	Deficit do Exercício (R\$)	Ajustes retrospectivos Exerc. ant. (R\$)					
Saldo Inicial em 01.01.2022	10.000,00	748.595,92	(-343.098,68)	(-57.057,31)				1.977.741,79	2.336.181,72
Saldos Iniciais	10.000,00	748.595,92	(-343.098,68)	(-57.057,31)					358.439,93
Deficit do Exercício									(-1.971.661,96)
Ajustes Retrospectivos Exer. Ant.			(-1.971.661,96)				26.166,04		26.166,04
Saldos Finais	10.000,00	748.595,92	(-2.314.760,64)	(-30.891,27)				1.977.741,79	(-1.587.055,99)
Saldos Iniciais								1.977.741,79	1.977.741,79
Saldos finais								1.977.741,79	1.977.741,79
Saldo Final em 31.12.2022	10.000,00	748.595,92	(-2.314.760,64)	(-30.891,27)				1.977.741,79	390.685,80
Notas									

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 20.5D.56.C2.06.DC.30.D9.43.57.48.91.33.04.77.9A.A0.15.A5.66-0, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAUDE - ABRADES  
 Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 10.857.726/0001-07  
 Número de Ordem do Livro: 7  
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(=) RECEITA BRUTA		R\$ 30.880.910,24	R\$ 5.887.752,72
SERVICOS MEDICOS HOSPITALARES	15	R\$ 0,00	R\$ 6.768.516,49
(-) (-) RECEITA - CONVEIO A REALIZAR		R\$ 0,00	R\$ (641.199,03)
(-) (-) ISS		R\$ (440.069,96)	R\$ (239.564,74)
(-) (=) RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 0,00	R\$ (7.225.696,96)
(-) SERVICOS PESSOA FISICA - RPA		R\$ 0,00	R\$ (7.406,46)
(-) SERVICOS MEDICOS TOMADOS		R\$ (29.697.500,70)	R\$ (4.635.430,24)
(-) ALUGUEL DE IMOVEIS		R\$ 0,00	R\$ (2.724,51)
(-) SALARIOS E ORDENADOS		R\$ 0,00	R\$ (973.917,07)
(-) FGTS SOBRE SALARIOS		R\$ 0,00	R\$ (168.473,52)
(-) HORAS EXTRAS		R\$ 0,00	R\$ (76.011,37)
(-) ADICIONAL NOTURNO		R\$ 0,00	R\$ (135.531,07)
(-) ADICIONAL DE INSALUBRIDADE		R\$ 0,00	R\$ (186.181,96)
INDENIZACOES AVISO PREVIO		R\$ 0,00	R\$ 15.456,84
13o SALARIO		R\$ 0,00	R\$ 27.772,99
FGTS 13o SALARIO		R\$ 0,00	R\$ 9.961,72
(-) FERIAS		R\$ 0,00	R\$ (152.379,96)
FGTS SOBRE FERIAS		R\$ 0,00	R\$ 15.482,38
(-) AJUDA DE CUSTO		R\$ 0,00	R\$ (4.161,20)
(-) INDENIZACOES TRABALHISTAS		R\$ 0,00	R\$ (745.166,63)
(-) VALE TRANSPORTE		R\$ 0,00	R\$ (646,43)
(-) ALIMENTACAO		R\$ 0,00	R\$ (22.700,86)
(-) UNIFORMES		R\$ 0,00	R\$ (1.696,00)
(-) EXAMES AD/DEMISSOIS		R\$ 0,00	R\$ (551,50)
(-) SALARIOS - ABRADES SOROCABA		R\$ 0,00	R\$ (120.827,66)
(-) ENCARGOS - ABRADES SOROCABA		R\$ 0,00	R\$ (9.688,39)
(-) PROVISAOAMENTO (13o SAL+FERIAS+AVISO)		R\$ 0,00	R\$ (34.775,99)
(-) LOCACAO DE EQUIPAMENTOS ASSISTENCIAIS		R\$ 0,00	R\$ (16.100,07)
(-) (=) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (0,00)	R\$ (622.767,38)
(-) EDITAIS E PUBLICACOES		R\$ (0,00)	R\$ (755,92)
(-) PROPAGANDA E PUBLICIDADE		R\$ (0,00)	R\$ (351,93)
(-) SALARIOS E ORDENADOS - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (4,07)
(-) SERVICOS PESSOA FISICA RPA - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (500,00)
(-) EXAMES ADMISSOIS / DEMISSOIS - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (4.785,50)
(-) CARTAO VEE VR/FARMACIA/ACADEMIA - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (51.135,00)
(-) ALUGUEL DE IMOVEIS - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (1.644,05)
(-) ENERGIA ELETICA - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (90,93)
(-) LOCACAO MAQUINAS EQUIPAMENTOS - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (8.930,00)
(-) MATERIAL DE ESCRITORIO - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (2,85)
(-) SERVICOS DE CONSULTORIAS		R\$ (0,00)	R\$ (43.770,00)
(-) SERVICOS DE AUDITORIA		R\$ (0,00)	R\$ (18.721,21)
(-) HONORARIOS CONTABEIS - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (21.000,00)
(-) HONORARIOS ADVOGADOS - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (44.071,19)
(-) SOFTWARES - MENSALIDADES		R\$ (0,00)	R\$ (5.227,85)
(-) SERVICOS HELP DESK / TI - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (718,80)
(-) MULTAS FISCAIS - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (39.690,98)
(-) IMPOSTOS E TAXAS - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (4.058,12)
(-) ANUIDADES / ENTIDADES DE CLASSE - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (4.703,84)
(-) ALIMENTACAO EM VIAGEM - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (232,92)
(-) COMBUSTIVEIS EM VIAGEM - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (2.243,38)
(-) OUTRAS DESPESAS DE VIAGENS - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (13.841,58)
(-) AUTENTICACOES E REPRODUCOES - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (5.906,16)
(-) CORREIOS - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (281,20)
(-) PROVISOES POR CONTINGENCIAS TRABALHISTAS		R\$ (0,00)	R\$ (294.715,00)
(-) PROVISOES POR CONTINGENCIAS CIVEIS		R\$ (0,00)	R\$ (45.200,00)
(-) DESPESAS COM DEPRECIACAO		R\$ (0,00)	R\$ (10.184,90)
(=) RECEITAS NAO OPERACIONAIS		R\$ 0,00	R\$ 64.134,60
JUROS S/ APLICACOES FINANCEIRAS	16	R\$ 0,00	R\$ 5.408,05
DESCONTOS OBTIDOS		R\$ 0,00	R\$ 105.932,71
(-) TARIFAS BANCARIAS		R\$ 0,00	R\$ (6.509,84)
(-) IOF RENDIMENTOS		R\$ 0,00	R\$ (1,01)
(-) JUROS PASSIVOS		R\$ 0,00	R\$ (40.654,31)
(-) DESCONTOS CONCEDIDOS		R\$ 0,00	R\$ (41,00)
(-) (=) DESPESAS NAO OPERACIONAIS		R\$ (0,00)	R\$ (71.084,94)
(-) DESPESAS COM BAIXA DE IMOBILIZADO		R\$ (0,00)	R\$ (71.084,94)
(-) RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO		R\$ 748.595,92	R\$ (1.967.661,96)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 20.5D.56.C2.06.DC.30.D9.43.57.48.91.33.04.77.9A.A0.15.A5.66-0, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 1 de 1

## ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA

EMPRESA:

ASSOC BRAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE ABRADES

CNPJ:

10.857.726/0001-07

PERÍODO:

01/01/2022

31/12/2022

### VALORES CONFORME DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ATIVO TOTAL	R\$5.000.215
ATIVO CIRCULANTE	R\$2.550.279
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$2.449.936
PASSIVO TOTAL	R\$5.000.215
PASSIVO CIRCULANTE	R\$1.668.657
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	R\$2.940.872
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$390.686

### ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL - LG

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$5.000.214,71	1,08
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	R\$4.609.528,91	

### ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE - LC

ATIVO CIRCULANTE	R\$2.550.278,91	1,53
PASSIVO CIRCULANTE	R\$1.668.656,52	

### ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL - SG

ATIVO TOTAL	R\$5.000.214,71	1,08
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	R\$4.609.528,91	

### ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL (Participação de Terceiros) - EG

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	R\$4.609.528,91	0,92
ATIVO TOTAL	R\$5.000.214,71	

### ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL - IE

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	R\$4.609.528,91	11,80
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$390.685,80	

### ÍNDICE DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL DE TERCEIROS

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$390.685,80	0,08
PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	R\$4.609.528,91	

EMERSON TADEU GONÇALVES RIC  
Responsável Legal  
136.754.338-03

MARCELO DILGER AMARAL  
Contador CRCPR 043872/O-7  
CPF 745.003.179-53

Curitiba, 31 de dezembro de 2022

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES**  
**Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de**

**Ativo**

Em Milhares de R\$	NOTA	2022	2021
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	7	-
Contas a Receber	6	320	2.090
Adiantamentos	6	3	5
Tributos a Recuperar	8	41	399
Recursos de Convênio a Realizar	7	2.179	3.419
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>2.550</b>	<b>5.913</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>			
Depósitos Judiciais	12	102	43
Outros Créditos	6	2.348	1.996
Imobilizado	9	-	81
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>2.450</b>	<b>2.120</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>5.000</b>	<b>8.033</b>

**Passivo**

Em Milhares de R\$	NOTA	2022	2021 Reapresentado
<b>Passivo Circulante</b>			
Contas a Pagar	10	257	18
Obrigações Sociais e Tributárias	11	100	914
Recursos de Convênio a Executar	7	1.311	3.419
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>1.668</b>	<b>4.351</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Provisões para Contingências	12	413	36
Partes Relacionadas	13	2.528	1.283
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>2.941</b>	<b>1.319</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Patrimônio Social	14	2.363	1.588
Superávit/Déficit do Exercício	14	(1.972)	775
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>391</b>	<b>2.363</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>5.000</b>	<b>8.033</b>

"As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações contábeis".

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES**  
**Demonstração do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de**

Em Milhares de R\$	NOTA	2022	2021 Reapresentado
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>15</b>	<b>5.887</b>	<b>30.440</b>
(-) Custos dos Serviços Prestados		(7.226)	(28.917)
<b>Resultado Bruto</b>		<b>(1.339)</b>	<b>1.523</b>
Despesas com Vendas	15	(1)	(5)
Despesas Gerais e Administrativas	15	(690)	(631)
Outras Receitas e Despesas	15	(6)	(93)
<b>Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>(2.036)</b>	<b>794</b>
Receitas Financeiras	16	111	5
Despesas Financeiras	16	(47)	(24)
<b>Superávit / (Déficit) do Exercício</b>		<b>(1.972)</b>	<b>775</b>

"As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações contábeis".



**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES**  
**Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Encerrado**

Em Milhares de R\$	Patrimônio Social	Superávit ou (Déficit) Acumulados	Patrimônio Líquido
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.848</b>	<b>(260)</b>	<b>1.588</b>
Superávit do Exercício		775	775
Incorporação ao Patrimônio Social	(260)	260	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021 - Reapresentado</b>	<b>1.588</b>	<b>775</b>	<b>2.363</b>
Déficit do Exercício		(1.972)	(1.972)
Incorporação ao Patrimônio Social	775	(775)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.363</b>	<b>(1.972)</b>	<b>391</b>

"As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações contábeis".

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES****Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Encerrado em 31 de dezembro**

Método Indireto

Em Milhares de R\$

	2022	2021 Reapresentado
<b>DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit (Déficit) do Exercício	(1.972)	775
<u>Ajustado por:</u>		
Depreciação e Amortização	-	15
Provisões para Contingências	377	-
<b>Lucro Líquido do Exercício Ajustado</b>	<b>(1.595)</b>	<b>790</b>
Contas a Receber	1.770	(2.072)
Adiantamentos	2	2
Tributos a Recuperar	358	(31)
Outros Créditos	(352)	(8)
Depósitos Judiciais	(59)	(13)
Recursos de Convênio a Realizar	1.240	(3.419)
<b>(Aumento) ou Diminuição do Ativo</b>	<b>2.959</b>	<b>(5.541)</b>
Contas a Pagar	239	10
Obrigações Sociais e Tributárias	(814)	907
Recursos de Convênio a Executar	(2.108)	3.419
<b>Aumento ou (Diminuição) do Passivo</b>	<b>(2.683)</b>	<b>4.336</b>
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>(1.319)</b>	<b>(415)</b>
<b>DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Baixa de Imobilizado	81	23
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento</b>	<b>81</b>	<b>23</b>
<b>DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Partes Relacionadas	1.245	350
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento</b>	<b>1.245</b>	<b>350</b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>7</b>	<b>(42)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	-	42
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	7	-

"As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações contábeis".

# **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES**

## **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Em Milhares exceto quando indicado de outra forma)

#### **NOTA 1 - Informações Gerais**

A **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES** tem por objeto, apoiar, incentivar, desenvolver e promover a saúde de forma gratuita, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei 9.790/99 e observando-se o art. 69, inciso II, do decreto 3.100, de 1999: A assistência social; A educação, de forma gratuita, por meio do ensino, qualificação profissional, pesquisas e extensão educacional, observando-se a forma complementar de participação da organização de que trata a Lei 9.790/99; A segurança alimentar; A cultura e arte; Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações, conhecimentos técnicos e científicos, relacionados a saúde, assistência social, educação, segurança alimentar, cultura e arte.

A operação realizada pela **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES** consiste em celebrar contratos para prestação de serviços na área da saúde e nas outras áreas que compete o seu objetivo, firmar convênios e contratos de gestão, Termos de Parceria; Termos de colaboração; Termos de fomento e acordos de cooperação com o Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, visando a formulação e implementação de projetos em Unidades de Saúde, assim como participar de campanhas de prevenção a saúde e auxílio médico hospitalar.

A Entidade encontra-se em processo de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, conforme pedido de concessão do certificado, através do Requerimento de Concessão do CEBAS SIPAR n2 25000.012838/2018-12, protocolado em 22/01/2018, o qual se encontra em fase de análise. Entidades sem fins lucrativos podem solicitar pedido de benefício fiscal acerca da isenção de contribuições de seguridade social, tal dispositivo está baseado em lei 12.101/09, onde explicita as exigências para concessão deste

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela administração em 16 de maio de 2023.

#### **1.1 - Continuidade Operacional**

Em 31 de dezembro de 2022 a Entidade apresentou o montante de custos dos serviços prestados superiores a receita operacional líquida em R\$ 1.339, bem como, saldo de déficit do exercício no montante de R\$ 1.972, ocasionado pela sua forma de atuação, na área de saúde, com a dependência de aberturas e êxitos em novas licitações com entes públicos e pelos prazos de realização desses contratos, que costumeiramente possuem duração de menos de um ano.

A Administração está envidando esforços na gestão do seu fluxo de caixa para o estabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial.

#### **NOTA 2 - Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo o Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas NBC TG 1.000 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09 e a NBC ITG 2002 (R1), que trata das entidades sem fins lucrativos.

## **NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis**

As políticas contábeis são princípios específicos, bases, convenções, regras e práticas, aplicados pela Entidade na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis específicas para cada grupo de contas serão apresentadas ao longo destas demonstrações contábeis em cada nota explicativa correspondente. As práticas contábeis gerais serão apresentadas a seguir.

### **3.1 - Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

### **3.2 - Compensações Entre Contas**

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

### **3.3 - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

Os itens nestas demonstrações contábeis são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Entidade atua e na qual é realizada todas as suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

### **3.4 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Financeiro**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação da perda por desvalorização, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perda por desvalorização, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa perda na data de apresentação das demonstrações contábeis. Para estas demonstrações contábeis a Entidade concluiu que não existem perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

### **3.5 - Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

### **3.6 - Recursos de Convênios a Realizar/Subvenções a Executar**

Os recursos de Convênios a Realizar são reconhecidos inicialmente a débito no ativo circulante na conta de Recursos de Convênios a Realizar, e a crédito no passivo circulante na conta de Recursos de Subvenções a Executar, e subsequentemente são reconhecidas na Demonstração do Resultado à medida que são efetuados os gastos dos atendimentos dos convênios.

### **3.7 - Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

### **3.8 - Apuração do Resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com regime contábil de competência dos exercícios, tanto para reconhecimento de receitas quanto de despesas.

### **3.9 - Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis**

A preparação de demonstrações contábeis requer que a administração da Entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis, são:

- a) Valor recuperável dos ativos imobilizados;
- b) Créditos de liquidação duvidosa que são contabilizados diretamente em perdas quando esgotadas as possibilidades de recuperação; e,
- c) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Entidade.

## NOTA 4 - Instrumentos Financeiros

A Entidade classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos: (a) Caixa e equivalentes de caixa; e, (b) Instrumentos de dívida. Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber, as aplicações financeiras mantidas até o vencimento, contas a pagar, empréstimos. São avaliadas nas datas dos balanços pelo custo amortizado.

### Instrumentos Financeiros

Em Milhares de R\$	2022	2021
<b>Mensurado pelo Custo Amortizado</b>		
<b>Ativos Financeiros</b>		
Caixa e equivalentes	7	-
Contas a Receber de Clientes	320	2.090
<b>Total</b>	<b>327</b>	<b>2.090</b>
<b>Passivos Financeiros</b>		
Contas a Pagar a Fornecedores	257	18
Partes Relacionadas	2.528	1.283
<b>Total</b>	<b>2.785</b>	<b>1.301</b>

## NOTA 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Entidade, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos da data da transação.

### Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde a recursos de livre movimentação ou de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sem riscos de mudança significativa de valor, com vencimento de até 3 meses e com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Em Milhares de R\$	2022	2021
Bancos Conta Movimento	4	-
Aplicações Financeiras	3	-
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>-</b>

Os valores de caixa e equivalentes de caixa estão livres de restrição em relação a operações de crédito.

## NOTA 6 - Contas a Receber

As contas a receber são registradas inicialmente pelo valor justo das transações e ajustadas a valor presente quando relevante. São mensuradas subsequentemente considerando as eventuais variações monetárias auferidas até a data das demonstrações contábeis e ajustadas pela provisão para perdas se aplicável.

### Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor de emissão atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

Em Milhares de R\$	2022	2021
Contas a Receber - Em Reais	320	2.090
<b>Total</b>	<b>320</b>	<b>2.090</b>

Não há contas a receber dadas como garantia de operações de crédito.

Em Milhares de R\$	2022	2021
Contas a Receber - A Vencer até 30 dias	24	2.090
Contas a Receber - A Vencer de 31 a 60 dias	296	-
<b>Total do Curto Prazo</b>	<b>320</b>	<b>2.090</b>
<b>Total</b>	<b>320</b>	<b>2.090</b>

### Outras Contas a Receber

Em Milhares de R\$	2022	2021
Adiantamentos	3	5
Outros Créditos (i)	2.348	1.996
<b>Total</b>	<b>2.351</b>	<b>2.001</b>

As outras contas a receber não foram ajustadas a valor presente.

(i) Outros créditos referem-se ao processo de certificação; a entidade mantém retidos os pagamentos de INSS mensais, referente à parte patronal, no aguardo do deferimento do CEBAS, na expectativa de reaver os saldos pagos durante o período em que o processo está tramitando.



## **NOTA 7 - Recursos Convênio a Realizar - Ativo**

### **Recursos Convênio a Executar - Passivo**

Referem-se a recursos de convênios, firmado em 22/03/2021, junto ao município de Sorocaba, no montante de R\$ 25.197 (vinte e cinco milhões, cento e noventa e sete mil reais), cujo o objetivo é disponibilização de 40 (quarenta) leitos clínicos e 20 (vinte) leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, destinados ao tratamento de pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS, com suspeita ou contaminados por COVID-19, regulados pela Central de Regulação de Leitos do Município de Sorocaba.

O uso dos recursos captados deverá ocorrer conforme o plano de aplicação do projeto, sendo já utilizado o montante de R\$ 23.522. Em 2022, foi recebido o montante de R\$ 1.744 para liquidação da folha de pagamento e de fornecedores que estavam em atraso e registrado o acréscimo do reequilíbrio econômico-financeiro, decorrente da oscilação e elevação extraordinária dos custos dos insumos básicos para atendimento e assistência aos pacientes infectados. O saldo de Recursos de Convênio a Realizar (Ativo) em 2022 é de R\$ 2.179 (R\$ 3.419 em 2021).

O saldo de recursos de Convênios a Realizar (Passivo) em 2022 é de R\$ 1.311 (R\$ 3.419 em 2021) e corresponde aos valores em aberto a fornecedores do convênio.

## NOTA 8 - Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar são mensurados inicialmente pelos valores constantes nos documentos de arrecadação ou de apuração que deram origem aos créditos e subquentemente são avaliados quanto a real expectativa de utilização considerando o período de prescrição ou aproveitamento do crédito. São atualizados pela variação da taxa Selic quando permitido pela legislação tributária.

### Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar são tributos já recolhidos ou creditados e que podem ser recuperados, mediante pedido de restituição ou pela compensação de tributos, conforme disposições legais de cada ente federativo.

Em Milhares de R\$	2022	2021
INSS a Compensar Sobre Folha de Pagamento	-	44
INSS a Recuperar	-	314
IRRF Retenção Indevida por Clientes	41	41
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>399</b>

Em Milhares de R\$	2022	2021
Tributos a Recuperar até 1 ano	41	399
<b>Total do Curto Prazo</b>	<b>41</b>	<b>399</b>
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>399</b>

## NOTA 9 - Imobilizado

O ativo imobilizado é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição ou formação. Subsequentemente é deduzido da depreciação de maneira linear calculada com base na sua vida útil e deduzido de provisão para impairment se houver expectativa de que o seu valor residual não seja recuperável pelo seu uso ou venda. O teste de impairment é realizado se houver indícios de que o imobilizado possa ter sofrido desvalorização.

### Imobilizado

No imobilizado estão classificados os bens tangíveis utilizados nas atividades operacionais da entidade, com vida útil superior a um ano.

Em Milhares de R\$	Móveis e Utensílios 10%	Computadores e Periféricos 20%	Máquinas e Equipamentos 10%	Benfeitorias em Prop. Terceiros 34%	Total
<i>Taxa de Depreciação</i>					
Custo	110	18	6	123	257
Depreciação Acum.	(26)	(9)	(3)	(100)	(138)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>84</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>23</b>	<b>119</b>
Baixas do Custo	-	-	-	(123)	(123)
Depreciação	(11)	(3)	(1)	-	(15)
Baixas da Depreciação	-	-	-	100	100
Custo	110	18	6	-	134
Depreciação Acum.	(37)	(12)	(4)	-	(53)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>73</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>81</b>
Baixas do Custo	(110)	(18)	(6)	-	(134)
Baixas da Depreciação	37	12	4	-	53
Custo	-	-	-	-	-
Depreciação Acum.	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Não há bens do ativo imobilizado vinculados a garantias de operações de crédito.					

## NOTA 10 - Contas a Pagar

As contas a pagar são registradas inicialmente pelo valor justo das transações e ajustadas a valor presente quando relevante. São mensuradas subsequentemente considerando as eventuais variações monetárias devidas e acrescidas de eventuais encargos financeiros se aplicável.

### Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores classificadas neste grupo, representam o valor da contraprestação a pagar em função das aquisições de materiais e serviços no curso normal das atividades operacionais.

Em Milhares de R\$	2022	2021
Contas a Pagar - Serviços - em reais	257	18
<b>Total</b>	<b>257</b>	<b>18</b>

As Contas a Pagar não foram ajustadas a valor presente.

Em Milhares de R\$	2022	2021
Contas a Pagar - Vencidas entre 31 e 360 dias	247	8
Contas a Pagar - Vencidas em até 30 dias	-	1
Contas a Pagar - A vencer até 30 dias	2	9
Contas a Pagar - A vencer de 31 a 90 dias	4	-
Contas a Pagar - A vencer de 91 a 360 dias	4	-
<b>Total do Curto Prazo</b>	<b>257</b>	<b>18</b>
<b>Total</b>	<b>257</b>	<b>18</b>

## NOTA 11 - Obrigações Sociais e Tributárias

As obrigações sociais são reconhecidas de acordo com os custos de todos os benefícios a empregados cujos direitos tenham sido adquiridos como resultado de serviços prestados para a entidade durante o período de divulgação. As provisões são constituídas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. A melhor estimativa é o valor que a entidade pagaria para liquidar a obrigação.

### Obrigações Sociais

As obrigações sociais classificadas neste grupo representam o valor da contraprestação a pagar aos colaboradores da entidade.

Em Milhares de R\$	2022	2021
		Reapresentado
Ordenados e Salários	46	445
Encargos s/ Salários	14	24
Provisão de Férias/13º e Encargos a Pagar	1	369
Obrigações tributárias com terceiros	13	76
Outras despesas com Colaboradores e ex colaboradores	26	-
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>914</b>
Em Milhares de R\$		2021
Obrigações - A Vencer até 1 Ano	100	914
<b>Total do Curto Prazo</b>	<b>100</b>	<b>914</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>914</b>

## NOTA 12 - Provisões para Contingências

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

### Passivos Contingentes

Conforme avaliação, tomando como base nas expectativas da entidade baseadas na posição de seus assessores jurídicos internos ou externos.

#### Perdas Prováveis

Em Milhares de R\$	Trabalhistas	Cíveis	2022	2021
Saldo em 1º de Janeiro	36	-	36	36
Constituição de Provisão	332	45	377	-
Reversões de Provisão	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>368</b>	<b>45</b>	<b>413</b>	<b>36</b>

#### Perdas Possíveis

Em Milhares de R\$	Trabalhistas	Cíveis	2022	2021
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>-</b>	<b>390</b>	<b>390</b>	<b>71</b>

#### Depósitos Judiciais Relacionados

Em Milhares de R\$	Trabalhistas	Cíveis	2022	2021
Saldo em 1º de Janeiro	(43)	-	(43)	(30)
Depósitos Efetuados	(57)	(2)	(59)	(13)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>(100)</b>	<b>(2)</b>	<b>(102)</b>	<b>(43)</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>268</b>	<b>43</b>	<b>311</b>	<b>(7)</b>

## NOTA 13 - Partes Relacionadas

A Entidade, ao realizar transações com partes relacionadas, divulga a natureza do relacionamento com as partes relacionadas, assim como as informações sobre as transações, saldos existentes e compromissos que sejam necessários para a compreensão do efeito potencial desse relacionamento nas demonstrações contábeis.

### Partes Relacionadas

Os saldos de partes relacionadas classificados neste grupo representam o valor da contraprestação a pagar ou a receber de partes relacionadas.

No curso habitual das atividades são mantidos pela Associação operações com partes relacionadas. O demonstrativo abaixo apresenta tal operação com Pessoa Física.

Tais recursos disponibilizados não possuem contratos entre mutuante e mutuária, não há prazo para liquidação e os valores apresentados não sofrem atualização monetária.

### Passivo

Em Milhares de R\$	2022	2021
Emerson Tadeu Gonçalves Rici	2.505	1.283
Silmar Marcelo Mica Jr	23	-
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>2.528</b>	<b>1.283</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>2.528</b>	<b>1.283</b>

## NOTA 14 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da entidade está representado pelo patrimônio social e pelo superávit ou déficit apurado ao final de cada exercício social. É vedada a distribuição de superávits, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, em qualquer circunstância, exceto no caso de dissolução. As receitas são empregadas integralmente na consecução dos seus objetivos sociais.

### Patrimônio Líquido

Em Milhares de R\$	2022	2021
		Reapresentado
Patrimônio Social	1.588	1.848
Incorporação ao Patrimônio Líquido	775	(260)
Superávit/Déficit do Exercício	(1.972)	775
<b>Total</b>	<b>391</b>	<b>2.363</b>



## NOTA 15 - Receita Operacional Líquida e Outras Receitas e Despesas

A receita de venda compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da entidade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A entidade reconhece a receita quando:

- (i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança; e
- (ii) É provável que benefícios econômicos futuros associados à transação fluirão para a entidade.

### Receita Operacional Líquida

Em Milhares de R\$	2022	2021
Convênios, Subvenções e Doações (i)	6.127	30.880
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>6.127</b>	<b>30.880</b>
(-) Impostos s/ Vendas - ISS	(240)	(440)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>5.887</b>	<b>30.440</b>

(i) O faturamento em 2021 foi impactado pelo contrato junto ao município de Sorocaba, firmado em 22/03/2021, do montante de R\$ 25.197, com o objetivo da disponibilização de 40 (quarenta) leitos clínicos e 20 (vinte) leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, destinados ao tratamento de pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS.

### Despesas com Vendas

Em Milhares de R\$	2022	2021
Editais e Publicações	(1)	(5)
<b>Total</b>	<b>(1)</b>	<b>(5)</b>

### Despesas Gerais e Administrativas

Em Milhares de R\$	2022	2021
		Reapresentado
Despesas com Pessoal Administrativo	(1)	(7)
Outras Despesas com Pessoal - ADM	(56)	(214)
Despesas com Serviços Especializados	(133)	(54)
Despesas com Serviços Administrativos	(13)	(241)
Despesas com Imóveis	(2)	(73)
Contribuições, Taxas e Penalidades	(48)	(16)
Despesas com Viagens e Deslocamentos	(16)	(11)
Depreciação e Amortização sobre Bens	(10)	(15)
Baixa de Bens	(71)	-
Provisões por Contingências	(340)	-
<b>Total</b>	<b>(690)</b>	<b>(631)</b>

### Outras Receitas e Despesas

Em Milhares de R\$	2022	2021
Outras Despesas	(6)	(93)
<b>Total</b>	<b>(6)</b>	<b>(93)</b>

## NOTA 16 - Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos sobre aplicações financeiras. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros e outras despesas.

Em Milhares de R\$	2022	2021
Juros Sobre Aplicações Financeiras	5	4
Juros Ativos	-	1
Descontos Obtidos	106	-
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>111</b>	<b>5</b>
Juros Passivos	(41)	(2)
Tarifa Bancária	(6)	(22)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(47)</b>	<b>(24)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>64</b>	<b>(19)</b>

### **NOTA 17 - Cobertura de Seguros (não auditado)**

A Administração da entidade optou por não contratar cobertura de seguros para os bens integrantes do ativo imobilizado, devido à inexistência de histórico de sinistros, além de não possuir bens imóveis.

As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## NOTA 18 - Retificação de Informação

Durante o exercício de 2021 foram realizados ajustes de exercícios anteriores, referentes à reorganização contábil e adequação do princípio contábil de competência.

### Retificação de Informação

Ajustes realizados conforme composição.

	31/12/2021		
	Antes dos Ajustes	Ajustes	Depois dos Ajustes
<b>Contas Patrimoniais</b>			
Encargos s/ Salários	51	(27)	24
Superavit/Deficit de exercicio	748	27	775
<b>Resultado</b>			
Despesas Gerais e Administrativas	(658)	27	(631)

**ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
EDUCAÇÃO E SAÚDE -  
ABRADES**

**Demonstrações Contábeis  
encerradas em 31 de dezembro de 2022  
com relatório dos auditores independentes**



Ref.: B – 147/23R

Curitiba (PR), 16 de maio de 2023.

Aos Administradores da  
**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES**  
Curitiba - PR

Em cumprimento ao nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, apresentamos o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## CONTEÚDO

<b>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis</b>	<b>03</b>
<b>Balanco Patrimonial – Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>07</b>
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>	<b>08</b>
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>	<b>09</b>
<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis</b>	<b>11</b>



**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE**  
**AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores da  
**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES**  
Curitiba - PR

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES** ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, sujeito aos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 R1) e às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 R1).

**Base para opinião com ressalva**

- a) Conforme a nota explicativa nº 6, os valores relativos ao INSS parte patronal e terceiros estão sendo devidamente recolhidos, porém não estão sendo reconhecidos no resultado do exercício em razão de estarem aguardando a certificação junto ao Cebas (nota explicativa nº 1). Desta forma, o montante registrado no ativo não circulante de R\$ 2.348 (R\$ 1.996 em 31 de dezembro de 2021) referente ao valor deste exercício adicionado ao de exercícios anteriores não possui expectativa de realização, até a conclusão do processo de certificação, assim, o potencial impacto no resultado e patrimônio líquido depende do desfecho desta certificação.
- b) Conforme a nota explicativa nº 7, em 31 de dezembro de 2022, a entidade mantém registrado na rubrica de Recursos de Convênios a Realizar (Ativo) o montante de R\$ 2.179 (R\$ 3.419 em 31 de dezembro de 2021), relativos aos valores a receber junto ao contrato de prestação de serviços com a Prefeitura de Sorocaba, para o qual teve o seu valor reajustado em R\$ 504, conforme saldo que a entidade entende que possui a receber, após o levantamento das glosas efetuadas pelo município e do reequilíbrio econômico-financeiro, deduzidos do montante já repassado a mesma. Dessa forma, não foi possível nos satisfazermos quanto à adequação do valor registrado, bem como, efeitos em contas patrimoniais e de resultado.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis" no nosso relatório. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

### **Ênfase**

Como descrito na nota explicativa nº 1, a Entidade encontra-se em processo de Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, conforme pedido de concessão do certificado, através do Requerimento de Concessão do CEBAS SIPAR nº 25000.012838/2018-12, protocolado em 22/01/2018. Em março de 2020 a Entidade obteve decisão favorável, por meio de liminar, quanto ao reconhecimento de sua imunidade tributária, porém, no que se refere à certificação do CEBAS, o processo ainda permanece em análise. Nossa opinião não está ressalvada sobre esse assunto.

### **Incerteza relevante quanto a continuidade operacional**

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.1 das demonstrações contábeis, chamamos a atenção pelo fato da Entidade ter apresentado o montante de custos dos serviços prestados superiores a receita operacional líquida em R\$ 1.339, bem como, do saldo de déficit do exercício no montante de R\$ 1.972, ocasionado pela sua forma de atuação, na área de saúde, com a dependência de aberturas e êxitos em novas licitações com entes públicos e pelos prazos de realização desses contratos, que costumemente possuem duração de menos de um ano. A Administração vem adotando medidas para o estabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Outros Assuntos**

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 apresentadas comparativamente, foram por nós auditadas, conforme Relatório do Auditor Independente emitido em 31 de março de 2022, com ressalvas.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 R1) e às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.





Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

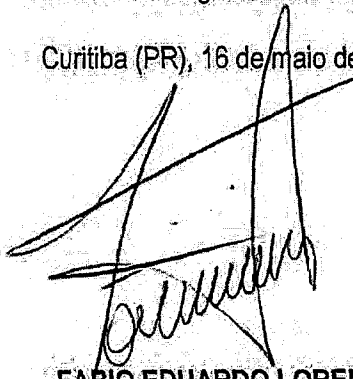
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 16 de maio de 2023.



**FABIO EDUARDO LORENZON**  
Contador CRC (SC) nº 026.215/O-6

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO		
NIRE	CNPJ	
	10.857.726/0001-07	
NOME EMPRESARIAL		
ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAUDE - ABRADES		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO	
FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
DIARIO	8
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
87.4A.74.16.83.A1.59.4D.CA.80.CA.81.CC.22.86.4E.8D.C8.D1.CD	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:					
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	05572210994	MARCIA DE FREITAS VIEIRA:05572210994	527741394263166647 2	17/05/2024 a 17/05/2025	Não
Diretor	13675433803	EMERSON TADEU GONCALVES RICI:13675433803	152054266883088694 3	18/01/2024 a 17/01/2025	Sim

NÚMERO DO RECIBO:  
87.4A.74.16.83.A1.59.4D.CA.80.CA.81.  
CC.22.86.4E.8D.C8.D1.CD-1

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO  
  
em 28/06/2024 às 16:11:39  
  
F2.F2.19.8C.A9.84.85.99  
79.EE.4C.4B.78.68.67.F7

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo nos termos do Decreto nº 9.555/2018, dispensando-se qualquer outra forma de autenticação. Este recibo comprova a autenticação.

# TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAUDE - ABRADES  
 Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 10.857.726/0001-07  
 Número de Ordem do Livro: 8

## TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAUDE - ABRADES
NIRE	
CNPJ	10.857.726/0001-07
Número de Ordem	8
Natureza do Livro	DIARIO
Município	RIBEIRAO PRETO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	06/01/2023
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	5080

## TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAUDE - ABRADES
Natureza do Livro	DIARIO
Número de ordem	8
Quantidade total de linhas do arquivo digital	5080
Data de inicio	01/01/2023
Data de término	31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 87.4A.74.16.83.A1.59.4D.CA.80.CA.81.CC.22.86.4E.8D.C8.D1.CD-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

Página 1 de 1

 Springer

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número KA.74.16.83.A1.59.4D.CA.80.CA.81.CC.22.80.4E.8D.C8.D1.CD-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo S  
Versão: 10.2.0 do Visualizador

# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAUDE - ABRADES

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 10.857.726/0001-07

Número de Ordem do Livro: 8

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R\$ (0,00)	R\$ 2.835.900,87
RECEITA COM VENDAS		R\$ 0,00	R\$ 2.835.900,87
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ (0,00)	R\$ (26.049,04)
(-) (-) ISS		R\$ (0,00)	R\$ (26.049,04)
(-) CUSTOS		R\$ (0,00)	R\$ (203.175,56)
(-) CUSTOS COM PESSOAL - CUSTO DIRETO		R\$ (0,00)	R\$ (187.630,55)
(-) BENEFÍCIOS AOS FUNCIONÁRIOS		R\$ (0,00)	R\$ (15.291,30)
(-) CUSTOS COM SAÚDE E SEGURANÇA		R\$ (0,00)	R\$ (253,71)
RECEITA LÍQUIDA		R\$ (0,00)	R\$ 2.606.676,27
LUCRO BRUTO		R\$ (0,00)	R\$ 2.606.676,27
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (0,00)	R\$ (673.851,05)
(-) DESPESAS COM VENDAS		R\$ (0,00)	R\$ (2.945,29)
(-) DESPESAS COMERCIAIS		R\$ (0,00)	R\$ (2.945,29)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (0,00)	R\$ (675.063,20)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (0,00)	R\$ (675.063,20)
(-) DESPESAS COM PESSOAL - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (4.900,00)
(-) DESPESAS CONTAS MENSAIS - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (697,66)
(-) DESPESAS COM MATERIAIS - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (265,00)
(-) DESPESAS COM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS		R\$ (0,00)	R\$ (474.423,38)
(-) DESPESAS COM OUTROS TRIBUTOS		R\$ (0,00)	R\$ (9.731,44)
(-) DESPESAS COM VIAGENS E DESLOCAMENTOS - A		R\$ (0,00)	R\$ (15,00)
(-) OUTRAS DESPESAS - ADM		R\$ (0,00)	R\$ (148,10)
(-) SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS ABRADES SOROCAB		R\$ (0,00)	R\$ (184.882,62)
RESULTADO FINANCEIRO		R\$ (0,00)	R\$ 4.157,44
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 5.445,45
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 5.445,45
RECEITA DE APLICAÇÕES FINAC PRE-FIXADAS		R\$ 0,00	R\$ 5.444,45
JUROS ATIVOS		R\$ 0,00	R\$ 1,00
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (0,00)	R\$ (1.288,01)
(-) TARIFAS BANCARIAS		R\$ (0,00)	R\$ (1.252,80)
(-) JUROS PASSIVOS		R\$ (0,00)	R\$ (35,21)
RESULTADO OPERACIONAL		R\$ (0,00)	R\$ 1.932.825,22
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		R\$ (0,00)	R\$ 1.932.825,22
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ (0,00)	R\$ 1.932.825,22

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 87.4A.74.16.83.A1.59.4D.CA.80.CA.81.CC.22.86.4E.8D.C8.D1.CD-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

Página 1 de 1

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Entidade:	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAUDE - ABRADES		
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023	CNP	10.857.726/0001-07
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023		
			Número de Ordem do Livro: 8

Histórico	Cálculo de Antecipação das Contas de Patrimônio Líquido				AJUSTES RETROSPECTIVOS PERÍODO ANTERIOR (R\$)	Total (R\$)
	PATRIMONIO SOCIAL (R\$)	SUPERAVIT DO EXERCÍCIO (R\$)	DEFICIT DO EXERCÍCIO (R\$)	SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADOS (R\$)		
Saldo Inicial em 01.01.2023	10.000,00	748.595,92	(-2.314.760,64)	1.977.741,79	(-30.891,27)	390.685,80
Ajustes de Exercícios Anteriores					403.392,81	403.392,81
Superávit do Exercício		1.932.825,22				1.932.825,22
Saldo Final em 31.12.2023	10.000,00	2.681.421,14	(-2.314.760,64)	1.977.741,79	372.501,54	2.726.903,83
Notas						

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 87.4A.74.16.83.A1.59.4D.CA.80.CA.81.CC.22.86.4E.8D.C8.D1.CD-1, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

✓

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES****Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro****Ativo**

Em Milhares de R\$	NOTA	2023	2022
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	-	7
Contas a Receber	6	460	320
Adiantamentos	6	1	3
Outros Creditos	6	141	-
Tributos a Recuperar	8	40	41
Recursos de Convênio a Realizar	7	2.179	2.179
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>2.821</b>	<b>2.550</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>			
Tributos a Recuperar	8	-	-
Depósitos Judiciais	12	24	102
Outros Créditos	6	2.347	2.348
Imobilizado	10	-	-
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>2.371</b>	<b>2.450</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>5.192</b>	<b>5.000</b>

**Passivo**

Em Milhares de R\$	NOTA	2023	2022
<b>Passivo Circulante</b>			
Contas a Pagar	10	5	257
Obrigações Sociais e Tributárias	11	57	100
Recursos de Convênio a Executar	7	1.127	1.311
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>1.189</b>	<b>1.668</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Provisões para Contingências	12	237	413
Partes Relacionadas	13	1.039	2.528
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>1.276</b>	<b>2.941</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Patrimônio Social	14	391	2.363
Ajuste retrospectivos período anterior	14	403	-
Superávit/Déficit do Exercício	14	1.933	(1.972)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>2.727</b>	<b>391</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>5.192</b>	<b>5.000</b>

"As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações contábeis".



**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES**  
**Demonstração do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro**

Em Milhares de R\$	NOTA	2023	2022
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>15</b>	<b>2.810</b>	<b>5.887</b>
(-) Custos dos Serviços Prestados		(202)	(7.226)
<b>Resultado Bruto</b>		<b>2.608</b>	<b>(1.339)</b>
Despesas com Vendas	15	-	(1)
Despesas Gerais e Administrativas	15	(679)	(690)
Outras Receitas e Despesas	15	-	(6)
<b>Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>1.929</b>	<b>(2.036)</b>
Receitas Financeiras	16	5	111
Despesas Financeiras	16	(1)	(47)
<b>Lucro Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>		<b>1.933</b>	<b>(1.972)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social			
<b>Superávit / (Déficit) do Exercício</b>		<b>1.933</b>	<b>(1.972)</b>

"As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações contábeis".

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES**  
**Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Encerrado**

Em Milhares de R\$	Patrimônio Social	Superávit ou (Déficit) Acumulados	Patrimônio Líquido
<b>Em 31 de dezembro de 2021 - Reapresentado</b>	<b>1.588</b>	<b>775</b>	<b>2.363</b>
Déficit do Exercício	-	(1.972)	(1.972)
Incorporação ao Patrimônio Social	775	(775)	-
	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.363</b>	<b>(1.972)</b>	<b>391</b>
Superavit do Exercício	-	1.933	1.933
Incorporação ao Patrimônio Social	(1.972)	1.972	-
Ajuste retrospectivos período anterior	-	-	403
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>391</b>	<b>1.933</b>	<b>2.727</b>
	-	-	-

"As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações contábeis".

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES****Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Encerrado em 31 de dezem**

Método Indireto

Em Milhares de R\$

2023

2022

<b>DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit (Déficit) do Exercício	1.933	(1.972)
<u>Ajustado por:</u>		
Provisões para Contingências	(176)	377
Ajuste a Valor Presente	403	-
<b>Lucro Líquido do Exercício Ajustado</b>	<b>2.160</b>	<b>(1.595)</b>
Contas a Receber	(140)	1.770
Adiantamentos	2	2
Tributos a Recuperar	1	358
Outros Créditos	(140)	(352)
Depósitos Judiciais	78	(59)
Recursos de Convênio a Realizar	-	1.240
<b>(Aumento) ou Diminuição do Ativo</b>	<b>(199)</b>	<b>2.959</b>
Contas a Pagar	(252)	239
Obrigações Sociais e Tributárias	(43)	(814)
Recursos de Convênio a Executar	(184)	(2.108)
<b>Aumento ou (Diminuição) do Passivo</b>	<b>(479)</b>	<b>(2.683)</b>
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>1.482</b>	<b>(1.319)</b>
<b>DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Baixa de Imobilizado	-	81
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento</b>	<b>-</b>	<b>81</b>
<b>DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Partes Relacionadas	(1.489)	1.245
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento</b>	<b>(1.489)</b>	<b>1.245</b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(7)</b>	<b>7</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>7</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>-</b>	<b>7</b>

"As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações contábeis".

# **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES**

## **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Em Milhares exceto quando indicado de outra forma)

#### **NOTA 1 - Informações Gerais**

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES tem por objeto, apoiar, incentivar, desenvolver e promover a saúde de forma gratuita, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei 9.790/99 e observando-se o art. 69, inciso II, do decreto 3.100, de 1999: A assistência social; A educação, de forma gratuita, por meio do ensino, qualificação profissional, pesquisas e extensão educacional, observando-se a forma complementar de participação da organização de que trata a Lei 9.790/99; A segurança alimentar; A cultura e arte; Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações, conhecimentos técnicos e científicos, relacionados a saúde, assistência social, educação, segurança alimentar, cultura e arte.

A operação realizada pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES consiste em celebrar contratos para prestação de serviços na área da saúde e nas outras áreas que compete o seu objetivo, firmar convênios e contratos de gestão, Termos de Parceria; Termos de colaboração; Termos de fomento e acordos de cooperação com o Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, visando a formulação e implementação de projetos em Unidades de Saúde, assim como participar de campanhas de prevenção a saúde e auxílio médico hospitalar.

A Entidade encontra-se em processo de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, conforme pedido de concessão do certificado, através do Requerimento de Concessão do CEBAS SIPAR nº 25000.012838/2018-12, protocolado em 22/01/2018, o qual se encontra em fase de análise. Entidades sem fins lucrativos podem solicitar pedido de benefício fiscal acerca da isenção de contribuições de seguridade social, tal dispositivo está baseado em lei 12.101/09, onde explicita as exigências para concessão deste incentivo.

#### **1.1- Continuidade Operacional**

Em 31 de dezembro de 2023 a Entidade apresentou o montante de custos dos serviços prestados superiores a receita operacional líquida em R\$ 2.606, bem como, saldo de Superavit do exercício no montante de R\$ 1.933, ocasionado pela sua forma de atuação, na área de saúde, com a dependência de aberturas e êxitos em novas licitações com entes públicos e pelos prazos de realização desses contratos, que costumeiramente

possuem duração de menos de um ano. A Administração está envidando esforços na gestão do seu fluxo de caixa para o estabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial.

#### **NOTA 2 - Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo o Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas NBC TG 1.000 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09 e a NBC ITG 2002 (R1), que trata das entidades sem fins lucrativos.

#### **NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis**

As políticas contábeis são princípios específicos, bases, convenções, regras e práticas, aplicados pela Entidade na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis específicas para cada grupo de contas serão apresentadas ao longo destas demonstrações contábeis em cada nota explicativa correspondente. As práticas contábeis gerais serão apresentadas a seguir.

##### **3.1 - Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes**


No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

##### **3.2 - Compensações Entre Contas**

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

##### **3.3 - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

Os itens nestas demonstrações contábeis são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Entidade atua e na qual é realizada todas as suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.



### **3.4 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Financeiro**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por desvalorização sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por desvalorização é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação da perda por desvalorização, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perda por desvalorização, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa perda na data de apresentação das demonstrações contábeis. Para estas demonstrações contábeis a Entidade concluiu que não existem perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

### **3.5 - Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

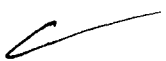
### **3.6 - Recursos de Convênios a Realizar/Subvenções a Executar**

Os recursos de Convênios a Realizar são reconhecidos inicialmente a débito no ativo circulante na conta de Recursos de Convênios a Realizar, e a crédito no passivo circulante na conta de Recursos de Subvenções a Executar, e subsequentemente são reconhecidas na Demonstração do Resultado à medida que são efetuados os gastos dos atendimentos dos convênios.

### **3.7 - Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.



### 3.8 - Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com regime contábil de competência dos exercícios, tanto para reconhecimento de receitas quanto de despesas.

### 3.9 - Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer que a administração da Entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis, são:

- a) Valor recuperável dos ativos imobilizados;
- b) Créditos de liquidação duvidosa que são contabilizados diretamente em perdas quando esgotadas as possibilidades de recuperação; e,
- c) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Entidade.

#### Instrumentos Financeiros

Em Milhares de R\$	2023	2022
<b>Mensurado pelo Custo Amortizado</b>		
<b>Ativos Financeiros</b>		
Caixa e equivalentes	-	7
Contas a Receber de Clientes	460	320
<b>Total</b>	<b>460</b>	<b>327</b>
<b>Passivos Financeiros</b>		
Contas a Pagar a Fornecedores	5	257
Partes Relacionadas	1.039	2.528
<b>Total</b>	<b>1.044</b>	<b>2.785</b>

## NOTA 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Entidade, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos da data da transação.

### Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde a recursos de livre movimentação ou de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sem riscos de mudança significativa de valor, com vencimento de até 3 meses e com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Em Milhares de R\$	2023	2022
Bancos Conta Movimento	-	4
Aplicações Financeiras	-	3
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>7</b>

Os valores de caixa e equivalentes de caixa estão livres de restrição em relação a operações de crédito.



## NOTA 6 - Contas a Receber

As contas a receber são registradas inicialmente pelo valor justo das transações e ajustadas a valor presente quando relevante. São mensuradas subsequentemente considerando as eventuais variações monetárias auferidas até a data das demonstrações contábeis e ajustadas pela provisão para perdas se aplicável.

### Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor de emissão atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

Em Milhares de R\$	2023	2022
Contas a Receber - Em Reais	460	320
<b>Total</b>	<b>460</b>	<b>320</b>

Não há contas a receber dadas como garantia de operações de crédito.

Em Milhares de R\$	2023	2022
Contas a Receber - A Vencer até 30 dias	164	24
Contas a Receber - A Vencer de 31 a 60 dias	296	296
<b>Total do Curto Prazo</b>	<b>460</b>	<b>320</b>
<b>Total</b>	<b>460</b>	<b>320</b>

### Outras Créditos

Em Milhares de R\$	2023	2022
Outros Créditos - Mutuo	141	-
<b>Total</b>	<b>141</b>	<b>-</b>

### Outras Contas a Receber

Em Milhares de R\$	2023	2022
Adiantamentos	1	3
Outros Créditos (i)	2.347	2.348
<b>Total</b>	<b>2.348</b>	<b>2.351</b>

As outras contas a receber não foram ajustadas a valor presente.

(i) Outros créditos referem-se ao processo de certificação; a entidade mantém retidos os pagamentos de INSS mensais, referente à parte patronal, no aguardo do deferimento do CEBAS, na expectativa de reaver os saldos pagos durante o período em que o processo está tramitando.

**NOTA 7 - Recursos Convênio a Realizar - Ativo**  
**Recursos Convênio a Executar - Passivo**

Referem-se a recursos de convênios, firmado em 22/03/2021, junto ao município de Sorocaba, no montante de R\$ 25.197 (vinte e cinco milhões, cento e noventa e sete mil reais), cujo o objetivo é disponibilização de 40 (quarenta) leitos clínicos e 20 (vinte) leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, destinados ao tratamento de pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS, com suspeita ou contaminados por COVID-19, regulados pela Central de Regulação de Leitos do Município de Sorocaba.

O uso dos recursos captados deverá ocorrer conforme o plano de aplicação do projeto, sendo já utilizado o montante de R\$ 23.522. Em 2022, foi recebido o montante de R\$ 1.744 para liquidação da folha de pagamento e de fornecedores que estavam em atraso e registrado o acréscimo do reequilíbrio econômico-financeiro, decorrente da oscilação e elevação extraordinária dos custos dos insumos básicos para atendimento e assistência aos pacientes infectados. O saldo de Recursos de Convênio a Realizar (Ativo) em 2023 é de R\$ 2.179 (R\$ 3.419 em 2021).

O saldo de recursos de Convênios a Realizar (Passivo) em 2023 é de R\$ 1.126 (R\$ 3.419 em 2021) e corresponde aos valores em aberto a fornecedores do convênio.

## NOTA 8 - Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar são mensurados inicialmente pelos valores constantes nos documentos de arrecadação ou de apuração que deram origem aos créditos e sequentemente são avaliados quanto a real expectativa de utilização considerando o período de prescrição ou aproveitamento do crédito. São atualizados pela variação da taxa Selic quando permitido pela legislação tributária.

### Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar são tributos já recolhidos ou creditados e que podem ser recuperados, mediante pedido de restituição ou pela compensação de tributos, conforme disposições legais de cada ente federativo.

Em Milhares de R\$	2023	2022
INSS a Compensar Sobre Folha de Pagamento	-	-
INSS a Recuperar	-	-
IRRF Retenção Indevida por Clientes	40	41
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>41</b>

Em Milhares de R\$	2023	2022
Tributos a Recuperar até 1 ano	40	41
<b>Total do Curto Prazo</b>	<b>40</b>	<b>41</b>
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>41</b>

## NOTA 9 - Contas a Pagar

As contas a pagar são registradas inicialmente pelo valor justo das transações e ajustadas a valor presente quando relevante. São mensuradas subsequentemente considerando as eventuais variações monetárias devidas e acrescidas de eventuais encargos financeiros se aplicável.

### Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores classificadas neste grupo, representam o valor da contraprestação a pagar em função das aquisições de materiais e serviços no curso normal das atividades operacionais.

Em Milhares de R\$	2023	2022
Contas a Pagar - Serviços - em reais	5	257
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>257</b>

As Contas a Pagar não foram ajustadas a valor presente.

Em Milhares de R\$	2023	2022
Contas a Pagar - Vencidas entre 31 e 360 dias	5	247
Contas a Pagar - Vencidas em até 30 dias	-	-
Contas a Pagar - A vencer até 30 dias	-	2
Contas a Pagar - A vencer de 31 a 90 dias	-	4
Contas a Pagar - A vencer de 91 a 360 dias	-	4
<b>Total do Curto Prazo</b>	<b>5</b>	<b>257</b>
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>257</b>

## NOTA 10 - Obrigações Sociais e Tributárias

As obrigações sociais são reconhecidas de acordo com os custos de todos os benefícios a empregados cujos direitos tenham sido adquiridos como resultado de serviços prestados para a entidade durante o período de divulgação. As provisões são constituídas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. A melhor estimativa é o valor que a entidade pagaria para liquidar a obrigação.

### Obrigações Sociais

As obrigações sociais classificadas neste grupo representam o valor da contraprestação a pagar aos colaboradores da entidade.

Em Milhares de R\$	2023	2022
Ordenados e Salários	1	46
Encargos s/ Salários	6	14
Provisão de Férias/13º e Encargos a Pagar	2	1
Obrigações tributárias com terceiros	13	13
Outras despesas com Colaboradores e ex colaboradores	35	26
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100</b>

Em Milhares de R\$		
Obrigações - A Vencer até 1 Ano	57	100
<b>Total do Curto Prazo</b>	<b>57</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100</b>

## NOTA 11 - Provisões para Contingências

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

### Passivos Contingentes

Conforme avaliação, tomando como base nas expectativas da entidade baseadas na posição de seus assessores jurídicos internos ou externos.

#### Perdas Prováveis

Em Milhares de R\$	Trabalhistas	Cíveis	2023	2022
Saldo em 1º de Janeiro	-	-	413	36
Constituição de Provisão		-	-	377
Reversões de Provisão	-	176	176	-
Saldo em 31 de Dezembro	-	176	237	413

#### Perdas Possíveis

Em Milhares de R\$	Trabalhistas	Cíveis	2023	2022
Saldo em 31 de Dezembro	-	-	-	390

#### Depósitos Judiciais Relacionados

Em Milhares de R\$	Trabalhistas	Cíveis	2023	2022
Saldo em 1º de Janeiro	(102)	-	(102)	(43)
Depósitos Efetuados	78	-	80	(59)
Saldo em 31 de Dezembro	(24)	-	(24)	(102)
Efeito Líquido	(200)	-	213	311

## NOTA 12 - Partes Relacionadas

A Entidade, ao realizar transações com partes relacionadas, divulga a natureza do relacionamento com as partes relacionadas, assim como as informações sobre as transações, saldos existentes e compromissos que sejam necessários para a compreensão do efeito potencial desse relacionamento nas demonstrações contábeis.

### Partes Relacionadas

Os saldos de partes relacionadas classificados neste grupo representam o valor da contraprestação a pagar ou a receber de partes relacionadas.

No curso habitual das atividades são mantidos pela Associação operações com partes relacionadas. O demonstrativo abaixo apresenta tal operação com Pessoa Física.

Tais recursos disponibilizados não possuem contratos entre mutuante e mutuária, não há prazo para liquidação e os valores apresentados não sofrem atualização monetária.

<b>Total Ativo</b>		
<b>Passivo</b>		
Em Milhares de R\$	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Emerson Tadeu Gonçalves Rici	1.024	2.505
Silmar Marcelo Mica Jr	15	23
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>1.039</b>	<b>2.528</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>1.039</b>	<b>2.528</b>

## NOTA 13 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da entidade está representado pelo patrimônio social e pelo superávit ou déficit apurado ao final de cada exercício social. É vedada a distribuição de superávits, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, em qualquer circunstância, exceto no caso de dissolução. As receitas são empregadas integralmente na consecução dos seus objetivos sociais.

### Patrimônio Líquido

Em Milhares de R\$	2023	2022
Patrimônio Social	2.363	1.588
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(1.972)	775
Ajuste retrospectivos período anterior	403	-
Superávit/Déficit do Exercício	1.933	(1.972)
<b>Total</b>	<b>2.727</b>	<b>391</b>



## NOTA 14 - Receita Operacional Líquida e Outras Receitas e Despesas

A receita de venda compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da entidade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A entidade reconhece a receita quando:

- (i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança; e
- (ii) É provável que benefícios econômicos futuros associados à transação fluirão para a entidade."

### Receita Operacional Líquida

Em Milhares de R\$	2023	2022
Convênios, Subvenções e Doações (i)	2.836	6.127
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>2.836</b>	<b>6.127</b>
(-) Impostos s/ Vendas - ISS	(26)	(240)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>2.810</b>	<b>5.887</b>

(iii) O faturamento em 2023 foi impactado com faturamento no montante de R\$ 1.075, com serviços médicos hospitalares no município de Bocaiuva do Sul e Clínica Paranaense - Clinipam.

(iv) O valor de R\$ 1.761 refere-se a receitas de doação por perdão de dívidas, conforme a seguir:

- Emerson Tadeu Gonçalves Rici R\$ 1.511
- Silmar Marcelo Mica Junior R\$ 250

### Despesas com Vendas

Em Milhares de R\$	2023	2022
Editais e Publicações	-	(1)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>

### Despesas Gerais e Administrativas

Em Milhares de R\$	2023	2022
Despesas com Pessoal Administrativo	-	(1)
Outras Despesas com Pessoal - ADM	(6)	(56)
Despesas com Serviços Especializados	(474)	(133)
Despesas com Serviços Administrativos	(185)	(13)
Despesas com Imóveis	(2)	(2)
Contribuições, Taxas e Penalidades	(9)	(48)
Despesas com Viagens e Deslocamentos	(3)	(16)
Depreciação e Amortização sobre Bens	-	(10)
Baixa de Bens	-	(71)
Provisões por Contingências	-	(340)
<b>Total</b>	<b>(679)</b>	<b>(690)</b>

### Outras Receitas e Despesas

Em Milhares de R\$	2023	2022
Outras Despesas	-	(6)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(6)</b>

## NOTA 15 - Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos sobre aplicações financeiras. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros e outras despesas.

Em Milhares de R\$	2023	2022
Juros Sobre Aplicações Financeiras	5	5
Juros Ativos	-	-
Descontos Obtidos	-	106
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>5</b>	<b>111</b>
Juros Passivos	-	(41)
Tarifa Bancária	(1)	(6)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(1)</b>	<b>(47)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>4</b>	<b>64</b>

## NOTA 16 - Cobertura de Seguros (não auditado)

A Administração da entidade optou por não contratar cobertura de seguros para os bens integrantes do ativo imobilizado, devido à inexistência de histórico de sinistros, além de não possuir bens imóveis.

As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

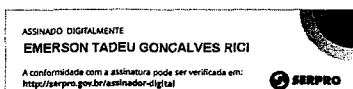
## NOTA 17 - Retificação de Informação

Durante o exercício de 2023 foram realizados ajustes de exercícios anteriores, referentes à reorganização contábil e adequação do princípio contábil de competência.

### Retificação de Informação

Ajustes realizados conforme composição.

	31/12/2023		
	Antes dos Ajustes	Ajustes	Depois dos Ajustes
<b>Contas Patrimoniais</b>			
Processos Trabalhistas a Pagar	(31)	(8)	(39)
Fornecedores a Pagar	1.311	134	1.177
Agile Serviços de Apoio a Saude Ltda	242	242	-
Superavit/Deficit de exercício	1.933	403	2.336



**EMERSON TADEU GONÇALVES RICÍ**  
DIRETOR  
CPF:136.754.338-03



**MARCIA DE FREITAS VIEIRA**  
CONTADORA  
CRC/PR 068310/O-7  
CPF:055.722.109-94



# ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA

EMPRESA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDES - ABRADES

CNPJ:

10.857.726/0001-07

PERÍODO:

01/01/2023

31/12/2023

## VALORES CONFORME DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ATIVO TOTAL	R\$5.192.050,87
ATIVO CIRCULANTE	R\$2.821.167,49
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$2.370.883,38
PASSIVO TOTAL	R\$5.192.050,87
PASSIVO CIRCULANTE	R\$1.189.022,51
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$1.276.124,53
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$2.726.903,83

## ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL - LG

ATIVO CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	R\$5.192.050,87	2,11
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$2.465.147,04	

## ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE - LC

ATIVO CIRCULANTE	R\$2.821.167,49	2,37
PASSIVO CIRCULANTE	R\$1.189.022,51	

## ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL - SG

ATIVO TOTAL	R\$5.192.050,87	2,11
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$2.465.147,04	

## ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL (Participação de Terceiros) - EG

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$2.465.147,04	0,47
ATIVO TOTAL	R\$5.192.050,87	

## ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL - IE

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$2.465.147,04	0,90
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$2.726.903,83	

## ÍNDICE DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL DE TERCEIROS

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$2.726.903,83	1,11
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$2.465.147,04	

ASSINADO DIGITALMENTE  
EMERSON TADEU GONÇALVES RICI

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



EMERSON TADEU GONÇALVES RICI

Presidente

CPF: 136.754.338-03

ASSINADO DIGITALMENTE  
MARCIA DE FREITAS VIEIRA

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



MARCIA DE FREITAS VIEIRA

Contadora/CRCPR-068310/O-7

CPF: 055.722.109-94

Curitiba, 31 de dezembro de 2023





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.857.726/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/05/2009
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAUDE - ABRADES
---

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ABRADES	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares 86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências 86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências 86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas 86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente 86.90-9-01 - Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana 86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada
---

LOGRADOURO AV PARANAPANEMA	NÚMERO 1343	COMPLEMENTO SALA 03
-------------------------------	----------------	------------------------

CEP 14.051-290	BAIRRO/DISTRITO SUMAREZINHO	MUNICÍPIO RIBEIRAO PRETO	UF SP
-------------------	--------------------------------	-----------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO ABRADES.OSC@GMAIL.COM	TELEFONE (16) 3325-2493
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/05/2009
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 02/07/2024 às 13:52:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





# **RELATÓRIOS DE ATIVIDADES COMPROVAM A EXPERIÊNCIA DA ABRADES**

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
**CNPJ: 10.857.726/0001-07**  
Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
**CNPJ 10.857.726/0003-60**  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 80.240-280



Ribeirão Preto/SP, 23 de julho de 2018.

**NOME DA ENTIDADE:** ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAUDE - ABRADES

**CNPJ:** 10.857.726/0001-07

**E-MAIL:** abrades.osc@gmail.com

**ENDEREÇO:** Av Paranapanema, 1343 SL 03

**MUNICÍPIO/UF:** Ribeirão Preto/SP

**CEP:** 14.051-290

**1. OBJETIVO GERAL DA ENTIDADE:**

A Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES, é uma entidade privada sem fins lucrativos, de caráter assistencial, promocional, educacional e apartidário, com a finalidade de atender a todos.

Manter hospitais, laboratórios, ambulatórios, clínicas, Caps, dispensários e outros de natureza correlatas; apoiar, assessorar e gerenciar de forma complementar serviços de saúde, tanto de natureza privada como pública;

Promover a cooperação técnica-administrativa, assim como desenvolver ações no sentido de apoiar e realizar a gestão e a operacionalização de equipamentos, atividades e serviços de saúde, inclusive no que tange à assistência ambulatorial e hospitalar de alta e média complexidade, ao Programa de Estratégia da Saúde da Família - ESF, entre outros;

Firmar parcerias e convênios com outras entidades sem fins lucrativos para atuação em rede, visando pleitear junto às autoridades constituídas a implantação e implementação de equipamentos públicos para prestação de serviços à população em geral;

Celebrar Contratos para prestação de serviços na área de saúde e nas outras áreas que compete o seu objetivo, firmar Convênios e Contratos de Gestão ou Cogestão, Termos de Parceria; Termos de Colaboração; Termos de Fomento e Acordos de Cooperação com o Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, visando a formulação e implementação de projetos em

Unidades de Saúde, assim como participar de campanhas de prevenção à saúde e auxílio médico hospitalar.

## 2. ATIVIDADES, SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS:

Com foco no objetivo de atender à população carente na área da saúde a ABRADES realiza as atividades de atendimento ao público através da demanda gerada pelo gestor público responsável pelos recursos aplicados na saúde, sendo estes oriundos integralmente do Sistema Único de Saúde – SUS.

- **DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE REALIZADA:** O Hospital Regional do Litoral – HRL é um hospital público com Pronto Socorro e UTI, dispondo de 165 leitos ativos sendo referência na região, com o apoio da ABRADES realizou serviços médico hospitalares de enfermagem realizando os procedimentos relacionados à exames, cirurgias, partos, internamentos e atendimentos.
- **OBJETIVO:** Promover a saúde com o espírito público no atendimento à população e a eficiência do privado na gestão dos recursos físicos e financeiros, atuando com excelência na atenção à saúde, sem preconceito e sem distinção dos cidadãos.
- **METODOLOGIA UTILIZADA:** A metodologia utilizada baseia-se nas pesquisas mais recentes da prática de gestão dos serviços de enfermagem, focando no planejamento de trabalho e análise situacional dos recursos disponíveis, bem como a busca pela excelência no atendimento e na aplicação de recursos.

Na enfermagem, e mais especificadamente na 'administração da assistência de enfermagem', a experiência mostra que a metodologia aplicada e um planejamento bem feito resulta uma série de vantagens que recompensam o tempo e energia nele despendidos. Os resultados desse esforço talvez não sejam percebidos sempre de forma imediata, mas a prática tem comprovado que são de longo e largo alcance. Torna-se evidente que nenhuma atuação do enfermeiro pode ter condições de eficiência e eficácia, se dirigida pela improvisação e pela falta de sistematização

A Resolução CNE/CES Nº 03 de 7/11/2001, onde em seu Art. 4, inciso V aponta como competência ou habilidade exigida dos enfermeiros a *"Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde"* (BRASIL, 2001)<sup>1</sup>.

Dessa forma, pode-se inferir que a metodologia de execução e o planejamento é parte essencial do processo de trabalho do enfermeiro. A administração da assistência de enfermagem, portanto, inclui o planejamento da assistência (sistematização da assistência de enfermagem) e o planejamento das condições que permitam a execução dessa assistência (planejamento gerencial em enfermagem).

- **PERIODICIDADE:** A frequência com a qual a oferta foi realizada é ininterrupta de segunda a segunda, 24 horas; durante todo o ano;
- **PÚBLICO-ALVO:** As ofertas são direcionadas a todos, independentemente da idade, escolaridade, classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa.
- **FORMA DE ACESSO:** Os atendimentos são originados por procura espontânea, encaminhados pela rede socioassistencial e pelas demais políticas públicas;
- **NÚMEROS DE ATENDIDOS:** Dentre todos os profissionais envolvidos, entre técnicos de enfermagem e enfermeiros, considerando os números de forma conservadora de atendimentos mensais realizados no Hospital Regional do Litoral (HRL), somente nos internamentos, que giram em torno de 850 mensais, temos ao redor de 2.550 atendimentos somente na administração de medicação, higiene e curativos, sem contar as alimentações. Para o setor de Pronto Socorro, com média de atendimento de 3.300 atendimentos mensais no HRL, nossa equipe de enfermeiros e técnicos, seguindo o mesmo procedimento de recepcionar e triar, medicar conforme orientação médica, verificar e acompanhar a evolução da medicação prescrita, temos em torno de 9.900

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES No 3**, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>. Acesso em 06 março 2018.

atendimentos mensais, e para resumir atendimentos ambulatoriais, que são ao redor de 800 mensais, teríamos considerando apenas uma interação dos enfermeiros, em torno de 800 atendimentos mensais.

Em resumo, temos que nossos atendimentos mensais superam 13.000 atendimentos aos pacientes SUS, sendo todos atendimentos sem nenhuma cobrança do paciente/usuário.

- **NÚMERO TOTAL DE PESSOAS QUE PARTICIPARAM DAS ATIVIDADES/PROJETOS/SERVIÇOS/PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA ENTIDADE (POR ATIVIDADE);**

O número de profissionais envolvidos na programa desenvolvido em parceria com a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná – FUNEAS, realizados em regime de contratação Celetista para 2018 é de 134 ao todo, sendo divididos em 107 técnicos de enfermagem e 27 enfermeiros que ficam situados em setores diversos do HRL (UTI, PS, Internação, Ambulatório, Maternidade, Farmácia, Neonatologia e etc), atendendo a toda a estrutura do hospital, afim de manter o bom fluxo interno e de atendimento aos pacientes.

- **ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:** as atividades desenvolvidas pela ABRADES são realizadas no bairro Estradinha em Paranaguá-PR no HRL, tendo como abrangência os setes municípios da região litorânea do Paraná.

- **ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS (CONVÊNIOS E/OU PARCERIAS), RESPECTIVAS DESPESAS E SE EXISTE COBRANÇA DOS PARTICIPANTES DOS ATENDIDOS;** Os recursos para a execução deste projeto são oriundos de Parceria firmada com a SESA (Secretaria Estadual de Saúde do Paraná) por meio da FUNEAS (Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná), sendo estes recursos diretamente vinculados aos repasses do SUS. O contrato de gestão da equipe de enfermagem firmado com FUNEAS, por se tratar de parceria para atendimentos aos usuários do SUS, são feitos na sua totalidade de forma gratuita, ou seja, 100% dos atendimentos efetuados são gratuitos, sem nenhuma cobrança aos pacientes usuários.



- **RECURSOS HUMANOS – RH:** em 2017 foram mantidos no referido hospital 41 técnicos em enfermagem e 19 enfermeiros em regime de CLT, todos em escala 12X36.

**Quadro de Recursos Humanos da entidade ABRADES**

<b>Profissão</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Carga Horária Semanal de cada profissional</b>	<b>Vínculo com a entidade</b>
Enfermeiros	19	30 horas	Celetista
Técnicos em Enfermagem	41	30 horas	Celetista

**3. PARCERIAS:**

Os recursos para a execução deste projeto são oriundos de Parceria firmada com a SESA (Secretaria Estadual de Saúde do Paraná) por meio da FUNEAS (Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná), sendo estes recursos diretamente vinculados aos repasses do SUS.



**Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES**  
CNPJ nº 10.857.726/0001-07  
**Emerson Tadeu Gonçalves Rici**  
RG nº 25.456.137-8 SSP/SP  
CPF nº 136.754.338-03

Ribeirão Preto/SP, 23 de maio de 2019.

**NOME DA ENTIDADE:** ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAUDE - ABRADES

**CNPJ:** 10.857.726/0001-07

**E-MAIL:** abrades.osc@gmail.com

**ENDEREÇO:** Av Paranapanema, 1343 SL 03

**MUNICÍPIO/UF:** Ribeirão Preto/SP

**CEP:** 14.051-290

**1. OBJETIVO GERAL DA ENTIDADE:**

A Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES, é uma entidade privada sem fins lucrativos, de caráter assistencial, promocional, educacional e apartidário, com a finalidade de atender a todos.

Manter hospitais, laboratórios, ambulatórios, clínicas, Caps, dispensários e outros de natureza correlatas; apoiar, assessorar e gerenciar de forma complementar serviços de saúde, tanto de natureza privada como pública;

Promover a cooperação técnica-administrativa, assim como desenvolver ações no sentido de apoiar e realizar a gestão e a operacionalização de equipamentos, atividades e serviços de saúde, inclusive no que tange à assistência ambulatorial e hospitalar de alta e média complexidade, ao Programa de Estratégia da Saúde da Família - ESF, entre outros;

Firmar parcerias e convênios com outras entidades sem fins lucrativos para atuação em rede, visando pleitear junto às autoridades constituídas a implantação e implementação de equipamentos públicos para prestação de serviços à população em geral;

Celebrar Contratos para prestação de serviços na área de saúde e nas outras áreas que compete o seu objetivo, firmar Convênios e Contratos de Gestão ou Cogestão, Termos de Parceria; Termos de Colaboração; Termos de Fomento e Acordos de Cooperação com o Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, visando a formulação e implementação de projetos em





Unidades de Saúde, assim como participar de campanhas de prevenção à saúde e auxílio médico hospitalar.

## **2. ATIVIDADES, SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS:**

Com foco no objetivo de atender à população carente na área da saúde a ABRADES realiza as atividades de atendimento ao público através da demanda gerada pelo gestor público responsável pelos recursos aplicados na saúde, sendo estes oriundos integralmente do Sistema Único de Saúde – SUS ou de Prefeituras Municipais.

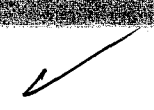
- **DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE REALIZADA:** O Hospital Regional do Litoral – HRL é um hospital público com Pronto Socorro e UTI, dispondo de 165 leitos ativos sendo referência na região, com o apoio da ABRADES realizou serviços médico hospitalares de enfermagem realizando os procedimentos relacionados à exames, cirurgias, partos, internamentos e atendimentos.

Município de Estrela localizada no Rio Grande do Sul, prestação de serviços médicos de natureza continuada na especialidade de Psiquiatria;

Município de Araucária localizada no Paraná, prestação de serviços médicos plantonistas conforme necessidades da UPA - Unidade de Pronto Atendimento.

- **OBJETIVO:** Promover a saúde com o espírito público no atendimento à população e a eficiência do privado na gestão dos recursos físicos e financeiros, atuando com excelência na atenção à saúde, sem preconceito e sem distinção dos cidadãos.
- **METODOLOGIA UTILIZADA:** A metodologia utilizada baseia-se nas pesquisas mais recentes da prática de gestão dos serviços de enfermagem e serviços médicos, focando no planejamento de trabalho e análise situacional dos recursos disponíveis, bem como a busca pela excelência no atendimento e na aplicação de recursos.

Na enfermagem e na prestação de serviços médicos, mais especificadamente na 'administração da assistência de enfermagem', a experiência mostra que a metodologia aplicada e um planejamento bem feito resulta uma série de vantagens que recompensam o tempo e energia nele despendidos. Os resultados desse esforço talvez não sejam percebidos sempre de forma imediata, mas a prática tem comprovado que



são de longo e largo alcance. Torna-se evidente que nenhuma atuação do enfermeiro pode ter condições de eficiência e eficácia, se dirigida pela improvisação e pela falta de sistematização

A Resolução CNE/CES Nº 03 de 7/11/2001, onde em seu Art. 4, inciso V aponta como competência ou habilidade exigida dos enfermeiros a *"Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde"* (BRASIL, 2001)<sup>1</sup>.

Dessa forma, pode-se inferir que a metodologia de execução e o planejamento é parte essencial do processo de trabalho do enfermeiro. A administração da assistência de enfermagem, portanto, inclui o planejamento da assistência (sistematização da assistência de enfermagem) e o planejamento das condições que permitam a execução dessa assistência (planejamento gerencial em enfermagem).

- **PERIODICIDADE:** A frequência com a qual a oferta foi realizada para serviços em enfermagem, é ininterrupta de segunda a segunda, 24 horas durante o ano todo. Já para os serviços médicos continuados na UPA é conforme a necessidade e em Psiquiatria carga hora semanal de 20 horas.
- **PÚBLICO-ALVO:** As ofertas são direcionadas a todos, independentemente da idade, escolaridade, classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa.
- **FORMA DE ACESSO:** Os atendimentos são originados por procura espontânea, encaminhados pela rede socioassistencial e pelas demais políticas públicas;
- **NÚMEROS DE ATENDIDOS:** Dentre todos os profissionais envolvidos, entre técnicos de enfermagem e enfermeiros, considerando os números de forma conservadora de atendimentos mensais realizados no Hospital Regional do Litoral (HRL), somente nos internamentos, que giram em torno de 850 mensais, temos ao redor de 2.550

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES No 3, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>. Acesso em 06 março 2018.

atendimentos somente na administração de medicação, higiene e curativos, sem contar as alimentações. Para o setor de Pronto Socorro, com média de atendimento de 3.300 atendimentos mensais no HRL, nossa equipe de enfermeiros e técnicos, seguindo o mesmo procedimento de recepcionar e triar, medicar conforme orientação médica, verificar e acompanhar a evolução da medicação prescrita, temos em torno de 9.900 atendimentos mensais, e para resumir atendimentos ambulatoriais, que são ao redor de 800 mensais, teríamos considerando apenas uma interação dos enfermeiros, em torno de 800 atendimentos mensais.

Em resumo, temos que nossos atendimentos mensais superam 13.000 atendimentos aos pacientes SUS, sendo todos atendimentos sem nenhuma cobrança do paciente/usuário.

• **NÚMERO TOTAL DE PESSOAS QUE PARTICIPARAM DAS ATIVIDADES/PROJETOS/SERVIÇOS/PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA ENTIDADE (POR ATIVIDADE);**

O número de profissionais envolvidos na programa desenvolvido em parceria com a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná – FUNEAS, realizados em regime de contratação Celetista para 2018 é de 134 ao todo, sendo divididos em 107 técnicos de enfermagem e 27 enfermeiros que ficam situados em setores diversos do HRL (UTI, PS, Internação, Ambulatório, Maternidade, Farmácia, Neonatologia e etc), atendendo a toda a estrutura do hospital, afim de manter o bom fluxo interno e de atendimento aos pacientes.

Já para o município de Estrela para a prestação de serviços em Psiquiatria foi disponibilizado 1 profissional médico em regime de contratação pessoa jurídica para atender a demanda do Município.

Em Araucária para a prestação de serviços médicos plantonistas disponibilizamos 35 profissionais médicos em regime de contratação por pessoa jurídica para atender ao município.



- **ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:** as atividades desenvolvidas pela ABRADES são realizadas no bairro Estradinha em Paranaguá-PR no HRL, tendo como abrangência os setes municípios da região litorânea do Paraná, Araucária - PR e Estrela - RS.
- **ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS (CONVÊNIOS E/OU PARCERIAS), RESPECTIVAS DESPESAS E SE EXISTE COBRANÇA DOS PARTICIPANTES DOS ATENDIDOS;** Os recursos para a execução deste projeto são oriundos de Parceria firmada com a SESA (Secretaria Estadual de Saúde do Paraná) por meio da FUNEAS (Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná), sendo estes recursos diretamente vinculados aos repasses do SUS. O contrato de gestão da equipe de enfermagem firmado com FUNEAS, por se tratar de parceria para atendimentos aos usuários do SUS, são feitos na sua totalidade de forma gratuita, ou seja, 100% dos atendimentos efetuados são gratuitos, sem nenhuma cobrança aos pacientes usuários.
- **RECURSOS HUMANOS – RH:** em 2018 foram mantidos no referido hospital 107 técnicos em enfermagem e 27 enfermeiros em regime de CLT, todos em escala 12X36.

**Quadro de Recursos Humanos da entidade ABRADES**

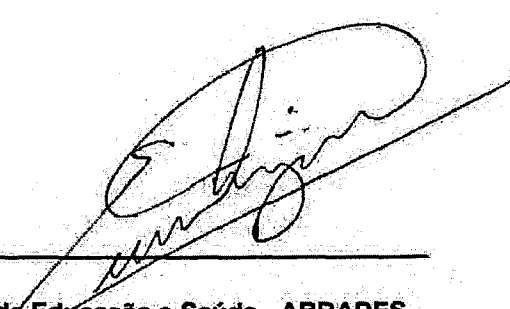
Profissão	Quantidade	Carga Horária Semanal de cada profissional	Vínculo com a entidade
Enfermeiros	27	30 horas	Celetista
Técnicos em Enfermagem	107	30 horas	Celetista
Médico Psiquiatra	1	20 horas	PJ
Médico Clínico Geral	31	20 horas	PJ

**3. PARCERIAS:**

Os recursos para a execução deste projeto são oriundos de Parceria firmada com a SESA (Secretaria Estadual de Saúde do Paraná) por meio da FUNEAS (Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná), sendo estes recursos diretamente vinculados aos repasses do SUS.

Para a prestação dos serviços no Município de Estrela os recursos são provenientes do Fundo Municipal de Saúde de Estrela.

Em Araucária para a execução dos serviços os recursos são provenientes da Secretaria Municipal de Saúde.



---

**Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES**  
CNPJ nº 10.857.726/0001-07  
**Emerson Tadeu Gonçalves Rici**  
RG nº 25.456.137-8 SSP/SP  
CPF nº 136.754.338-03





Ribeirão Preto/SP, 11 de agosto de 2020.

**NOME DA ENTIDADE:** ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAÚDE - ABRADES

**CNPJ:** 10.857.726/0001-07

**E-MAIL:** abrades.osc@gmail.com

**ENDEREÇO:** Av Paranapanema, 1343 SL 03

**MUNICÍPIO/UF:** Ribeirão Preto/SP

**CEP:** 14.051-290

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019**

### **1. OBJETIVO GERAL DA ENTIDADE:**

A Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES, é uma entidade privada sem fins lucrativos, de caráter assistencial, promocional, educacional e apartidário, com a finalidade de atender a todos.

Manter hospitais, laboratórios, ambulatorios, clínicas, Caps, dispensários e outros de natureza correlatas; apoiar, assessorar e gerenciar de forma complementar serviços de saúde, tanto de natureza privada como pública;

Promover a cooperação técnica-administrativa, assim como desenvolver ações no sentido de apoiar e realizar a gestão e a operacionalização de equipamentos, atividades e serviços de saúde, inclusive no que tange à assistência ambulatorial e hospitalar de alta e média complexidade, ao Programa de Estratégia da Saúde da Família - ESF, entre outros;

Firmar parcerias e convênios com outras entidades sem fins lucrativos para atuação em rede, visando pleitear junto às autoridades constituídas a implantação e implementação de equipamentos públicos para prestação de serviços à população em geral;

Celebrar Contratos para prestação de serviços na área de saúde e nas outras áreas que compete o seu objetivo, firmar Convênios e Contratos de Gestão ou Cogestão, Termos de Parceria; Termos de Colaboração; Termos de Fomento e Acordos de Cooperação com o Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, visando a formulação e implementação de projetos em Unidades de Saúde, assim como participar de campanhas de prevenção à saúde e auxílio médico hospitalar.



## 2. ATIVIDADES, SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS:

Com foco no objetivo de atender à população carente na área da saúde a ABRADES realiza as atividades de atendimento ao público através da demanda gerada pelo gestor público responsável pelos recursos aplicados na saúde, sendo estes oriundos integralmente do Sistema Único de Saúde – SUS ou diretamente recebidos da união, Estados e Municípios.

- **DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE REALIZADA:** O Hospital Regional do Litoral – HRL é um hospital público com Pronto Socorro e UTI, dispondo de 165 leitos ativos sendo referência na região, com o apoio da ABRADES realizou serviços de apoio médico hospitalares de enfermagem realizando os procedimentos relacionados à exames, cirurgias, partos, internamentos e atendimentos.

Município de Estrela localizada no Rio Grande do Sul, prestação de serviços médicos de natureza continuada na especialidade de Psiquiatria, realizadas até setembro de 2019;

Município de Araucária localizada no Paraná, prestação de serviços médicos plantonistas conforme necessidades da UPA - Unidade de Pronto Atendimento, realizado até fevereiro de 2020.

- **OBJETIVO:** Promover a saúde com o espírito público no atendimento à população e a eficiência do privado na gestão dos recursos físicos e financeiros, atuando com excelência na atenção à saúde, sem preconceito e sem distinção dos cidadãos.
- **METODOLOGIA UTILIZADA:** A metodologia utilizada baseia-se nas pesquisas mais recentes da prática de gestão dos serviços médicos e de enfermagem, focando no planejamento de trabalho e análise situacional dos recursos disponíveis, bem como a busca pela excelência no atendimento e na aplicação de recursos.

Na prestação de serviços médicos e de enfermagem, mais especificadamente na 'administração da assistência de enfermagem', a experiência mostra que a metodologia aplicada e um planejamento bem feito resulta uma série de vantagens que recompensam o tempo e energia nele despendidos. Os resultados desse esforço talvez não sejam percebidos sempre de forma imediata, mas a prática tem comprovado que são de longo e largo alcance. Torna-se evidente que nenhuma atuação do enfermeiro

pode ter condições de eficiência e eficácia, se dirigida pela improvisação e pela falta de sistematização.

A Resolução CNE/CES Nº 03 de 7/11/2001, onde em seu Art. 4, inciso V aponta como competência ou habilidade exigida dos enfermeiros a *“Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde”* (BRASIL, 2001)<sup>1</sup>.

Dessa forma, pode-se inferir que a metodologia de execução e o planejamento é parte essencial do processo de trabalho do enfermeiro. A administração da assistência de enfermagem, portanto, inclui o planejamento da assistência (sistematização da assistência de enfermagem) e o planejamento das condições que permitam a execução dessa assistência (planejamento gerencial em enfermagem).

O mesmo vale para o serviço de apoio médico, sendo necessária uma boa gestão para não incorrer em ausência de médicos nos plantões, sendo adotada todas as medidas para o regular cumprimento do código de ética médico, bem como a resolução 2.271 de 14 de fevereiro de 2020 no que tange às responsabilidades técnicas, habilitações e atribuições da equipe médica, necessárias para o regular e adequado atendimento médico.

- **PERIODICIDADE:** A frequência com a qual a oferta foi realizada para serviços em enfermagem, é ininterrupta de segunda a segunda, 24 horas durante o ano todo. Já para os serviços médicos continuados na UPA (plantão de 24 hs, 7 dias da semana) e em Psiquiatria carga hora semanal de 20 horas.
- **PÚBLICO-ALVO:** As ofertas são direcionadas a todos, independentemente da idade, escolaridade, classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa.
- **FORMA DE ACESSO:** Os atendimentos são originados por procura espontânea, encaminhados pela rede socioassistencial e pelas demais políticas públicas;

---

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES No 3**, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>. Acesso em 06 março 2018.



- **NÚMEROS DE ATENDIDOS:** Dentre todos os profissionais envolvidos, médicos, técnicos de enfermagem e enfermeiros, considerando os números de forma conservadora de atendimentos mensais realizados no Hospital Regional do Litoral (HRL e na UPA em Araucária), somente nos internamentos, que giram em torno de 850 mensais, temos ao redor de 2.550 atendimentos apenas na administração de medicação, higiene e curativos, sem contar as alimentações. Para o setor de Pronto Socorro, com média de atendimento de 3.300 atendimentos mensais no HRL, nossa equipe de enfermeiros e técnicos, seguindo o mesmo procedimento de recepcionar e triar, medicar conforme orientação médica, verificar e acompanhar a evolução da medicação prescrita, temos em torno de 9.900 atendimentos mensais, e para resumir atendimentos ambulatoriais, que são ao redor de 800 mensais, teríamos considerando apenas uma interação dos enfermeiros, em torno de 800 atendimentos mensais. Em resumo, temos que **nossos atendimentos mensais superam 13.000 atendimentos aos pacientes SUS**, sendo todos atendimentos sem nenhuma cobrança do paciente/usuário.

Na UPA em Araucária, os atendimentos gerava em torno de 120<sup>a</sup> 150 pacientes para cada plantão de 24 horas, totalizando um média mínima de 3000 atendimentos/mês.

- **NÚMERO TOTAL DE PESSOAS QUE PARTICIPARAM DAS ATIVIDADES/PROJETOS/SERVIÇOS/PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA ENTIDADE (POR ATIVIDADE);**

O número de profissionais envolvidos na programa desenvolvido em parceria com a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná – FUNEAS, realizados em regime de contratação Celetista para 2018 é de 134 ao todo, sendo divididos em 107 técnicos de enfermagem e 27 enfermeiros que ficam situados em setores diversos do HRL (UTI, PS, Internação, Ambulatório, Maternidade, Farmácia, Neonatologia e etc), atendendo a toda a estrutura do hospital, afim de manter o bom fluxo interno e de atendimento aos pacientes.

Já para o município de Estrela para a prestação de serviços em Psiquiatria foi disponibilizado 1 profissional médico em regime de contratação pessoa jurídica para atender a demanda do Município.

Em Araucária para a prestação de serviços médicos plantonistas disponibilizamos 35 profissionais médicos em regime de contratação por pessoa jurídica para atender ao município.

- **ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:** as atividades desenvolvidas pela ABRADES são realizadas no bairro Estradinha em Paranaguá-PR no HRL, tendo como abrangência os setes municípios da região litorânea do Paraná no HRL, Araucária - PR na UPA, e Estrela – RS na UBS.
- **ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS (CONVÊNIOS E/OU PARCERIAS), RESPECTIVAS DESPESAS E SE EXISTE COBRANÇA DOS PARTICIPANTES DOS ATENDIDOS;** Os recursos para a execução deste projeto são oriundos de Parceria firmada com a SESA (Secretaria Estadual de Saúde do Paraná) por meio da FUNEAS (Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná), sendo estes recursos diretamente vinculados aos repasses do SUS, bem como os serviços médicos da UPA e da UBS, por se tratar de parceria para atendimentos aos usuários do SUS, são feitos na sua totalidade de forma gratuita, ou seja, **100% dos atendimentos efetuados são gratuitos**, sem nenhuma cobrança aos pacientes usuários.
- **RECURSOS HUMANOS – RH:** em 2019 foram mantidos no referido hospital 111 técnicos em enfermagem e 31 enfermeiros em regime de CLT, todos em escala 12X36. Sendo que na UBS foi oferecido um médico para 20 horas semanais e na UPA a oferta foram de médicos plantonistas de 24hs cada plantão, totalizando 31 profissionais.

**Quadro de Recursos Humanos da entidade ABRADES**

<b>Profissão</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Carga Horária Semanal de cada profissional</b>	<b>Vínculo com a entidade</b>
Enfermeiros	31	30 horas	Celetista
Técnicos em Enfermagem	111	30 horas	Celetista
Médico Psiquiatra	1	20 horas	PJ
Médico Clínico Geral	31	60 horas	PJ



### 3. PARCERIAS:

Os recursos para a execução deste projeto são oriundos de Parceria firmada com a SESA (Secretaria Estadual de Saúde do Paraná) por meio da FUNEAS (Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná), sendo estes recursos diretamente vinculados aos repasses do SUS.

Para a prestação dos serviços no Município de Estrela os recursos são provenientes do Fundo Municipal de Saúde de Estrela.

Em Araucária para a execução dos serviços os recursos são provenientes da Secretaria Municipal de Saúde.

**Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES**

CNPJ nº 10.857.726/0001-07

**Emerson Tadeu Gonçalves Rici**

RG nº 25.456.137-8 SSP/SP

CPF nº 136.754.338-03



Ribeirão Preto/SP, 11 de agosto de 2021.

**NOME DA ENTIDADE:** ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAÚDE - ABRADES

**CNPJ:** 10.857.726/0001-07

**E-MAIL:** abrades.osc@gmail.com

**ENDEREÇO:** Av Paranapanema, 1343 SL 03

**MUNICÍPIO/UF:** Ribeirão Preto/SP

**CEP:** 14.051-290

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2020**

### **1. OBJETIVO GERAL DA ENTIDADE:**

A Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES, é uma entidade privada sem fins lucrativos, de caráter assistencial, promocional, educacional e apartidário, com a finalidade de atender a todos.

Manter hospitais, laboratórios, ambulatorios, clínicas, Caps, dispensários e outros de natureza correlatas; apoiar, assessorar e gerenciar de forma complementar serviços de saúde, tanto de natureza privada como pública;

Promover a cooperação técnica-administrativa, assim como desenvolver ações no sentido de apoiar e realizar a gestão e a operacionalização de equipamentos, atividades e serviços de saúde, inclusive no que tange à assistência ambulatorial e hospitalar de alta e média complexidade, ao Programa de Estratégia da Saúde da Família - ESF, entre outros;

Firmar parcerias e convênios com outras entidades sem fins lucrativos para atuação em rede, visando pleitear junto às autoridades constituídas a implantação e implementação de equipamentos públicos para prestação de serviços à população em geral;

Celebrar Contratos para prestação de serviços na área de saúde e nas outras áreas que compete o seu objetivo, firmar Convênios e Contratos de Gestão ou Cogestão, Termos de Parceria; Termos de Colaboração; Termos de Fomento e Acordos de Cooperação com o Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, visando a formulação e implementação de projetos em

Unidades de Saúde, assim como participar de campanhas de prevenção à saúde e auxílio médico hospitalar.

## **2. ATIVIDADES, SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS:**

Com foco no objetivo de atender à população carente na área da saúde a ABRADES realiza as atividades de atendimento ao público através da demanda gerada pelo gestor público responsável pelos recursos aplicados na saúde, sendo estes oriundos integralmente do Sistema Único de Saúde – SUS ou de Prefeituras Municipais.

Ocorre que no ano de 2020 diante da ausência da certificação CEBAS não foi possível obter êxito em nenhum dos processos licitatórios ou de chamamento/credenciamento, pois a grande maioria determinava a apresentação do CEBAS, apesar de apresentarmos a decisão judicial aos órgãos competentes, a qual reconhece a ABRADES como entidade sem fins lucrativos e, por tal fundamento, concede a imunidade tributária, referidos órgãos desqualificaram esta entidade face apenas a ausência do CEBAS.

Neste passo, apenas em março de 2021 foi obtido êxito no credenciamento em Sorocaba, Estado de São Paulo, que aceitou a apresentação da decisão judicial como prova de entidade sem fins lucrativos e a respectiva imunidade tributária.

Firmado o convênio emergencial de gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, por meio da abertura de 60 leitos, com a Secretaria Municipal de Saúde de Sorocaba/SP, pelo prazo de 180 dias com início em 26.03.2021, cuja implantação dos leitos foi planejada na estrutura da UBS São Guilherme, sendo 40 leitos enfermaria e 20 leitos com suporte ventilatório.

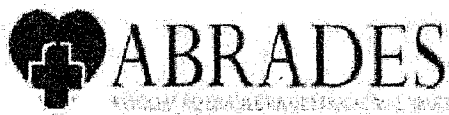
Os primeiros 30 dias iniciou-se a gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde de 40 leitos de enfermaria e a partir de 26.04.2021, acrescentou-se os 20 leitos com suportes ventilatórios.

Isso porque havia necessidade de reestruturação física e de equipamentos para adequação dos leitos com suporte ventilatório, sendo implantado estrutura modular (Tendas) para acomodar referidos leitos.

Desde então a ocupação dos leitos tem se mantido em torno de 95% a 100%, em março foram 26 internações, em abril foram 94 internações, em maio 175 internações, em junho foram 167 internações e em julho 151 pacientes internados.



**Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES**  
CNPJ nº 10.857.726/0001-07  
**Emerson Tadeu Gonçalves Rici**  
RG nº 25.456.137-8 SSP/SP  
CPF nº 136.754.338-03



Ribeirão Preto/SP, 28 de dezembro de 2021.

**NOME DA ENTIDADE:** ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAÚDE - ABRADES

**CNPJ:** 10.857.726/0001-07

**E-MAIL:** abrades.osc@gmail.com

**ENDEREÇO SEDE:** Av Paranapanema, 1343 SL 03

**MUNICÍPIO/UF:** Ribeirão Preto/SP

**CEP:** 14.051-290

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021**

### **1. OBJETIVO GERAL DA ENTIDADE:**

A Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES, é uma entidade privada sem fins lucrativos, de caráter assistencial, promocional, educacional e apartidário, com a finalidade de atender a todos.

Manter hospitais, laboratórios, ambulatorios, clínicas, Caps, dispensários e outros de natureza correlatas; apoiar, assessorar e gerenciar de forma complementar serviços de saúde, tanto de natureza privada como pública;

Promover a cooperação técnica-administrativa, assim como desenvolver ações no sentido de apoiar e realizar a gestão e a operacionalização de equipamentos, atividades e serviços de saúde, inclusive no que tange à assistência ambulatorial e hospitalar de alta e média complexidade, ao Programa de Estratégia da Saúde da Família - ESF, entre outros;

Firmar parcerias e convênios com outras entidades sem fins lucrativos para atuação em rede, visando pleitear junto às autoridades constituídas a implantação e implementação de equipamentos públicos para prestação de serviços à população em geral;

Celebrar Contratos para prestação de serviços na área de saúde e nas outras áreas que compete o seu objetivo, firmar Convênios e Contratos de Gestão ou Cogestão, Termos de Parceria; Termos de Colaboração; Termos de Fomento e Acordos de Cooperação com o Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, visando a formulação e implementação de projetos em

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
**CNPJ: 10.857.726/0001-07**  
Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
**CNPJ 10.857.726/0003-60**  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 80.240-280

**FILIAL SOROCABA**  
Rua José Maria Hannickel, 150 – sala  
55 – Ed. Tóquio – Portal da Colina –  
CEP: 18047-360

**Fone: 16 3325-2493**

Unidades de Saúde, assim como participar de campanhas de prevenção à saúde e auxílio médico hospitalar.

## **2. ATIVIDADES, SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS:**

Com o objetivo de contribuir na prestação de serviços de saúde à população, a ABRADES assume a gestão de serviços de saúde, conforme contratos firmados com os gestores públicos. No ano de 2021 a ABRADES operacionalizou os seguintes contratos com gestores públicos.

### **2.1. Centro de Tratamento do Covid 19 SÃO GUILHERME – SOROCABA/SP**

- **DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE REALIZADA:** Por meio de convênio firmado com a Secretaria de Saúde Municipal de Sorocaba/SP, a ABRADES implementou, operacionalizou e geriu um hospital de campanha de COVID-19 dispondo de 60 leitos, sendo 20 leitos de suporte ventilatório/UTI e 40 leitos de enfermaria, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias. A instituição tinha o prazo de 30 (trinta) dias para transformar a UBS do São Guilherme em um hospital de campanha, o qual foi chamado de Centro de Tratamento e Estabilização – CTE São Guilherme.

A integralidade dos 60 (sessenta) leitos SUS foram disponibilizados a partir de 26.04.2021, sendo que a ABRADES realizou toda gestão do hospital de forma contínua e ininterrupta durante todo o período contratual, operacionalizando o hospital de campanha desde a montagem do hospital com todos os equipamentos necessários até a contratação e gestão de todo o pessoal e serviços envolvidos. Manteve à disposição dos pacientes recursos assistenciais programados, tais como: exames de análises clínicas, gasometria, tomografia, raio x, hemodiálise e transfusão sanguínea, bem como eventual necessidade de deslocamentos de pacientes por meio de ambulância, realizou ainda melhorias e reformas no prédio estrutural da UBS para atender 40 leitos enfermaria e implementou tendas modulares para os 20 leitos de UTI. Dentre as atividades desenvolvidas manteve em funcionamento o Núcleo Interno de Regulação, apoio administrativo, recursos humanos dispondo de equipes assistenciais, médicas e de multiprofissionais, faturamento e educação permanente. Além disso, foram criados protocolos de humanização e cuidado ao paciente enquanto paciente e depois após alta médica. Também foram criadas comissões técnicas de análise e revisão de prontuários, controle de infecção hospitalar e de qualidade e segurança do paciente.

#### **SEDE RIBEIRÃO PRETO**

**CNPJ: 10.857.726/0001-07**

Av. Parapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

#### **FILIAL CURITIBA**

**CNPJ 10.857.726/0003-60**

Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 80.240-280

#### **FILIAL SOROCABA**

Rua José Maria Hannickel, 150 – sala  
55 – Ed. Tóquio – Portal da Colina –  
CEP: 18047-360

**Fone: 16 3325-2493**



- **OBJETIVO:** Convênio Emergencial de Gerenciamento, Operacionalização e Execução das Ações e Serviços de Saúde, por meio da abertura de leitos de enfermaria e de suporte ventilatório pulmonar, para dar suporte aos pacientes com suspeitos/confirmados da COVID-19, garantindo o isolamento e assistência de pessoas acometidas pelo COVID-19/Síndrome Gripal que não podem ficar em ambiente domiciliar devido à necessidade de serviços médicos hospitalares.
- **METODOLOGIA UTILIZADA:** A metodologia utilizada está baseada nas boas práticas de gestão dos serviços médicos e de enfermagem, focando no planejamento de trabalho e análise situacional dos recursos disponíveis, bem como a busca pela excelência no atendimento e na aplicação de recursos.
- **PERIODICIDADE:** A frequência com a qual a oferta foi realizada para serviços descritos acima foi ininterrupta 7 dias por semana, 24 horas por dia, durante todo período de 6 meses conforme previsto no convênio do CTE São Guilherme em Sorocaba/SP.
- **PÚBLICO-ALVO:** População usuária do SUS com suspeitas ou diagnosticados com o vírus da COVID-19. Pacientes regulados pelo município.
- **FORMA DE ACESSO:** Os atendimentos são originados por meio do sistema CROSS<sup>1</sup>, o qual encaminha os pacientes para internação no CTE São Guilherme, conforme a disponibilidade de leitos.
- **NÚMEROS DE ATENDIDOS:** CTE (i) São Guilherme: Dentre todos os profissionais envolvidos, médicos, técnicos de enfermagem e enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionista, dentre outros, ao todo 660 pacientes nominais estiveram internados na unidade gerida pela ABRADES no período de 180 dias, sendo 160 em suportes ventilatórios e 500 em enfermarias. Dos 660 pacientes internados 466 deixaram o hospital por alta médica, 51 pacientes foram transferidos para outras instituições face à outras comorbidades e 143 chegaram a óbito. Dessas internações foram computadas 5864 diárias, sendo 2011 diárias de UTI e 3853 diárias de enfermarias. Todos os atendimentos foram direcionados aos pacientes SUS, portanto, sem nenhuma cobrança do paciente/usuário.

<sup>1</sup> Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde.

- **NÚMERO TOTAL DE PESSOAS QUE PARTICIPARAM DAS ATIVIDADES/PROJETOS/SERVIÇOS/PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA ENTIDADE (POR ATIVIDADE);**

Durante o ano de 2021 o número de profissionais contratados pela ABRADES envolvidos em projetos custeados por recursos públicos gerou em torno 265 contratados pelo convênio CTE São Guilherme (Hospital de campanha covid 19). Além disso, 50 colaboradores foram contratados como autônomos, para a execução de serviços pontuais.

Para algumas funções especializadas como a de médicos, que demandou em média 25 a 30 médicos por mês, sem contar os médicos de sobreaviso, a prestação de serviços se deu por meio de pessoa jurídica, na modalidade de terceirização.

A contratação de pessoal se deu para suprir a demanda de atendimento em toda a estrutura do hospital de campanha da covid 19 – CTE São Guilherme, afim de manter o bom fluxo interno e de atendimento aos pacientes SUS.

- **ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:** as atividades desenvolvidas pela ABRADES foram realizadas no bairro Jardim São Guilherme de Sorocaba/SP, sendo que os pacientes internados nesta unidade de atendimento eram encaminhados via sistema CROSS, como já mencionado.
- **ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS (CONVÊNIOS E/OU PARCERIAS), RESPECTIVAS DESPESAS E SE EXISTE COBRANÇA DOS PARTICIPANTES DOS ATENDIDOS;** Os recursos para a execução deste projeto foram oriundos do próprio município (Secretaria Municipal de Saúde de Sorocaba) no convenio do CTE São Guilherme. O contrato foi, na sua totalidade, prestado de forma gratuita, ou seja, **100% dos atendimentos realizados gratuitamente**, sem nenhuma cobrança aos pacientes usuários.
- **RECURSOS HUMANOS – RH:** neste projeto foram contratados 265 profissionais celetistas para as seguintes funções, conforme quadro a seguir destacado:

•

**Quadro de Recursos Humanos cargos celetistas da entidade ABRADES**

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**

**CNPJ: 10.857.726/0001-07**

Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

**FILIAL CURITIBA**

**CNPJ 10.857.726/0003-60**

Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 80.240-280

**Fone: 16 3325-2493**

**FILIAL SOROCABA**

Rua José Maria Hannickel, 150 – sala  
55 – Ed. Tóquio – Portal da Colina –  
CEP: 18047-360

FUNÇÃO	QUANTIDADE
ANALISTA ADMINISTRAT	1
ANALISTA FATURAMENTO	1
APOIO ADMINISTRATIVO	10
ASSIST ADM	2
ASSISTENTE ADM II	1
ASSISTENTE SOCIAL	4
AUX ADMINISTRATIVO	11
AUX DE ALMOXARIFADO	2
AUX DE LAVANDERIA	2
AUXILIAR DE FARMACIA	6
CONTROLADOR ACESSO	1
COPEIRO (A)	12
DIRETOR ADMINISTRATI	1
DIRETOR GERAL	1
ENF ASSISTENCIAL	28
ENFERMEIRO (A)	11
ENFERMEIRO CCIH	2
FARMACEUTICO (A)	7
FISIOTERAPEUTA	32
FISIOTERAPEUTA COORD	1
NUTRICIONISTA	2
PSICOLOGO (A)	2
TEC. ENFERMAGEM	124
TECNICO ENG CLINICA	1
<b>TOTAL</b>	<b>265</b>

Além disso, tivemos mais alguns prestadores de serviços contratados por meio de pessoa jurídica para execução direta e pessoal de algumas atividades específicas, tais como coordenação geral do projeto, gerenciamento da unidade, gerenciamento da farmácia, gerenciamento de compras, apoio jurídico-administrativo e coordenação de enfermagem.

## 2.2. **CONTRATO HOSPITAL AMOREIRAS MARIO GATTI – CAMPINAS/SP**

- **DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE REALIZADA:** Por meio de contrato com a Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar, a ABRADES presta serviços médicos e multiprofissionais para a gestão de leitos de terapia intensiva, de enfermagem e pronto socorro exclusivos da COVID19, na unidade hospitalar Amoreiras Mário Gatti, pelo prazo de 90 (noventa) dias contados a partir de 29 de agosto de 2021, leitos para

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
**CNPJ: 10.857.726/0001-07**  
 Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 –  
 Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
 14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
**CNPJ 10.857.726/0003-60**  
 Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
 – Curitiba/PR CEP: 80.240-280

Fone: 16 3325-2493

**FILIAL SOROCABA**  
 Rua José Maria Hannickel, 150 – sala  
 55 – Ed. Tóquio – Portal da Colina –  
 CEP: 18047-360

atendimento de pacientes exclusivamente usuários SUS do município, o qual foi prorrogado por igual período em 22.11.2021.

- **OBJETIVO:** Prestação de serviços de saúde para a população com eficiência e qualidade, zelando pela gestão dos recursos físicos e financeiros, atuando com excelência na atenção à saúde de acordo com a diretrizes legais e das parcerias firmadas.
- **METODOLOGIA UTILIZADA:** A metodologia utilizada está baseada nas boas práticas de gestão dos serviços médicos e de enfermagem, focando no planejamento de trabalho e análise situacional dos recursos disponíveis, bem como a busca pela excelência no atendimento e na aplicação de recursos.
- **PERIODICIDADE:** A frequência com a qual a oferta é realizada para serviços descritos acima é ininterrupta 7 dias por semana, 24 horas por dia, durante todo período de **3 meses** o qual, como dito, foi renovado por mais **3 meses**.
- **PÚBLICO-ALVO:** As ofertas são direcionadas a todos, independentemente da idade, escolaridade, classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa que estivessem com suspeitas ou diagnosticados com o vírus da COVID-19.
- **FORMA DE ACESSO:** Os atendimentos são originados a partir do Pronto Atendimento com demanda espontânea e também pelo encaminhamento do SAMU e do sistema de regulação municipal, conforme a disponibilidade de leitos na Rede Dr. Mario Gatti - Unidade Amoreiras.
- **NÚMEROS DE ATENDIDOS:** foram atendidos 5.769 pacientes entre setembro e outubro no pronto socorro e realizadas 1.451 diárias de leitos SUS.  
Todos os atendimentos são direcionados aos pacientes SUS, portanto, sem nenhuma cobrança do paciente/usuário.
- **NÚMERO TOTAL DE PESSOAS QUE PARTICIPARAM DAS ATIVIDADES/PROJETOS/SERVIÇOS/PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA ENTIDADE (POR ATIVIDADE);**

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
**CNPJ: 10.857.726/0001-07**  
Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
**CNPJ 10.857.726/0003-60**  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 80.240-280

Fone: 16 3325-2493

**FILIAL SOROCABA**  
Rua José Maria Hannickel, 150 – sala  
55 – Ed. Tóquio – Portal da Colina –  
CEP: 18047-360



Durante o ano de 2021 o número de profissionais contratados pela ABRADES envolvidos no projeto AMOREIRAS MARIO GATTI foram de 222 contratados.

- **ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:** As atividades desenvolvidas pela ABRADES são realizadas para os leitos de terapia intensiva, de enfermarias e pronto socorro exclusivos da COVID19 na unidade AMOREIRAS DA REDE DR. MARIO GATTI em Campinas/SP..
- **ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS (CONVÊNIOS E/OU PARCERIAS), RESPECTIVAS DESPESAS E SE EXISTE COBRANÇA DOS PARTICIPANTES DOS ATENDIDOS;** Os recursos para a execução deste projeto são oriundos do próprio do orçamento vigente da Rede Dr. Mario Gatti. O contrato é, na sua totalidade, prestado de forma gratuita, ou seja, 100% dos atendimentos realizados são gratuitos, sem nenhuma cobrança aos pacientes usuários.
- **RECURSOS HUMANOS – RH:** em 2021 foram contratados 222 profissionais celetistas para as seguintes funções, conforme quadro a seguir destacado:

**Quadro de Recursos Humanos cargos celetistas da entidade ABRADES**

FUNÇÃO	QUANTIDADE
ASSIS DE DEP PESSOAL	2
ASSIST ADM	1
ASSISTENTE SOCIAL	3
ENFERMEIRO (A)	37
ENFERMEIRO CCIH	1
PSICOLOGO (A)	1
SUP DE ENFERMAGEM	6
SUP DE VIGILANCIA	6
TEC.DE ENFERMAGEM	141
VIGILANTE	24
<b>TOTAL</b>	<b>222</b>

Além disso, alguns prestadores de serviços são contratados por meio de pessoa jurídica para execução direta e pessoal de atividades específicas, tais como coordenação geral do projeto, fisioterapeutas, radiologistas e técnicos de radiologia e coordenação de enfermagem.

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
**CNPJ: 10.857.726/0001-07**  
Av. Parapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

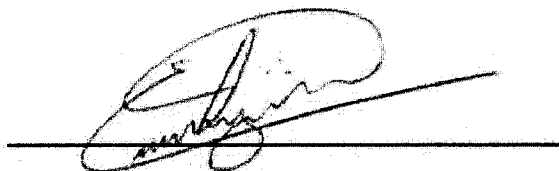
**FILIAL CURITIBA**  
**CNPJ 10.857.726/0003-60**  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 80.240-280

**Fone: 16 3325-2493**

**FILIAL SOROCABA**  
Rua José Maria Hannickel, 150 – sala  
55 – Ed. Tóquio – Portal da Colina –  
CEP: 18047-360

### 3. PARCERIAS:

Os recursos para a execução dos projetos são oriundos dos instrumentos firmados entre a ABRADES e a Secretaria Municipal de Saúde de Sorocaba e entre a ABRADES e REDE DR. MARIO GATTI, cujos recursos são do orçamento do Sistema Único de Saúde.



**Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES**

CNPJ nº 10.857.726/0001-07

**Emerson Tadeu Gonçalves Rici**

RG nº 25.456.137-8 SSP/SP

CPF nº136.754.338-03

#### **SEDE RIBEIRÃO PRETO**

**CNPJ: 10.857.726/0001-07**

Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

#### **FILIAL CURITIBA**

**CNPJ 10.857.726/0003-60**

Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 80.240-280

**Fone: 16 3325-2493**

#### **FILIAL SOROCABA**

Rua José Maria Hannickel, 150 – sala  
55 – Ed. Tóquio – Portal da Colina –  
CEP: 18047-360

Ribeirão Preto/SP, 27 de dezembro de 2022.

**NOME DA ENTIDADE:** ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAÚDE - ABRADES

**CNPJ:** 10.857.726/0001-07

**E-MAIL:** abrades.osc@gmail.com

**ENDEREÇO SEDE:** Av Paranapanema, 1343 SL 03

**MUNICÍPIO/UF:** Ribeirão Preto/SP

**CEP:** 14.051-290

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022**

### **1. OBJETIVO GERAL DA ENTIDADE:**

A Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES, é uma entidade privada sem fins lucrativos, de caráter assistencial, promocional, educacional e apartidário, com a finalidade de atender a todos.

Manter hospitais, laboratórios, ambulatorios, clínicas, Caps, dispensários e outros de natureza correlatas; apoiar, assessorar e gerenciar de forma complementar serviços de saúde, tanto de natureza privada como pública;

Promover a cooperação técnica-administrativa, assim como desenvolver ações no sentido de apoiar e realizar a gestão e a operacionalização de equipamentos, atividades e serviços de saúde, inclusive no que tange à assistência ambulatorial e hospitalar de alta e média complexidade, ao Programa de Estratégia da Saúde da Família - ESF, entre outros;

Firmar parcerias e convênios com outras entidades sem fins lucrativos para atuação em rede, visando pleitear junto às autoridades constituídas a implantação e implementação de equipamentos públicos para prestação de serviços à população em geral;

Celebrar Contratos para prestação de serviços na área de saúde e nas outras áreas que compete o seu objetivo, firmar Convênios e Contratos de Gestão ou Cogestão, Termos de Parceria; Termos de Colaboração; Termos de Fomento e Acordos de Cooperação com o Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, visando a formulação e implementação de projetos em Unidades de Saúde, assim como participar de campanhas de prevenção à saúde e auxílio médico hospitalar.

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
**CNPJ: 10.857.726/0001-07**

Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 – Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP: 14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
**CNPJ 10.857.726/0003-60**

Rua Candido Xavier, 388, Água Verde – Curitiba/PR  
CEP: 80.240-280

## 2. ATIVIDADES, SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS:

Com o objetivo de contribuir na prestação de serviços de saúde à população, a ABRADES assume a gestão de serviços de saúde, conforme contratos firmados com os gestores públicos. No ano de 2022 a ABRADES operacionalizou os seguintes contratos com gestores públicos.

### 2.1. CONTRATO HOSPITAL AMOREIRAS MARIO GATTI – CAMPINAS/SP

- **DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE REALIZADA:** Por meio de contrato com a Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar, a ABRADES presta serviços médicos e multiprofissionais para a gestão de leitos de terapia intensiva, de enfermaria e pronto socorro exclusivos da COVID19, na unidade hospitalar Amoreiras Mário Gatti, pelo prazo de 90 (noventa) dias contados a partir de 29 de agosto de 2021, leitos para atendimento de pacientes exclusivamente usuários SUS do município, o qual foi prorrogado por igual período em 22.11.2021 até 24.02.2022.
- **OBJETIVO:** Prestação de serviços de saúde para a população com eficiência e qualidade, zelando pela gestão dos recursos físicos e financeiros, atuando com excelência na atenção à saúde de acordo com a diretrizes legais e das parcerias firmadas.
- **METODOLOGIA UTILIZADA:** A metodologia utilizada está baseada nas boas práticas de gestão dos serviços médicos e de enfermagem, focando no planejamento de trabalho e análise situacional dos recursos disponíveis, bem como a busca pela excelência no atendimento e na aplicação de recursos.
- **PERIODICIDADE:** A frequência com a qual a oferta é realizada para serviços descritos acima é ininterrupta 7 dias por semana, 24 horas por dia, durante todo período de 3 meses o qual, como dito, foi renovado por mais 3 meses.
- **PÚBLICO-ALVO:** As ofertas são direcionadas a todos, independentemente da idade, escolaridade, classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa que estivessem com suspeitas ou diagnosticados com o vírus da COVID-19.

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
**CNPJ: 10.857.726/0001-07**

Av. Parapanema, 1343 – Sala 03 – Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP: 14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
**CNPJ 10.857.726/0003-60**

Rua Candido Xavier, 388, Água Verde – Curitiba/PR  
CEP: 80.240-280



- **FORMA DE ACESSO:** Os atendimentos são originados a partir do Pronto Atendimento com demanda espontânea e também pelo encaminhamento do SAMU e do sistema de regulação municipal, conforme a disponibilidade de leitos na Rede Dr. Mario Gatti - Unidade Amoreiras.
- **NÚMEROS DE ATENDIDOS:** foram atendidos 5.769 pacientes entre setembro e outubro no pronto socorro e realizadas 1.451 diárias de leitos SUS.  
Todos os atendimentos são direcionados aos pacientes SUS, portanto, sem nenhuma cobrança do paciente/usuário.
- **NÚMERO TOTAL DE PESSOAS QUE PARTICIPARAM DAS ATIVIDADES/PROJETOS/SERVIÇOS/PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA ENTIDADE (POR ATIVIDADE);**  
Durante o ano de 2021 o número de profissionais contratados pela ABRADES envolvidos no projeto AMOREIRAS MARIO GATTI foram de 222 contratados.
- **ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:** As atividades desenvolvidas pela ABRADES são realizadas para os leitos de terapia intensiva, de enfermarias e pronto socorro exclusivos da COVID19 na unidade AMOREIRAS DA REDE DR. MARIO GATTI em Campinas/SP..
- **ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS (CONVÊNIOS E/OU PARCERIAS), RESPECTIVAS DESPESAS E SE EXISTE COBRANÇA DOS PARTICIPANTES DOS ATENDIDOS;** Os recursos para a execução deste projeto são oriundos do próprio do orçamento vigente da Rede Dr. Mario Gatti. O contrato é, na sua totalidade, prestado de forma gratuita, ou seja, 100% dos atendimentos realizados são gratuitos, sem nenhuma cobrança aos pacientes usuários.
- **RECURSOS HUMANOS – RH:** em 2021 foram contratados 222 profissionais celetistas para as seguintes funções, os quais perduraram até 24.02.2022, conforme quadro a seguir destacado:

**Quadro de Recursos Humanos cargos celetistas da entidade ABRADES**

FUNÇÃO	QUANTIDADE
ASSIS DE DEP PESSOAL	2
ASSIST ADM	1
ASSISTENTE SOCIAL	3

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Parapanema, 1343 – Sala 03 – Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP: 14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde – Curitiba/PR  
CEP: 80.240-280

ENFERMEIRO (A)	37
ENFERMEIRO CCIH	1
PSICOLOGO (A)	1
SUP DE ENFERMAGEM	6
SUP DE VIGILANCIA	6
TEC.DE ENFERMAGEM	141
VIGILANTE	24
<b>TOTAL</b>	<b>222</b>

Além disso, alguns prestadores de serviços são contratados por meio de pessoa jurídica para execução direta e pessoal de atividades específicas, tais como coordenação geral do projeto, fisioterapeutas, radiologistas e técnicos de radiologia e coordenação de enfermagem.

## **2.2. CONTRATO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA**

- **DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE REALIZADA:** Por meio de contrato com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA a ABRADES presta serviços médicos e multiprofissionais para as unidades de saúde dos municípios de Matinhos e Antonina, ambas do estado do Paraná, UBS Perequê, Ambulatório Síndromes Respiratórias e Centro de Especialidades no Município de Matinhos e UPA No Município de Antonina, com fornecimento de profissionais médicos plantonistas e clínicos gerais, bem como, multiprofissionais, como nutricionista, fisioterapeutas para atendimento de pacientes exclusivamente usuários SUS dos referidos municípios, no período entre 24.03.2022 e 10.08.2022.
- **OBJETIVO:** Prestação de serviços de saúde para os usuários do SUS com eficiência e qualidade, zelando pela gestão dos recursos humanos médicos e multiprofissionais, atuando com excelência na atenção à saúde de acordo com a diretrizes legais e das parcerias firmadas.
- **METODOLOGIA UTILIZADA:** A metodologia utilizada está baseada nas boas práticas de gestão dos serviços médicos e de enfermagem, focando no planejamento de trabalho e análise situacional dos recursos disponíveis, bem como a busca pela excelência no atendimento e na aplicação de recursos humanos.

- **PERIODICIDADE:** A frequência com a qual a oferta é realizada para serviços descritos acima é ininterrupta 7 dias por semana, 24 horas por dia, durante todo período contratual, de acordo com cada unidade de saúde atendida.
- **PÚBLICO-ALVO:** As ofertas são direcionadas a todos, independentemente da idade, escolaridade, classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa, usuários do SUS de Matinhos – PR e Antonina - PR.
- **FORMA DE ACESSO:** Os atendimentos são originados a partir do Pronto Atendimento com demanda espontânea e também pelo encaminhamento do SAMU e do sistema de regulação municipal, conforme a disponibilidade de atendimentos na Rede Municipal de Matinhos e Antonina, ambas do litoral do Paraná.
- **NÚMERO TOTAL DE PESSOAS QUE PARTICIPARAM DAS ATIVIDADES/PROJETOS/SERVIÇOS/PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA ENTIDADE (POR ATIVIDADE);**  
Durante o ano de 2022 o número de profissionais contratados pela ABRADES envolvidos no projeto CISLIPA foram de 6 (seis) fisioterapeutas celetistas, além de 1 (um) coordenador, bem como de 1 (uma) nutricionista todos para o município de Matinhos-PR. Além desses multiprofissionais, também foram ofertados médicos plantonistas para UPA Antonina, bem como médicos para atendimento na UBS Perequê (Matinhos-PR)
- **ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:** As atividades desenvolvidas pela ABRADES são realizadas na UPA de Antonina, bem como na UBS, síndromes respiratórias e centro de especialidades no município de Matinhos-PR.
- **ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS (CONVÊNIOS E/OU PARCERIAS), RESPECTIVAS DESPESAS E SE EXISTE COBRANÇA DOS PARTICIPANTES DOS ATENDIDOS;** Os recursos para a execução deste projeto são oriundos do próprio do orçamento dos municípios ao consórcio CISLIPA, o qual repassa os valores devidos à ABRADES. O contrato é, na sua totalidade, prestado de forma gratuita, ou seja, **100% dos atendimentos realizados são gratuitos**, sem nenhuma cobrança aos pacientes usuários do SUS.
- **RECURSOS HUMANOS – RH:** em 2022 foram contratados 6 profissionais celetistas, bem como profissionais médicos por meio de empresa especializada, conforme quadro a seguir destacado:

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
**CNPJ: 10.857.726/0001-07**

Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 – Sumarezinho, Ribeirão  
Preto/SP. CEP: 14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
**CNPJ 10.857.726/0003-60**

Rua Candido Xavier, 388, Água Verde – Curitiba/PR  
CEP: 80.240-280

**Quadro de Recursos Humanos cargos celetistas da entidade ABRADES**

<b>FUNÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Nutricionista	1
Fisioterapeutas	6
Coordenação Fisio	1
Médicos plantonistas	Qtde solicitada conforme escala
Médicos Clínicos Gerais	Qtde solicitada conforme escala

Os profissionais médicos foram ofertados conforme escalas mensais de cada município e para as especialidades solicitadas.

**3. PARCERIAS:**

Os recursos para a execução dos projetos são oriundos dos instrumentos firmados entre o CISLIPA e as prefeituras municipais de Antonina e Matinhos, cujos recursos são do orçamento do Sistema Único de Saúde.



**Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES**

CNPJ nº 10.857.726/0001-07

**Emerson Tadeu Gonçalves Rici**

RG nº 25.456.137-8 SSP/SP

CPF nº 136.754.338-03

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
**CNPJ: 10.857.726/0001-07**

Av. Parapanema, 1343 – Sala 03 – Sumarezinho, Ribeirão  
Preto/SP. CEP: 14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
**CNPJ 10.857.726/0003-60**

Rua Candido Xavier, 388, Água Verde – Curitiba/PR  
CEP: 80.240-280

Ribeirão Preto/SP, 28 de dezembro de 2023.

**NOME DA ENTIDADE:** ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E SAÚDE - ABRADES

**CNPJ:** 10.857.726/0001-07

**E-MAIL:** abrades.osc@gmail.com

**ENDEREÇO SEDE:** Av Paranapanema, 1343 SL 03

**MUNICÍPIO/UF:** Ribeirão Preto/SP

**CEP:** 14.051-290

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023**

### **1. OBJETIVO GERAL DA ENTIDADE:**

A Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES, é uma entidade privada sem fins lucrativos, de caráter assistencial, promocional, educacional e apartidário, com a finalidade de atender a todos.

Manter hospitais, laboratórios, ambulatorios, clínicas, Caps, dispensários e outros de natureza correlatas; apoiar, assessorar e gerenciar de forma complementar serviços de saúde, tanto de natureza privada como pública;

Promover a cooperação técnica-administrativa, assim como desenvolver ações no sentido de apoiar e realizar a gestão e a operacionalização de equipamentos, atividades e serviços de saúde, inclusive no que tange à assistência ambulatorial e hospitalar de alta e média complexidade, ao Programa de Estratégia da Saúde da Família - ESF, entre outros;

Firmar parcerias e convênios com outras entidades sem fins lucrativos para atuação em rede, visando pleitear junto às autoridades constituídas a implantação e implementação de equipamentos públicos para prestação de serviços à população em geral;

Celebrar Contratos para prestação de serviços na área de saúde e nas outras áreas que compete o seu objetivo, firmar Convênios e Contratos de Gestão ou Cogestão, Termos de Parceria; Termos de Colaboração; Termos de Fomento e Acordos de Cooperação com o Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, visando a formulação e implementação de projetos em Unidades de Saúde, assim como participar de campanhas de prevenção à saúde e auxílio médico hospitalar.

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
**CNPJ: 10.857.726/0001-07**

Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 – Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP: 14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
**CNPJ 10.857.726/0003-60**

Rua Candido Xavier, 388, Água Verde – Curitiba/PR  
CEP: 80.240-280

## 2. ATIVIDADES, SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS:

Com o objetivo de contribuir na prestação de serviços de saúde à população, a ABRADES assume a gestão de serviços de saúde, conforme contratos firmados com os gestores públicos. No ano de 2023 a ABRADES operacionalizou os seguintes contratos com gestores públicos.

### 2.1. CONTRATO MUNICÍPIO DE BOCAIUVA DO SUL - PR

- **DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE REALIZADA:** Por meio de contrato público com o Município de Bocaiuva do Sul - PR, a ABRADES presta serviços médicos para as unidades de saúde de referido município, fornecendo profissionais médicos com especialidades, tais como, clínico geral, ginecologista, obstetrícia, psiquiatria, Diretor Médico (coordenação hospitalar) no período entre 03.02.2023 e 31.01.2024.
- **OBJETIVO:** Prestação de serviços de saúde para os usuários do SUS com eficiência e qualidade, zelando pela gestão dos recursos humanos médicos nas especialidades solicitadas em contrato, atuando com excelência na atenção à saúde de forma humanizada de acordo com a diretrizes legais e das parcerias firmadas.
- **METODOLOGIA UTILIZADA:** A metodologia utilizada está baseada nas boas práticas de gestão dos serviços médicos, focando no planejamento de trabalho e análise situacional dos recursos disponíveis, bem como a busca pela excelência no atendimento e na aplicação de seus recursos humanos.
- **PERIODICIDADE:** A frequência com a qual a oferta é realizada para serviços descritos acima é ininterrupta 7 dias por semana, 24 horas por dia, durante todo período contratual, de acordo com cada unidade de saúde atendida e necessidade do município conforme contrato firmado.
- **PÚBLICO-ALVO:** As ofertas são direcionadas a todos, independentemente da idade, escolaridade, classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa, usuários do SUS de Bocaiuva do Sul – PR.
- **FORMA DE ACESSO:** Os atendimentos são originados a partir do Pronto Atendimento com demanda espontânea e também pelo encaminhamento do SAMU e do sistema de

SEDE RIBEIRÃO PRETO  
CNPJ: 10.857.726/0001-07

Av. Parapanema, 1343 – Sala 03 – Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP: 14.051-290

FILIAL CURITIBA  
CNPJ 10.857.726/0003-60

Rua Candido Xavier, 388, Água Verde – Curitiba/PR  
CEP: 80.240-280

regulação municipal, conforme a disponibilidade de atendimentos na Rede Municipal de Saúde.

• **NÚMERO TOTAL DE PESSOAS QUE PARTICIPARAM DAS ATIVIDADES/PROJETOS/SERVIÇOS/PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA ENTIDADE (POR ATIVIDADE);**

Durante o ano de 2023 o número de profissionais contratados pela ABRADES envolvidos no projeto foram de 2 (dois) médicos clínico geral para atendimento em UBS, 1 (um) ginecologista-obstetra, (um) psiquiatra, bem como de 1 Diretor Técnico para o Hospital Municipal Santa Júlia.

• **ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:** As atividades desenvolvidas pela ABRADES são realizadas na UBS de Boaiúva do Sul, bem como no Hospital Santa Júlia.

• **ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS (CONVÊNIOS E/OU PARCERIAS), RESPECTIVAS DESPESAS E SE EXISTE COBRANÇA DOS PARTICIPANTES DOS ATENDIDOS;** Os recursos para a execução deste projeto são oriundos do próprio do orçamento do município. O contrato é, na sua totalidade, prestado de forma gratuita, ou seja, **100% dos atendimentos realizados são gratuitos**, sem nenhuma cobrança aos pacientes usuários do SUS.

• **RECURSOS HUMANOS – RH:** em 2023 foram contratados profissionais médicos por meio de empresa especializada, conforme quadro a seguir destacado:

**Quadro de Recursos Humanos cargos celetistas da entidade ABRADES**

FUNÇÃO	QUANTIDADE
Diretor Técnico	1
Clinico Geral	2
Ginecologista/Obstetra	1
Psiquiatra	1

Os profissionais médicos foram ofertados conforme escalas mensais do município para as especialidades solicitadas.

**3. PARCERIAS:**

Os recursos para a execução dos projetos são oriundos dos instrumentos firmados entre o Município e a ABRADES, cujos recursos são do orçamento do Sistema Único de Saúde.



**Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES**

CNPJ nº 10.857.726/0001-07

**Emerson Tadeu Gonçalves Rici**

RG nº 25.456.137-8 SSP/SP

CPF nº 136.754.338-03

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
**CNPJ: 10.857.726/0001-07**

Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 – Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP: 14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
**CNPJ 10.857.726/0003-60**

Rua Candido Xavier, 388, Água Verde – Curitiba/PR  
CEP: 80.240-280



# **ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA COMPROVAM A EXPERIÊNCIA DA ABRADES**

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
**CNPJ: 10.857.726/0001-07**  
Av. Parapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
**CNPJ 10.857.726/0003-60**  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 80.240-280



### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para todos os fins de direito, que a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, inscrita no CNPJ 10.857.726/0001-07 estabelecida na Av. Paranapanema nº 1.343, sala 03, Bairro Sumarezinho, CEP 14051-290, no município de Ribeirão Preto - São Paulo, prestou serviços médicos, fisioterapêuticos e nutricionistas nas dependências da contratante a critério do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ-CISLIPA.

Informamos que os serviços foram executados de forma satisfatória, cumprindo pontualmente com as obrigações assumidas através dos contratos 11/2022 e 25/2022 firmados entre as partes, desempenhando as atividades que lhe cabem de forma exemplar sem quaisquer ocorrências que desabonem sua conduta e atuação pelo período de abril a agosto de 2022.

**Objeto do contrato:** Serviços médicos especialidade clínico geral e multidisciplinares de fisioterapia e nutricionista, mediante a disponibilização de mão de obra especializada nas dependências indicadas pela contratante.

Descrição detalhada dos serviços prestados:

HORAS MÉDICAS - CLÍNICO GERAL	HORAS FISIOTERAPEUTA	HORAS NUTRICIONISTA
1923	2328	552

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

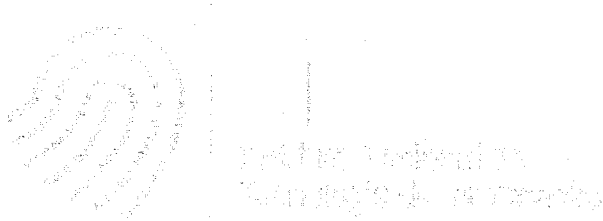
gov.br Documento assinado digitalmente  
ANDRE LUIS DA COSTA PEREIRA  
Data: 22/05/2023 10:12:40-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Paranaguá, 17 de Maio de 2023.

**ANDRÉ LUIS DA COSTA PEREIRA**  
**DIRETOR EXECUTIVO**







INÍCIO    TERMOS DE USO    F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado

Data de verificação                      22/05/2023 18:21:26  
UTC  
Versão do software                      2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo                      ATESTADO\_CAPACIDADE\_TEC  
NICA\_ABRADESassinado  
(1).pdf  
Resumo SHA256 do arquivo              7ea9dd5081554381e12275e  
71989df84575900f058bc14  
5354ed537a5cb20b5d  
Tipo do arquivo                      PDF  
Quantidade de assinaturas              1

▼ Assinatura por CN=ANDRE LUIS DA COSTA PEREIRA

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura                      Destacada  
Status da assinatura                      Aprovado  
Caminho de certificação                  Aprovado  
Conformidade  
Estrutura da assinatura                  com o padrão  
(ISO 32000).  
Cifra assimétrica                      Aprovada  
Resumo criptográfico                      Correto  
Data da assinatura                      22/05/2023  
13:12:40 UTC  
Status dos atributos                      Aprovado

▼ Informações do assinante

CPF

\*\*\*.14

AVALIE ESTE SERVIÇO

EXPANDIR ELEMENTOS

▼ Caminho de certificação

Modo escuro ☐

► CN=ANDRE LUIS DA COSTA PEREIRA

► CN=AC Final do Governo Federal do Brasil v1,  
OU=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil  
v1, O=Gov-Br, C=BR

► CN=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil  
v1, OU=Autoridade Certificadora Raiz do Governo  
Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR

► CN=Autoridade Certificadora Raiz do Governo  
Federal do Brasil v1, OU=Instituto Nacional de  
Tecnologia da Informacao - ITI, O=Gov-Br, C=BR

► Atributos

---

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos, para todos os fins, que a empresa **Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES**, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.857.726/0001-07**, estabelecida à Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 – CEP – 14.051-290 - Sumarezinho – Ribeirão Preto – SP, prestou serviços ao município de Sorocaba/SP, conforme **Contrato nº 5425/2021**.

A entidade executou o serviço emergencial de Gerenciamento, Operacionalização e Execução das Ações e Serviços de Saúde, por meio da abertura de leitos de enfermaria e de suporte ventilatório pulmonar, sendo 40 leitos de enfermaria e 20 leitos de Suporte Ventilatório, destinado ao tratamento de pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, contaminados ou com suspeita de Covid-19, regulados pela Central de Regulação de Leitos do Município, no Centro de Tratamento e Estabilização São Guilherme, localizado na Rua Belmiro Moreira Soares, 1.100, Jardim São Guilherme – Sorocaba – SP, no período de 26 de março até a presente data.

No convênio foram executados os seguintes serviços:

PESSOAL ASSISTENCIAL E DE APOIO		
Categoria	Quantitativo Mínimo	Horas Mês Executadas
Gerente Administrativo	1 (40 horas semanais)	200
Enfermeira RT	1 (40 horas semanais)	200
Coordenador de Fisioterapia RT	1 (40 horas semanais)	200
Coordenador de Farmácia e Logística	1 (40 horas semanais)	200
Auxiliar administrativo	5 (40 horas semanais)	1.000
Apoio Administrativo (recepção)	5 (12x36)	900
Enfermeiro SCHI	1 (40 horas semanais)	200
Enfermeiro Educação Continuada	1 (40 horas semanais)	200
Enfermeiro Núcleo Interno Regulação	1 (40 horas semanais)	200
Enfermeiro Assistencial	22 (12x36h)	3.960
Técnico de Enfermagem	56 (12x36 horas)	10.080
Fisioterapeuta	19 (30 horas semanais)	2.850
Copeiras	6 (40 horas semanais)	1.200
Assistente Social	3 (30 horas semanais)	450
Psicólogo	2 (30 horas semanais)	300
Farmacêutico	5 (12x36)	900
Nutricionista	1 (40 horas semanais)	200
Auxiliar de farmácia	5 (12x36)	900
Almoxarife	2 (40 Horas semanais)	400
<b>Total de Horas Geral</b>	<b>138 profissionais</b>	<b>24540</b>
CORPO CLÍNICO		
Especialidade	Quantitativo mínimo	Horas Mês Executadas
Coordenador Médico RT	1 (8h dia)	200
Médico Diarista Rotina Enfermaria	2 (6 horas dia cada)	360
Médico Diarista Rotina UTI	2 (6 horas dia cada)	360
Médico Intensivista	4 (12 horas dia cada)	2880
Médico Clínico	4 (12 horas dia cada)	2880
Médico Infectologista	1 (20 horas semanais)	100
<b>Total de Horas Médicas</b>	<b>228 horas dia</b>	<b>6780</b>

VINICIUS TADEU SATTIN  
RODRIGUES:357581688  
31

**DR. VINICIUS RODRIGUES**

**SECRETÁRIO DA SAÚDE**

**PALÁCIO DOS TROPEIROS "Dr. José Theodoro Mendes"**

Av. Eng. Carlos Reinaldo Mendes 3.041 – 2ª andar – Alto da Boa Vista – CEP 18013-280 – Sorocaba – SP

Fone: (15) 3238.2242 / 3238.2250





**ATESTADO CAPACIDADE TÉCNICA  
DIRETOR GERAL**

Sorocaba, 13 de julho de 2021.

Atestamos, para todos os fins de direito, que o senhor Emerson Tadeu Gonçalves Rici, brasileiro, controller, RG nº 25.456.137-8, CPF nº 136.754.338-03, exerce a função de Diretor Geral do Centro de Tratamento e Estabilização Covid 19 São Guilherme - CNES: 0605107, serviço de saúde público do município de Sorocaba/SP, conforme informações abaixo:

Contrato: Contrato nº 5425/2021


Instituição Contratada: Associação Brasileira de Educação e Saúde – ABRADES, CNPJ 10.857.726/0001-07

Vigência do Contrato: 180 dias

Diretor Geral: Emerson Tadeu Gonçalves Rici, em exercício desde 26/03/2021 até a presente data.

Objeto do Contrato: Convênio Emergencial de Gerenciamento, Operacionalização e Execução das Ações e Serviços de Saúde, por meio da abertura de leitos de enfermaria e de suporte ventilatório pulmonar, sendo 40 leitos de enfermaria e 20 leitos de Suporte Ventilatório, destinado ao tratamento de pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, contaminados ou com suspeita de Covid-19, regulados pela Central de Regulação de Leitos do Município.

Local da prestação de serviços: Centro de Tratamento e Estabilização São Guilherme, localizada na Rua Belmiro Moreira Soares, nº 1.100, Jardim São Guilherme – Sorocaba/SP.



VINICIUS TADEU SATTIN RODRIGUES  
Secretário de Saúde



## **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

*Atesto, para os devidos fins, que a entidade ABRADES (Associação Brasileira de Educação e Saúde), inscrita no CNPJ sob o nº 10.857.726/0001-07, estabelecida na Av. Paranapanema nº1343, bairro Sumarezinho, município de Ribeirão Preto/SP, CEP 14.051-290, representada pelo Diretor Geral Sr. Emerson Tadeu Gonçalves Rici, CPF nº 136.754.338-03, prestou serviços ao Município de Sorocaba, através da Secretaria da Saúde, CNPJ nº 46.634.044/0001-74, com sede na Av. Engenheiro Carlos Reinaldo Mendes nº 3.041, 2º andar, Alto da Boa Vista, CEP 18013-280. A entidade executou o serviço emergencial de gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde por meio de abertura de 40 (quarenta) leitos de enfermaria e de 20 (vinte) leitos de suporte ventilatório pulmonar, destinados ao tratamento de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) no Centro de Tratamento e Estabilização São Guilherme, localizada na Rua Belmiro Moreira Soares nº 1.100, Jardim São Guilherme – Sorocaba /SP, no período de 26 de março de 2021 até a presente data.*

*Sorocaba, 06 de julho de 2021*



**Dr Vinicius Tadeu Sattin Rodrigues**  
**Secretário da Saúde**





Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar  
Hospital Municipal Dr. Mário Gatti  
Lei Complementar nº. 191/2018 CNPJ 47.018.676/0001-76  
Av. Pref. Faria Lima, nº. 340 – Campinas/SP – CEP 13.036-902

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE-ABRADES, inscrita no CNPJ sob o nº10.857.726/0001-07, estabelecida na Av. Parapanema, 1343-Sala 03-Sumarezinho, CEP: 14051-290, Ribeirão Preto/SP, e seu Diretor Geral Emerson Tadeu Gonçalves Rici, RG 25.456.137-8, CPF 136.754.338-03 mantiveram com a REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E Hospitalar, Contrato de Prestação de Serviços nas seguintes condições:

**LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:** HMMG-HOSPITAL MUNICIPAL DR MÁRIO GATTI-UNIDADE AMOREIRAS.  
Av. das Amoreiras, 315 Pq. Itália, CEP 13.036-225, Campinas - SP.

**OBJETO DO SERVIÇO CONTRATADO:** Prestação de serviços, através de postos de trabalho na área médica e multiprofissional para atuar junto a leitos de enfermagem e de terapia intensiva exclusivos para COVID-19.

### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

FUNÇÃO/ CARGO	QTD	JORNADA- Tipo de posto
<b>Médicos</b>		
Médico Clínico Geral plantonista	07	24 horas segunda a domingo
Médico Clínico Geral horizontal	02	06 horas de segunda a sexta diurno
Médico Infectologista	01	6 horas segunda a sexta diurno
Médico Intensivista plantonista	03	24 horas segunda a domingo
Médico Intensivista horizontal	04	06 horas de segunda a sexta diurno
<b>Enfermeiros</b>	06	24 horas segunda a domingo
Enfermeiro CCIH	01	6 horas segunda a sexta diurno
Técnico de enfermagem CCIH	02	6 horas segunda a domingo diurno
Enfermeiro chefia	01	24 horas de segunda a domingo diurno
Técnicos de enfermagem	21	24 horas segunda a domingo
<b>Técnicos de Diagnóstico por Imagem</b>		
Técnicos em RX (RX simples e Tomografia)	02	24 horas de segunda a domingo
Fisioterapeutas	04	18 horas de segunda a domingo
Assistente social	01	12 horas de segunda a domingo diurno
Psicólogo	01	6 horas de segunda a sexta diurno
Vigilância desarmada	04	24 horas segunda a domingo
Vigilância desarmada - Supervisor	01	24 horas segunda a domingo

Diretoria Técnica  
Hospital Municipal Dr. Mário Gatti  
diretoria tecnica@hmmg.sp.gov.br  
(19) 3772-5850





Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar  
Hospital Municipal Dr. Mário Gatti  
Lei Complementar nº. 191/2018 CNPJ 47.018.676/0001-76  
Av. Pref. Faria Lima, nº. 340 – Campinas/SP – CEP 13.036-902

**NÚMERO DO CONTRATO:** Contrato Administrativo Nº. 189/2021

**PERÍODO DO CONTRATO:** 29/08/2021 A 25/02/2022

Atestamos ainda que os serviços ora mencionados foram executados de forma satisfatória, e não há até a presente data fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as demais obrigações assumidas.

Campinas - SP, 03 de Março de 2022.

Dr. Carlos Henrique Mamud Arca

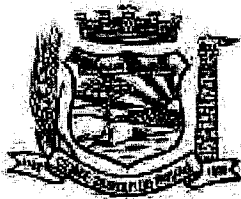
Diretor Técnico-HMMG

REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E  
HOSPITALAR

Diretoria Técnica  
Hospital Municipal Dr. Mário Gatti  
diretoriatecnica@hmmg.sp.gov.br  
(19) 3772-5850

✓





Prefeitura do Município de Araucária  
Secretaria Municipal de Saúde

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa **Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES**, estabelecida à Av. Paranapanema, 1343 - Sala 03 - CEP - 14.051-290 - Sumarezinho - Ribeirão Preto - SP inscrita no CNPJ sob o nº **10.857.726/0001-07**, com a responsabilidade técnica da Dra. Claudia Tamara Ricci, CRM 89274, presta **Serviços Médicos de Plantonistas na Unidade de Pronto Atendimento**.

Informamos que os serviços têm sido executados de forma satisfatória, cumprindo pontualmente com as obrigações assumidas através do **Contrato nº 201/2018** desempenhando as atividades que lhe cabem de forma exemplar, sem quaisquer ocorrências que desabonem sua conduta e atuação desde o período de **30/11/2018**.

**Objeto do contrato**  
**Serviços Médicos de Plantonistas**

**Descrição detalhada dos serviços prestados**

Descritivo	Quantidade/Mês	Tipo
Serviço de Médico de Plantonistas	1.848	Horas

Descritivo	Quantidade Dia	Tipo
Média de Atendimento Diários	400	Consultas Urgência e Emergência

Por ser verdade, firmamos o presente.

Araucária, 03 de abril de 2019

  
**CARLOS ALBERTO DE ANDRADE**  
Secretário Municipal de Saúde

41 3614-1470

Rua Pedro Druszczyk, 111 - CEP 83702-080 - Centro - Araucária / PR

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/135342601210669610937>



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 135342601210669610937-5  
Data: 26/01/2021 12:30:35  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALC45711-W1CT;



**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br  
<https://azevedobastos.net.br>

  
Valber Azevêdo de M. Cavalcanti  
Titular



Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/153671202214065294545>



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 153671202214065294545-7  
Data: 12/02/2021 12:55:46  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALE04731-51XQ;



**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br  
<https://azevedobastos.net.br>

  
Valber Azevêdo de M. Cavalcanti  
Titular



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por LADY DIANA REGIS DE OLIVEIRA, em terça-feira, 26 de janeiro de 2021 12:40:38 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARIAH NEPOMUCENO AZEVEDO, em sexta-feira, 12 de fevereiro de 2021 12:57:59 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.





## DECLARAÇÃO

O Centro de Estudos Professor Bailão, inscrito no CNPJ 09.514.451-0001/11, neste ato representado pelo sócio diretor Prof. Dr. Luiz Antônio Bailão, declara para os devidos fins que a **ABRADES - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE**, inscrita no CNPJ 10.857.726-0001/07, realizou exames de ultrassonografia em Geral nas áreas de Ginecologia, Obstetrícia, Medicina Interna, Mama e Tireóide, em pacientes oriundas através dos SUS – Sistema Único de Saúde, de forma satisfatória, nos períodos relacionados abaixo:

De Janeiro a Dezembro de 2009, realizados 7.727 exames

De Janeiro a Dezembro de 2010, realizados 12.449 exames

De Janeiro a Fevereiro de 2011, realizados 1.528 exames

Por ser verdade, firmo a presente.

Ribeirão Preto, 08 de fevereiro de 2016

  
**Prof. Dr. Luiz Antonio Bailão**  
Sócio Diretor  
CPF: 551.080.408-49

Rv. Senador César Vergueiro, 1017, Sala 14, Jardim São Luiz, Ribeirão Preto / SP

Fone: (16) 3623-5924

E-mail: contato@professorbailao.com.br



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 153671202214065294545-10  
Data: 12/02/2021 12:55:46  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALE04734-N63V;



CNPJ: 06.870-0

**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

  
Valber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular

TJPB







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL  
**PREFEITURA DE ESTRELA**  
Rua Júlio de Castilhos, 380, Centro – Estrela/RS  
Fone: 3981-1000 -



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa **Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES**, estabelecida à Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 – CEP – 14.051-290 - Sumarezinho – Ribeirão Preto - SP inscrita no CNPJ sob o n.º **10.857.726/0001-07**, com a responsabilidade técnica da Dra. Claudia Tamura Ricci, CRM 89274, prestou Serviços Médicos de Psiquiatria de natureza continuada nas unidades de saúde.

Informamos que os serviços têm sido executados de forma satisfatória, cumprindo pontualmente com as obrigações assumidas através do **Contrato nº 46/2018** desempenhando as atividades que lhe cabem de forme exemplar, sem quaisquer ocorrências que desabonem sua conduta e atuação pelo período de **26/02/2018 a 26/02/2019**.

### Objeto do contrato

Serviços Médicos em Psiquiatria

### Descrição detalhada dos serviços prestados

Descritivo	Quantidade/ Mês	Tipo
Serviço de Médico Psiquiatria	80	Horas

Por ser verdade, firmarmos o presente.

Estrela, 26 de fevereiro de 2019.

Paulo Ricardo Fink  
Secretário do Planejamento e  
Desenvolvimento Econômico  
Paulo Fink

Secretário de Saúde (substituto)



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 153671202214065294545-11  
Data: 12/02/2021 12:55:46  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALE04735-CPC0;



CNJ - 06.870-0

**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br  
<https://azevedobastos.not.br>

Valber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular

TJPB





### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa **Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES**, estabelecida à Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 – CEP – 14.051-290 – Sumarezinho – Ribeirão Preto - SP inscrita no CNPJ sob o n.º **10.857.726/0001-07**, com a responsabilidade técnica da Dra. Claudia Tamura Ricci, CRM 89274, presta Serviços de Enfermagem e Técnico de Enfermagem no Hospital Regional do Litoral – HRL.

Informamos que os serviços têm sido executados de forma satisfatória, cumprindo pontualmente com as obrigações assumidas através do Contrato nº **137/2017** desempenhando as atividades que lhe cabem de forma exemplar, sem quaisquer ocorrências que desabonem sua conduta e atuação pelo período de **20/12/2017 a 19/09/2019**.

#### Objeto do contrato

Serviços de Enfermagem e Técnico de Enfermagem

#### Descrição detalhada dos serviços prestados

Descritivo	Nº Profissionais	Horas/Mês
Técnicos de Enfermagem	106	18.144
Enfermeiros	26	4.536

Por ser verdade, firmamos o presente

Paranaguá, 28 de outubro de 2019.

  
**Giovani de Souza**  
Diretor Geral  
HRL  
Giovani de Souza  
Diretor Geral  
HRL

**Hospital Regional do Litoral**  
Direção Geral

Rua Pres. Getúlio Vargas, 222 – Paranaguá-Paraná | CEP: 83206-020  
Fone: (41) 3420-7400 / 7458 | e-mail: hrl.dg@sesa.pr.gov.br



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 153671202214065294545-12  
Data: 12/02/2021 12:55:46  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALE04736-UCHK;



CNPJ: 06.870-0

**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

  
Váber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular

TJPB









**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, e INEXISTÊNCIA DE RESTRIÇÃO DE FORNECIMENTO**

A Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 76.105.592/0001-78, situada à rua: Carlos Alberto Ribeiro, 21, Centro – Bocaiúva do Sul – Pr, vem por meio deste atestar a pedido e a quem de interesse for, que a empresa ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES, inscrito sobre o CNPJ/MF nº 10.857.726/0001-07, prestou serviços na área de saúde, referente ao contrato nº 08/2023, realizando os seguintes serviços:

- Diretoria técnica
- Ginecologia
- Psiquiatria
- Médico generalista
- Radiologia/diagnóstico

Assim declaramos a inexistência de restrição de fornecimento, e a capacidade técnica da empresa para tais serviços.

Bocaiúva do Sul, 26 de maio de 2023.

Gerson Antonio Agibert Cavassin

Secretário Municipal de Saúde



# **QUALIFICAÇÕES**

## **OSS - ABRADES**

### **DE OUTROS**

### **MUNICÍPIOS**

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
**CNPJ: 10.857.726/0001-07**  
Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
**CNPJ 10.857.726/0003-60**  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 80.240-280



de resposta, ficou estipulado 15 dias após a data de recebimento. O presidente colocou para votação, não havendo nenhuma manifestação contrária foi aprovado o encaminhamento da comissão. Próximo item da pauta é o 4.4 - Análise Plano de Atividades da LBV, o encaminhamento dado pela comissão foi de que por se tratar de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, e a proposta da entidade é que o conselho avalie se essas atividades estão em conformidade com as normativas, sugeriu-se que seja encaminhado para a Divisão de Serviços da Proteção Social Básica que tem função de acompanhar e orientar os trabalhadores do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. O item seguinte da pauta é o 5 - Relatório da Comissão de Acompanhamento do Fundo Municipal: 5.1 - Análise do Demonstrativo Sintético financeiro referente aos recursos federais, exercício 2020. A conselheira Karina, coordenadora da Comissão do FMS, iniciou lembrando que o conselho vem acompanhando, é um documento mais sintético e demonstra todos os recursos por nível de proteção, os IGD's e os recursos que vieram em virtude do Covid. A comissão pode observar que as execuções estão com um nível alto e de forma geral, na comparação com outros demonstrativos foi observada a evolução por parte da FASPG em relação a execução dos recursos, e deliberou pela aprovação do documento. Foi realizada a leitura das resoluções e a conselheira Karina realizou algumas explicações. O presidente colocou para votação, não havendo manifestações contrárias foram aprovadas as seguintes resoluções: Resolução/CMAS/nº 03/2022 (Demonstrativo Sintético Serviços/Programas); Resolução/CMAS/nº 04/2022 (Demonstrativo Sintético PBF) e Resolução/CMAS/nº 05/2022 (Demonstrativo Sintético IGD - SUAS). Próximo item da pauta é o 5.2 - Apresentação do Balanço despesa fonte 1000 (recursos livres), informado que a Fundação encaminhou para a comissão, uma das coisas que foi solicitado na comissão do fundo é em relação a folha de pagamento, que esse recurso não está vinculado ao fundo, e vai ser solicitado ao setor que realiza o envio desse balanço também. O conselheiro Adnanis esclareceu que mais



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 - Cep: 84026-000 Fone/Fax: (41) 30285955 E-mail: cmasspg@bol.com.br Ponta Grossa - PR

do que saber sobre a folha de pagamento, o objetivo principal é saber quanto custa a FASPG para o município, quanto é investido na estrutura da FASPG. Por exemplo no ano passado, quando o conselho aprovou um recurso da PSE para compra de cesta básica, no mês de agosto, foi solicitado o valor que o município gastou com benefício eventual do seu recurso, não do federal, nem do repasse emergencial estadual. O conselho precisa saber quanto custa essa estrutura no geral. O presidente senhor Armando colocou que as atividades "meio", consomem mais que as atividades "fins", por isso a importância de ter conhecimento sobre o orçamento na FASPG, e maior clareza de todos os custos. A conselheira Tatiana pontuou que no balanço encaminhado está separado por ações, dentro do orçamento, e cada ação tem demonstrado o valor empenhado, suplementado e o valor gasto, até tem todas as ações que nas próximas reuniões da comissão podem ser explicadas qual que se refere cada ação, para que os conselheiros tenham maior clareza dos balanços apresentados. Próximo item da pauta é o 5.3 - Análise da proposta de mudança de sala do Conselho, a coordenadora da comissão informou que a gestão enviou via SEI uma proposição de reforma de uma ala da FASPG para ser o novo local de sede do conselho. Na proposição estava a utilização da fonte livre, que é vinculado no orçamento a uma ação para financiamento e cofinanciamento de ações do conselho a parte do IGD do Boleia Família, que é repassado desses pisos para ações do conselho. A comissão não aceitou a utilização dessas verbas para esta finalidade, por entender que não é premissa deste conselho fazer reforma e principalmente foi ratificado pelos conselheiros presentes da comissão, que não se pode utilizar uma verba que tem uma função de gestão e manutenção do conselho, para um fim diferente disso. Posto isso a comissão entendeu que não há possibilidade desta utilização, e foi citado que posteriormente se a fundação for fazer a reforma por conta própria e quiser que o conselho aprecie a possibilidade de mudança para este novo local, poderá ser avaliado pelo conselho. O próximo item da pauta seria a análise da reprogramação dos recursos federais e estaduais do DPSE, contudo a conselheira Karina explicou que chegou com o prazo muito escasso foi acordado de não passar nessa plenária, porque existe a necessidade de se fazer uma apreciação mais minuciosa. Após algumas argumentações dos conselheiros ficou acertado que as diretoras de departamento devem enviar o quanto antes a documentação de reprogramação dos recursos, para que seja trabalhado nessa documentação e posteriormente agendado uma plenária extraordinária para aprovação. O último item da pauta foi sobre a análise do novo Plano de Trabalho apresentado pela ADFPG referente a emenda parlamentar. Foi realizada a reunião de comissão, e em análise ficou compreendido que se deveria chamar a ADFPG para uma reunião, pois existiam algumas dúvidas com relação a aplicação do recurso, a comissão fez alguns apontamentos de extrema importância esclarecer e realizar orientações. Tal reunião já aconteceu e a comissão solicitou que eles representem uma proposta para o conselho, uma vez que a entidade queria executar todo o valor de R\$ 75.000,00 provenientes de Emenda Parlamentar na compra de carnes, porém a comissão entendeu que pensando na qualificação da oferta do serviço em Centro Dia, visto que não foram pactuadas novas metas em relação a esse cofinanciamento, são metas já estabelecidas com o município, foi orientado que a entidade realize uma adequação no plano não apenas compra carnes, mas sim aquisição de gêneros alimentícios em geral. Conselheiro Adnanis informou que ficou conciliado com a entidade que será emitido um Ad Referendum assim que chegar a documentação e fosse dado o aval da comissão e solicitou autorização ao plano para que seja feito o Ad Referendum, porque esse documento já transitou por três vezes. O presidente senhor Armando perguntou se algum conselheiro tem algum questionamento e em não havendo nenhuma manifestação, foi considerado como aprovado o encaminhamento da comissão e a resolução será emitida Ad Referendum do conselho. Esgotados os assuntos da pauta, o presidente Armando Madalosso Vieira encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Esta ata foi transcrita e redigida pela agente administrativa Maria Aparecida da Silva, e revista pela secretária executiva Thais do Prado Dias Verillo, após aprovada segue assinada pelos conselheiros presentes.

Thais do Prado Dias Verillo  
CPF: 042.454.089-44  
Lucília do Rocio Lopes de Andrade  
CPF: 741.811.819-87  
Sandra Regina Wichert Cisco  
CPF: 726.394.589-43  
Tatiana Denise Belo  
CPF: 052.293.819-14



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 - Cep: 84026-000 Fone/Fax: (41) 30285955 E-mail: cmasspg@bol.com.br Ponta Grossa - PR

Monica Mongrue  
CPF: 787.741.959-72  
Karina Terezinha Muehlbauer  
CPF: 039.183.429-05  
Lani Aparecida Viana da Rocha  
CPF: 319.665.009-04  
Deborah Maria Dietrich Lechiu  
CPF: 038.563.399-81  
Laerte Bittencourt Filho  
CPF: 442.362.639-04  
Camila Gomes de Barros  
CPF: 087.935.699-55  
Adrianis Galdino da Silva Junior  
CPF: 026.899.729-21  
Valquíria Verwiebe  
CPF: 024.349.949-38  
Ana Paula Rocha  
CPF: 068.801.389-40  
Ana Paula Almeida Rocha Ohata  
CPF: 006.813.599-86  
Armando Madalosso Vieira  
CPF: 039.123.969-49  
Cleudi Mara Barbosa Martins  
CPF: 004.194.489-50

## Procuradoria Geral do Município - Cadastro Único da Dívida Ativa Municipal EDITAL NOTIFICAÇÃO PARA QUITAÇÃO AMIGÁVEL DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Nos termos do caput do art. 47 do Código Tributário Municipal, ficam os contribuintes e seus sucessores NOTIFICADOS de que, se o crédito tributário não for quitado dentro do prazo de 15 dias a contar da publicação de edital, a dívida será registrada em Cartório de Protesto e cobrada através de processo judicial de Execução Fiscal.

Procuradoria Geral do Município, em 01 de abril de 2022.

SAULO FAVORETTO

Encarregado Técnico do Cadastro Único da Dívida Ativa Municipal

Nº DO CONTRIBUINTE	NOME	PROCESSO
197627	C. FINCK & CIA LTDA	SEI48942/2019
357570	MARIA DE SOUSA FERREIRA	168870/2020
439452	GERALDO EMILIO DE ABRANTES	1681114/2020
827443	JOSE CARLOS SPADILHA	653920/21
121682	MARCOS LOPATIUUK NETO	430403/2020
127022	ECB ENGENHARIA CIVIL LTDA	5772/2021
221349	ECB ENGENHARIA CIVIL LTDA	5772/2021
11535	FRIEIRICH BARBOSA	5772/2021
173735	LUCIANO ALFREDO SIMONATO	5772/2021

## Procuradoria Geral do Município - Cadastro Único da Dívida Ativa Municipal EDITAL NOTIFICAÇÃO PARA QUITAÇÃO AMIGÁVEL DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Nos termos do art. 107-A, § 1º e 2º da Lei Municipal n. 6.857/2001 c/c o caput do art. 272 da Lei Federal n. 13.105/2015, ficam os contribuintes informados de que devem dar ciência expressa e pessoalmente no processo administrativo de seu interesse a seguir relacionado no prazo de 15 dias a contar da publicação, sob pena de ser considerado INTIMADO por meio deste EDITAL, presumindo-se a comunicação, com a continuidade do trâmite do processo.

Procuradoria Geral do Município, em 01 de abril de 2022.

SAULO FAVORETTO

Encarregado Técnico do Cadastro Único da Dívida Ativa Municipal

Nº DO CONTRIBUINTE	NOME	PROCESSO
36647	MARCIO PINHEIRO DANTAS MOTTA	5772/2021



## ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PUBLICAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e vinte e dois (29/03/2022), às treze horas e quinze minutos (13h15), reuniram-se no gabinete do Procurador Geral do Município, os membros titulares da Comissão Municipal de Publicação, outorgada pela Portaria nº 21.405/2022. Após análise documental, considerando os decretos municipais nº19.487 de 05/09/2021 alterado pelo decreto nº19.070 de 19/02/2022, assim como o Edital de Chamamento Público para Qualificação de Organização Social de Saúde (CSS), esta Comissão torna público e DEFERE o pedido de qualificação como Organização Social de Saúde no âmbito do Município de Ponta Grossa-PR:

- Instituto Jurídico para Eleição da Cidadania e Saúde
- Instituto Brasileiro de Saúde, Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento Humano (IBSAUDE)
- Instituto de Apoio à Gestão Pública (IAG)
- Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano (INDSH)
- Instituto de Desenvolvimento, Ensino e Assistência à Saúde (IDEAS)
- Associação Brasileira de Educação e Saúde (ABRADES)
- Instituto Nacional de Ciências e Saúde (INCS)

Do mesmo modo, a Comissão Municipal de Publicação INDEFERE o pedido de Qualificação como Organização Social de Saúde no âmbito do Município de Ponta Grossa-PR:

**Beneficiária Hospitalar de Cêntro Lange, conforme apontamentos:**

- Declaração de inexistência de impedimento para participação no procedimento, nos moldes do ANEXO I, Modelo II.
- Declaração de atendimento ao artigo 7, inciso XXXIII da Constituição Federal, nos moldes do ANEXO I, Modelo III.
- Cópia do último balanço patrimonial e demonstrativos do resultado financeiro do ano anterior.
- Cópia de regulamento próprio, aprovado por maioria de, no mínimo, 2/3 dos membros do Conselho de Administração, contendo procedimento para contratação de obras e serviços, compras e alienação e seleção de pessoal, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública, bem como plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade.
- Comprovar o registro do seu ato constitutivo, dispondo sobre a obrigatoriedade de publicação, no Diário Oficial do Município de Ponta Grossa, do Contrato de Gestão na íntegra, dos relatórios financeiros anuais e do relatório anual de execução do Contrato de Gestão.

**Organização Social Beneficiária de Assistência à Saúde - Organização Mãos Amigas, conforme apontamentos:**

- Comprovar o registro do seu ato constitutivo, dispondo sobre a obrigatoriedade de publicação, no Diário Oficial do Município de Ponta Grossa, do Contrato de Gestão na íntegra, dos relatórios financeiros anuais e do relatório anual de execução do Contrato de Gestão.

**USC Saúde, conforme apontamentos:**

- iv. Previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representante do Poder Público, de membros da comunidade de notória capacidade profissional e idoneidade moral.
- Cópia do último balanço patrimonial e demonstrativos do resultado financeiro do ano anterior.
- Certidão de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal, inclusive a negativa de débito previdenciário.
- Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.
- Comprovar o registro do seu ato constitutivo, dispondo sobre a obrigatoriedade de publicação, no Diário Oficial do Município de Ponta Grossa, do Contrato de Gestão na íntegra, dos relatórios financeiros anuais e do relatório anual de execução do Contrato de Gestão.

**Instituto Mãos Amigas, conforme apontamentos:**

- iv. Previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representante do Poder Público, de membros da comunidade de notória capacidade profissional e idoneidade moral.
- Cópia de regulamento próprio, aprovado por maioria de, no mínimo, 2/3 dos membros do Conselho de Administração, contendo procedimento para contratação de obras e serviços, compras e alienação e seleção de pessoal, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública, bem como plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade.

**Associação Hospitalar Beneficiária de Ponta Grossa, conforme apontamentos:**

- Comprovar o registro do seu ato constitutivo, dispondo sobre a obrigatoriedade de publicação, no Diário Oficial do Município de Ponta Grossa, do Contrato de Gestão na íntegra, dos relatórios financeiros anuais e do relatório anual de execução do Contrato de Gestão.

**Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, conforme apontamentos:**

- iii. Entidade, como órgão de deliberação e de direção superior, um Conselho de Administração e, como órgão de direção, uma Diretoria, sendo assegurado ao órgão de deliberação e de direção superior atribuições normativas e de controle básico, previstas neste Decreto.
- iv. Previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representante do Poder Público, de membros da comunidade de notória capacidade profissional e idoneidade moral.
- Cópia de regulamento próprio, aprovado por maioria de, no mínimo, 2/3 dos membros do Conselho de Administração, contendo procedimento para contratação de obras e serviços, compras e alienação e seleção de pessoal, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública, bem como plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade.
- Comprovação de atuação anterior na área de gestão em serviços de saúde por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registradas nas entidades profissionais competentes, que comprovem a experiência prévia na realização, com eficácia, dos serviços de saúde pelo Município, bem como possuirem instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos e para o cumprimento das metas estabelecidas sem adições sobre a contratação para qualificação.
- Comprovar o registro do seu ato constitutivo, dispondo sobre a obrigatoriedade de publicação, no Diário Oficial do Município de Ponta Grossa, do Contrato de Gestão na íntegra, dos relatórios financeiros anuais e do relatório anual de execução do Contrato de Gestão.

**Instituto Diva Alves do Brasil - IDAB, conforme apontamentos:**

- Comprovar o registro do seu ato constitutivo, dispondo sobre a obrigatoriedade de publicação, no Diário Oficial do Município de Ponta Grossa, do Contrato de Gestão na íntegra, dos relatórios financeiros anuais e do relatório anual de execução do Contrato de Gestão.

**Instituto Nacional de Pesquisa e Gestão em Saúde - INSAPE, conforme apontamentos:**

- Falta de comprovação de regularidade, a associação tem apenas dois membros o que, em princípio, parece não atender os requisitos de estatuto, conselho fiscal e conselho de administração. Além disso, existem ações de improbidade administrativa sem informações sobre o conteúdo destas.

**Instituto Vida e Saúde - INVS, conforme apontamentos:**

- iv. Previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representante do Poder Público, de membros da comunidade de notória capacidade profissional e idoneidade moral.
- Cópia do estatuto social atualizado e devidamente registrado.

**Hospital Maternal Gandhi, conforme apontamentos:**

- Comprovar o registro do seu ato constitutivo, dispondo sobre a obrigatoriedade de publicação, no Diário Oficial do Município de Ponta Grossa, do Contrato de Gestão na íntegra, dos relatórios financeiros anuais e do relatório anual de execução do Contrato de Gestão.



# Prefeitura Municipal de Jacupiranga

----- ESTADO DE SÃO PAULO -----

CNPJ/MF 46.582.185/0001-90 - Insc. Estadual Isenta - www.jacupiranga.sp.gov.br - Fone (13)3864.6400  
Av. Hilda Mohring de Macedo, 777, Vila Elias, CEP 11940-000 - Jacupiranga / SP.

**DECRETO Nº 1795, DE 04 DE SETEMBRO DE 2019.**

**“DISPÕE SOBRE QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JACUPIRANGA, PARA A ÁREA DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**DÉBORA CRISTINA VOLPINI ANDRÉ**, Prefeita do Município de Jacupiranga, do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais; e

**CONSIDERANDO** os termos da Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e que tal legislação determina que o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos ali previstos (artigo 1º);

**CONSIDERANDO** que essa mesma legislação estende no âmbito da União os efeitos de seus artigos 11 e 12, § 3º, para as entidades qualificadas como organizações sociais pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, quando houver reciprocidade e desde que a legislação local não contrarie os preceitos daquela Lei e a legislação específica de âmbito federal;

**CONSIDERANDO** as disposições da Lei Municipal nº 957, de 23/05/2009, regulamentado pelo Decreto nº 1.779, de 10/06/2019, que determina os requisitos para a qualificação de entidades sem fins lucrativos como organizações sociais desde que desenvolvam atividades não exclusivas do Poder Público nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, planejamento urbano, proteção e preservação do meio ambiente, cultura, esporte e saúde;

## DECRETA

**Art. 1º - Ficam qualificadas no âmbito do Município de Jacupiranga, como Organização Social na área da Saúde, as Entidades abaixo relacionadas, a saber:**

- AHRB – ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DO BRASIL, CNPJ Nº 06.087.219/0001-56;
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA E GESTÃO EM SAÚDE - INSAUDE, CNPJ Nº 44.563.716/0001-72;
- INSTITUTO SOCIAL MEDLIFE, CNPJ Nº 07.168.874/0001-00;
- INCS – INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIA DA SAUDE, CNPJ Nº 09.268.215/0001-6;
- FENIX DO BRASIL SAUDE- GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLITICAS PUBLICAS DE SAUDE, CNPJ Nº 64.029.101/0001-78;
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAUDE - ABRADES, CNPJ Nº 10.857.726/0001-07;
- BENEFICENCIA HOSPITALAR DE CESARIO LANGE, BHCL, CNPJ Nº 50.351.626/0001-10; e
- SOCIEDADE BENEFICENTE CAMINHO DE DAMASCO – SBCE, CNPJ Nº 48.211.585/0001-15;



# Prefeitura Municipal de Jacupiranga

----- ESTADO DE SÃO PAULO -----

CNPJ/MF 46.582.185/0001-90 - Insc. Estadual Isenta - [www.jacupiranga.sp.gov.br](http://www.jacupiranga.sp.gov.br) - Fone (13)3864.6400  
Av. Hilda Mohring de Macedo, 777, Vila Elias, CEP 11940-000 - Jacupiranga / SP

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto, correrão por conta de verbas orçamentárias próprias.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacupiranga, 04 de Setembro de 2019.

  
**DÉBORA CRISTINA VOLPINI ANDRÉ**  
*Prefeita Municipal*

Registrado e Publicado na data supra

  
**ANGELO ROSA VIEIRA**  
*Diretor do Depto. De Administração*

  
**GIULIANO NORBERTO FOGACA**  
*Procurador Jurídico*

✓







3.5. A entidade terá o prazo de 5 ( cinco ) dias a contar da data de publicação do indeferimento para apresentar recurso junto a Comissão Municipal de Publicização.

3.6. Cumpridas as formalidades legais e preenchidos os requisitos, a qualificação se dará por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

#### IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. O prazo de validade do reconhecimento da entidade privada, como organização social no município, será de 12 ( doze ) meses a contar da data de publicação do Decreto, ficando a entidade interessada em renová-lo, obrigada a apresentar novo Requerimento, 30 ( trinta ) dias anteriores ao seu vencimento.

4.2. Qualquer alteração de finalidade ou de regime de funcionamento da entidade que implique mudanças nas condições que instruíram sua qualificação deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Saúde, acompanhada das justificativas e documentos pertinentes, sob pena de cancelamento da qualificação.

4.3. Quaisquer pontos omissos ou dúvidas do presente instrumento de Chamamento Público, serão dirimidos pela Comissão Municipal de Publicização, nos termos da legislação vigente à matéria.

Bertiooga, 29 de Junho de 2018.

**Cristina Raffa Volpi**

Departamento de Licitações e Compras –  
Diretora

#### ANEXO ÚNICO

##### ( MODELO DE REQUERIMENTO )

Chamada Pública nº 02/2018 - RETIFICADO

A  
Comissão Municipal de Publicização (Decreto Municipal nº 2671/2017 e suas alterações)

( nome da entidade ) \_\_\_\_\_  
pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no \_\_\_\_\_

inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_  
neste ato representada pelo seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_

( qualificação do representante legal ), vem respeitosamente requerer sua qualificação como organização social, na área da saúde, com fundamento na Lei Federal nº 9637/98 e Leis Municipais nº 855/09 e nº 863/09, juntando para tanto toda a documentação necessária.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

( Local e Data )

( Nome e Assinatura do Representante Legal )

Nota: a documentação necessária deverá, preferencialmente, ser apresentada na ordem prevista no Item II ( DA QUALIFICAÇÃO ), com todas as folhas rubricadas e numeradas no canto superior direito, no sistema "98/99", sendo que os dois primeiros dígitos identificarão o número da folha e os dois últimos a quantidade

de folhas existentes.

#### AVISO DE EDITAL

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2017  
RETIFICADO**  
**Processo Administrativo nº 8.900/2017**  
**SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE PARA CEEB/CAO DE CONTRATO DE GESTÃO QUE TRATARÁ DO FÓRUM GERENCIAMENTO OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES ASSISTENCIAIS E SERVIÇOS DE SAÚDE DO HOSPITAL MUNICIPAL DE BERTIOGA, PRONTO ATENDIMENTO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO (SAUDE) E SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU)**

A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BERTIOGA – ESTÂNCIA BALNEÁRIA, com a aprovação do Conselho Municipal de Saúde torna público que realizará PROCESSO DE SELEÇÃO, do tipo TÉCNICA e PREÇO, objetivando a celebração de CONTRATO DE GESTÃO com entidade qualificada como ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE, com fundamento na Lei Federal 9.637/98 e Lei Municipal 855/09, alterada pela Lei Municipal 863/09, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA DE SAÚDE no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Aplica-se, no que couber, ao presente EDITAL, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde

Tipo: Técnica e Preço

Data limite para recebimento da manifestação de interesse (§ 3º, inciso II do artigo 7º, da Lei Municipal 855/09: 01/08/2018, das 09h00 até às 16:30, na Diretoria de Licitação e Compras, localizada no Paço Municipal, sito à Rua Luiz Pereira de Campos 901 – Centro – Bertiooga, conforme modelo constante no ANEXO XI.

Dia, hora e local de abertura dos envelopes: dia 17/08/2018 às 10 horas, na Diretoria de Licitação e Compras, localizada no Paço Municipal, sito à Rua Luiz Pereira de Campos 901 – Centro – Bertiooga/SP.

É recomendada a realização de vistoria técnica. O Edital completo, incluindo seus anexos poderá ser consultado na Diretoria de Licitação e Compras, localizada no Paço Municipal, sito à Rua Luiz Pereira de Campos 901 – Centro – Bertiooga/SP e ou retirado pessoalmente, no horário das 09h00min 11h30min e das 13h30min 16h00min, de segunda à sexta-feira, ou ainda pelo site [www.bertiooga.sp.gov.br](http://www.bertiooga.sp.gov.br).

Bertiooga, 28 de junho de 2018.  
**SIMONE ARAUJO DE OLIVEIRA PAPAIZ**  
Presidente da Comissão Especial de Seleção

ATA DA REUNIÃO  
PROCESSO Nº 4149/2018

Qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações sociais cujas atividades sejam relacionadas com a área de saúde no âmbito do Município de Bertiooga

Aos vinte e oito dias do mês de junho de 2018, às 14:00 horas, na sala da Procuradoria Geral do Município, reuniu-se a Comissão de Publicização, aberta por sua Presidente Dra. Maria Marlene Machado e pelos membros presentes, Dr. Jurandyr José Teixeira das Neves, Sr. Paulo Braga de Oliveira, Sr. Roberto Cassiano Guedes, Dr. Roberto Esteves Martins Novaes, Sr. Luiz Alcino Pereira de Carvalho, para análise dos documentos anexados e conclusão dos trabalhos, onde foi juntada a documentação das organizações sociais de saúde que requereram a sua qualificação no Município de Bertiooga, de acordo com os requisitos da Chamada Pública nº 02/2018, Lei Municipal nº 855/2009, alterada pela Lei Municipal nº 863/09.

A Comissão de Publicização após análise dos documentos apresentados pelas interessadas, concluiu o que segue:

#### REQUERIMENTOS DEFERIDOS nos termos da Lei

Processo Administrativo nº 4.817/2018 – Requerente INSTITUTO CASA BRASIL, inscrito sob CNPJ nº 05.109.990/0001-14;

Processo Administrativo nº 4.833/2018 – Requerente ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES, inscrito sob CNPJ nº 10.857.726/0001-07;

Processo Administrativo nº 4.820/2018 – Requerente INSTITUTO DE ATENÇÃO BÁSICA E AVANÇADA À SAÚDE – IABAS, inscrito sob CNPJ nº 09.652.823/0001-76.

REQUERIMENTOS INDEFERIDOS, pelos motivos legais:

Processo Administrativo nº 4.746/2018 – Requerente INSTITUTO DE GESTÃO APLICADA SANITAS ET EDUCARE – IGASE, inscrito sob CNPJ nº 09.058.478/0001-47

Termo II - da Qualificação

Alínea F, o estatuto não prevê a obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União os relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão.

Processo Administrativo nº 4.818/2018 – Requerente AGÊNCIA REGIONAL DE GESTÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL - ARGOS, inscrito sob CNPJ nº 11.616.685/0001-11

Termo II - da Qualificação

Alínea F, o estatuto não prevê a obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União os relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão.

Processo Administrativo nº 4.819/2018 – Requerente INSTITUTO J.AUGUSTO, inscrito sob CNPJ nº 07.771.646/0001-11

Termo II - da Qualificação

Item 2.2., não apresentou declaração do Presidente da entidade ou representante legal informando que nenhum membro da diretoria é servidor público ou exerce cargo em comissão na administração municipal direta e/ou de Bertiooga. Processo Administrativo nº 5.112/2018 – Requerente INSTITUTO SOCIAL RESGATE



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 153671603216979053052-1  
Data: 16/03/2021 09:59:24  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALG33101-9032;



**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-3404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>

Valdir Azevedo de M. Cavalcanti  
TJ/PB





À VIDA - ISSRV, inscrito sob CNPJ nº 07.900.613/0001-24

Termo II - da Qualificação

Ausência de composição do Conselho de Administração em ATA apresentada do atual conselho de administração.

Alínea F, o estatuto não prevê a obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União os relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão.

Item 2.2., não apresentou declaração do Presidente da entidade ou representante legal informando que nenhum membro da diretoria é servidor público ou exerce cargo em comissão na administração municipal direta e/ou de Bertiooga. Processo Administrativo nº 5.113/2018 – Requerente INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE SÃO LUCAS, inscrito sob CNPJ nº 96.295.654/0001-69.

Termo II - da Qualificação

Ausência de composição do Conselho de Administração em ATA apresentada do atual conselho de administração.

Alínea F, o estatuto não prevê a obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União os relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão.

Item 2.2., não apresentou declaração do Presidente da entidade ou representante legal informando que nenhum membro da diretoria é servidor público ou exerce cargo em comissão na administração municipal direta e/ou de Bertiooga. Processo Administrativo nº 5.250/2018 – Requerente INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE GESTÃO, TECNOLOGIA E PESQUISA EM SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL - IDGT, inscrito sob CNPJ nº 67.642.496/0001-78

Termo II - da Qualificação

Alínea F, o estatuto não prevê a obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União os relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão.

Item 2.2., não apresentou declaração do Presidente da entidade ou representante legal informando que nenhum membro da diretoria é servidor público ou exerce cargo em comissão na administração municipal direta e/ou de Bertiooga. Processo Administrativo nº 5.252/2018 – Requerente SANAR - CENTRO DE ESTUDOS DE GESTÃO PÚBLICA, inscrito sob CNPJ nº 05.855.007/0001-09.

Termo II – DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Ausência de composição do Conselho de Administração em ATA apresentada do atual conselho de administração.

Processo Administrativo nº 5.253/2018 – Requerente ANAESP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO AO ENSINO, SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO, inscrita sob CNPJ nº 02.954.994/0001-00.

Termo II - da Qualificação

Alíneas "a" e "b" da COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;

Item 2.2., não apresentou declaração do Presidente da entidade ou representante legal informando que nenhum membro da diretoria é servidor público ou exerce cargo em comissão na

administração municipal direta e/ou de Bertiooga. ##TEX Processo Administrativo nº 5.254/2018 – Requerente IAGES- INSTITUTO DE APOIO E GESTÃO À SAÚDE, inscrito sob CNPJ nº 18.593.381/0001-25.

Termo II - da Qualificação

Ausência de composição do Conselho de Administração em ATA apresentada do atual conselho de administração.

Alínea F, o estatuto não prevê a obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União os relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão.

Item 2.2., não apresentou declaração do Presidente da entidade ou representante legal informando que nenhum membro da diretoria é servidor público ou exerce cargo em comissão na administração municipal direta e/ou de Bertiooga. Desta forma, ficam NOTIFICADAS as entidades, nos termos acima, facultando-lhe a interposição de recurso no prazo de 05(cinco) dias a partir da publicação no BOM – Boletim Oficial do Município para apresentar recurso junto à Comissão Municipal de Publicização.

Bertiooga, 28 de junho de 2018.

Maria Marlene Machado

Presidente da Comissão de Publicização

**AVISO DE EDITAL  
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018 –  
REABERTURA  
Processo nº 1970/2018**

Objeto: Contratação de empresa especializada para reforma de edificação do Departamento de Trânsito e Transporte para implantação do Centro de Monitoramento e salas adicionais, no Município de Bertiooga.

Data da entrega dos envelopes: 18 de julho de 2018 até as 09H30

Data de abertura: 18 de julho de 2018 às 10H00  
Local: Prefeitura do Município de Bertiooga – Diretoria de Licitação e Compras no Paço Municipal, sito à Rua Luiz Pereira de Campos, 901 – Centro – Bertiooga.

A Prefeitura do Município de Bertiooga torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preço, com critério de julgamento de menor preço global.

Valor total para a retirada do Edital: R\$ 20,00 (vinte reais).

Local e horário para pagamento da taxa consulta e retirada do edital: Rua Luiz Pereira de Campos, 901 Centro Bertiooga, junto à Diretoria de Licitação e Compras – das 09h00m às 11h30m e das 13h30m às 15h30m. O Edital estará disponível, no endereço acima e através do site [www.bertiooga.sp.gov.br](http://www.bertiooga.sp.gov.br), a partir de 03 de julho de 2018.

Bertiooga, 29 de junho de 2018.

**CRISTINA RAFFA VOLPI**  
Diretora de Licitação e Compras

**AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2018  
Processo nº 3611/2018**

Objeto: Aquisição de medicamentos para atender as demandas do Hospital Municipal e UPA, conforme solicitado pela Secretaria de Saúde. Em decorrência do calendário dos jogos da Copa do Mundo, a Diretoria de Licitação e Compras comunica os interessados que a data da entrega dos envelopes e abertura dos envelopes, fica adiada para o dia 12 de julho de 2018 às 09h30 a entrega dos envelopes e para dia 12 de julho de 2018 às 10h00, a abertura dos envelopes, que se realizará na Diretoria de Licitações e Compras, sito a Rua Luiz Pereira de Campos, 901 Centro Bertiooga

Bertiooga, 29 de junho de 2018.  
**CRISTINA RAFFA VOLPI**  
Diretora de Licitação e Compras

**AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2018  
Processo nº 1404/2018**

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de contraceptivo de longa duração, conforme solicitação da Secretaria de Saúde. Em decorrência do calendário dos jogos da Copa do Mundo, a Diretoria de Licitação e Compras comunica os interessados que a data da entrega dos envelopes e abertura dos envelopes, fica adiada para o dia 12 de julho de 2018 às 13h30 a entrega dos envelopes e para dia 12 de julho de 2018 às 14h00, a abertura dos envelopes, que se realizará na Diretoria de Licitações e Compras, sito a Rua Luiz Pereira de Campos, 901 Centro Bertiooga

Bertiooga, 29 de junho de 2018.  
**CRISTINA RAFFA VOLPI**  
Diretora de Licitação e Compras

**AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2018  
Processo nº 2717/2018**

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos psicotrópicos, conforme solicitação da Secretaria de Saúde. Em decorrência do calendário dos jogos da Copa do Mundo, a Diretoria de Licitação e Compras comunica os interessados que a data da entrega dos envelopes e abertura dos envelopes, fica adiada para o dia 16 de julho de 2018 às 09h30 a entrega dos envelopes e para dia 16 de julho de 2018 às 10h00, a abertura dos envelopes, que se realizará na Diretoria de Licitações e Compras, sito a Rua Luiz Pereira de Campos, 901 Centro Bertiooga

Bertiooga, 29 de junho de 2018.  
**CRISTINA RAFFA VOLPI**  
Diretora de Licitação e Compras





**CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO Nº 002/2018**

O MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA, inscrito no CNPJ 17.912.023/0001-75, com sede a Praça Antônio Megale, nº 86 – Centro, na cidade de Borda da Mata/MG, CEP: 37.564-000, por intermédio de sua Secretária Municipal de Saúde, Sra. Rosaly Esther Vilas Boas Mattozo, **CERTIFICA** que a Pessoa Jurídica de Direito Privado, Sem Fins Lucrativos, abaixo relacionada, encontra-se devidamente qualificada como Organização Social de Saúde – OSS para o **Processo Licitatório 294/2018** e está **HABILITADA** para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços de saúde no âmbito do município de Borda da Mata/MG.

<b>Razão Social</b>	Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES
<b>Nome Fantasia</b>	ABRADES
<b>CNPJ</b>	10.857.726/0001-07
<b>Endereço</b>	Avenida Paranapanema, nº 1343 – Sala 03 – Sumarezinho – Ribeirão Preto/SP – CEP: 14.051-290
<b>Responsável</b>	Emerson Tadeu Gonçalves Rici
<b>RG</b>	25.456.137-8 SSP/SP
<b>CPF</b>	136.754.338-03

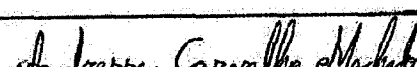
Borda da Mata/MG, 30 de outubro de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
Rosaly Esther Vilas Boas Mattozo  
Secretária Municipal de Saúde

CERTIFICO, para os devidos fins que este documento foi publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Borda da Mata, em conformidade com o Art. 88, VII, c/c art. 3º da EM 08/09 da Lei Orgânica do Município de Borda da Mata.

O referido é verdade e dou fé.

Borda da Mata, 30 / 10 / 2018

Nome:   
\_\_\_\_\_  
Andressa Carvalho Machado

que entre si fazem o MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA ALÉGRIA, representado pelo Prefeito Municipal SR JOÃO BATISTA MATEUS DE LIMA e a empresa COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICAL, representada por seu sócio proprietário SR AIRTO ARCHANGELO JUNIOR, tem entre si partes e avenças o presente termo de promulgação de prazo ao referido contrato primitivo, mediante cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Considerando a cláusula 3.10 do contrato primitivo, oriundo do processo de licitação nº 027/17, modalidade pregão presencial nº 003/17, fica aditado a importância de R\$ 83.335,57 (oitenta e três mil e trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), nos termos do artigo 65 § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações e o IPCA - Serviços de Saúde (BGCE) em maio de 2019, que juntamente com o valor anterior de R\$ 1.012.582,80 (um milhão e doze mil e quinhentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos), o contrato passa a vigorar com o valor total de R\$ 1.095.918,37 (um milhão e noventa e cinco mil e novecentos e dezoito reais e trinta e sete centavos), para o período de 12 meses, contados a partir da presente data.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Ficam preservadas na integralidade as demais cláusulas do contrato primitivo não modificadas ou não conflitantes com as demais circunstâncias desse instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Fica eleito o foro da Comarca de Anápolis, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas originárias do presente ajuste.

E, por estarem as partes firmes justas e avençadas, assina o presente instrumento em duas vias para um só efeito.

JOÃO BATISTA MATEUS DE LIMA - Prefeito Municipal  
COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICAL  
Airto Archangeolo Junior  
TESTEMUNHAS:  
NOME NOME:  
RG: RG:  
Adm. 2017 - 2020

Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria  
TERMO ADITIVO Nº 005/19 AO CONTRATO Nº 030/17  
TERMO DE REAJUSTE DE VALOR DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA ALÉGRIA E A EMPRESA INSSP - INSTITUTO INNOVARE GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA, COMO A SEGUIR SE DESCREVE:

As 29 (vinte e nove) dias dos meses de junho de 2019, na cidade de Santo Antônio da Alegria, as partes, devidamente qualificadas no termo primitivo para prestação de serviços médicos, em caráter complementar aos Serviços Municipais de Saúde,

que entre si fazem o MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA ALÉGRIA, representado pelo Prefeito Municipal SR JOÃO BATISTA MATEUS DE LIMA e a empresa INSSP - INSTITUTO INNOVARE GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA, representada por seu sócio proprietário SR GERALDO CESAR DO ROSÁRIO, tem entre si partes e avenças o presente termo de reajuste de valor ao referido contrato primitivo, mediante cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Considerando a cláusula 3.10 do contrato primitivo, oriundo do processo de licitação nº 027/17, modalidade pregão presencial nº 003/17, fica aditado a importância de R\$ 27.839,26 (vinte e sete mil e oitocentos e trinta e nove reais e vinte e seis centavos), nos termos do artigo 65 § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações e o IPCA - Serviços de Saúde (BGCE) em maio de 2019, que juntamente com o valor anterior de R\$ 338.265,60 (trezentos e trinta e oito mil e duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos), o contrato passa a vigorar com o valor total de R\$ 366.104,86 (trezentos e sessenta e seis mil e cento e quarenta reais e oitenta e seis centavos), para o período de 12 meses, contados a partir da presente data.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Ficam preservadas na integralidade as demais cláusulas do contrato primitivo não modificadas ou não conflitantes com as demais circunstâncias desse instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Fica eleito o foro da Comarca de Anápolis, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas originárias do presente ajuste.

E, por estarem as partes firmes justas e avençadas, assina o presente instrumento em duas vias para um só efeito.

JOÃO BATISTA MATEUS DE LIMA - Prefeito Municipal  
INSSP - INSTITUTO INNOVARE GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA  
Geraldo Cesar do Rosário  
TESTEMUNHAS:  
NOME NOME:  
RG: RG:  
Adm. 2017 - 2020

Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria  
ANEXO XIII  
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/19

**OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a "REFERENTE À COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO GRUPO A, B E DO MUNICÍPIO", entregue de acordo com o Edital.

**DATA DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:**

01- PROPOSTA e 02- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO

15/07/2019

AS 09:00 HORAS. CREDENCIAMENTO

AS 14:00 HORAS - PROPOSTA

Local: Avenida Antônio Mafra, 1004, Centro, Santo Antônio da Alegria - Prefeitura Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA ALÉGRIA, através de seu Prefeito Municipal, torna público que, no dia, horário e local acima estabelecido, fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, com critério de julgamento de menor preço por item;

Fica designado como pregoeiro no processo licitatório pela modalidade PREGÃO, em obediência ao Decreto nº 167/2018, o Pregoeiro Sr. JOSÉ AUGUSTO ALCEBIM, tendo como comissão de apoio os seguintes membros: ALEXANDRA APARECIDA DE SOUZA, LAIS DA SILVA FAUSTINO e LAILA OLIVEIRA DE LIMA designados pelo Decreto nº 167/2018.

\* Valor da taxa para retirada do Edital: R\$ 30,00 (trinta reais).

\* Local e horário para retirada do Edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria - Avenida Antônio Mafra, 1004, Centro, das 08:00 horas às 17:00 horas (mediante apresentação do recibo de pagamento da taxa), ou, alternativamente, na íntegra, através do site: [www.santantoniodaalegria.sp.gov.br](http://www.santantoniodaalegria.sp.gov.br).

Santo Antônio da Alegria, 02 de Julho de 2019.

JOÃO BATISTA MATEUS DE LIMA  
Prefeito Municipal

**SANTOS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

ATOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES III - COM III

AVISO DE EDITAL

A Comissão supramencionada, situada na Rua D. Pedro II, nº 25, 4º andar, Centro - Santos/SP, CEP 11.010-080, comunica que, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, está procedendo à seguinte licitação:

**LEILÃO Nº 001/2019 - tipo maior lance**

**PROCESSO Nº 260637/2018-10**

**OBJETO:** Alienação por quilo de suco de maça, de bens considerados insuscetíveis e que não apresentam condições de uso ou recuperação.

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESPSP

**DATA DE ABERTURA E INÍCIO DO LEILÃO:** 23/07/2019 às 10h, no local supramencionado.

**DATA DA VISTORIA OBRIGATORIA:** A visita para conhecimento dos bens a serem leiloados ocorrerá conforme o disposto no item 6.5 do edital.

O respectivo Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, no horário das 8h às 18h30 e das 14h às 16h30, para consulta ou retirada ao custo de R\$ 10,00 (dez) reais.

Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (13) 3201-5009, no horário das 08h às 11h30 e das 14h às 17h30

Santos, 02 de julho de 2019.

DENISE CAUCHO BOMINI - PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES III - COM III

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

ATOS DA COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14.042/2019 (COM COTA DE AMPLA PARTICIPAÇÃO E COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS)

Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Gestão, o Pregão Eletrônico nº 14.042/2019 - Processo nº 31328/2019-98, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de cota granulada estabilizada, a ser utilizado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos

Considerando a aprovação das atas das Unidades Municipais de Educação da Secretaria Municipal de Educação, nas Unidades Básicas de Saúde e Prontos-Socorros da Secretaria Municipal de Saúde, nas unidades da Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Cultura, nos diversos pontos de venda e lojas públicas da Zona Leste, Zona Noroeste, Moiras, Zona Intermediária e Área Continental do Município, conforme descrição constante no Anexo I - Termo de Referência, do Edital. O encerramento do recebimento das propostas dar-se-á em 17/07/2019, às 8h30 e a disputa de lances ocorrerá em 17/07/2019 às 10h30.

O edital, na íntegra, encontra-se disponível a partir de 03/07/2019, no endereço eletrônico [www.santos.sp.gov.br](http://www.santos.sp.gov.br), através do aplicativo "Licitações-e".

Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone (13) 3201-5094 ou e-mail: [comilic@ Santos.sp.gov.br](mailto:comilic@ Santos.sp.gov.br).

Santos, 02 de julho de 2019.

ELIANA OLIVEIRA AMORIM - COORDENADORA DE LICITAÇÕES - COIC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

ATOS DA COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16.066/2019 (COM COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP)

Acha-se aberto na Secretaria Municipal de Gestão, o Pregão Eletrônico nº 16.066/2019 - Processo nº 30.942/2019-06, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando ao fornecimento de fitas de Backup dos servidores do DATACENTER, para o Departamento da Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - DETIC, da Secretaria Municipal de Gestão-SEGES, conforme descrição constante no Anexo I - Termo de Referência, do Edital. O encerramento do recebimento das propostas dar-se-á em 18/07/2019, às 09h e a disputa de lances ocorrerá em 18/07/2019, às 10h.

O edital, na íntegra, encontra-se disponível a partir de 03/07/2019, no endereço eletrônico [www.santos.sp.gov.br](http://www.santos.sp.gov.br), através do aplicativo "Licitações-e".

Para qualquer esclarecimento, entrar em contato: telefone (13) 3201-5011 / 3201-5741 ou e-mail: [comilic@ Santos.sp.gov.br](mailto:comilic@ Santos.sp.gov.br).

Santos, 02 de julho de 2019.

ELIANA OLIVEIRA AMORIM - COORDENADORA DE LICITAÇÕES - COIC

**SÃO BENTO DO SAPUCAÍ**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SAPUCAÍ**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE. PARTES: O Município de São Bento do Sapucaí e a Consignet Sistemas Ltda.

**OBJETO:** A concessão da licença de uso e a atualização de novas funcionalidades do Software CONSIGNET pela Consignet Sistemas Ltda, registrada no CNPJ sob o nº 23.112.748/0001-81, no Município de São Bento do Sapucaí, com o objetivo de permitir que entidades conveniadas e os próprios órgãos comerciais realizem concessões de descontos e outras operações em folha de pagamento por meio da internet. PRAZO: Inicia-se a partir do dia da assinatura e possui prazo de 5 (cinco) anos, a contar a partir da data da efetiva implantação do CONSIGNET. DATA DE ASSINATURA: 24 de junho de 2019. FORO: Comarca de São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo.

**SÃO BERNARDO DO CAMPO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**

PREGÕES ELETRÔNICOS

PE.272/2019 - PEC.01182/2019 - CADEIRAS GIRATÓRIAS - Abertura do Pregão: 18/07/2019 às 09:00 horas

PE.273/2019 - PEC.01211/2019 - PORTA CRACHA - Abertura do Pregão: 18/07/2019 às 14:30 horas.

PE.274/2019 - PEC.01312/2019 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AGUA DESTILADA - Abertura do Pregão: 18/07/2019 às 09:00 horas.

01) Editais: encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 - "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site [www.compras.saobernardo.sp.gov.br](http://www.compras.saobernardo.sp.gov.br)

**SÃO CAETANO DO SUL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL**

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2019

PROCESSO DE COMPRAS Nº 605/2019

Encontra-se aberto na Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, a Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 22/2019 (menor preço global), destinado a aquisição dos direitos de uso de softwares de propriedade da empresa Micro-soft Corporation, OVS-ES Open - Value Subscription for Education Solution, a ser utilizados nos equipamentos atendidos ou de propriedade da USCS, incluindo as seguintes atualizações durante o período contratado de 12 meses. O edital, anexos e demais informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço eletrônico <http://licitacao.uscs.edu.br/revizao> ou retirar na Seção de Compras da USCS sito à Rua Marcelo nº 177 - Bairro Ratoeira, São Caetano do Sul - SP ao custo de R\$ 5,00 (cinco reais) referente à extração de cópias. Data da abertura: 18 de julho de 2019 às 9h, na Sala de Pregões do endereço acima.

São Caetano do Sul, 02 de julho de 2019.

Prof. Ms. Paulo Sérgio Lopes Ruiz - Pró-Reitor Administrativo e Financeiro

## SÃO JOÃO DA BOA VISTA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

CHAMAMENTO PÚBLICO 008/19

RESULTADO DA ANÁLISE DA ATA DO PLANO DE TRABALHO A Comissão de Seleção do Departamento de Esportes e de Lazer aprovou o plano de trabalho apresentado pela LIGA SANJOANENSE DE ESPORTES.

GUILHERME HENRIQUE DA COSTA ALCANTARA, Presidente da Comissão Especial de Seleção

São João da Boa Vista, 02 de julho de 2019.

RATIFICAÇÃO

Vanderlei Borges de Carvalho, Prefeito Municipal de São João da Boa Vista, no uso de suas atribuições legais, RATIFICA:

Processo Administrativo nº 8745/19

Contratante: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista

Contratada: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA

Objeto: Aquisição de Insumos para diabéticos para atendimento a ações judiciais.

Valor: R\$ 43.801,56

Fundamento Legal: Artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Data: 02 de julho de 2019.

Vanderlei Borges de Carvalho - Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA CO Nº 003/19

Considerando a aprovação das atas das Unidades Municipais do Departamento de Gestão e Planejamento Urbano, fica homologado o julgamento da Comissão Municipal de Licitações e adjudicado o objeto da Concorrência nº 003/19.

São João da Boa Vista, 02/07/2019.

Vanderlei Borges de Carvalho - Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/19

Fica HOMOLOGADO o resultado do Chamamento supra.

São João da Boa Vista, 02/07/2019.

Vanderlei Borges de Carvalho - Prefeito Municipal

Diante da impossibilidade na entrega da Notificação nº 023/19, a Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, torna público o DEFERIMENTO PARCIAL do recurso protocolado pela empresa SHEKINARI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP, ficando mantido o AUTO DE IMPOSIÇÃO DE MULTA nº 023/19. A multa aplicada, calculada à razão de 20%, prevista na cláusula X, item 1.0.1.2, "b" do Contrato nº 063/18, perfaz o valor de R\$ 18.082,40 (dezoito mil, oitenta e dois reais e quarenta centavos), e o seu vencimento será de 15 (quinze) dias, a contar da publicação.

São João da Boa Vista, 02 de julho de 2019.

RESULTADO DO PP 017/19

Considerando aprovação do sistema pela área técnica, a Pref. M. de São João da Boa Vista torna público a adjudicação do certame supra.

CECAM - CONSULTORIA ECONÔMICA, CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA MUNICIPAL LTDA, vencedora do item 001 pelo valor mensal de R\$ 45.700,00.

Fica estabelecido o prazo de 3 (três) dias úteis para a interposição de recursos.

São João da Boa Vista, 02/07/2019.

HELOISA HELENA DA SILVA NASSAR - Pregoeira

RESULTADO DO PP 046/19

A Pref. M. de São João da Boa Vista torna público a adjudicação do certame supra.

NILZA FRANCO CAMPOS - ME, vencedora do item 018 pelo valor unitário de R\$ 1.400,00.

Os itens 001 a 017 foram desertos.

São João da Boa Vista, 02/07/2019.

REINATA SOARES ALEIXO DE CARVALHO - Pregoeira

CHAMAMENTO PÚBLICO 008/19

PARECER DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES.

O Departamento de Esportes decide pela celebração da parceria entre a Prefeitura Municipal e a LIGA SANJOANENSE DE ESPORTES.

Rodolfo Herrera Felipe - Diretor do Departamento de Esportes.

São João da Boa Vista, 02 de julho de 2019.

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO**

UNIVERSIDADE COMO CENTRO EDUCACIONAL SOCIAL

O CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO - FAE torna público o deferimento do pedido de qualificação das entidades sem fins lucrativos: UNIAO PELA BENEFICÊNCIA COMUNITÁRIA E SAÚDE - UNISAU, CNPJ nº: 06.254.154/0001-06; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO QUÍMICA - ABRAQUIM, CNPJ nº: 14.857.726/0001-02; O INSTITUTO DE APOIO A POLÍTICAS PÚBLICAS - IAPP, CNPJ nº: 11.649.946/0001-08, como Organizações Sociais no âmbito desta atuação, pelo período de 12 meses.

São João da Boa Vista, 02 de julho de 2019.

FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO ARTEI - REITOR

**SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES**

EXTRATO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João das Duas Pontes-SP

CONTRATADA: ANTONIO CARLOS BROMI PANCOTTI & LUIZ OLIVEIRA, Segundo (2º) termo de aditamento ao contrato nº 07, de 05 de fevereiro de 2018, visando alteração das cláusulas Segunda e Sétima, proveniente da implantação do acústico de serviços dos Procedimento Médico de pequena cirurgia e Pre-enchimento e assinatura de processo de alto custo da Unidade, para atendimento de pacientes e da Unidade que necessitam de tais serviços, durante o período contratual. PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 MESES. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 01/07/2019 A 01/07/2020.

São João das Duas Pontes, 01 de Julho de 2019. JOSÉ CARLOS BARUCCI - Prefeito Municipal.

**SÃO JOAQUIM DA BARRA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA**

EXTRATOS DE CONTRATOS E ADITIVOS

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2018 - BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACEUTICA LTDA - Aditivo de 25% sobre o valor inicial atualizado do contrato, perfazendo assim, um acréscimo de R\$ 35.130,24 (trinta e cinco mil, cento e trinta reais e vinte e quatro centavos), mantendo-se os demais cláusulas contratuais inalteradas. MODALIDADE: Pregão Presencial nº 063/2018 - ASSINATURA: 13/11/2018.

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2019

PROC. ADM. Nº 1723/2019

Tipo da Licitação: Menor Preço Unitário Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE 01 (UM) PALCO PRINCIPAL, SONILUMINAÇÃO PARA PALCO PRINCIPAL E 01 (UM) PALCO ALTERNATIVO COM SOM E ILUMINAÇÃO, POR OCASIÃO DA 2ª VIRADA CULTURAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA, PARA O DIA 27 A 28 DE JULHO DE 2019, NA

AVENIDA ORESTES QUÉRCIA, CENTRO. CONFORME DESCRITO CONSTATANTE DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Abertura da Sessão com o Credenciamento e entrega dos envelopes PROPOSTA: HABILITAÇÃO: dia 19/JULHO/2019 às 14h00.

Cópias do Edital completo poderão ser retiradas, junto ao Setor de Licitação e Despesas da Prefeitura nos dias úteis no horário das 12:00h às 16h30min ou pelo site oficial da Prefeitura - [www.saojoaquimdaabarra.sp.gov.br](http://www.saojoaquimdaabarra.sp.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3810-9010.

São Joaquim da Barra, 02 de julho de 2019.

Dr. Marcelo de Paula Mian - Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2019

PROC. ADM. Nº 1765/2018 e 038/2019

Tipo da Licitação: Menor Preço Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ASSINATURA DE AUTOCAP PARA OS SETORES DE ENGENHARIA E SAÚDE, COM ENTREGA PARCELADA, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

Abertura da Sessão com o Credenciamento e entrega dos envelopes PROPOSTA: HABILITAÇÃO: dia 22/JULHO/2019 às 14h00.

Cópias do Edital completo poderão ser retiradas, junto ao Setor de Licitação e Despesas da Prefeitura nos dias úteis no horário das 12:00h às 16h30min ou pelo site oficial da Prefeitura - [www.saojoaquimdaabarra.sp.gov.br](http://www.saojoaquimdaabarra.sp.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3810-9010.

São Joaquim da Barra, 02 de julho de 2019.

Dr. Marcelo de Paula Mian - Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2019

PROC. ADM. Nº 1414/2019

Tipo da Licitação: Menor Preço Global

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTEN

## Imarui

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 050, DE 05 DE SETEMBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1739026

DECRETO Nº. 050, DE 05 DE SETEMBRO DE 2018.  
QUALIFICA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO AMBITO DO MUNICIPIO DE IMARUI AS ENTIDADES QUE ESPECIFICA.

RUI JOSÉ CANDEMIL JUNIOR, prefeito municipal de Imaruí, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 61 da lei orgânica do município, e

CONSIDERANDO o Decreto 042/2018 que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil;

CONSIDERANDO os requerimentos das entidades para a qualificação como organizações sociais no município de Imaruí;

CONSIDERANDO finalmente o atendimento explícito ao princípio da supremacia do interesse público;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam qualificadas como Organização Social no âmbito do município de Imaruí as seguintes entidades:

I. ABRADES, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na AVENIDA PARANAPANEMA, 1343, SALA 03, CEP: 14.051-290, SUMARÉ, ZINHO RIBEIRÃO, PRETO-SÃO PAULO, inscrito no CNPJ/MF Nº 10.857.726/0001-07, neste ato representado legalmente pelo SR. EMERSON TADEU RICH.

II. O INSTITUTO CIVITAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativo, com sede na RUA DR JÓÃO COLLIN, Nº 1285, SALA 03, AMÉRICA, JOINVILLE-SANTA CATARINA, inscrito no CNPJ nº 07.638.566/0001-92, neste ato representado legalmente pelo SR. ANDRÉ LUIS ULRICH.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 05 de setembro de 2018.

RUI JOSÉ CANDEMIL JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

**EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº 01/2018**

Publicação Nº 1739027

**EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº 01/2018**

Abre inscrições e define normas para Chamada Pública, destinado ao preenchimento de vagas para Admissão em Caráter Temporário Emergencial para atender Convênios ou Programas propostos pela União ou Estado com o Município de Imaruí, Santa Catarina e dá outras providências.

O Município de Imaruí, através da Secretaria Municipal da Saúde, no uso de suas atribuições legais e regulamentares e conforme dispõe à legislação vigente, com fundamento na Lei Municipal nº 2.038/2018, torna público aos interessados em prestar serviços de saúde como Médico, Odontólogo, Enfermeiro, Auxiliar de Consultório Odontológico, Técnico de Enfermagem, todos para o Programa Estratégia Saúde da Família – ESF, Psicólogo e Educador Físico para o Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF, para o pronto

atendimento junto aos Programas Do Governo Federal, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas neste Edital.

Considerando, a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de saúde para provimento de vaga no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde;

Considerando, a nova Política Municipal de Atenção Básica – PMAB;

Considerando, a C.I/FMS nº 194/2018, oriunda pela Secretaria Municipal de Saúde, e;

Considerando, que o Município de Imaruí e a Secretaria Municipal de Saúde estão em tratativa com o Ministério Público da Comarca de Imaruí, para fins de confecção de Termo de Ajuste de Conduta – TAC, especialmente para a regularização das futuras contratações na área da saúde no Município de Imaruí;

Considerando, o esgotamento das listas de aprovados no processo Seletivo originado pelo Edital 004/2016, torna público os procedimentos para a chamada pública para os cargos de Médico, Odontólogo, Enfermeiro, Auxiliar de Consultório Odontológico, Técnico de Enfermagem, para Programa Estratégia Saúde da Família, e Psicólogo e Educador Físico para o Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF, destinada ao provimento de vaga temporária, até 31 de janeiro de 2019, conforme abaixo:

**1. DA DATA E DAS VAGAS**

1.1 A Chamada Pública realizar-se-á para os cargos de Médico, Odontólogo, Enfermeiro, Auxiliar de Consultório Odontológico, Técnico de Enfermagem, todos para o Programa Estratégia Saúde da Família – ESF, Psicólogo e Educador Físico para o Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF dia 11/09/2018 (terça-feira), das 08h as 12h e das 13h as 17h, na Unidade Central de Saúde, Centro, Imaruí-SC.

**1.2**

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA
MÉDICO ESF	01 – Canguerí Quadro da Capela 01 – Vale do Rio D'una	40 HS
ODONTÓLOGO ESF	01 – Canguerí Quadro da Capela 01 – Centro	40 HS
ENFERMEIRO ESF	01 – São Tomás 01 – Aratingaúba	40 HS
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO ESF	01 – São Tomás	40 HS
TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF	01 – Centro	40 HS
PSICÓLOGO	01 – NASF	40 HS
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01 – NASF	40 HS

**2. DOS PROCEDIMENTOS**

2.1. Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1.1 deste Edital, munidos de cópia dos seguintes



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 153671603210389200033-1  
Data: 16/03/2021 09:59:26  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALG33104-BWPM;



**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br  
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Rua Pereira Guimarães, nº. 8 - Centro - CEP 35.670.000**

**(31) 3537-5806 / 3537-5829**

**ASSESSORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

### **ATA DA REUNIÃO REFERENTE AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2018 – CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS, DA ÁREA DE SAÚDE, PARA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MATEUS LEME/MG.**

Aos 11 (onze) dias do mês de setembro de 2018, às 08h 20min, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Mateus Leme, reuniram-se os membros nomeados através da Portaria nº 270 de 20/08/2018, para análise dos documentos recebidos de acordo com o Edital.

As empresas que apresentaram os envelopes contendo a documentação solicitada através do edital dentro do período legal estipulado, são:

- SANAR Centro de Estados de Gestão Pública
- IJUCI – Instituto Jurídico Para Efetivação da Cidadania e Saúde
- ABRADES – Associação Brasileira de Educação e Saúde

A comissão procedeu a assinatura dos envelopes lacrados e posteriormente a abertura e análise dos documentos.

De acordo com os membros, as requerentes SANAR - Centro de Estados de Gestão Pública e a ABRADES – Associação Brasileira de Educação e Saúde, apresentaram toda a documentação preenchendo os requisitos exigidos no Edital.

Sobre a requerente IJUCI – Instituto Jurídico Para Efetivação da Cidadania e Saúde foi pontuado o seguinte:

- Em análise ao Estatuto, não foram encontradas as informações solicitadas no item 2.1.1.4 do edital;
- Em relação ao item 2.1.7, os documentos apresentados não comprovam a execução de projetos, programas ou planos de ação relacionados às atividades dirigidas à área de saúde.

Analisando também seu estatuto verifica-se que suas atividades são dirigidas eminentemente para questões sociais como expressamente previsto no seu Artigo 1º.





**Diário Oficial do Município**  
Edição Nº 293 - Ordinária  
Pinhais - Paraná, 9 de Agosto de 2018

Art. 3º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Pinhais, 07 de agosto de 2018.

**MARLY PAULINO FAGUNDES**  
Prefeita Municipal

**Decreto 484/2018, de 07/08/2018**

Qualifica como Organização Social a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PINHAIS, no uso das atribuições legais e em especial a constante no artigo 58, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e ainda, tendo em vista os documentos constantes no protocolado nº 12.576/2018,  
**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES, qualificada como Organização Social no Município de Pinhais, nos termos da Lei Municipal nº 1.000/2009, Lei 1975/2018, regulamentada pelo Decreto nº 361/2018.

Art. 2º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Pinhais, 07 de agosto de 2018.

**MARLY PAULINO FAGUNDES**  
Prefeita Municipal

**Resolução**  
**Resolução 56/2018, de 09/08/2018**

**RESOLUÇÃO Nº 058, relação dos candidatos inscritos "Miss e Mister Pinhais Melhor Idade 2018"**

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/153671603214851424321>



**Autenticação Digital**  
Código: 153671603214851424321-1  
Data: 16/03/2021 09:59:25  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66



**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(33) 3442-5004 - cartorio@azevedobastos.net.br - Válder Azevêdo de M. Cavalcanti







**Conselho Municipal de Saúde de Praia Grande – COMUSA-PG**  
**Criado através da Lei nº 1871, de 14 de dezembro de 2017.**

**RESOLUÇÃO COMUSA-PG Nº 051/2018**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde (COMUSA-PG), em reunião ordinária, realizada no dia 28 de agosto de 2018, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelas Leis Federais nº8.080, de 19 de setembro de 1.990; nº 8.142, de 28 de dezembro, e, pela Lei Municipal nº1.871, de 14 de dezembro de 2017.

**RESOLVE**

Aprovar qualificação da entidade ABRADES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - CNPJ 10.857.726/0001-07 como Organização Social – OS para atividades relacionadas à área da saúde.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Praia Grande, 28 de agosto de 2018.

Antonio Pio Neto

Presidente do Conselho Municipal de Saúde



**Conselho Municipal de Saúde de Praia Grande - COMUSA-PG**  
**Criado através da Lei nº 1871, de 14 de dezembro de 2017.**

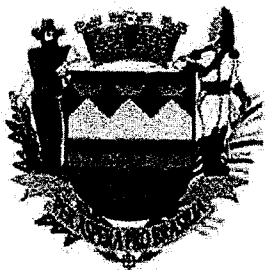
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

*Homologo a Resolução COMUSA-PG nº 051/2018, de 28 de agosto de 2018, conforme inciso XII, 4ª diretriz da Resolução CNS/MS nº 453 de 10 de maio de 2012, e por atribuição legal conferida através dos Incisos II, V e XIX, do artigo 38, da Lei complementar nº 714, de 11 de dezembro de 2015.*

*Registre-se, Publique-se e Dê-se Ciência.*

*Praia Grande, 28 de agosto de 2018.*

**Adm. Cleber Suckow Nogueira**  
**Secretário de Saúde Pública**



# *Prefeitura Municipal de Taubaté*

## *Estado de São Paulo*

### **CERTIDÃO**

**CERTIFICAMOS** para fins de celebração de Contrato de Gestão com a Administração Municipal que a entidade **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES**, inscrita no CNPJ nº. 10.857.726/0001-07, com sede na Av. Paranapanema, 1343, Sala 3, Sumarezinho, Ribeirão Preto - SP, é qualificada como Organização Social, na área da saúde, sendo declarada como entidade de interesse social e de utilidade pública, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 05/07/18 – Pag. 276 – Poder Executivo – Seção I, de acordo com a Lei nº. 4.752, de 17 de abril de 2013, e suas alterações.

A emissão da certidão não atesta a atuação da entidade. Cabe ao órgão que pretenda firmar Termo de Parceria, verificar se a organização está enquadrada nas demais exigências da Lei nº. 4.752/13, em sua redação atual e Decreto Municipal nº. 13.064/13.

Não obstante o prazo de validade desta certidão, caso se constate alguma irregularidade, a Prefeitura Municipal de Taubaté poderá cancelar a qualificação da entidade.

Certidão válida até: **20/07/2019** (12 meses)

Taubaté, 20 de julho de 2018.

**JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JUNIOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

AVENIDA TIRADENTES, 520 – CENTRO – TAUBATÉ – SP, CEP 12.030-180 – TELEFONE (12) 3625-5000

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/153671603212168003175-1>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 153671603212168003175-1  
Data: 16/03/2021 09:59:30  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALG33119-EJHM;



CNPJ: 06.870-0

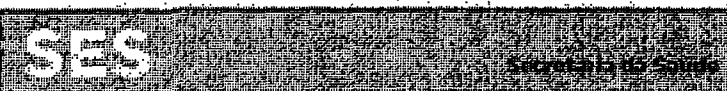
**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular



TJPB





Secretaria da Saúde

Portaria SES nº 17, de 19 de abril de 2021.

Dispõe sobre a análise de requerimento de qualificação de organização social de que trata a Lei Municipal nº 9.807/2011 e o Edital SES 01/2021.

VINICIUS TADEU SATTIN RODRIGUES, Secretário da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 79, II e no Decreto nº 22.664 de 02 de Março de 2017, e considerando que:

I - A Lei Municipal nº 9.807, de 16 de novembro de 2011, que trata da qualificação de organizações sociais;

II - O Edital SES 01/2021, publicado em 08 de abril de 2021, que trata da qualificação de organizações sociais no âmbito da Secretaria da Saúde;

III - O requerimento de qualificação de organização social no âmbito da Secretaria da Saúde, no município de Sorocaba, protocolado pela Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES; RESOLVE:

Art. 1º Fica deferido de forma preliminar o requerimento da Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES, CNPJ nº 08.857.726/0001-07, instituição privada sem fins lucrativos, para qualificar-se no Município de Sorocaba, na área da SAÚDE, como ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

Art. 2º O presente ato encontra-se previsto no inciso II, do art. 2º da Lei Municipal nº 9.807, de 16 de novembro de 2011, tendo em vista que a instituição indicada no art. 1º demonstrou preencher integralmente os requisitos legais para qualificar-se como Organização Social, tendo em sua finalidade estatutária a execução de atividades na área da saúde, sendo conveniente e oportuna a sua qualificação.

Art. 3º Esta Portaria não substitui a obrigatoriedade de aprovação do Prefeito Municipal de que trata o inciso II do art. 2º da Lei Municipal nº 9.807/2011.

Art. 4º Fica aberto o prazo de 05 dias úteis para eventuais impugnações, conforme item 7º do edital SES 01/2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VINICIUS RODRIGUES  
Secretário da Saúde

Área de Vigilância em Saúde - Divisão de Vigilância Epidemiológica e Zoonoses  
Rua Nair, nº 57 - Jardim Betânia  
(esq. c/ Av. Ipanema, 5.001) - Tel. 3229-7333

Através da presente, a Área de Vigilância em Saúde, Divisão de Zoonoses notifica:

1 - Processo: 3141/2021

Interessado: JOEL ANTÔNIO DOS SANTOS

Endereço: R. Benedito Jesus do Nascimento, nº 57 - Jardim Tupinambá - CEP : 18066-320 - Sorocaba/SP

Auto de Imposição de Penalidade nº 33/2021

Motivo: Não finalizou a limpeza geral mantendo acúmulo de materiais que propiciam a instalação de animais sinantrópicos.

2 - Intimação nº DZ 020/2021

Interessado: FERNANDO GUENKA

Endereço: R. Filipe Cardoso, nº 72 - Jardim da Saúde - São Paulo/SP

Assunto: Fica concedido o prazo de 02 (dois) dias a contar da data de publicação desta, conforme artigo 38 que diz: "Aos proprietários de imóveis situados no Município de Sorocaba ou aqueles que possuam a qualquer título, compete a adoção de medidas preconizadas pelo Órgão Sanitário Responsável pelo Controle de Zoonoses, que não permitam a proliferação de animais da fauna sinantrópica." Da Lei Municipal nº 8354/07, intimado a AGENDAR VISITA no imóvel situado na R. Garcia Redondo, nº 137, Vila Jardim, Sorocaba/SP.

Thais Elsonora Madeira Buti

Coordenadora Regional

Amárcia Norbutas Pedrosa

Chefe da Seção de Zoonoses



Secretaria da Saúde

ANEXO I

## TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS

Processo administrativo nº 3141/2020 Prefeitura Municipal de Sorocaba  
DOADORA: Partner Farm Distribuidora de Medicamentos LTDA

OBJETO: Doação de Medicamentos

Pelo presente instrumento, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA, CNPJ nº 46.834.344/0001-74, com sede na Avenida Engenheiro Carlos Reinhold Mendes, nº 3.041, Alto da Boa Vista, neste ato representada pelo Secretário da Saúde, Senhor Vinicius Tadeu Sattin Rodrigues, adiante designada DONATÁRIA, e, de outro, CNPJ nº 28.123.417/0001-60, com sede à Rodovia Raposo Tavares, km 102 Galpão 10 - Sorocaba/SP, neste ato representada por Mario Kanashiro Filho, sócio e proprietário, inscrito no CPF nº 164.285.718-11, a seguir denominada DOADORA, com fundamento no artigo 538 e seguintes da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil e no Decreto Municipal nº 28.070, de 12 de janeiro de 2021, lavram o presente TERMO DE DOAÇÃO de bens destinados à consecução de interesse público:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente termo consiste na doação, sem ônus ou encargos, pela DOADORA, de:

Azitromicina 500 mg - 30.000 comprimidos;

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESVINCULAÇÃO DOS BENS DOADOS COM OS DE OBJETO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO VIGENTE

2.1. Os bens doados não se vinculam ou poderão ocasionar interferência naqueles contratados pela DONATÁRIA com a DOADORA, devendo esta manter a regularidade do paduado na respectiva avença.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA ENTREGA DOS BENS

3.1. Os bens descritos na cláusula primeira serão entregues na data de assinatura do presente termo, sendo transferida à DONATÁRIA, em caráter definitivo e irrevogável, toda posse, direito e domínio sobre os mesmos.

## 4. CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Os Bens estão sendo doados gratuitamente, por oferta da doadora, portanto sem coação ou vício de consentimento, estando a DONATÁRIA livre de quaisquer ônus ou encargos.

4.2. A DONATÁRIA declara que aceita a doação em todos os seus termos.

4.3. As despesas com a transferência dos bens ora doados e as relativas à manutenção dos mesmos correrão por conta da DONATÁRIA.

4.4. O presente termo passa a vigorar entre as partes na data de sua assinatura. Como prova de assim haverem ajustado as condições acima descritas é lavrado este Termo de Doação sem encargos, o qual é assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas.

Sorocaba, 25 de março de 2021.



ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA  
Rua Dr. Cruz Machado, 205 - 3º e 4º Pavimentos  
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br  
CNPJ 75.967.760/0001-71  
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br



## RESULTADO FINAL DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO

REF: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2022

Objeto: Constitui objeto deste Edital a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como **ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE - OSS**, para habilitação de eventual e futura operacionalização da gestão e execução das ações e serviços de saúde no âmbito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná.


A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que, analisados os Recursos Administrativos e, nos termos dos Pareceres Jurídicos n.º 488/2022, n.º 507/2022, n.º 586/2022 e Parecer Contábil n.º 74/2022, **decidiu**:

1. **DEFERIR** o pedido de qualificação da(s) seguinte(s) entidades(s):

ENTIDADE/CNPJ	
1	INSTITUTO SAÚDE E CIDADANIA - ISAC CNPJ N.º 14.702.257/0001-08
2	INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS HUMANIZA CNPJ N.º 27.450.038/0001-12
3	INSTITUTO BENEFICENTE DE HABITAÇÃO, DE ASSISTÊNCIA, DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - IBHASES CNPJ N.º 11.421.131/0001-69
4	HOSPITAL MAHATMA GANDHI CNPJ N.º 47.078.019/0001-14
5	BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE CNPJ N.º 50.351.626/0001-10
6	INVISIA - INSTITUTO VIDA E SAÚDE CNPJ N.º 05.997.585/0001-80
7	<del>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES</del> CNPJ N.º 10.857.726/0001-07
8	LIGA PARANAENSE DE COMBATE AO CÂNCER CNPJ N.º 76.591.049/0001-28

União da Vitória - PR, 19 de outubro de 2022

  
.....  
MARIA CELESTE DE ASSUNÇÃO MANCE  
Presidente da CPL

  
.....  
WILMAR A. DOMINGOS BIEBERBACH  
Membro Suplente

  
.....  
PAULO MARCELO SCHEID  
Membro



# Diário Oficial do Município

Edição Nº 1395 - Ordinária  
Pinhais - Paraná, 23 de Janeiro de 2023

Diretor Departamento de Segurança e Trânsito - Interino

Edital 33/2023, de 23/01/2023

## RESULTADO DE PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL - Edital nº 001/2022

Protocolo: 71013/2022.

A Comissão de Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, designada pelo Decreto nº 1021/2022, considerando as disposições da Lei Municipal nº 1975/2018 e do Decreto 361/2018, após análise da documentação apresentada pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES, inscrito no CNPJ 10.857.726/0001-07, constatou que a referida entidade cumpriu com os requisitos legais para fins de atualização da sua qualificação como Organização Social nesta municipalidade. Em razão disso, fica mantida a qualificação concedida ao Instituto, nos termos do Decreto Municipal nº 484/2018. Vistas do processo poderão ser obtidas perante a própria Comissão, em dias de expediente normal, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas. Pinhais, 20/01/2023.

Protocolo: 1798/2023.

A Comissão de Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, designada pelo Decreto nº 1021/2022, considerando as disposições da Lei Municipal nº 1975/2018 e do Decreto 361/2018, torna público a QUALIFICAÇÃO do INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA HUMANIZA, inscrito no CNPJ 27.450.098/0001-12, como Organização Social no âmbito municipal, para o fim de, oportunamente, celebrar contrato de gestão para a gerência do Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Luz dos Pinhais e Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h. Vistas do processo poderão ser obtidas perante a própria Comissão, em dias de expediente normal, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas. Pinhais, 17/01/2023.

Edital 34/2023, de 23/01/2023

## DECOL - EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO DE LICITANTES- Pregão Presencial nº 003/2023 - Sistema de Registro de Preços

A Prefeitura Municipal de Pinhais, através da Pregoeira designada pelo Decreto nº 904/2021, tendo em vista o que consta do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 003/2023, que tem por objeto a "Aquisição de insumos para reforma, manutenção e ampliação, visando execução de drenagem, calçadas, passeios e ciclovias", leva ao conhecimento dos interessados os licitantes declarados vencedores para os itens, conforme abaixo relacionados:

EMPRESA: CAVASSIN COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA para os itens

4, 5, 14, 18, 19, 23, 24, 25, 31, 33, 34, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 51 e 52, valor total de R\$ 548.417,80;

EMPRESA: ÁGUA DOCE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA para os itens 1, 2, 3, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 20, 21, 22, 26, 27, 30, 35, 36, 37, 38 e 41, valor total de R\$ 712.747,90;

EMPRESA: PRECISÃO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA para os itens 8, 15, 16, 28, 29, 32, 39, 40, 42, 44, 49, 53, 54 e 55, valor total de R\$ 320.349,00;

EMPRESA: ULTRACOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA para o item 6, valor total de R\$ 56.850,00;

Valor Total Geral: R\$ 1.638.364,70 (Um milhão, seiscentos e trinta e oito mil, trezentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos).

OBS: o Edital de Classificação com descritivo completo encontra-se disponível na íntegra no site <https://pinhais.atende.net/?pg=autoatendimento#/tipo/servico/valor/8/padrao/1/load/0/>.

Vistas do processo poderão ser obtidas perante a própria Pregoeira/Equipe de Apoio, em dias de expediente normal, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Pinhais, 20 de



**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023 – SSS/FMS**

**QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC**

**Objeto:** Qualificação de entidades, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que estiverem interessadas em obter a qualificação como Organização Social do Município, na área da saúde, para futura celebração de Contrato de Gestão a ser definido, oportunamente, para efeito de gestão do Hospital Municipal Ruth Cardoso, Centro de Diagnóstico por Imagem, UPA das Nações e P.A. da Barra.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

O Secretário Municipal de Saúde e Saneamento, **HOMOLOGA** o resultado do Chamamento Público n.º 003/2023 – SSS/FMS, a fim de que produza seus efeitos jurídicos e legais, conforme abaixo:

<b>ASSOCIAÇÃO DA REDEH DE BENEFICÊNCIA CRISTÃ.</b>	CNPJ:86.324.860/0001-04.
<del><b>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE – ABRADES</b></del>	CNPJ: 10.857.726/0001-07.
<b>ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA NOVA ESPERANÇA – AFNE</b>	CNPJ: 06.058.863/0001-04.
<b>ASSOCIAÇÃO ROGACIONISTA EVANGÉLICA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	CNPJ: 28.238.944/0001-10.
<b>ASSOCIAÇÃO TRISTÃO DA CUNHA.</b>	CNPJ: 21.163.811/0001-83.
<b>INSTITUTO PATRIS</b>	CNPJ: 37.678.845/0001-40.
<b>INSTITUTO DE SAÚDE SANTA CLARA</b>	CNPJ: 08.325.231/0001-87.
<b>INSTITUTO MADRI DE DIO – IMADI</b>	CNPJ: 16.669.792/0001-21.
<b>INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE – INTS</b>	CNPJ: 11.344.038/0001-06.
<b>INSTITUTO VIDA E SAÚDE – INVISA</b>	CNPJ: 05.997.585/0001-80.
<b>SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DOS CAMPINHOS – INSV</b>	CNPJ: 13.824.560/0001-02.
<b>INSTITUIÇÃO VIVA RIO</b>	CNPJ: 00.343.941/0001-28.

Balneário Camboriú, SC, 16 de novembro de 2023.

**OMAR MOHAMAD ALI TOMALIH**

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento de Balneário Camboriú



## PODER EXECUTIVO

## COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA

**DECRETO Nº 4.414**  
**DE 20 DE MARÇO DE 2024.**

**Qualifica como Organização Social o**  
**INSTITUTO NACIONAL DE**  
**TECNOLOGIA E SAÚDE - INTS.**

O Senhor **Prof. AMAURI SODRÉ DA SILVA**, Prefeito do Município de Bragança Paulista, no uso das atribuições previstas no artigo 72, inciso IX da Lei Orgânica do Município, e, em conformidade com a Lei Municipal nº 4369, de 15 de maio de 2013 e suas alterações e do Decreto nº 2.470 de 05 de abril de 2017 e suas alterações, e, considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 7899/2024,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica qualificada como Organização Social de Saúde pelo Município de Bragança Paulista, o INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE - INTS, associação civil sem fins lucrativos, com atuação específica na área da Saúde.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bragança Paulista, 20 de março de 2024.

**Prof. AMAURI SODRÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**Dr. José Galileu de Mattos**

**Secretário Chefe de Gabinete**

**Bárbara Martins Pace**

**Resp. p/ Secretaria Mun. de Administração**

**Dra. Isadora Centofanti Fonseca**

**Resp. p/ Secretaria Mun. de Assuntos Jurídicos**

**Stefania Penteado Corradini Rela**

**Presidente da Comissão Especial**

**de Coordenação do Terceiro Setor**

**Renato Gonçalves de Oliveira**

**Chefe da Div. de Comun. Administrativa**

**Publicado na Div. de Comun. Administrativa na data supra**

**DECRETO Nº 4.415**  
**DE 20 DE MARÇO DE 2024.**

**Qualifica como Organização Social a**  
**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE**  
**EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES.**

O Senhor **Prof. AMAURI SODRÉ DA SILVA**, Prefeito do Município de Bragança Paulista, no uso das atribuições previstas no artigo 72, inciso IX da Lei Orgânica do Município, e, em conformidade com a Lei Municipal nº 4369, de 15 de maio de 2013 e suas alterações e do Decreto nº 2.470 de 05 de abril de 2017 e suas alterações, e, considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 8730/2024,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica qualificada como Organização Social de Saúde pelo Município de Bragança Paulista, a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES, associação civil sem fins lucrativos, com atuação específica na área da Saúde.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bragança Paulista, 20 de março de 2024.

**Prof. AMAURI SODRÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**Dr. José Galileu de Mattos**

**Secretário Chefe de Gabinete**

**Bárbara Martins Pace**

**Resp. p/ Secretaria Mun. de Administração**

**Dra. Isadora Centofanti Fonseca**

**Resp. p/ Secretaria Mun. de Assuntos Jurídicos**

**Stefania Penteado Corradini Rela**

**Presidente da Comissão Especial**

**de Coordenação do Terceiro Setor**

**Renato Gonçalves de Oliveira**

**Chefe da Div. de Comun. Administrativa**

**Publicado na Div. de Comun. Administrativa na data supra**

**DECRETO Nº 4.416**  
**DE 21 DE MARÇO DE 2024.**

**DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO,**  
**ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO**  
**- COMTUR.**

O Senhor **Prof. AMAURI SODRÉ DA SILVA**, Prefeito do Município de Bragança Paulista, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei nº 4175, de 10 de setembro de 2010 e suas alterações, e considerando o contido no Processo Administrativo nº 8527/2024,

**DECRETA:**

**Art. 1º** O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR terá a seguinte composição:

I - 09 (nove) representantes e 09 (nove) suplentes do Poder Público;

a) Representantes da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

1. Representante do Turismo

2. Representante da Cultura

b) Representante da Secretaria Municipal de Serviços

c) Representante da Secretaria Municipal de Educação

d) Representante da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil

e) Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

f) Representante da Secretaria Municipal de Governo, Desenvolvimento Econômico e Inovação

g) Representante da Secretaria Municipal de Planejamento

h) Representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento dos Agronegócios

II - 18 (dezoito) representantes e 18 (dezoito) suplentes do Poder Público;

a) Representante dos proprietários de hotéis, pousadas e similares;

b) Representantes dos proprietários de restaurantes;

c) Representantes de Bares Diferenciados, lanchonetes e similares;

d) Representante dos proprietários de agências de turismo locais;

e) Representante do Comércio de Bragança Paulista;

f) Representante dos Profissionais Liberais da área de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo;

g) Representante das instituições de ensino de Bragança Paulista;

h) Representante dos Atrativos Rurais;

i) Representante de Organizações Não Governamentais ligadas ao Meio Ambiente;





## **ATA DA SESSÃO DE QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA**

**OBJETO:** Qualificação de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos, com o título de “Organização Social Municipal”, conforme Edital de qualificação 001/2024.

Aos 15 dias do mês de abril de 2024, às 09:00 horas, reuniram-se na Secretaria de Saúde de Piraquara a “Comissão de Avaliação para Qualificação de Organização Social no Âmbito do Município”, designada através do decreto municipal 12044/2024, com a finalidade de proceder a abertura dos envelopes contendo a documentação das Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos com interesse de qualificar-se como Organização Social de Saúde no âmbito do Município, em consonância com o edital de Pré Qualificação nº 01/2024, onde foram protocolados, tempestivamente, os requerimentos das seguintes entidades:

1. Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES, protocolado na data de 26/03/2024;
2. Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus, recebido via Correios na data de 19/03/2024;
3. Beneficência Hospitalar de Cesário Lange, protocolado na data de 27/03/2024;
4. Hospital Mahatma Gandhi, protocolado na data de 27/03/2024;
5. Instituto Brasileiro de Saúde, Ensino, Pesquisa e Extensão para o Desenvolvimento Humano – IBSAUDE, recebido via Correios na data de 21/03/2024;
6. Instituto de Desenvolvimento, Ensino e Assistência à Saúde – IDEAS, protocolado na data de 01/04/2024;
7. Instituto de Estudos e Pesquisas Humaniza, recebido via Correios na data de 01/04/2024;
8. Instituto de Saúde Santa Clara, protocolado na data de 27/03/2024;



9. Instituto jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde - AVANTE SOCIAL, recebido via Correios na data de 27/03/2024;
10. Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão – IMAS, protocolado na data de 01/04/2024;
11. Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, protocolado na data de 01/04/2024;
12. Instituto Patris, protocolado na data de 27/03/2024;
13. Instituto São Miguel Arcanjo, recebido via Correios na data de 27/03/2024;
14. Instituto Vida e Saúde – INVISA, protocolado na data de 01/04/2024;
15. PRO-VITTA Associação Beneficiária de Assistência Social e Saúde, protocolado na data de 14/03/2024;
16. Salus e Salutis - Desenvolvimento e Gestão de Serviços de Saúde, protocolado na data de 27/03/2024

A comissão efetuou a análise dos documentos protocolados, sendo que de tal análise foi constatado que:

1. Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES atende todos os requisitos do Edital de Pré Qualificação nº 01/2024, da Lei Municipal nº 1.565/2016 e do Decreto Municipal 5.009/2016, restando assim qualificada como Organização Social de Saúde no Âmbito Municipal.
2. Associação de Benemerência Senhor Bom Jesus atende todos os requisitos do Edital de Pré Qualificação nº 01/2024, da Lei Municipal nº 1.565/2016 e do Decreto Municipal 5.009/2016, restando assim qualificada como Organização Social de Saúde no Âmbito Municipal.
3. Beneficência Hospitalar de Cesário Lange atende todos os requisitos do Edital de Pré Qualificação nº 01/2024, da Lei Municipal nº 1.565/2016 e do Decreto Municipal 5.009/2016, restando assim qualificada como Organização Social de Saúde no Âmbito Municipal;
4. Hospital Mahatma Gandhi atende todos os requisitos do Edital de Pré Qualificação nº 01/2024, da Lei Municipal nº 1.565/2016 e do Decreto



Municipal 5.009/2016, restando assim qualificada como Organização Social de Saúde no Âmbito Municipal

5. Instituto Brasileiro de Saúde, Ensino, Pesquisa e Extensão para o Desenvolvimento Humano – IBSAUDE atende todos os requisitos do Edital de Pré Qualificação nº 01/2024, da Lei Municipal nº 1.565/2016 e do Decreto Municipal 5.009/2016, restando assim qualificada como Organização Social de Saúde no Âmbito Municipal
6. Instituto de Desenvolvimento, Ensino e Assistência à Saúde – IDEAS atende todos os requisitos do Edital de Pré Qualificação nº 01/2024, da Lei Municipal nº 1.565/2016 e do Decreto Municipal 5.009/2016, restando assim qualificada como Organização Social de Saúde no Âmbito Municipal
7. Instituto de Estudos e Pesquisas Humaniza atende todos os requisitos do Edital de Pré Qualificação nº 01/2024, da Lei Municipal nº 1.565/2016 e do Decreto Municipal 5.009/2016, restando assim qualificada como Organização Social de Saúde no Âmbito Municipal
8. Instituto de Saúde Santa Clara atende todos os requisitos do Edital de Pré Qualificação nº 01/2024, da Lei Municipal nº 1.565/2016 e do Decreto Municipal 5.009/2016, restando assim qualificada como Organização Social de Saúde no Âmbito Municipal
9. Instituto jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde - AVANTE SOCIAL não cumpre os requisitos editalícios, bem como da Lei Municipal nº 1.565/2016 e Decreto Municipal nº 5.009/2016 nos seguintes pontos:
  - a. Não Apresentou Comprovação de estar devidamente registrada no Conselho Regional de Medicina da jurisdição de atuação, descumprindo assim item 8.3.6;

**Diante disso, a entidade restou não qualificada como Organização Social em Saúde no âmbito do município de Piraquara;**

10. Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão – IMAS atende todos os requisitos do Edital de Pré Qualificação nº 01/2024, da Lei Municipal nº 1.565/2016 e do Decreto



Municipal 5.009/2016, restando assim qualificada como Organização Social de Saúde no Âmbito Municipal

11. Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH atende todos os requisitos do Edital de Pré Qualificação nº 01/2024, da Lei Municipal nº 1.565/2016 e do Decreto Municipal 5.009/2016, restando assim qualificada como Organização Social de Saúde no Âmbito Municipal
12. Instituto Patris atende todos os requisitos do Edital de Pré Qualificação nº 01/2024, da Lei Municipal nº 1.565/2016 e do Decreto Municipal 5.009/2016, restando assim qualificada como Organização Social de Saúde no Âmbito Municipal
13. Instituto São Miguel Arcanjo atende todos os requisitos do Edital de Pré Qualificação nº 01/2024, da Lei Municipal nº 1.565/2016 e do Decreto Municipal 5.009/2016, restando assim qualificada como Organização Social de Saúde no Âmbito Municipal
14. Instituto Vida e Saúde – INVISA atende todos os requisitos do Edital de Pré Qualificação nº 01/2024, da Lei Municipal nº 1.565/2016 e do Decreto Municipal 5.009/2016, restando assim qualificada como Organização Social de Saúde no Âmbito Municipal
15. PRO-VITTA Associação Beneficente de Assistência Social e Saúde não cumpre os requisitos editalícios, bem como da Lei Municipal nº 1.565/2016 e Decreto Municipal nº 5.009/2016 nos seguintes pontos:
  - a. Não Apresentou Declaração de que a entidade é idônea administrativa e judicialmente, descumprindo assim item 8.3.7;
  - b. Não Apresentou Declaração de que a entidade é isenta do Imposto de Renda, descumprindo assim o item 8.3.5 do edital;
  - c. Não Apresentou Ata de eleição dos membros atuais do Conselho de Administração e da Diretoria, descumprindo assim o Art. 1º, Inciso II, do Decreto Municipal nº 5.009/2016;

**Diante disso, a entidade restou não qualificada como Organização Social em Saúde no âmbito do município de Piraquara;**



**16. Salus e Salutis - Desenvolvimento e Gestão de Serviços de Saúde não cumpre os requisitos editalícios, bem como da Lei Municipal nº 1.565/2016 e Decreto Municipal nº 5.009/2016 nos seguintes pontos:**

- a. Não Apresentou Cópia autenticada do seu Estatuto Social devidamente registrado em cartório; descumprindo assim o item 8.3.2 do edital.**

**Diante disso, a entidade restou não qualificada como Organização Social em Saúde no âmbito do município de Piraquara;**

Exarado o resultado acima, o Presidente da Comissão de Avaliação questionou aos presentes acerca de alguma observação, objeção, comentário ou necessidade de inclusão de quaisquer informações na presente ata, e os presentes indicaram que não. **Ficando assim aberto o prazo de 5 dias para interposição de recursos.**

Depois disso, fora lavrada a presente Ata, que foi lida e assinada pelo Presidente e integrantes presentes.

Natalia Avila Louzeiro

**Presidente da Comissão**

Camila Micaela Rodrigues

**Integrante da Comissão**

José Vitor Molin

**Integrante da Comissão**



# CONTRATOS PÚBLICOS

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
**CNPJ: 10.857.726/0001-07**  
Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
**CNPJ 10.857.726/0003-60**  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 80.240-280





**TERMO DE CONVENIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE SOROCABA, POR MEIO DA SECRETARIA DA SAUDE - SFS E A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE.**

(Processo Adm. nº 2021/5425)

O Município de Sorocaba, por meio da Secretaria da Saúde - SFS, com fundamento na Lei Federal nº 13.979/2020, e a Associação Brasileira de Educação e Saúde, instituição privada sem fins lucrativos, celebram termo de convênio cujo o objetivo é *disponibilização de 40 (quarenta) leitos clínicos e 20 (vinte) leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, destinados ao tratamento de pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, com suspeita ou contaminados por COVID-19, regulados pela Central de Regulação de Leitos do Município de Sorocaba.*

O **MUNICÍPIO DE SOROCABA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 46.634.044/0001-74, localizada na Avenida Engenheiro Carlos Reinaldo Mendes nº 3.041, no Bairro Alto da Boa Vista, Sorocaba/SP CEP: 18013-280, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Rodrigo Maganhato, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.294.758-3 e do CPF nº 273.624.018-92,

E

A **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE**, organização privada sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 10.857.726/0001-07, fixada à Avenida Paranapanema, 1343, bairro Sumarezinho, Cidade de Ribeirão Preto, São Paulo CEP: 14.051-290, representada por seu presidente Sr(a). Emerson Tadeu Gonçalves Ricci, brasileiro, portador(a) da cédula de identidade RG nº 25.456.137-8 e CPF nº 136.754.338-03,

Com fundamento no art. 199 da Constituição da República, no art. 4º da Lei Federal 13.979/2020, na Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 8.080/90, na Lei Federal 8.142/90 e no Decreto Municipal nº 22.103/15, pactuam o presente Termo de Convênio para a execução de serviço de relevante interesse público, sob os termos expostos a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Disponibilização de 40 (quarenta) leitos clínicos e 20 (vinte) leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, destinados ao tratamento de pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, com suspeita ou contaminados por COVID-19, regulados pela Central de Regulação de

Leitos do Município de Sorocaba, em conformidade com as ações previstas no Plano de Trabalho e no Termo de Referência, os quais se vinculam integralmente ao presente instrumento.

I - O serviço será disponibilizado de forma suficiente para atendimento da integralidade do objeto.

II - O Plano de Trabalho referido no caput é parte integrante do presente Termo de Convênio e deverá ser igualmente cumprido pela conveniada, assim como também deverão ser cumpridas todas as disposições contantes nas normas que regulamentam o objeto.

III - Os serviços deverão ser prestados em consonância com o Termo de Referência, o qual integram o presente termo.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 O presente termo vigorará por 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir de 26 de março de 2021, podendo ser prorrogado nos limites da Lei, mediante necessidade do município, autorização do Secretário da Saúde e manifestação de interesse da conveniada, desde que caracterizada a situação de calamidade pública.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS REPASSES**

3.1 A Secretaria da Saúde repassará à instituição conveniada, neste instrumento, para a execução das ações previstas na cláusula PRIMEIRA, o valor total estimado de **R\$ RS 25.197.000,00 (vinte e cinco milhões, cento e noventa e sete mil reais)**, que será creditado em conta bancária da organização celebrante, aberta especificamente para esse fim, na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil, cujo recibo de depósito valerá como quitação.

1 - Os valores indicados no caput correspondem ao repasse integral pela disponibilização comprovada de 40 leitos de enfermaria e 20 leitos de Suporte Respiratório Pulmonar, conforme memória de cálculo abaixo pelo período de 06 (seis) meses, sendo repassado mensalmente o valor de **R\$ RS 4.199.500,00 (quatro milhões, cento e noventa e nove mil e quinhentos reais)**. Caso a instituição deixe de disponibilizar a quantidade de leitos conveniados, por motivo não aceito pela SES, deverá proceder com o estorno aos cofres municipais dos valores integrais das diárias correspondentes.

<b>TIPO DE LEITO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA</b>	<b>VALOR TOTAL DA DIÁRIA</b>	<b>VALOR TOTAL MENSAL</b>	<b>VALOR TOTAL DO CONVÊNIO (6 MESES)</b>
Enfermaria	40	R\$ 1.280,26	R\$ 51.210,38	R\$ 1.536.311,50	R\$ 9.217.869,00*
Sup.	20	R\$ 4.138,65	R\$ 88.772,95	R\$ 2.663.188,50	R\$ 15.979.131,00*

\*Observação: Valor da Diária foi ajustado para que fique em consonância com o valor do repasse mensal.

II – Será descontado das parcelas subsequentes ao período apurado o montante correspondente ao valor da parte variável da diária dos leitos não utilizados, conforme Anexo 1. Na ocasião do encerramento do convênio, a conveniada deverá proceder com a devolução dos valores aos cofres públicos municipais.

III – A conveniada deverá emitir a NF referente à primeira parcela em até 2 (dois) dias após a assinatura do instrumento e autorização do setor responsável da Secretaria da Saúde. As notas serão pagas em até 5 (cinco) dias úteis após sua entrega ao setor responsável da Secretaria da Saúde.

3.2 No caso de o depósito do recurso ocorrer em outra conta-corrente já cadastrada na Secretaria da Fazenda do Município, que não a informada para atender ao objeto deste Termo, fica a conveniada desde já ciente da obrigatoriedade de realizar a transferência para a conta-corrente específica em Banco Público oficial, sendo vedada a movimentação de quaisquer outros recursos na referida conta.

3.3 Os valores que serão repassados por meio deste instrumento são oriundo(s) da(s) seguinte(s) fonte(s) de recurso(s):

Órgão	Econômica	Função	Subfunção	Programa	Ação	Fonte	Cód Aplicação
18.00.00	3.3.90.39.50	10	302	1001	2222	1	5120005

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 4.1 O Município deverá:

I – Realizar o repasse mensal estipulado neste ajuste em favor da conveniada, em conformidade com a proposta aprovada e mediante a devida execução do objeto;

II – Assinado o convênio, dar ciência à Câmara Municipal acerca do termo celebrado;

III – Monitorar e avaliar o cumprimento do objeto do convênio bem como os atendimentos realizados pela conveniada, por meio de visitas in loco, solicitação de documentos, análise dos relatórios de atendidos e atividades e demais diligências a critério da Administração Pública;

IV – Analisar e aprovar a prestação de contas da conveniada, de acordo com as Instruções TCESP nº 01/2020, aceitando-as ou rejeitando-as;

V – Realizar, sempre que possível, a pesquisa de satisfação com os usuários do serviço em acordo com o plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação de

Emerson Tadeu  
Gonçalves Ricci

Assinado de forma digital por  
Emerson Tadeu Gonçalves Ricci  
Dados: 2021.03.22 10:16:50  
03098

3/15

contrato celebrado e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

VI - Verificar o desenvolvimento das atividades e o retorno obtido nos serviços, elaborando relatório circunstanciado.

§1º - Por força de eventual necessidade de acréscimo ou redução na oferta do serviço, poderá ocorrer alteração do valor de recursos, por meio de Termo Aditivo a este ajuste, ficando a conveniada obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, variações de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do ajuste, desde que compatível com a capacidade do equipamento.

§2º - O Município deverá manter em seu sítio oficial na internet a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento e os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

§3º - A verificação relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas para a conveniada restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades.

§4º - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização exercidos pelo Município sobre a execução do objeto deste edital, fica reconhecida a prerrogativa de controle e auditoria nos termos da legislação vigente, pelos órgãos gestores do SUS.

VII - Disponibilizar os equipamentos previstos no Plano de Trabalho. A manutenção preventiva e corretiva desses equipamentos deverá ser realizada pela conveniada.

4.2 A conveniada deverá:

I - Executar as ações em consonância com os objetivos e indicativos metodológicos específicos nos termos da legislação vigente;

II - Elaborar, organizar e manter prontuários individuais atualizados dos usuários atendidos pelo serviço, com registros sistemáticos dos dados, informações pertinentes ao serviço, e o trabalho desenvolvido;

III - Prestar em até cinco dias úteis ao Município todas as informações e esclarecimentos solicitados durante a execução do convênio;

IV - Participar das reuniões de acompanhamento, gestão operacional e capacitações;

a) A não participação injustificada de reuniões de acompanhamento, ensejará a aplicação da



**Emerson Tadeu  
Gonçalves Rici**

Assinado de forma digital por  
Emerson Tadeu Gonçalves  
Rici  
Dados: 2021.03.22 19:17:03  
+03'00'

4/15



pena de advertência.

V – Comunicar imediatamente a SES, por meio oficial, todo fato relevante, bem como eventuais alterações estatutárias e de constituição da diretoria;

VI – Solicitar autorização por meio oficial, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para eventuais pretensões de alterações nas ações ou forma de execução do objeto pactuado;

VII – Aplicar integralmente os valores recebidos nesta parceria, assim como os eventuais rendimentos, na consecução do objeto da parceria em consonância com o descrito no Plano de Trabalho aprovado e com a planilha orçamentária apresentada pela conveniada para aplicação dos recursos;

VIII – Observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, eficiência, publicidade, transparência na aplicação dos recursos e da busca permanente de qualidade naquilo que tange as contratações de bens e serviços, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública;

IX – Manter conta-corrente no estabelecimento bancário oficial indicado pelo Município, a ser utilizada exclusivamente para o recebimento de verbas oriundas da presente parceria, informando a SES o número, procedendo toda movimentação financeira dos recursos na mesma, sendo vedadas transferências bancárias para contas diversas da cadastrada;

X – Aplicar os saldos e provisões referentes aos recursos repassados a título da parceria, se houverem, sugerindo-se as operações de mercado aberto e lastreados em títulos da dívida pública;

XI – Efetuar os pagamentos das despesas, com os recursos transferidos, dentro da vigência deste instrumento. Excepcionalmente a conveniada poderá solicitar autorização para pagamento de despesas em momento posterior a vigência contratual, desde que por período não superior a 30 (trinta) dias e exclusivamente para despesas referentes ao objeto contratado e ocorridas durante o contrato.

XII – Prestar contas obedecendo aos prazos e condições assinalados pela Administração Pública e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em vigência à época da prestação, sob pena de suspensão dos repasses;

XIII – Devolver para a fazenda pública os eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os obtidos de aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, em caso de conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, devendo comprovar tal devolução nos moldes da prestação de contas, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública;

XIV – Não repassar nem redistribuir a outras organizações, ainda que sem fins lucrativos, os

Emerson  
Tadeu  
Gonçalves Ricci

Assinado de forma digital  
por Emerson Tadeu  
Gonçalves Ricci  
Dados: 2023.03.22  
10:17:16 -03'00'

3/17

recursos oriundos da presente parceria:

XV - Manter em seus arquivos os documentos originais que compuseram a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação das mesmas;

XVI - Permitir o livre acesso dos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XVII - Abster-se, durante toda a vigência da parceria, de ter como dirigentes membros do Poder Público ou do Ministério Público, ou dirigente órgão ou entidade da administração pública municipal direta ou indireta, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

XVIII - Não interromper o funcionamento do serviço a qualquer tempo durante a vigência contratual;

a) Constatada interrupção injustificada do serviço, será aplicado o desconto no repasse proporcional aos dias de interrupção, sem prejuízo da aplicação de sanções contratuais, administrativas e legais;

§1º - Constitui responsabilidade exclusiva da Conveniada o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos em virtude do presente instrumento, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio e de pessoal;

§2º - É de igual responsabilidade exclusiva da Conveniada o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste instrumento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública sua inadimplência em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

§3º - Quanto ao faturamento, a conveniada deverá enviar mensalmente ao Setor de Avaliação e Controle - Faturamento, por meio eletrônico, através do e-mail [fatura.saude@sorocaba.sp.gov.br](mailto:fatura.saude@sorocaba.sp.gov.br), todas as informações relacionadas ao faturamento de procedimentos SUS enviadas ao Ministério da Saúde;

XIX - Manter escrituração contábil conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO VALOR RECEBIDO**

5.1 A Organização deverá elaborar prestação de contas em papel timbrado, e entregá-la impreterivelmente em até 30 dias após o final da vigência do convênio para os casos de

Emerson

Tadeu

Gonçalves Rici

Assinado de forma  
digital por Emerson  
Tadeu Gonçalves Rici  
Dados: 2021.03.22  
19:17:32 -03'00'

6/15

repassse financeiro em parcela única, ou em até 30 dias após o pagamento de cada parcela para os casos de repasses financeiros em parcelas mensais e sucessivas. Os documentos deverão ser entregues na sede da Secretaria da Saúde - SES, localizada na Avenida Engenheiro Carlos Reinaldo Mendes nº 3.041, 2º andar, no Bairro Alto da Boa Vista, Sorocaba/SP CEP: 18013-280, cujo período de atendimento se dá em dia úteis, de segunda-feira a sexta-feira das 08h30min às 16h30min.

I – A organização poderá solicitar, por motivo excepcional, a prorrogação do prazo para apresentação da prestação de contas, a ser apreciado pela SES.

II – A não apresentação da prestação de contas no prazo estipulado implica na suspensão de repasses até a regular apresentação dos documentos cabíveis.

§1º - Todos os documentos da prestação de contas deverão ser apresentados em cópias legíveis, carimbados e rubricados pelo representante legal da organização para que possam ser conferidos.

§2º - Junto às cópias físicas indicadas no §1º, a conveniada deverá apresentar uma cópia digital da integralidade dos documentos em CD, DVD ou outra mídia digital compatível com acesso por computadores.

§3º - A conveniada deverá manter em seu sítio eletrônico, para fins de transparência, cópias dos documentos a seguir:

I – Estatuto social atualizado;

II – Cópia do presente convênio, prorrogações e aditivos, se houver, respectivos Planos de Trabalho e valores recebidos;

III – Relação nominal dos dirigentes;

IV – Lista de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas) e os respectivos valores pagos;

V – Remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos ou funções que atuem no objeto contratado;

VI – Balanços, demonstrações contábeis e relatórios físico-financeiros de acompanhamentos;

VII – Regulamento de compras e de contratação de pessoal.

§4º - Quando o último dia do prazo para prestação de contas ocorrer aos finais de semana ou feriados, a mesma deverá ser entregue no primeiro dia útil subsequente.

5.2 Os documentos mensais exigidos para a prestação de contas são:

Emerson  
Tadeu  
Gonçalves Ricci

Assinado de forma  
digital por Emerson  
Tadeu Gonçalves Ricci  
Data: 2021.03.22  
19:17:45 -0300

7/15



I – Relatório de execução financeira do convênio, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho deverá ser acompanhado de justificativa para a devida análise;

II – Cópias dos documentos referentes às despesas, devidamente assinados pelo representante da conveniada, com os comprovantes devidamente carimbados com os dizeres: “PAGO COM RECURSOS FEDERAIS DO CONVÊNIO P.A. Nº 5425/2021 – FIRMADO COM O MUNICÍPIO DE SOROCABA – SES” ou “PAGO COM RECURSOS MUNICIPAIS DO CONVÊNIO P.A. Nº 5425/2021 – FIRMADO COM O MUNICÍPIO DE SOROCABA – SES”, nos termos das Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Tribunal de Contas da União;

III – Holerites;

IV – Recibos de Pagamento Autônomo (RPA) que constem, no mínimo, identificação completa do prestador de serviço, número do PIS, valor e descontos, data, serviço prestado, período da execução do serviço e assinaturas do empregador e empregado;

V – Notas fiscais eletrônicas em que conste o CNPJ e o endereço da conveniada,

VI – Cupons fiscais em que conste o CNPJ da conveniada, descrição detalhada do material ou serviço prestado e da quantidade, preço unitário e total,

VII – Guias de recolhimento de impostos e contribuições;

VIII – Relação nominal das pessoas que foram atendidos pela instituição naquele período em acordo com a meta estabelecida, com declaração de veracidade assinada e rubricada pelo presidente e pelo responsável pela execução do plano de trabalho;

IX – Certidão de regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, com prazo de validade em vigência;

X – Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

XI – Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Estaduais;

XII – Certidão Negativa de Tributos Municipais;

XIII – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

XIV – Relação dos profissionais vinculados ao projeto contendo nomes e cargos;





XV – Extrato bancário da conta-corrente exclusiva do repasse, com a respectiva aplicação financeira, contemplando todos os dias do mês de referência, contendo saldo anterior e final.

XVI – Anexo RP II - Área Municipal - "Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas" conforme Resolução 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§1º – Os documentos originais da prestação de contas deverão ser arquivados para fiscalização a qualquer tempo por um período de 10 anos.

§2º – Os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser referentes ao mês de competência do serviço.

§3º – Caso alguma Certidão exigida neste item esteja vencida ou positiva, o pagamento será suspenso temporariamente até a devida regularização, não obrigando o Município de Sorocaba a realizar pagamento acumulando o valor retroativo, exceto quanto às certidões positivas com efeitos de negativa.

§4º – A SES poderá solicitar documentos comprobatórios, declarações, notas explicativas, extratos bancários, seja qual for a conta-corrente, desde que tenha movimentado recursos oriundos da parceria, ou qualquer outro documento necessário para análise das prestações de contas.

§5º – A SES poderá solicitar a correção/substituição de documentos que constem informações incorretas, emendas, rasuras ou quaisquer inconformidades que comprometam a análise das contas.

§6º – A SES poderá solicitar o reembolso de valores correspondentes a despesas liquidadas em inconformidade com este instrumento, Plano de Trabalho, Leis, normas e instruções vigentes.

§7º – O prazo para atender ao disposto no §4º é de 05 (cinco) dias úteis, excluindo-se o dia da notificação. O não cumprimento deste prazo ensejará na glosa dos valores correspondentes as despesas a que se referem os documentos ou esclarecimentos não apresentados.

5.3 Os recursos enquanto não utilizados serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança ou outra aplicação de instituição financeira oficial.

Parágrafo único – As receitas financeiras auferidas da aplicação dos recursos serão obrigatoriamente computadas a crédito do ajuste e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

5.4 Os pressupostos de prestação de contas previstos neste tópico são condições para que a conveniada receba a próxima parcela do repasse, quando houver.

Emerson  
Tadeu  
Gonçalves Ricci

Assinado de forma  
digital por Emerson  
Tadeu Gonçalves Ricci  
Dados: 2021.03.23  
19:08:33 -03'00'

9715

5.5 As despesas a seguir não poderão compor a prestação de contas, sendo vedado o uso dos recursos do convênio para estes fins:

- I - Taxa de administração, taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária;
- II - Pagamentos, a qualquer título, a servidor ou empregado público, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas exceções legais;
- III - Qualquer despesa anterior à celebração do convênio e/ou alheia à finalidade do objeto da parceria, e todas as demais não previstas no plano de trabalho;
- IV - Pagamentos efetuados em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante a vigência do convênio e seja expressamente autorizada pela Administração Pública;
- V - Despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, desde que previstas no Plano de Trabalho;
- VI - Despesas pagas em "espécie" ou em "cheques", salvo se houver autorização expressa para tal ato e com previsão em plano de trabalho, sendo as transações eletrônicas a regra para pagamento de despesas;
- VII - Empréstimos;
- VIII - Aquisição de material permanente, exceto quando previsto em plano de trabalho e expressamente autorizado pela Administração Pública, onde o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, devendo a conveniada formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de extinção do convênio;
- IX - Obras, exceto quando previsto em plano de trabalho e expressamente autorizado pela Administração Pública;
- X - Ações trabalhistas e indenizações, inclusive, aviso prévio indenizado;
- XI - Consultoria e assessoria, exceto de serviços contábeis, mediante emissão de nota fiscal com CNAF relacionado a atividades de contabilidade ou serviços combinados de escritório e apoio administrativo e, desde que, orçado com, pelo menos, três possíveis prestadores;

5.6 A não prestação de Contas conforme itens anteriores implicará na imediata suspensão do repasse seguinte, sem prejuízo da prestação de contas do valor recebido que deverá ocorrer conforme cláusula 5.1, não obrigando o Município de Sorocaba realizar pagamento cumulando o valor retroativo.

Emerson  
Tadeu  
Gonçalves Ricci

Assinado de forma  
digital por Emerson  
Tadeu Gonçalves Ricci  
Dados: 2021.03.22  
19:18:26 -03'00'

10/15

5.7 A prestação de contas deverá conter elementos que permitam ao gestor avaliar o andamento ou concluir que seu objeto foi executado conforme pactuado, com descrição das atividades executadas e comprovação do alcance das metas esperadas até o período da prestação de contas.

5.8 Serão retidos os valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa ou com justificativa não aprovada pelo órgão gestor.

5.9 As despesas deverão ser liquidadas em estrita conformidade com a planilha orçamentária apresentada junto ao plano de trabalho, podendo a SES vetar tais despesas, desde que estejam em desacordo com a legislação vigente.

5.10 No final de cada exercício e no final da vigência da parceria, a conveniada deverá apresentar as prestações de contas "Anuais" até o dia 15 de fevereiro do exercício seguinte, observando também as regras estabelecidas pelas Instruções nº 01/2020 do TCE/SP e outras que vierem a ser eventualmente disciplinadas.

I – A não apresentação das prestações de contas anuais de que trata a cláusula 5.10 no prazo estipulado, ensejará na suspensão dos repasses, desconto proporcional dos dias em atraso no próximo repasse, ou emissão de documento de arrecadação municipal para restituição no caso de não houverem novas parcelas a serem repassadas, sem prejuízo de sanções administrativas/contratuais.

5.11 A conveniada deverá apresentar até 30 de Abril do ano seguinte, cópia do Balanço Anual e do Demonstrativo de Resultado do Exercício com indicação dos valores repassados pela SES referente ao exercício em que o numerário foi recebido.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA HIPÓTESE DE RETOMADA

6.1 Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da conveniada, o MUNICÍPIO, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, poderá:

I – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela conveniada até o momento em que o MUNICÍPIO assumir as responsabilidades;

II – retomar os bens públicos eventualmente em poder da conveniada parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens.

Emerson

Tadeu

Gonçalves Ricci

Assinado de forma  
digital por Emerson

Tadeu Gonçalves Ricci

Dados: 2021.03.22

19:18:41 -03'00'

11/15

**CLÁUSULA SETIMA DAS SANÇÕES**

7.1 Pela execução do convênio em desacordo com o plano de trabalho e com as normas legais, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à conveniada as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa de 0,5% (meio por cento) do valor do convênio, por dia, até o total de 10 (dez) dias em caso de paralisação na prestação dos serviços, ou na falta constatada desta, sem motivo justificado ou relevante;

III - Multa de 1% (um por cento) do valor do convênio, por dia, até o total de 10 (dez) dias em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas deste termo;

IV - Decorridos os prazos dos itens II e III desta cláusula, ou em caso de falta grave ou reincidência dos motivos que levaram a conveniente a aplicar as sanções qui previstas, o convênio poderá ser rescindido, caso em que será cobrada multa no importe de 20% (vinte por cento) do valor total do termo;

V - Multa de mora de 1% (um por cento) do valor mensal, em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato;

VI - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

VII - Impedimento de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

VIII - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressair a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§1º - A administração pública poderá rescindir a qualquer tempo, unilateralmente, o presente Termo, no caso de ser constatado o seu descumprimento, por parte da conveniada, sendo assegurado o direito a ampla defesa e ao contraditório no prazo de quinze dias após ser notificada desta intenção.

§2º - A sanção estabelecida é de competência exclusiva do Secretário da Saúde e, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§3º - A multa aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§4º - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

§5º - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

§6º - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA POSSIBILIDADE DE DENÚNCIA

8.1 Denúncia Unilateral: A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participarem voluntariamente da avença.

8.2 Denúncia Consensual: Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento de Convênio a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

#### CLÁUSULA NONA - DOS BENS REMANESCENTES

9.1 No caso da extinção da parceria os materiais de consumo eventualmente adquiridos com recursos oriundos do convênio, permanecerão em poder da organização para consecução de suas finalidades estatutárias, desde que haja parceria vigente com o município.

9.2 Havendo bens permanentes remanescentes adquiridos com recursos do convênio, permanecerão em poder da organização para consecução de suas finalidades estatutárias, desde que haja parceria vigente com o município.

#### CLÁUSULA DEZ - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A Prefeitura designará o Sr. Alessandro Tadeu Di Lorenzo e Pamela Caroline Dias como fiscalizadores do convênio.

Emerson  
Tadeu  
Gonçalves Riel

Auxílio de firma  
digital por Emerson  
Tadeu Gonçalves Riel  
Dados: 2021.03.22  
11.1902.0.000

13/15

10.2 Emerson Tadeu Gonçalves Rici como fiscalizador do convênio.

10.3 Os fiscalizadores poderão designar outros membros para auxiliá-los no exercício da fiscalização, e caso ocorra alteração será formalizada por apostilamento, o qual será assinado pelo Secretário da Saúde.

**CLÁUSULA ONZE - DO FORO**

11.1 Para dirimir eventuais conflitos emergentes deste Termo de Convênio e não solucionadas pela via administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Sorocaba.

E, por estarem assim justos, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma e na presença de 02 (duas) testemunhas.

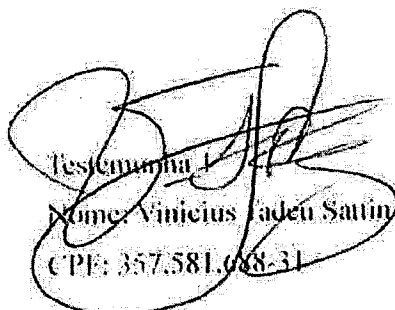
Sorocaba, 22 de Março de 2021.


  
**RODRIGO MACANHATO**  
Prefeito de Sorocaba

Emerson  
Tadeu  
Gonçalves Rici

Assinado de forma  
digital por Emerson  
Tadeu Gonçalves Rici  
Dados: 2021.03.22  
19:19:23 -03'00'

**EMERSON TADEU GONÇALVES RICÍ**  
Presidente  
Associação Brasileira de Educação e Saúde

  
Testemunha 1  
Nome: Vinicius Tadeu Santin Rodrigues  
CPF: 357.581.648-31

  
Testemunha 2  
Nome: Felipe Roberto Sena  
CPF: 352.798.028-83

**ANEXO I**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS VALORES FIXOS E VARIÁVEIS**

1.1 Os valores das diárias dos leitos são compostos dos valores fixos e variáveis demonstrados abaixo:

Leito com Suporte Respiratório Pulmonar					
Descrição Valor da Diária	Valor Total	Investimento	Custo Fixo da Unidade	Custo Fixo do Leito	Custo Variável do Leito
	R\$ 4.438,65	R\$ 517,90	R\$ 2.297,65	R\$ 1.202,15	R\$ 420,95
Leito de Enfermaria					
Descrição Valor da Diária	Valor Total	Investimento	Custo Fixo da Unidade	Custo Fixo do Leito	Custo Variável do Leito
	R\$ 1.280,26	R\$ 149,38	R\$ 662,72	R\$ 346,74	R\$ 121,42

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA METODOLOGIA DO DESCONTO**

2.1 Mensalmente a Central de Regulação de Leitos da Secretaria da Saúde enviará a Divisão de Administração de Convênios - DAC, relatório informando a qualificação e a quantidade de leitos disponibilizados, bem como a quantidade de leitos não ocupados no período.

2.2 A Divisão de Administração de Convênio - DAC efetuará o cálculo dos valores a serem descontados baseado no Custo Variável do Leito, se for o caso, e procederá com a dedução do respectivo valor no repasse das próximas parcelas, quando houver, ou, na ocasião do encerramento do convênio, notificará a instituição do valor total a ser devolvido aos cofres municipais e instruirá a conveniada de como proceder.

Emerson  
Tadeu  
Gonçalves  
Rici

Assinado de forma  
digital por Emerson  
Tadeu Gonçalves  
Rici  
Dados: 2021.03.22  
10:20:47 -03'00'





**ANEXO RP-11 – REPASSES AO TERCEIRO SETOR – TERMO DE CIÊNCIA  
E DE NOTIFICAÇÃO – TERMO DE CONVÊNIO**

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A): MUNICÍPIO DE SOROCABA

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

TERMO DE CONVÊNIO Nº (DE ORIGEM): 2021/5425

OBJETO: DISPONIBILIZAÇÃO DE 40 (QUARENTA) LEITOS CLÍNICOS E 20 (VINTE) LEITOS DE SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR, DESTINADOS AO TRATAMENTO DE PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, COM SUSPEITA OU CONTAMINADOS POR COVID-19.

VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1): R\$ 25.197.000,00

EXERCÍCIO (1): De \_\_\_\_/03/2021 À \_\_\_\_/09/2021

ADVOGADO(S)/ Nº OAB / E-MAIL:

(2) \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Sorocaba, 22 de Março de 2021.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE:**

Nome: RODRIGO MAGANHATO

Cargo: Prefeito de Sorocaba

CPF: 273.624.018-92

**AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:**

Nome: EMERSON TADEU GONÇALVES RICI

Cargo: Presidente

CPF: 136.754.338-03

**Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:**

**PELO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE:**

Nome: RODRIGO MAGANHATO

Cargo: Prefeito de Sorocaba

CPF: 273.624.018-92

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:**

**PELA ENTIDADE CONVENIADA:**

Nome: EMERSON TADEU GONÇALVES RICI

Cargo: Presidente

CPF: 136.754.338-03

Assinatura: \_\_\_\_\_

(1) Valor repassado e exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas.

(2) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



HOSPITAL MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI  
Avenida das Amoreiras, 233 - Bairro Parque Itália - CEP 13036-225 - Campinas - SP

HMMG-DIRHMMG/HMMG-PRESIDENCIA/HMMG-DJUR/HMMG-DIR ADM-CC-SF

## CONTRATO

Campinas, 19 de agosto de 2021.

**SEI nº HMMG.2021.00000993-52**

**Medida Provisória 1.047/2021**

### TERMO DE CONTRATO EMERGENCIAL Nº 189/2021

TERMO DE CONTRATO EMERGENCIAL que entre si celebram a REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR e Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES.

A REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR, autarquia municipal de Campinas com endereço na Av. Prefeito Faria Lima, nº 340, inscrito no C.G.C/MF com nº 47.018.676/0001-76, devidamente representado por seu Diretor Presidente, Dr. Sérgio Bisogni, e seu Diretor Administrativo, Henrique Milhina Moreira, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado, a empresa, Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES, inscrita no CNPJ sob o nº 10.857.726/0001-07, com endereço comercial na Avenida Paranapanema, 1343 Sala 03 Bairro Sumarezinho CEP 14.051-290 representada por seu representante legal Emerson Tadeu Gonçalves Rici, RG 25.456.137-8 e CPF 136754338-03, doravante denominada **CONTRATADA**, acordam firmar o presente instrumento de contrato, em conformidade com o SEI nº **HMMG.2021.00000993-52**, o qual é de pleno conhecimento das partes, integrando o presente instrumento como se transcrito estivesse o ato homologatório, autorização exarada pela Diretoria da Rede Mário Gatti e o Termo de Referência, sujeitando-se às condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente contratação se dá pela necessidade emergencial em prover atendimento das vítimas da COVID-19 que serão atendidos no imóvel situado na Avenida Amoreiras, 315, doravante denominado Unidade Hospitalar Mario Gatti - Amoreiras, com fundamento na Constituição Federal (artigos 198 e 199), Leis Federais 8080/90, 8142/90 e 8666/93 e Resolução nº 2.271, de 14 de fevereiro de 2020 e Medida Provisória nº 1.047, de 3 de maio de 2021.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Contratação Emergencial, em caráter suplementar aos serviços públicos de saúde, de empresa para prestação de serviços através de postos de trabalho na área médica e

multiprofissional para atuar junto a leitos de terapia intensiva, de enfermaria e pronto socorro exclusivos para COVID-19, nas dependências da Unidade Hospitalar Mário Gatti - Amoreiras localizado na Avenida das Amoreiras 315, Parque Itália, Campinas, para enfrentamento da pandemia COVID-19, conforme especificações do presente Termo de Referência.

## 2.2. Especificação do Objeto:

2.2.1. Os serviços contratados compreendem atendimento a leitos de enfermaria e pronto socorro através da disponibilização de postos de trabalho médicos e multiprofissionais em saúde, nas **quantidades e especificações** indicados na tabela do item 2.2.2;

### 2.2.2. Tabela postos de trabalho:

FUNÇÃO/ CARGO	QTD	JORNADA- Tipo de posto
<u>Médico</u>		
Médico Clínico Geral plantonista	07	24 horas segunda a domingo
Médico Clínico Geral horizontal	02	06 horas de segunda a sexta diurno
Médico Infectologista	01	6 horas segunda a sexta diurno
Médico Intensivista plantonista	03	24 horas segunda a domingo
Médico Intensivista horizontal	04	06 horas de segunda a sexta diurno
<u>Enfermagem</u>		
Enfermeiros	06	24 horas segunda a domingo
Enfermeiro CCIH	01	6 horas segunda a sexta diurno
Técnico de enfermagem CCIH	02	6 horas segunda a domingo diurno
Enfermeiro chefia	01	24 horas de segunda a domingo diurno
Técnicos de enfermagem	21	24 horas segunda a domingo

<u>Equipe Multiprofissional / Apoio</u>		
Técnicos em RX (RX simples e Tomografia)	02	24 horas de segunda a domingo
Fisioterapeutas	04	18 horas de segunda a domingo
Assistente social	01	12 horas de segunda a domingo diurno
Psicólogo	01	6 horas de segunda a sexta diurno
Vigilância desarmada	04	24 horas segunda a domingo
Vigilância desarmada - Supervisor	01	24 horas segunda a domingo
<u>TOTAL</u>	61	

2.2.3. A prestação de serviços deverá observar todas as recomendações da NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020 (Atualizada), e Norma Técnica nº 69/2020/SEI/GRECS/GGTES/DIRE 1/ANVISA;

2.2.4. A contratada deverá garantir que a prestação dos serviços por meio dos profissionais previstos 2.2.2 sejam realizados com observância das competências e atribuições mínimas, estabelecidas para equipes médica e multidisciplinar, nos termos do Anexo II – Descrição de Competências e Atribuições, deste Termo de Referência;

2.2.5. Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA, por meio de profissionais pertencentes ao seu quadro de pessoal ou por ela contratados, assumindo inteira responsabilidade por eles, em todos os aspectos legais;

2.2.6. A contratada deverá manter durante toda a vigência do contrato em seu quadro profissionais com a capacitação exigida (registro vigente em órgão de classe e experiência conforme exigido), estando a contratação/vínculo destes profissionais de acordo com as leis vigentes;

2.2.7. Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA, por meio de profissionais pertencentes ao seu quadro de pessoal ou por ela contratados, assumindo inteira responsabilidade por eles, em todos os aspectos legais;

2.2.8. A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência do contrato em seu quadro profissionais com a capacitação exigida (registro vigente em órgão de classe e experiência conforme exigido), estando a contratação/vínculo destes profissionais de acordo com as leis vigentes.

2.2.9. Por se tratar de serviço essencial deverá ser executado de forma ininterrupta, devendo a CONTRATADA providenciar substituição imediata em caso de ausência dos profissionais que o compõem, seja por motivo de férias, licenças ou outras ausências quaisquer, para não ocasionar desassistência aos pacientes, estando sujeita a intercorrer nas penalidades cabíveis;

2.2.10. Essa substituição deverá se dar no prazo máximo de 02 (duas) horas. Caso a substituição não seja efetuada nesse prazo, será descontado o valor do dia referente ao posto a que pertence;

2.2.11. A Contratada deverá disponibilizar, com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas, ao gestor do contrato, a escala com o nome dos funcionários para a semana subsequente. Caso necessite de alteração na escala que possa ser prevista deverá ser avisado por e-mail ao gestor do contrato com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas. Se a alteração não puder ser prevista, a mesma deverá ser informada imediatamente por e-mail ao gestor, com a devida justificativa;

2.2.12. Os setores não poderão, sob nenhuma hipótese, ficar sem a presença de funcionário durante o período da jornada do respectivo plantão, devendo a Contratada sempre condicionar a saída no plantão de um funcionário, à entrada de outro, cabendo ao Contratante a solicitação de permanência do funcionário do plantão, em caso de atraso e/ou de ausência, até que o preposto possa tomar as providências cabíveis;

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**

3.1 - A presente contratação vigorará pelo período de 90 (noventa) dias, a partir do recebimento da Ordem de Início dos Serviços, emitida pela Rede Mário Gatti, podendo ser prorrogada até o limite legal.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO**

4.1 - Dá-se ao presente contrato o valor global de R\$ 6.981.827,88 (seis milhões, novecentos e oitenta e um mil oitocentos e vinte e sete reais e oitenta e oito centavos);

4.2 - Os valores estabelecidos para a presente contratação incluem, além do lucro, todas as despesas e custos operacionais, inclusive trabalhistas, fundiários e previdenciários, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas à prestação dos serviços e à contratação em geral.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 - As despesas decorrentes deste termo de contrato serão processadas por conta das verbas próprias do orçamento vigente, processadas pela unidade orçamentária:

583000 – 58304 – 10.302.1027.4169 – 339039 – 0005.312007

### **CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

6.1. A Contratada deverá prestar serviços descritos neste Termo de Referência de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todo o período de vigência contratual, incluindo finais de semana, feriados e ponto facultativo;

6.2. A Contratada deverá possuir um responsável técnico médico, com registro no respectivo conselho de classe, um responsável técnico enfermeiro, com registro no respectivo conselho de classe e um responsável técnico fisioterapeuta, com registro no respectivo conselho de classe;

6.3 A Contratada deverá obedecer às rotinas administrativas de funcionamento, protocolos assistenciais e de atendimentos implantados pela Rede Mário Gatti, assumidos pelos responsáveis técnicos:

6.3.1. A contratada deverá apresentar, em até 30 dias, os registros de treinamentos dos profissionais nos manuais de normas e rotinas estabelecidos pela Rede Mário Gatti, inclusive no sistema Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários (AGHU), para a operacionalização dos setores;

6.4. A Contratada será responsável pelo atendimento a pacientes referenciados pela Coordenação Setorial de Regulação de Acesso - CSRA e Central de Regulação de Oferta de Serviços da Saúde – CROSS, bem como aqueles que procuram a unidade por livre demanda. Todos os pacientes que venham necessitar de internação deverão ser cadastrados no sistema CROSS;

6.5. A Contratada deverá adotar Prontuário Único do Usuário, já utilização pela Rede Mário Gatti (AGHU), com as informações completas do quadro clínico e sua evolução, intervenções e exames realizados, todas devidamente escritas de forma clara e precisa, datadas, assinadas e carimbadas pelo profissional responsável pelo atendimento (médicos, equipes de enfermagem, e demais profissionais de saúde que o assistam), e, ao final da internação, deverá garantir todas as informações necessárias à efetivação do faturamento junto ao SUS, incluindo a montagem do prontuário médico dos pacientes:

6.5.1 Caso sejam necessárias informações adicionais ou complementação de preenchimento de documentos para fins de faturamento, será de responsabilidade da empresa contratada efetuar no menor prazo possível, podendo em caso de perda de faturamento por preenchimento incorreto ou falta de documentação, ser encaminhado para penalização;

6.6. Em se tratando de serviço essencial, deverá ser executado de forma ininterrupta, devendo a Contratada providenciar substituição imediata em caso de ausência dos profissionais que o compõem, seja por motivo de férias, licenças ou outras ausências quaisquer, para não ocasionar desassistência aos pacientes, estando sujeita a intercorrer nas penalidades cabíveis;

6.7. Em caso de substituição, os novos profissionais deverão ter as mesmas qualificações e características exigidas para a respectiva atividade profissional;

6.8. Considera-se máximo de atendimento: 100% de leitos previstos neste Termo de Referência.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

7.1. Após conferência e aprovação dos relatórios por parte da Contratante, a Contratada deverá apresentar à unidade gestora da Rede Mário Gatti, a nota fiscal mensal referente aos serviços prestados;

7.2. A nota fiscal não aprovada pela Rede Mário Gatti será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição;

7.3. A devolução da fatura não aprovada pela Contratante, em hipótese nenhuma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda a execução dos serviços;

7.4. A nota fiscal deverá conter a identificação do número do protocolo administrativo, períodos e/ou mês de referência da execução dos serviços, discriminação dos serviços e valores;

7.5. Após o aceite definitivo pela unidade gestora do contrato, a nota fiscal será encaminhada para pagamento com vencimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do aceite;

7.6. A Contratante poderá reter preventivamente, até conclusão de procedimento administrativo de apuração, eventuais pagamentos devidos à CONTRATADA, visando a garantia de ressarcimento ao Erário, caso ocorra qualquer uma das hipóteses previstas como obrigação de ressarcimento

ao ente público em razão de descumprimento das obrigações pactuadas.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

O Contratante obriga-se a:

8.1. O Contratante obriga-se a efetuar periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela Contratada;

8.2. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços;

8.3. Promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a sua execução;

8.4. Fiscalizar a execução dos serviços, podendo para tanto fazer uso dos formulários contidos neste termo em forma impressa ou mediante o uso de recursos tecnológicos como softwares de gestão e outros sem, contudo, alterar os procedimentos e prazos ora estabelecidos;

8.5. Indicar o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual;

8.6. Relacionar-se com a Contratada através de pessoa por ela credenciada (preposto);

8.7. Emitir a Ordem de Início dos Serviços, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data de início da execução dos mesmos, ou em prazo menor, de acordo com a anuência das partes;

8.8. Efetuar os pagamentos na forma estabelecida no edital, termo de referência e termo de Contrato;

8.9. Comunicar à Contratada qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas neste Termo de Referência e no respectivo Termo de Contrato, determinando as medidas necessárias à sua imediata regularização;

8.10. Aplicar, por atraso ou inexecução parcial ou total dos serviços, as sanções administrativas previstas no Termo de Contrato;

8.11. Arcar com as despesas de tarifas públicas de água, energia elétrica, demais insumos e equipamentos que ficarão sob responsabilidade da Rede Mário Gatti;

8.12. Arcar com as despesas instalações de tanques de gases, equipamentos de vácuo e ar comprimido que ficarão sob responsabilidade da Rede Mário Gatti.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA deverá:

9.1. Prestar os serviços técnicos de saúde que estão especificados no Termo de Referência, de acordo com o estabelecido neste contrato;

9.2. Dar atendimento exclusivo aos usuários do SUS no estabelecimento de saúde cuja operação lhe está conferida; respeitando os princípios do SUS, sendo estritamente vetada cobrança financeira aos pacientes por qualquer procedimento;

9.3. Dispor, por razões de planejamento das atividades assistenciais, de informação oportuna



sobre o local de residência dos pacientes atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando o município de residência;

9.4. Responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis e imóveis objetos de Comodato, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;

9.5. Observar criteriosamente as legislações pertinentes à natureza da prestação de serviços, em especial os protocolos previstos nas: Norma Técnica nº

69/2020/SE/GRECS/GGTES/DIRE 1/ANVISA, NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020; GUIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional pela Doença pelo Coronavírus 2019 Vigilância integrada de Síndromes Respiratórias Agudas Doença pelo Coronavírus 2019, Influenza e outros vírus respiratórios; \* DIRETRIZES PARA DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA COVID-19 do Ministério da Saúde, publicado em 06 de abril de 2020; \*Protocolo de Manejo Clínico da Covid-19 na Atenção Especializada do Ministério da Saúde, 1ª Edição Revisada, e demais normas aplicáveis;

9.6. Cumprir e exigir que o seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, devendo obrigar o uso, pelos seus empregados e prestadores de serviço, de todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI para garantir a segurança na prestação dos serviços indicados pela situação da Pandemia Covid 19, além de fiscalizar seu uso adequado:

9.6.1 A contratada deverá fornecer aos profissionais sob sua gestão, às suas expensas, os itens: Óculos de proteção ou viseiras (face shield) e máscaras N95, ficando a limpeza e reposição dos mesmos sob sua responsabilidade. Os itens: Luvas descartáveis, máscaras cirúrgicas, gorros e aventais, serão fornecidos pela contratante;

9.7. Orientar as equipes designadas para a prestação dos serviços nas dependências da Unidade Hospitalar a observarem e executarem os serviços em conformidade com as rotinas e normas técnicas do estabelecimento; deverão seguir os procedimentos operacionais padrões e protocolos institucionais pré-estabelecidos; garantindo todos os registros de atendimento e intercorrências em prontuário, disponibilizando as informações no sistema AGHU.

9.8. Caberá a CONTRATADA se responsabilizar pelo cuidado e conservação dos equipamentos que eventualmente vier a utilizar para prestação dos serviços, bem como seus insumos;

9.9. Identificar todos os bens móveis de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade das instituições parceiras ou da contratante;

9.10. A contratada responderá única, exclusiva e diretamente quaisquer reclamações e eventuais erros de atendimento, por todo e qualquer ato praticado por seus empregados, ex-empregados ou prepostos, inclusive médicos, que dele decorra a obrigação e/ou necessidade de ressarcimento de danos materiais ou morais, inclusive reclamações e eventuais condutas de não conformidade técnica dos integrantes de sua equipe, eximindo o CONTRATANTE de toda e qualquer responsabilidade;

9.11. Informar na assinatura do contrato os números de telefones, aparelhos de rádio chamada ou de qualquer outro meio de comunicação que permita a agilidade no contato para o atendimento e que permita à instituição localizar os profissionais de plantão, principalmente dos responsáveis técnicos;

9.12. Indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-la em tudo o que se relacionar com os serviços prestados, no ato da assinatura do contrato, através de documento em papel timbrado e assinado pelo responsável legal;

- 9.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente e realizar em conjunto com o gestor do contrato, a planificação e execução dos serviços, garantindo suporte para o atendimento ininterrupto;
- 9.14. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências e equipamentos necessários aos serviços;
- 9.15. Observar a legislação trabalhista, inclusive quanto a jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional;
- 9.16. Responsabilizar-se por remunerar os profissionais contratados para prestação dos serviços com salários não inferiores ao piso salarial das respectivas categorias, firmado em acordo, convenção ou dissídio coletivo;
- 9.17. A Contratada deverá providenciar para que seus empregados designados para prestação dos serviços se apresentem trajando uniformes sempre limpos e completos, sendo que todos os funcionários deverão usá-los em serviço em todas as áreas;
- 9.18. O preposto deverá manter-se atualizado quanto ao andamento situacional do contrato, bem como quanto à realização dos trabalhos, devendo estar apto a esclarecer questões relacionadas a administração de pessoal, documentos fiscais, desenvolvimento das tarefas e informações contratuais;
- 9.19. Fica proibido o fornecimento de declarações, documentos e ofícios diretamente à imprensa, empresas e outros órgãos sem o aval dos gestores do contrato;
- 9.20. Executar os serviços de tal forma que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar;
- 9.21. Realizar a identificação dos profissionais que prestarem os serviços:
- 9.21.1. A CONTRATADA deverá manter seu pessoal uniformizado, identificando-o por meio de crachás, com fotografia recente, para que eles transitem nas dependências do Hospital e realizem as atividades propostas de maneira segura ao profissional e ao paciente;
- 9.22. Comunicar o CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 9.23. Responder a todas as reclamações do setor de atendimento dos pacientes, auditoria, serviço de atendimento ao usuário ou equivalente, relativas ao objeto da presente contratação;
- 9.24. Arcar com os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste Termo de Referência, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;
- 9.25. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Rede Mário Gatti, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução;
- 9.26. Manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados materiais, pormenores, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais, e inovações que venham a ter conhecimento ou acesso, ou que lhe tenha sido confiado em razão desta contratação, sendo eles de interesse do CONTRATANTE, não podendo sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, sob as penas da Lei;
- 9.27. Responsabilizar-se por toda e qualquer perda, despesa, custo, dano ou prejuízo que o CONTRATANTE venha a sofrer em decorrência da atuação dos profissionais da CONTRATADA

alocados para a prestação dos serviços objeto da presente contratação, incluindo qualquer ação judicial, sob qualquer fundamento, independente de argumentação de responsabilidade solidária ou subsidiária entre as partes, ou qualquer cobrança de autoridades governamentais relacionadas a encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, ou outros impostos ou taxas referentes a prestação dos serviços; e obrigar-se a, integral e prontamente, indenizar o CONTRATANTE por tais perdas, despesas, custos, danos ou prejuízos, incluindo honorários advocatícios;

9.28. Preencher fichas, formulários, relatórios e/ou documentação de cada atendimento e procedimento realizado, em sua totalidade, que fazem parte obrigatória da documentação objeto da prestação do serviço, com letra legível, nome completo do médico responsável, número de CRM e assinatura, seguindo as determinações legais quanto ao preenchimento, de modo a permitir o faturamento total dos serviços prestados junto ao Sistema Único de Saúde;

9.29. Os procedimentos realizados deverão observar os protocolos técnicos estabelecidos pela Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar, em consonância com as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde;

9.30. Cumprir toda a normatização da regulação Municipal, Estadual e Federal pertinente à prestação de serviços públicos de saúde, incluindo as eventuais alterações posteriores destas normatizações;

9.31. A contratada deverá entregar à Contratante toda e qualquer documentação gerada em função da prestação dos serviços objeto do contrato, bem como cederá em caráter definitivo a propriedade intelectual e os direitos autorais concernentes aos produtos elaborados no âmbito da contratação, entendendo-se por produto quaisquer estudos, modelo de dados, base de dados, base de conhecimento, esquemas, scripts, relatórios, páginas na intranet e internet, documentação didática em papel ou em mídia eletrônica, dentre outros, ficando proibido à CONTRATADA e/ou a terceiros qualquer tipo de comercialização, apropriação ou divulgação destes;

9.32. A Contratada deverá garantir o controle de frequência dos seus funcionários, podendo para isto instalar relógios ponto na unidade. Esses controles de frequência deverão ser apresentados para compor os relatórios de prestação de serviços.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.1. A Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar designará funcionário (s) como GESTOR DO CONTRATO, com a função de fazer toda a comunicação formal com a Contratada, ser responsável pela emissão de Notas de Empenho e Ordens de Serviço, controlar a execução do contrato e dar encaminhamento às notas fiscais, quando do recebimento dos serviços;

10.2. A Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar indicará funcionário (s) público(s) como FISCAL DO CONTRATO, com a função de proceder, regularmente, a competente fiscalização dos serviços, a fim de comprovar o fiel e correto cumprimento da execução contratual, estando este subordinado ao GESTOR DO CONTRATO;

10.3. O GESTOR DO CONTRATO e o FISCAL DO CONTRATO poderão se corresponder com a empresa com relação aos aspectos técnicos do serviço, de forma a garantir agilidade na execução contratual e garantir seu cumprimento;

10.4. Considerando a necessidade de agilização dos procedimentos, a tramitação/comunicação do(s) documento(s) a ser(em) encaminhado(s) à(s) Contratada poderão ser feitos através de via digital (e-mail);

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES**

11.1. Em caso de não cumprimento, por parte da Contratada, das obrigações assumidas, ou de infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

11.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade para as quais tenha a Contratada concorrido diretamente;

11.1.2. Multa de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso na retirada da Ordem de Início dos Serviços, até o quinto dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato, com aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

11.1.3. Multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado em iniciar a prestação do serviço, sobre o valor total do contrato, podendo resultar na rescisão unilateral do contrato pela Administração;

11.1.4. Em caso de rescisão unilateral do contrato pela Administração ou de qualquer descumprimento de outra cláusula contratual, será aplicada, garantida a defesa prévia, multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, de acordo com a gravidade da infração;

11.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Campinas ou com a Rede Mário Gatti, bem como impedimento de com estes contratar, ou declaração de inidoneidade, na hipótese de prática de atos ilícitos ou falta grave, ou cometer fraude, ambos por prazo de até 02 (dois) anos, independentemente da aplicação de outras penalidades previstas nesta cláusula;

11.1.6. Nos casos de declaração de inidoneidade, a contratada poderá, após decorrido o prazo de 02 (dois) anos de sua declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

11.2. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

11.3. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Contratante.

11.4. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

## **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS PARTES INTEGRANTES E DA VINCULAÇÃO**

12.1 – Integram o presente contrato, como se aqui estivessem transcritos: a proposta da Contratada com todos seus anexos do processo administrativo no SEI epigrafado;

12.2 – O presente contrato vincula-se a proposta da Contratada, despacho SEI nº 4162078.

## **CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

13.1. Constituem motivos para rescisão contratual:

13.1.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

13.1.2. A lentidão do seu cumprimento e o atraso injustificado do início dos serviços levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço;

13.1.3. Paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

13.1.4. A subcontratação dos serviços objeto do presente termo de referência sem a anuência da contratante;

13.1.5. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.6. O cometimento reiterado de faltas na sua execução dos serviços;

13.1.7. A dissolução da instituição contratada;

13.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da instituição que prejudique a execução do contrato;

13.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade da Instituição.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PESSOAL**

14.1 – O pessoal que a Contratada empregar para a prestação do serviço ora avençado não terá relação de emprego com o Contratante e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos.

14.1.1 – No caso de vir o Contratante a ser acionado judicialmente, a Contratada o ressarcirá de toda e qualquer despesa que, em decorrência disso, venha a desembolsar.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GARANTIA CONTRATUAL**

15.1. Para firmar o contrato, a CONTRATADA prestará garantia de adimplemento contratual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato;

15.2. A garantia de que trata o subitem anterior poderá consistir em:

15.2.1. Caução em dinheiro ou cheque administrativo ou títulos da dívida pública; ou

15.2.2. Seguro-garantia, com prazo compatível com o da vigência do Contrato; ou

15.2.3. Fiança bancária, com prazo compatível com o da vigência do Contrato.

15.3. Após o término do Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia de que trata este item será liberada, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do requerimento do interessado, por intermédio do Serviço de Protocolo, dirigido ao Diretor-Presidente da Rede Mário Gatti que deverá se manifestar quanto à execução contratual e encaminhar à Diretoria Jurídica. A liberação se dará

mediante autorização do Diretor Presidente da Rede Mário Gatti, após parecer da Diretoria Jurídica.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

16.1 - Os contratantes elegem o foro da Comarca de Campinas-SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campinas, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.021.

---

**DR. SERGIO BISOGNI**

Diretor-Presidente da Rede Mário Gatti

---

**HENRIQUE MILHINA MOREIRA**

Diretor Administrativo da Rede Mário Gatti

---

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES**

Responsável assinatura: Emerson Tadeu Gonçalves Rici

E-mail: [abradessaude@gmail.com](mailto:abradessaude@gmail.com)

RG nº: 25.456.137-8

**Visto**

**Diretoria Jurídica Rede**

---





Documento assinado eletronicamente por **EMERSON TADEU GONCALVES RICI**, **Usuário Externo**, em 24/08/2021, às 10:09, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA FONSECA CALADO NUNES**, **Procurador(a) Municipal**, em 24/08/2021, às 11:13, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO BISOGNI**, **Presidente**, em 24/08/2021, às 11:15, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE MILHINA MOREIRA**, **Diretor(a) Administrativo**, em 24/08/2021, às 14:39, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **4265377** e o código CRC **885B1B96**.

HMMG.2021.00000993-52

4265377v10



HOSPITAL MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI

Avenida das Amoreiras, 233 - Bairro Parque Itália - CEP 13036-225 - Campinas - SP

HMMG-DIRHMMG/HMMG-PRESIDENCIA/HMMG-DJUR/HMMG-DIR ADM-CC-SF

## TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

Campinas, 19 de agosto de 2021.

**CONTRATANTE:** Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar

**CONTRATADO:** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES

**TERMO DE CONTRATO Nº:** 189/2021

**OBJETO:** Contratação Emergencial, em caráter suplementar aos serviços públicos de saúde, de empresa para prestação de serviços através de postos de trabalho na área médica e multiprofissional para atuar junto a leitos de terapia intensiva, de enfermaria e pronto socorro exclusivos para COVID-19, nas dependências da Unidade Hospitalar Mário Gatti - Amoreiras localizado na Avenida das Amoreiras 315, Parque Itália, Campinas, para enfrentamento da pandemia COVID-19, conforme especificações do presente Termo de Referência.

ADVOGADO (S) / Nº OAB/e-mail: (\*) \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);



e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Campinas,                de                                de 2.021.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: Sergio Bisogni

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 870.675.798-72

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Sergio Bisogni

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 870.675.798-72

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: Sergio Bisogni

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 870.675.798-72

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: Henrique Milhina Moreira

Cargo: Diretor Administrativo

CPF: 338.492.468-17

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: Emerson Tadeu Gonçalves Rici

Cargo: Representante Legal

CPF: 136.754.338-03

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: Sergio Bisogni

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 870.675.798-72

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*)Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



Documento assinado eletronicamente por **EMERSON TADEU GONCALVES RICI**, Usuário Externo, em 24/08/2021, às 10:09, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA FONSECA CALADO NUNES**, Procurador(a) Municipal, em 24/08/2021, às 11:13, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO BISOGNI**, Presidente, em 24/08/2021, às 11:16, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE MILHINA MOREIRA**, Diretor(a) Administrativo, em 24/08/2021, às 14:39, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **4266076** e o código CRC **4BDCABFD**.

---

HMMG.2021.00000993-52

4266076v6





HOSPITAL MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI  
Avenida das Amoreiras, 233 - Bairro Parque Itália - CEP 13036-225 - Campinas - SP

## TERMO ADITIVO

Campinas, 22 de novembro de 2021.

### TERMO ADITIVO Nº 252/2021

Processo SEI Nº HMMG.2021.00000993-52

Modalidade: Medida Provisória 1.047/2021

**TERMO ADITIVO** que entre si celebram a Hospital Municipal Dr. Mário e Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES.

Pelo presente Termo de aditamento as partes abaixo assinadas, de um lado, o **HOSPITAL MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI**, representado pela **REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR**, criada pela Lei Complementar nº. 191/18, em sucessão contratual, denominada contratante, por meio de seu Diretor Presidente, Dr. Sérgio Bisogni, e seu Diretor Administrativo, Henrique Milhina Moreira, de outro lado **Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.857.726/0001-07, denominada contratada, por seu(s) representante(s) legal(is) já qualificado nos autos do Processo Administrativo SEI nº HMMG.2021.00000993-52, acordam firmar o presente instrumento ADITAMENTO CONTRATUAL, nos seguintes termos:

Neste ato, adita-se o contrato firmado, que passa a vigorar com as seguintes disposições:

**Cláusula Primeira** – O Contrato tem neste ato sua vigência prorrogada pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de **27 de novembro de 2021**.

**Cláusula Segunda** – Em razão do aditamento supracitado, o valor do contrato atualizado para prorrogação será de **R\$ 6.981.827,88 (seis milhões, novecentos e oitenta e um mil, oitocentos e vinte e sete reais e oitenta e oito centavos)**.

**Cláusula Terceira** – Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do CONTRATO ora alterado.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma.

Campinas,      de      de 2021 .

\_\_\_\_\_  
**DR. SERGIO BISOGNI**

Diretor-Presidente da Rede Mario Gatti

\_\_\_\_\_  
**HENRIQUE M. MOREIRA**

Diretor Administrativo da Rede Mario Gatti

✓

Responsável: Emerson Tadeu Gonçalves Rici

E-mail: abradessaude@gmail.com

RG nº: 25.456.137-8

Visto Jurídico Rede Mário Gatti



Documento assinado eletronicamente por **EMERSON TADEU GONCALVES RICI**, Usuário Externo, em 22/11/2021, às 15:24, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA FONSECA CALADO NUNES**, Procurador(a) Municipal, em 22/11/2021, às 16:13, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE MILHINA MOREIRA**, Diretor(a) Administrativo, em 22/11/2021, às 16:30, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO BISOGNI**, Presidente, em 23/11/2021, às 06:58, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **4721282** e o código CRC **85328D00**.



HOSPITAL MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI  
Avenida das Amoreiras, 233 - Bairro Parque Itália - CEP 13036-225 - Campinas - SP

HMMG-DIRHMMG/HMMG-PRESIDENCIA/HMMG-DJUR/HMMG-DIR ADM-CC-SF

## TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

Campinas, 22 de novembro de 2021.

**CONTRATANTE:** Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar

**CONTRATADO:** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES

**CONTRATO DE ORIGEM Nº:** 189/2021

**OBJETO:** Contratação Emergencial, em caráter suplementar aos serviços públicos de saúde, de empresa para prestação de serviços através de postos de trabalho na área médica e multiprofissional para atuar junto a leitos de terapia intensiva, de enfermaria e pronto socorro exclusivos para COVID-19, nas dependências da Unidade Hospitalar Mário Gatti - Amoreiras localizado na Avenida das Amoreiras 315, Parque Itália, Campinas, para enfrentamento da pandemia COVID-19, conforme especificações do presente Termo de Referência.

ADVOGADO (S) / Nº OAB/e-mail: (\*) \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Campinas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2.021.

### AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Sergio Bisogni

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 870.675.798-72

/

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Sergio Bisogni

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 870.675.798-72

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: Sergio Bisogni

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 870.675.798-72

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: Henrique Milhina Moreira

Cargo: Diretor Administrativo

CPF: 338.492.468-17

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: Emerson Tadeu Gonçalves Rici

Cargo: Representante Legal

CPF: 136.754.338-03

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: Sergio Bisogni

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 870.675.798-72

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*)Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



Documento assinado eletronicamente por **EMERSON TADEU GONCALVES RICCI**, **Usuário Externo**, em 22/11/2021, às 15:23, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA FONSECA CALADO NUNES**, **Procurador(a) Municipal**, em 22/11/2021, às 16:13, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE MILHINA MOREIRA**, **Diretor(a) Administrativo**, em 22/11/2021, às 16:30, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO BISOGNI**, **Presidente**, em 23/11/2021, às 06:58, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.





de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **4721298** e o código CRC **561C5755**.

HMMG.2021.00000993-52

4721298

*[Handwritten mark]*



## **CONTRATO N.º 137/2017**

**CONTRATANTE FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEDS**, instituída pela Lei Estadual n.º 17.959 de 11 de março de 2014, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.039.073/0001-55, doravante denominada de **CONTRATANTE**, com sede e foro nesta Capital, situada na Av. João Gualberto, n.º 1881, 17.º andar, sala 1707, neste ato representada pelo Diretor Presidente, **CARLOS ALEXANDRE LORGA**, portador do RG n.º 13.022.561-6 SESP/PR e CPF/MF n.º 568.307.931-49 e pela Diretora Administrativa, **SANDRA TEREZINHA LAIBIDA TOLENTINO**, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 2.202.201-6/PR, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 561.729.909-34.

**CONTRATADO(A): ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES**, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º 10.857.726/0001-07, com sede no(a) Rua Antônio Ache, n.º 648 – Sala 03 – Jardim Irajá – Ribeirão Preto - CEP 14.020-600, neste ato representado por **EMERSON TADEU GONÇALVES RICCI**, inscrito(a) no CPF sob o n.º 136.754.338-03, portador da carteira de identidade n.º 25.456.137-8 SSP/SP, residente e domiciliado no(a) Rua Antônio Ache, n.º 648 – Sala 03 – Jardim Irajá – Ribeirão Preto - CEP 14.020-600, e-mail [abrades.osc@gmail.com](mailto:abrades.osc@gmail.com) e telefone 41-99145-3712.

### **1 OBJETO:**

**CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E TÉCNICO DE ENFERMAGEM**, para atender às necessidades do Hospital Regional do Litoral– HRL, conforme disposições do Termo de Referência.

### **2 FUNDAMENTO:**

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 044/2017, objeto do processo administrativo n.º 14.877.173-1, com homologação publicada no Diário Oficial do Estado n.º 10092, de 20/12/2017.

### **3 FORMA DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO:**

Os serviços deverão ser realizados em perfeitas condições, atendendo às disposições descritas no Termo de Referência e demais disposições deste instrumento.

### **4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:**

**4.1** O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

**4.2** O valor total do contrato é de R\$ 6.799.988,76 (seis milhões setecentos e noventa e nove mil novecentos e oitenta e oito reais e setenta e seis centavos).

**4.3** No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive transporte, insumos, tributos, encargos trabalhistas e despesas de qualquer outra natureza.

### **5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**5.1** A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(a) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 72 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016.

**5.2** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(a) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 73 e 74 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016.

**5.3** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por Portaria da Contratante.

**5.4** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

### **6 PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:**

**6.1** O objeto contratado deverá ser realizado nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

*[Handwritten signatures and initials]*

**11.10** O impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicado a quem:

- a) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no edital;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo, fora das hipóteses da cláusula 12.9;
- h) cometer fraude fiscal.

**11.11** A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor as penalidades previstas no item 12.1, alíneas "c", "d" e "e".

**11.12** Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

- a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- b) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

**11.13** Na aplicação das sanções, a Administração observará as seguintes circunstâncias:

- a) proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
- b) os danos resultantes da infração;
- c) situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
- d) reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e
- e) circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

**11.14** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/1993.

**11.15** Sem prejuízo das penalidades previstas nas cláusulas anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto Estadual nº 10.271/2014.

**11.16** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**11.17** Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente aplicadas após instauração de regular processo administrativo.

**11.18** Após decisão definitiva proferida no processo administrativo, as multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta do Contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, sob pena de seu valor ser descontado da garantia do contrato ou do documento de cobrança, na ocasião do pagamento, podendo, ainda, ser exigida judicialmente.

## **12 CASOS DE RESCISÃO:**

**12.1** O presente instrumento poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII a XX do art. 129 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração; ou
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

**12.2** No caso de rescisão amigável, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**12.3** Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

*Handwritten signature and initials*

**12.4** O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

**13 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**13.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas no art. 112 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

**13.1.1** O Contratado está obrigado a aceitar acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

**13.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**13.3** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

**13.4** Não será admitida a subcontratação do fornecimento

**14 DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**14.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

**14.2** Este contrato é regido pela Lei Estadual n.º 15.608/2007, pela Lei Federal n.º 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.666/1993 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**14.3** A Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

**14.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 20 de dezembro de 2017

  
**CARLOS ALEXANDRE LORGA**  
CONTRATANTE

  
**SANDRA T. L. TOLENTINO**  
CONTRATANTE

  
**EMERSON TADEU GONÇALVES RICCI**  
CONTRATADA

TESTEMUNHA 01

NOME: *Natália L. Silva*  
RG: 9.476.345-8

TESTEMUNHA 02

NOME: *Adriano Augusto de C.*  
RG: 6.017.34-6

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 OBJETO**

**1.1 Contratação de profissionais ENFERMEIROS E TÉCNICOS EM ENFERMAGEM**, em postos de trabalho para atender à demanda do HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL – HRL -, conforme especificações da planilha abaixo:

Item	Especificação	Qualificação Profissional Mínima	Nº de Profissionais na Equipe de até	Valor por profissional	Valor Total Máximo Mensal
01	Técnicos de Enfermagem	Curso Técnico em Enfermagem, Registro no Conselho de Classe (Coren-PR) Para 10 (dez) técnicos de enfermagem, exigir-se-á formação em Instrumentação Cirúrgica	107	3.846,16	411.539,12
02	Enfermeiros	Graduação em Curso Superior de Enfermagem, com Registro no Conselho de Classe (Coren-PR)	27	5.745,43	155.126,61
	<b>TOTAL (30 DIAS)</b>				<b>566.665,73</b>
	<b>TOTAL (12 MESES)</b>				<b>6.799.988,76</b>

<b>PRAZO DE ENTREGA/ EXECUÇÃO</b>	<b>CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES PODENDO SER PRORROGADO</b>		
<b>ENDEREÇO ENTREGA/ EXECUÇÃO</b>	<b>HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 222 – PALMITAL CEP 83260-020 - PARANAGUÁ-PR</b>		
<b>PRAZO DE PAGAMENTO</b>	<b>15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS CONTADOS DA ENTREGA DA NOTA FISCAL, DEVIDAMENTE CERTIFICADA PELA UNIDADE RECEBEDORA, NO SETOR FINANCEIRO DA FUNEDS</b>		

**1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**Item 01 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM**

- Fazer a "Admissão do paciente"
- Executar as prescrições médicas e de Enfermagem relativos ao seu cargo
- Checar as prescrições médicas e o plano de cuidados de enfermagem
- Realizar anotações de cuidados e anotações de enfermagem relativas ao cliente/família
- Observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas, no nível de sua qualificação
- Preencher o "Balanço Hídrico" no seu turno.

*[Assinatura]*  
B. A

- Receber e passar plantão junto com a equipe e horário estabelecido, devidamente uniformizado, conforme definido pela unidade.
- Propor ações de educação em saúde para o cliente e família
- Participar de estudos de caso
- Fazer cálculos de diluições
- Realizar os cuidados de enfermagem aos clientes/família, exceto as privativas do enfermeiro.
- Realizar junto com a enfermeira assistencial os cuidados de enfermagem aos clientes graves
- Prestar cuidados de higiene e conforto do cliente e zelar por sua segurança
- Instituir acesso venoso periférico
- Fazer curativos
- Controlar e anotar a temperatura da geladeira de armazenamento de medicamentos da unidade
- Aplicar oxigenioterapia, nebulização, enterocisma, enema, compressas frias e quentes (bolsa de gelo, calor úmido ou seco)
- Realizar exames de sensibilidade e proceder à leitura (glicemia capilar)
- Verificar peso, estatura, perímetro cefálico, perímetro torácico e sinais vitais (FC, FR, T, PA, dor)
- Supervisionar e/ou auxiliar na alimentação do cliente
- Prestar cuidados de enfermagem no pré e pós-operatório
- Aspirar cânula oro-traqueal e de traqueostomia
- Instalar catéter de O2
- Desenvolver cuidados para prevenção de úlceras de decúbito (aplicar massagem de conforto, mudar decúbito no leito, proteger proeminências ósseas e outros prescritos pela enfermeira)
- Oferecer comadre e papagaio e higienizar o material antes de colocar no expurgo
- Auxiliar equipe técnica em procedimentos específicos
- Auxiliar em procedimentos de reanimação cardiopulmonar
- Preparar cliente para exames
- Zelar pela limpeza e colaborar para a organização da unidade, posto de enfermagem, enfermarias e demais locais de trabalho.
- Organizar medicamentos e materiais de uso de cliente e do posto de enfermagem
- Fiscalizar validade de materiais e medicamentos
- Conferir quantidade de psicotrópicos
- Providenciar limpeza concorrente e terminal
- Colaborar para manter a roupa organizada
- Realizar limpeza concorrente de equipamentos de uso do cliente
- Participar na prevenção e controle das doenças notificadas pela vigilância epidemiológica
- Participar do controle de infecção hospitalar conforme recomendações do SCIH
- Trabalhar com biossegurança conforme normas estabelecidas pelo SCIH e no Manual de Procedimentos e Protocolos
- Comunicar à enfermeira possíveis efeitos adversos dos medicamentos, colaborando para a notificação à Gerência de Risco Sanitário e Farmacovigilância
- Prever e prover os materiais para atendimento de uma parada cardiopulmonar e manter o carrinho de emergência organizado.
- Participar e colaborar com atividades de integração ensino-serviço
- Participar da divisão e distribuição dos componentes da equipe de enfermagem nas atividades previstas na escala de tarefas da unidade
- Responsabilizar-se por comunicar com antecedência à Chefia de Serviço as necessidades de não cumprimento da escala de trabalho.
- Manter-se atualizado dentro de sua área de atuação
- Participar de cursos e treinamentos agendados para o setor
- Cumprir e fazer cumprir o Regimento e normas da instituição e as específicas do setor
- Cumprir e fazer cumprir o Código de Ética em enfermagem e a Lei do Exercício Profissional.
- Comparecer aos treinamentos e atualizações oferecidas pela instituição.
- Acompanhar e assistir pacientes em uso de hemocomponentes.
- REMOÇÃO em Ambulância: Acompanhar pacientes em transferência inter-hospitais, quando necessário

- Instrumentar cirurgias – dez profissionais técnicos de enfermagem deverão ter formação em Instrumentação Cirúrgica, e deverão participar desta atividade quando escalados.

## **Item 02 - ENFERMEIRO ASSISTENCIAL**

- Dirigir a unidade de trabalho sob sua responsabilidade, com competência técnica e embasamento científico, visando ao alcance dos objetivos propostos pelo serviço;
- Planejar, organizar e distribuir a equipe de enfermagem para prestar atendimento individualizado e sequencial, em atenção às condições do paciente e qualificação profissional de cada funcionário;
- Comunicar-se de forma clara e objetiva com a equipe de trabalho, criando um clima de respeito e cordialidade;
- Ter habilidade para desenvolver o processo de trabalho com a equipe multidisciplinar;
- Observar a manutenção, preservação e controle de todos os equipamentos, instrumentos e instalações, materiais e medicamentos disponíveis para os pacientes;
- Apresentar comprometimento com metas e objetivos de enfermagem, cooperando com a gerência, coordenação e supervisão em todos os empreendimentos do serviço, sugerindo inovações que julgar oportunas e convenientes;
- Cumprir e fazer cumprir todas as normas, diretrizes e procedimentos técnicos do serviço e da instituição;
- Desenvolver e cooperar para aplicação da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE);
- Realizar procedimentos e ministrar medicamentos que exijam controle e cuidados especiais, responsabilizando-se pela execução de procedimentos de alta complexidade;
- Realizar orientação durante a alta do paciente para continuidade do tratamento conforme orientação médica;
- Registrar dados para composição de estatísticas e relatórios conforme solicitação da coordenação e/ou direção de enfermagem;
- Acompanhar as previsões de altas, transferências e admissões;
- Elaborar e supervisionar escala mensal de atividades da equipe técnica operacional;
- Receber e repassar plantão tomando conhecimento de todas as ocorrências;
- Auxiliar o médico e executar cuidados de enfermagem aos pacientes de sua responsabilidade dentro da sua complexidade;
- Atender as diretrizes do SCIH, colaborando para o controle de infecção hospitalar;
- Receber e repassar plantão "ao pé do leito", tomando conhecimento de todas as ocorrências no período anterior e futuras necessidades do usuário aos seus cuidados.
- Comparecer aos treinamentos e atualizações oferecidas pela instituição.
- Acompanhar e assistir pacientes em uso de hemocomponentes.
- REMOÇÃO em Ambulância: Acompanhar pacientes em transferência inter- hospitalar, quando necessário
- Realizar as atribuições do enfermeiro, previstas pelo conselho de classe.

### **1.3 DO FORNECIMENTO**

A prestação dos serviços se dará nas dependências do Centro Hospitalar de Reabilitação Ana Carolina Mouxá Xavier – CHR -, em caráter mensal e contínuo, pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

## **2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

Referente a processo licitatório para contratação de serviços de enfermagem (enfermeiros e técnicos em enfermagem) para atender ao Hospital Regional do Litoral – HRL.

Considerando que o Hospital Regional do Litoral – HRL – é um hospital público, com Pronto Socorro não regulado, dispondo de 165 (cento e sessenta e cinco) leitos ativos, sendo referência de atendimento aos sete municípios da região litorânea do Estado do Paraná;

*(Handwritten signature and initials)*



Considerando que a demanda atendida pelo Hospital Regional do Litoral também é aumentada pela existência do porto de Paranaguá e pelo fato de ser a região destino de férias de todo o Estado;

Considerando que em breve se iniciará a Operação Verão, ocasião em que o número de atendimentos no HRL se eleva consideravelmente;

Considerando o insucesso do Pregão Eletrônico nº 012/2017, para a contratação de serviços médicos hospitalares em diversas especialidades, dentre elas aquela tratada no presente protocolo;

Considerando que atualmente se encontra em vigência o Contrato nº 038/2017, com a empresa SAUDEVIDA SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, oriundo da Dispensa de Licitação nº 007/2017, cujo prazo de vigência é 27/11/2017,

Considerando a precariedade da contratação via Dispensa de Licitação e também por tratar-se de serviço de suma importância e indispensável para a continuidade dos atendimentos aos usuários do Hospital Regional do Litoral e que sua interrupção tem o potencial de causar riscos irreparáveis à saúde da população;

Considerando a necessidade de licitar, prevista no art. 37, XXI, da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de contratação em caráter complementar destes serviços, visto que o quadro de servidores públicos da SESA/PR lá lotados não supre a demanda existente;

Justifica-se a realização da presente licitação pública.

### **3 PESQUISA DE PREÇOS**

Nos termos do art. 9º, III, do Decreto Estadual nº 4.993/2016, para a formação do preço máximo admissível foi realizada pesquisa de preços dentre os prestadores de serviço existentes, adotando-se o menor preço.

### **4 PARCELAMENTO DO OBJETO**

Uma vez que se trata de prestação de serviços e que o lote é composto apenas de um tipo de profissional (único item), não há parcelamento do objeto.

### **5 SUSTENTABILIDADE**

Observar os critérios de sustentabilidade previstos no art. 49 do Decreto Estadual nº 4.993/2016.

### **6 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Uma vez que se trata de serviços, e não de fornecimento de objeto, a disputa não será realizada exclusivamente entre Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, admitindo-se, porém, sua participação.

### **7 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS**

Os serviços objeto desta licitação são classificados como serviços comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o art. 45, da Lei Estadual nº. 15.608/2007.

### **8 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DA CONTRATANTE**

#### **8.1 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

8.1.1 Efetuar a execução dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos.

8.1.2. Registrar os atendimentos no prontuário dos pacientes, no sistema disponibilizado pelo hospital;

8.1.3. Emitir, nos prazos previstos no edital e anexos a correspondente Nota Fiscal, na qual constarão, quando couber, as indicações referentes às quantidades dos serviços prestados;

- 8.1.4** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.5** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, os serviços executados em desacordo com o edital;
- 8.1.6** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à data de prestação dos serviços, motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.7** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 8.1.8** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial no que se refere à regularidade fiscal, sob pena de suspensão de pagamento dos serviços até regularização;
- 8.1.9** Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente.
- 8.1.10.** Assumir todos os ônus fiscais advindos de pagamentos oriundos deste Contrato, que sejam legalmente previstos como de sua responsabilidade.
- 8.1.11.** Substituir profissional que seja desligado em no máximo 3 (três) dias úteis.
- 8.1.12.** Atender à CONTRATANTE de acordo com as normas gerais editadas pelo Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e conselho de classe.
- 8.1.13.** Remunerar insalubridade conforme legislação vigente, se cabível.
- 8.1.14.** Fornecer obrigatoriamente vale refeição e vale transporte aos seus empregados envolvidos na prestação de serviços, se previsto na convenção coletiva ou outro diploma legal aplicável.
- 8.1.15.** Arcar com todas as despesas referentes à execução dos serviços, inclusive com transporte e alimentação.
- 8.1.16.** Responsabilizar-se pelo fornecimento de crachás e jalecos.
- 8.1.17.** Distribuir os profissionais conforme as necessidades e por determinação da equipe técnica da unidade hospitalar.
- 8.1.18.** Assegurar o cumprimento da carga horária de trabalho prevista pela CLT e pelos Sindicatos e Conselho de Classe da categoria profissional.
- 8.1.19.** Apresentar, quando do início da execução dos serviços, e sempre que solicitado pela CONTRATANTE, todos os comprovantes de recolhimento de todo e qualquer encargo, independente da natureza, devido pela CONTRATANTE em decorrência da execução dos serviços, inclusive as contribuições devidas ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o seguro de seu pessoal contra riscos e acidentes de trabalho e as taxas e impostos municipais.
- 8.1.20.** Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, conforme perfil assistencial de cada Unidade Hospitalar.
- 8.1.21.** Manter seu pessoal identificado mediante crachás com fotografia recente e provendo-os com Equipamentos de Proteção Individual-EPIs, no que couber.
- 8.1.22.** Observar as normas de saúde e segurança dos trabalhadores conforme normas regulamentadoras aplicáveis.
- 8.1.23.** Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tal como prevenção de incêndio nas áreas da CONTRATANTE.
- 8.1.24.** Cumprir com as legislações trabalhistas, inclusive as relacionadas ao controle de ponto, exercendo controle no que se refere à assiduidade e a pontualidade de seus empregados.
- 8.1.25.** Manter a disciplina entre os seus funcionários, assegurando que todo empregado que cometer falta disciplinar, não seja mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações da CONTRATANTE.
- 8.1.26.** Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.
- 8.1.27.** Manter o controle de vacinação, nos termos da legislação vigente, aos funcionários diretamente envolvidos na execução dos serviços.
- 8.1.28.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, civis, administrativos e penais decorrentes da sua situação de empregadora, isentando qualquer responsabilidade da CONTRATANTE.
- 8.1.29.** Manter a prestação dos serviços, de forma ininterrupta, não permitindo qualquer tipo de paralisação.
- 8.1.30** Realizar visita do responsável pelo contrato na CONTRATANTE para reunião de rotina sobre andamento dos trabalhos sempre que for convocado para reunião na unidade/FUNEAS.

**8.1.31** Manter a CONTRATANTE informada, caso ocorra, do desligamento de funcionário ou mudanças que causem qualquer impacto na rotina do hospital.

**8.1.32.** Responsabilizar-se por danos de qualquer natureza causados à CONTRATANTE e a terceiros, na execução dos serviços, decorrentes de culpa e/ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pela CONTRATANTE

**8.1.33.** Assegurar o acompanhamento e controle da saúde ocupacional de sua mão-de-obra (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

**8.1.34.** Zelar pela disciplina de seus funcionários, os que deverão obedecer às normas comuns.

**8.1.35.** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços objeto deste contrato.

**8.1.36.** Dar ciência à CONTRATANTE sempre que houver necessidade de substituir um empregado.

**8.1.38.** Os profissionais disponibilizados pela CONTRATADA deverão participar dos cursos de capacitação oferecidos pela CONTRATANTE, a critério desta, a exemplo de Curso de Brigadista e CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

**8.1.39.** Os profissionais poderão ser designados para realizarem atendimento domiciliar, previamente programado pela Direção da unidade hospitalar.

## **8.2 SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**8.2.1** Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**8.2.2** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta,

**8.2.3** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo,

**8.2.4** Comunicar à Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção,

**8.2.5** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão ou de servidores especialmente designados,

**8.2.6** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução, completa ou proporcional do serviço, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos.

**8.2.7** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela Contratada, no que couber.

**8.2.8** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

**8.2.9.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**8.2.10.** Fornecer adequadamente, local, pessoal de apoio, materiais, equipamentos e insumos necessários à prestação dos serviços aqui contratados, em conformidade com as especificações legais e técnicas estabelecidas pelo Poder Público e demais órgãos de classe competentes;

**8.2.11.** Fornecer, ao seu critério, cursos de capacitação aos profissionais disponibilizados pela CONTRATADA, a exemplo de Curso de Brigadista e CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

## **9 FORMA DE PAGAMENTO**

**9.1** Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da apresentação, na FUNEAS, da nota fiscal atestada e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**9.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação dos serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**9.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**9.3** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela

Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.4 A FUNEDS efetuará o pagamento devido, somente através de depósito em conta corrente da empresa vencedora do certame no Banco do Brasil, não sendo quitados débitos através de boletos bancários;

9.5 Para efeitos de pagamento pelo Departamento Financeiro/FUNEDS, é necessário que o CNPJ registrado na conta corrente do licitante seja o mesmo de sua razão social;

9.6 As notas fiscais devem ser emitidas em nome de Fundação Estadual de Atenção em Saúde do Paraná, CNPJ 24.039.073/0001-55, Avenida João Gualberto, nº 1881, 17º andar, Bairro Juvevê, Curitiba/PR.

## 10 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

10.1 O objeto social da empresa interessada deve ser compatível com o objeto do certame, cuja comprovação se fará mediante apresentação de Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF.

10.2 Atestado de Responsabilidade Técnica

10.3 Demais requisitos de habilitação previstos no Anexo II do edital.

## 11 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da Contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;

d) haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 11.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

## 12 CONTROLE DA EXECUÇÃO

12.1 O controle da execução dos serviços contratados será feito pelo Gestor e pelo Fiscal do contrato, que deverão anotar em registros próprios todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

12.2 A Contratada deverá ter disponibilidade e capacidade de prestar o serviço nos endereços relacionados no item 1.3 deste Termo de Referência (Anexo I) e no Anexo VI, conforme as condições e as necessidades do licitante.

## 13.SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação, seja total ou parcial, do objeto do certame.

## 14 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Conforme disposições do item 11 do edital e Anexo VII.

## 15 DECRETO ESTADUAL N.º 4.993/2016

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto Estadual n.º 4.993/2016 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 02 de outubro de 2017

**JACQUELINE MALHEIROS**  
**DIRETORA TÉCNICA DA FUNEDS**  
**Responsável pela elaboração do Termo de Referência**

*[Handwritten signature]*  
B.

*[Handwritten mark]*





## CONTRATO N.º 25/2022

**CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO NOS MUNICÍPIOS DE ANTONINA E MATINHOS**

**O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ-CISLIPA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Domingos Peneda, s/n.º, Vila Itibere, Paranaguá/PR, inscrita no CNPJ/MF 13.681.884/0001-39, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo **SR. PRESIDENTE JOSÉ PAULO VIEIRA AZIM** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3734958-5, inscrito no CPF sob n.º 584.032.649-68, residente e domiciliado à Rua Edgar Whitters, n.º 53 – Penha - Antonina/PR, Brasil e, de outro lado, denominada **CREDENCIADA**, a empresa **ABRADES - ASSOACIAÇÃO BRASILEIRA E EDUCAÇÃO E SAÚDE CNPJ 10.857.226/0001-07**, com sede na Av. Paranapanema 1383, Sumarezinho, CEP 14.051-290 Ribeirão Preto SP, neste ato pelo Senhor **EMERSON TADEU GONÇALVES RICCI**, RG 25.456.137-8 e CPF 136.754.338-03 e Procurador Senhor **SILMAR MARCELO MICA JUNIOR**, RG 43.479.916-6 e CPF 348.667.708-05, de acordo com o autorizado no Processo Administrativo protocolado sob n.º 57/2022, dando cumprimento a Inexigibilidade n.º. 001/2022, de acordo com o disposto na Lei 8.666/93, e demais exigências da Lei Federal n.º 8666/93 e legislação posterior, e, ainda, Lei Complementar n.º 101/2000, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Credenciamento Público Pessoas Jurídicas especializadas na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO NOS MUNICÍPIOS DE ANTONINA E MATINHOS**, conforme suas necessidades para atendimento aos itens abaixo:

ITEM	PROFISSIONAL	QTD	UNI	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	MÉDICO	2976	HR	R\$ 120,00	R\$ 357.120,00

**VALOR TOTAL 357.120,00 (Trezentos e cinquenta e sete mil cento e vinte reais).**

1.2 O valor global para contratação acima descrito é apenas uma estimativa feita segundo critérios pré-determinados, não podendo ser considerado como valor mínimo de contratação e, portanto, não vincula o CISLIPA na utilização efetiva e total dos serviços.

1.3 Os serviços credenciados serão pagos, de acordo com o número de plantões (12 horas noturnos e 12 horas diurnos) realizados pelos profissionais disponibilizados pela CREDENCIADA.

1.4 A atividade a ser desenvolvida é de caráter eventual, esporádico e temporário, não havendo qualquer vínculo de emprego.

1.5 A Prestação dos Serviços visa suprir lacuna dos plantões sejam elas precedentes de quaisquer motivos, na medida e proporção das necessidades do Contratante.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA ENTREGA DAS FATURAS, FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO**

2.1 O pagamento será realizado após 30 (trinta) dias da Nota Fiscal atestada pelo servidor designado, juntada todas as documentações necessárias.

2.2 Para efeito de faturamento e pagamento, a competência inicia-se no dia 16 (dezesesseis) de cada mês até 15 (quinze) do mês subsequente;

O Prestador, juntamente com a Nota Fiscal, deverá apresentar os seguintes documentos:

2.3 Declaração de quitação dos direitos sociais e trabalhistas dos funcionários;

2.4 Cópia dos holerites dos funcionários;

2.5 Cópias dos Cartões de Ponto ou Folhas de Frequência ou Declaração das horas extraordinárias realizadas pelos funcionários da contratada;



2.6 Recolhimento do INSS relativo aos funcionários (Guia de Previdência Social – GPS)

2.7 Recolhimento do FGTS relativo aos funcionários (Guia de Recolhimento do FGTS – GRF)

2.8 Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informação à Previdência Social – SEFIP, do mês anterior à prestação de serviço, só com a relação dos trabalhadores constantes do arquivo e com o resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo, e que comprove o valor pago referente ao FGTS e à Contribuição Previdenciária;

2.9 Relação dos funcionários, assinada pela contratada, individualizada por local de prestação de serviço, com nome do funcionário, seu número de CPF e da CTPS;

2.10 Após a conferência e processamento dos documentos, o CISLIPA pagará pela prestação efetiva dos serviços até o dia 15 do mês subsequente, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal;

2.11 O Prestador deverá manter durante a execução do Contrato todas as condições de regularidade fiscal exigidas na contratação;

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

3.1 O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação do extrato do contrato, podendo ser prorrogado por igual prazo.

3.2 O contrato tem início no dia 01 de abril de 2022 até o dia 31 de maio de 2022.

### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratante:

4.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93;

4.2 Rejeitar, no todo ou em parte, do objeto em desacordo com o Termo de Referência;

4.3 Proceder ao pagamento do contrato na forma e no prazo pactuado;

4.4 Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento do objeto contratados;

4.5 Notificar, por escrito, a contratada, ocorrência de eventuais imperfeições do objeto, fixando prazo para a sua correção;

4.6 Notificar, por escrito, a contratada, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CREDENCIADA:

5.1 Ter registro da empresa junto ao CRM e COREN, nos Termos das Leis 6.839/1980 e 9.656/1998.

5.2 Executar fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas;

5.3 Manter preposto para representá-la quando da execução do contrato;

5.4 O CREDENCIADO, durante todo o prazo de vigência do contrato, deverá prestar serviços adequados, entendidos como aqueles que estejam de acordo com os parâmetros aceitos pelo Ministério da Saúde, princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde, atendendo as legislações vigentes;

5.5 Manter sob sua contratação todos os profissionais diretamente envolvidos, seguindo as convenções trabalhistas.

5.6 Não será permitida a subcontratação ou terceirização da mão-de-obra diretamente envolvida nas atividades deste Termo de referência e posterior contrato, exceto as atividades de ensino, cuja subcontratação só poderá ser efetivada com a anuência do CISLIPA.

5.7 A CREDENCIADA deverá assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias civis, administrativos, penais, e demais encargos previstos em lei, decorrentes da sua situação de empregadora, isentando qualquer responsabilidade da CONTRATANTE devendo os funcionários possuírem vínculo trabalhista, por meio de contrato de prestação de serviços ou anotação em CTPS ou societário. Sendo responsável pelos direitos, obrigações e ações decorrentes, pagamentos



dos salários e demais vantagens, recolhimento de todas as obrigações sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes de que seus empregados possam ser vítimas, quando em serviço, na forma expressa e considerada nos artigos 3º e 6º do Regulamento de Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 61.784/67;

5.8 Manter contato com o CONTRATANTE sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência na execução dos serviços, os quais deverão ser formalizados por escrito, dentro de 24h (vinte e quatro horas), a partir do contato verbal;

5.9 A CREDENCIADA deverá disponibilizar um coordenador técnico, 24 horas por dia, para ser o intermediário entre o CISLIPA e a CREDENCIADA, estando preparado para pronta resposta às intercorrências pertinentes ao Serviço prestados;

5.10 Apresentar as escalas dos profissionais conforme plano de plantões demandados pelo CISLIPA em até cinco dias anterior a execução dos serviços em formato padrão com nome completo do profissional e número do CRM e/ou COREM e assinada pelo responsável técnico da empresa.

5.11 Executar os serviços contratados com pontualidade e qualidade, garantido que o profissional compareça no local e hora exata de início dos plantões, sob pena de descontos ou multas pelos atrasos.

5.12 Realizar controle da presença do seu profissional utilizando recursos de registro individual previstos em lei que permitam a exatidão da hora de entrada com hora, minuto e segundos, que possuam segurança antifraude ou alteração posterior ao registro de entrada e saída, passíveis de auditoria, a fim de garantir pleno controle de frequência dos profissionais nas Unidades de Saúde.

5.13 Substituir profissionais que se ausentem ou não compareçam em no máximo 2 (duas) horas do notificado, na mesma quantidade de profissionais contratados e com as mesmas especificidades, sob pena de descontos e denúncia do contrato.

5.14 Garantir que o profissional da empresa CREDENCIADA execute suas atividades de maneira educada e ética juntos aos pacientes, fornecendo a ele macacão de voo ou padrão SAMU, quando for o caso, orientando sobre a proibição

de plantões de chinelos ou sandálias, nem bermudas ou roupas inadequadas ao local, sendo passível de solicitação de substituição em caso de recorrência.

5.15 A empresa CREDENCIADA deverá fornecer ao seu profissional todos os instrumentos de uso individual para o bom desempenho dos atendimentos como Otoscópio, oftalmoscópio, estetoscópio, esfigmomanômetro, lanternas, entre outros.

5.16 A empresa se responsabilizará pelo deslocamento do seu profissional em caso de atividades em eventos externos.

5.17 Garantir que o profissional de plantão que prestem serviços presenciais permaneça integralmente durante todos os plantões de 12 horas dentro das unidades e saúde dos municípios, devendo o profissional realizar suas refeições e descanso dentro da unidade em locais destinados. Quando a sua retirada for inevitável, impedir que a mesma ocorra sem o registro ponto da respectiva saída e do posterior retorno.

5.18 Os profissionais indicados pela empresa deverão realizar obrigatoriamente o registro dos atendimentos no sistema de prontuário eletrônico e/ou manual disponível.

5.19 A empresa deverá manter um livro de ocorrência nas unidades e saúde a qual prestar serviços, que deverão ser disponibilizados para profissional de fiscalização do contrato e demais autoridades.

5.20 Os profissionais não poderão se ausentar do plantão antes da chegada do próximo plantonista e passagem do plantão com registro de passagem no livro de ocorrência.

5.21 Apresentar junto aos demais documentos exigidos, relatório detalhado de plantões executados, contendo, no mínimo, nome do profissional plantonista, local de prestação dos serviços, número total de plantões realizados, dias/turnos dos plantões e valores unitários e totais dos plantões, podendo o CISLIPA, no decorrer do contrato, solicitar a inclusão de outros dados que se evidenciem necessários/convenientes.



5.22 O profissional não poderá executar plantões presenciais simultâneos, seja para mesma empresa ou empresas diferentes. É vedado estar de plantão e sobreaviso ou plantões concomitantes em outros serviços.

5.23 A empresa CREDENCIADA deverá fornecer todos os dados do profissional para fins de cadastros nos sistemas pertinentes.

5.24 É vedada a execução de atividades por servidores deste Consórcio por empresas CREDENCIADAS.

5.25 O profissional indicado não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas de serviços seguidos independentemente do vínculo.

5.26 Manter durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial no que se refere a formação dos profissionais e à regularidade fiscal, sob pena de suspensão de pagamento dos serviços até regularização;

5.27 A empresa CREDENCIADA é responsável por todos os ônus fiscais advindos de pagamentos oriundos deste Termo de Referência e posterior Contrato, que sejam legalmente previstos como de sua responsabilidade.

5.28 A empresa CREDENCIADA é responsável por remunerar insalubridade conforme legislação vigente, se cabível.

5.29 A empresa CREDENCIADA é responsável, se previsto na convenção coletiva, custear todas as despesas referentes à execução dos serviços, inclusive com transporte até o local de execução do trabalho e alimentação de sua equipe.

5.30 Identificar seus profissionais obrigatoriamente com crachás e jalecos de identificação, provendo-os com Equipamentos de Proteção Individual-EPIs.

5.31 A empresa CREDENCIADA deverá disponibilizar, quando do início da execução dos serviços, e sempre que solicitado pela CONTRATANTE, todos os comprovantes de recolhimento de todo e qualquer encargo, independente da natureza, devido pela CONTRATANTE em decorrência da execução dos serviços, inclusive as contribuições devidas ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o seguro de seu pessoal contra riscos e acidentes de trabalho e as taxas e impostos municipais, quando aplicáveis.

5.32 A empresa deverá realizar seleção rigorosa dos profissionais que irão prestar os serviços, conforme perfil assistencial do objeto a ser contratado, sob pena de realizar substituição de profissionais que incorrerem em falta disciplinar ou não conseguirem desenvolver suas atividades adequadamente nas unidades.

5.33 Atender as normas de saúde e segurança dos trabalhadores conforme normas regulamentadoras aplicáveis.

5.34 Instruir os seus profissionais quanto às necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

5.35 Atender prontamente e presencialmente os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do CISLIPA no prazo máximo de 1 (uma) hora.

5.36 Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de profissionais não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

5.37 Responder por quaisquer danos causados diretamente ao CISLIPA ou a terceiros e/ou aos pacientes ocasionados por imperícia, imprudência ou negligência da equipe e/ou na execução dos serviços, bem como avarias, furtos e inutilização de qualquer objeto ou bem público e pelo uso inadequado de material permanente por seu pessoal, quando devidamente comprovado pelo CONTRATANTE;

5.38 A empresa CREDENCIADA é obrigada a comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços objeto deste Termo de referência e posterior contrato.

5.39 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Referência e Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CREDENCIADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.40 A empresa deverá entregar ao Consócio Intermunicipal após 30 dias de execução do serviço, antes da emissão da Nota Fiscal, relatório dos plantões realizados no mês contendo nome completo do profissional e quantidade de plantões realizados, escala de serviço por função, carta solicitando autorização



para emissão da Nota Fiscal, fotocopia do espelho do registro de presença de cada profissional. Todos os documentos deverão ser providenciados e entregues assinados pelo preposto da empresa.

5.41 Fica resguardado a CONTRATANTE estender o prazo de análise dos relatórios de plantão por mais 10 (dez) dias caso haja necessidade de comprovação da execução dos plantões apresentados pela empresa CREDENCIADA, inclusive solicitar informações a empresa CREDENCIADA.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ATENDIMENTO**

7.1. Fica estabelecido que os atendimentos sejam efetuados no Município de Antonina.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA COORDENAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

8.1 Caberá ao CISLIPA a coordenação, controle e fiscalização da prestação dos serviços.

8.2 A CREDENCIADA (o) facilitará ao CISLIPA o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços complementares e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CISLIPA, designados para tal fim.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES**

9.1 Pela inexecução total ou parcial na prestação dos serviços, ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná - CISLIPA, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos infratores as sanções do art. 87 da Lei 8666/93.

9.2 A não realização, ou realização defeituosa, do objeto deste Termo de Referência pelo CREDENCIADO o sujeitará à aplicação de penalidades administrativas.

9.3 Pela não execução total ou parcial do objeto, o CISLIPA poderá aplicar ao CREDENCIADO as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total de plantões a ser recebido pelo CREDENCIADO;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar

com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o proponente ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no contido na letra "c";

9.4 A multa a que alude o subitem acima não impede que o CISLIPA rescinda unilateralmente o CONTRATO DE CREDENCIAMENTO e aplique as outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/93, ou Lei Estadual n.º 15.608/2007.

9.5 A empresa que deixar de atender a demanda de 03 (três) plantões, sem justificativa, poderá ter seu contrato rescindido, preservado o direito de contraditório e ampla defesa ao contratado.

9.6 O não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições pactuadas no Contrato de CREDENCIAMENTO ou a sua inexecução parcial ou total, poderá ensejar na aplicação de penalidade financeira e rescisão do CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, respeitada a ampla defesa e o contraditório.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

10.1. A CREDENCIADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei n.º 8.666/93. O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 da Lei n.º 8.666/93. A rescisão do presente contrato poderá se dar sob qualquer das formas delineadas no artigo 79, da Lei n.º 8.666/93

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

11.1. Ficam estipulados para o pagamento do presente Termo de Credenciamento os recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias:

GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS AOS CONSOCIADOS	01.001.10.122.0901.2.004.3.3.90.39.00.00
--	--

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VALOR E DO REAJUSTE DE PREÇOS**





12.1. O valor total para a realização dos serviços é de **357.120,00 (Trezentos e cinquenta e sete mil cento e vinte reais)**, o qual não sofrerá reajuste no período de vigência deste CREDENCIAMENTO.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES**

13.1. Qualquer alteração do presente Termo de Credenciamento será objeto de Termo Aditivo ou apostilamento, na forma da legislação referente à licitação e contratos administrativos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

14.1. O Extrato do presente Termo de Credenciamento será publicado pelo CISLIPA em diário oficial, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Paranaguá para dirimir questões oriundas do presente Termo de Credenciamento que não puderem ser resolvidos pelas partes.

15.2. E assim, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Paranaguá, 01 de abril de 2022

**JOSÉ PAULO VIEIRA AZIM**  
Presidente do CISLIPA CONTRATANTE

**SILMAR MARCELO MICA JUNIOR**  
ABRADES- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA E EDUCAÇÃO E SAÚDE  
Credenciada

TESTEMUNHA:

CPF:

TESTEMUNHA:

CPF:





# CISLIPA

Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Litoral do Paraná

**CONTRATO N.º 011/2022**

**CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO NOS MUNICÍPIOS DE ANTONINA E MATINHOS**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ-CISLIPA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Domingos Peneda, s/n.º, Vila Itibere, Paranaguá/PR, inscrita no CNPJ/ME 13.681.884/0001-39, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo **SR. PRESIDENTE JOSÉ PAULO VIEIRA AZIM** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3734958-5, inscrito no CPF sob n.º 584.032.649-68, residente e domiciliado à Rua Edgar Whilters, n.º 53 – Penha – Antonina/PR, Brasil e, de outro lado, denominada **CREDENCIADA**, a empresa **ABRADES- ASSOACIAÇÃO BRASILEIRA E EDUCAÇÃO E SAÚDE** CNPJ 10.857.226/0001-07, com sede na Av. Paranapanema 1383, Sumarezinho, CEP 14.051-290 Ribeirão Preto SP, neste ato pelo Senhor **EMERSON TADEU GONÇALVES RICI**, RG 25.456.137-8 e CPF 136.754.338-03 e Procurador Senhor **SILMAR MARCELO MICA JUNIOR**, RG 43.479.916-6 e CPF 348.667.708-05, de acordo com o autorizado no Processo Administrativo protocolado sob n.º 57/2022, dando cumprimento a Inexigibilidade n.º 001/2022, de acordo com o disposto na Lei 8.666/93, e demais exigências da Lei Federal n.º 8666/93 e legislação posterior, e, ainda, Lei Complementar n.º 101/2000, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Abertura de procedimento licitatório na modalidade Inexigibilidade, visando o Credenciamento Público Pessoas Jurídicas especializadas na CREDENCIAMENTO PÚBLICO PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA

ANTONINA – GUARAUQUEÇA – GUARATUBA – MATINHOS – MORRÊTES – PARANAGUÁ – PONTAL DO PARANÁ

Rua Domingos Peneda, s/n, Vila Itibere, Paranaguá – PR, CEP 83.209-340, Telefone (41) 3420-8201, CNPJ 13.681.884/0001-39  
Subsede Administrativa: Rua Manoel Correa, 1948, Palmital, Paranaguá – PR, CEP 83.206-0030, Telefone (41) 3425-6175  
<http://www.cislipalitoral.com.br/contato/>



Concórdia Intermunicipal de Saúde  
do Litoral de Paraná

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO NOS MUNICÍPIOS DE ANTONINA E MATINHOS, conforme suas necessidades.

1.2. **Plantões:** 12 horas diurnas, 12 horas noturnas, 8 horas diurnas e 6 horas diurnas;

1.3. **Vigência de Contrato:** até 31 de maio de 2022

1.4.

ITEM	PROFISSIONAL	QTD	UNI	LOCAL	VALOR TOTAL
6	MÉDICO CLÍNICO GERAL 12 H/ NOITE	31	HR	CENTRO DE SÍNDROMES RESPIRATORIAS DE MATINHOS - DIAS PARES	R\$ 47.520,00
				<b>TOTAL</b>	47.520,00

## CLAUSULA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2.1. O valor global para contratação acima descrito é apenas uma estimativa feita segundo critérios pré-determinados, não podendo ser considerado como valor mínimo de contratação e, portanto, não vincula o CISLIPA na utilização efetiva e total dos serviços.

2.2. Os serviços credenciados serão pagos, de acordo com o número de plantões realizados pelos profissionais disponibilizados pela CREDENCIADA;

2.3. A atividade a ser desenvolvida é de caráter eventual, esporádico e temporário, não havendo qualquer vínculo de emprego.

2.4. A Prestação dos Serviços visa tão somente suprir lacuna dos plantões sejam elas precedentes de quaisquer motivos, na medida e proporção das necessidades do Contratante.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA ENTREGA DAS FATURAS, FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será realizado após 30 (trinta) dias da Nota Fiscal atestada pelo servidor designado, juntada todas as documentações necessárias.

ANTONINA – GUARAUQUEÇA – GUARATUBA – MATINHOS – MORRETES – PARANAGUÁ – PONTAL DO PARANÁ

Rua Domingos Peneda, s/n, Vila Itibere, Paranaguá – PR, CEP 83.209-340, Telefone (41) 3420-8201, CNPJ 13.681.884/0001-39  
Subsede Administrativa: Rua Manoel Correa, 1948, Palmital, Paranaguá – PR, CEP 83.206-0030, Telefone (41) 3425-6125  
<http://www.cislipalitoral.com.br/contato/>



# CISLIPA

Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Litoral do Paraná

- 3.2. Para efeito de faturamento e pagamento, a competência inicia-se no dia 16 (dezesesseis) de cada mês até 15 (quinze) do mês subsequente;
- 3.3. O Prestador, juntamente com a Nota Fiscal, deverá apresentar os seguintes documentos:
- 3.4. Declaração de quitação dos direitos sociais e trabalhistas dos funcionários;
- 3.5. Cópia dos holerites dos funcionários;
- 3.6. Cópias dos Cartões de Ponto ou Folhas de Frequência ou Declaração das horas extraordinárias realizadas pelos funcionários da contratada;
- 3.7. Recolhimento do INSS relativo aos funcionários (Guia de Previdência Social – GPS)
- 3.8. Recolhimento do FGTS relativo aos funcionários (Guia de Recolhimento do FGTS – GRF)
- 3.9. Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informação à Previdência Social – SEFIP, do mês anterior à prestação de serviço, só com a relação dos trabalhadores constantes do arquivo e com o resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo, e que comprove o valor pago referente ao FGTS e à Contribuição Previdenciária;
- 3.10. Relação dos funcionários, assinada pela contratada, individualizada por local de prestação de serviço, com nome do funcionário, seu número de CPF e da CTPS;
- 3.11. Após a conferência e processamento dos documentos, o CISLIPA pagará pela prestação efetiva dos serviços até o dia 15 do mês subsequente, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal;
- 3.12. O Prestador deverá manter durante a execução do Contrato todas as condições de regularidade fiscal exigidas na contratação;

## CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência do contrato será de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data da publicação do extrato do contrato, não podendo ser prorrogado.

## CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

ANTONINA – GUARAQUECABA – GUARATUBA – MATINHOS – MORRETES – PARANAGUA – PONTAL DO PARANÁ

Rua Domingos Peneda, s/n, Vila Itibere, Paranaguá – PR, CEP 83.209-340, Telefone (41) 3420-8201, CNPJ 13.681.884/0001-39  
Subsede Administrativa: Rua Manoel Correa, 1948, Palmital, Paranaguá – PR, CEP 83.206-0030, Telefone (41) 3425-6125  
<http://www.cislipalitoral.com.br/contato/>



Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Litoral do Paraná

Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratante:

- 5.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93;
- 5.2. Rejeitar, no todo ou em parte, do objeto em desacordo com o Termo de Referência;
- 5.3. Proceder ao pagamento do contrato na forma e no prazo pactuado;
- 5.4. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento do objeto contratados;
- 5.5. Notificar, por escrito, a contratada, ocorrência de eventuais imperfeições do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- 5.6. Notificar, por escrito, a contratada, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

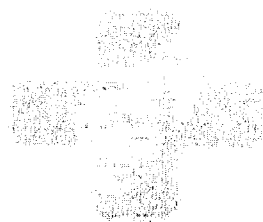
Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CREDENCIADA:

- 6.1. Ter registro da empresa junto ao CRM e COREN, nos Termos das Leis 6.839/1980 e 9.656/1998.
- 6.2. Executar fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas;
- 6.3. Manter preposto para representá-la quando da execução do contrato;
- 6.4. O CREDENCIADO, durante todo o prazo de vigência do contrato, deverá prestar serviços adequados, entendidos como aqueles que estejam de acordo com os parâmetros aceitos pelo Ministério da Saúde, princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde, atendendo as legislações vigentes;
- 6.5. Manter sob sua contratação todos os profissionais diretamente envolvidos, seguindo as convenções trabalhistas.
- 6.6. Não será permitida a subcontratação ou terceirização da mão-de-obra diretamente envolvida nas atividades deste Termo de referência e posterior contrato, exceto as atividades de ensino, cuja subcontratação só poderá ser efetivada com a anuência do CISLIPA.

ANTONINA – GUARACUÇABA – GUARATUBA – MATINHOS – MÓRRETES – PARANAGUÁ – PONTAL DO PARANÁ

Rua Domingos Penada, s/n, Vila Ilhéus, Paranaguá – PR, CEP 83.209-340, Telefone (41) 3420-8201, CNPJ 13.681.884/0001-39  
Subsede Administrativa: Rua Manoel Correa, 1948, Palmital, Paranaguá – PR, CEP 83.206-0030, Telefone (41) 3425-6125

<http://www.cislipalitoral.com.br/contato/>



# CISLIPA

Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Litoral do Paraná

6.7. A CREDENCIADA deverá assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias civis, administrativos, penais, e demais encargos previstos em lei, decorrentes da sua situação de empregadora, isentando qualquer responsabilidade da CONTRATANTE devendo os funcionários possuírem vínculo trabalhista, por meio de contrato de prestação de serviços ou anotação em CTPS ou societário. Sendo responsável pelos direitos, obrigações e ações decorrentes, pagamentos dos salários e demais vantagens, recolhimento de todas as obrigações sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes de que seus empregados possam ser vítimas, quando em serviço, na forma expressa e considerada nos artigos 3º e 6º do Regulamento de Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 61.784/67;

6.8. Manter contato com o CONTRATANTE sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência na execução dos serviços, os quais deverão ser formalizados por escrito, dentro de 24h (vinte e quatro horas), a partir do contato verbal;

6.9. A CREDENCIADA deverá disponibilizar um coordenador técnico, 24 horas por dia, para ser o intermediário entre o CISLIPA e a CREDENCIADA, estando preparado para pronta resposta às intercorrências pertinentes ao Serviço prestados;

6.10. Apresentar as escalas dos profissionais conforme plano de plantões demandados pelo CISLIPA e SESA em até cinco dias anterior a execução dos serviços em formato padrão com nome completo do profissional e número do CRM e/ou COREM e assinada pelo responsável técnico da empresa.

6.11. Executar os serviços contratados com pontualidade e qualidade, garantido que o profissional compareça no local e hora exata de início dos plantões, sob pena de descontos ou multas pelos atrasos.

6.12. Realizar controle da presença do seu profissional utilizando recursos de registro individual previstos em lei que permitam a exatidão da hora de entrada com hora, minuto e segundos, que possuam segurança antifraude ou alteração posterior

ANTONINA – GUARACUÇABA – GUARATUBA – MATINHOS – MORRÊTES – PARANAGUÁ – PONTAL DO PARANÁ

Rua Domingos Peneda, s/n, Vila Itibere, Paranaguá – PR, CEP 83.209-340, Telefone (41) 3420-8201, CNPJ 13.681.884/0001-39  
Subsede Administrativa: Rua Manoel Correa, 1948, Palmital, Paranaguá – PR, CEP 83.206-0030, Telefone (41) 3425-6125  
<http://www.cislipalitoral.com.br/contato/>



Conselho Intermunicipal de Saúde  
do Litoral do Paraná

ao registro de entrada e saída, passíveis de auditoria, a fim de garantir pleno controle de frequência dos profissionais nas Unidades de Saúde.

6.13. Substituir profissionais que se ausentem ou não compareçam em no máximo 2 (duas) horas do notificado, na mesma quantidade de profissionais contratados e com as mesmas especificidades, sob pena de descontos e denúncia do contrato.

6.14. Garantir que o profissional da empresa CREDENCIADA execute suas atividades de maneira educada e ética juntos aos pacientes, fornecendo a ele macacão de voo ou padrão SAMU, quando for o caso, orientando sobre a proibição de plantões de chinelos ou sandálias, nem bermudas ou roupas inadequadas ao local, sendo passível de solicitação de substituição em caso de recorrência.

6.15. A empresa CREDENCIADA deverá fornecer ao seu profissional todos os instrumentos de uso individual para o bom desempenho dos atendimentos como Otoscópio, oftalmoscópio, estetoscópio, esfigmomanômetro, lanternas, entre outros.

6.16. A empresa se responsabilizará pelo deslocamento do seu profissional em caso de atividades em eventos externos.

6.17. Garantir que o profissional de plantão que prestem serviços presenciais permaneça integralmente durante todos os plantões de 12 horas dentro das unidades e saúde dos municípios, devendo o profissional realizar suas refeições e descanso dentro da unidade em locais destinados. Quando a sua retirada for inevitável, impedir que a mesma ocorra sem o registro ponto da respectiva saída e do posterior retorno.

6.18. Os profissionais indicados pela empresa deverão realizar obrigatoriamente o registro dos atendimentos no sistema de prontuário eletrônico e/ou manual disponível.

6.19. A empresa deverá manter um livro de ocorrência nas unidades e saúde a qual prestar serviços, que deverão ser disponibilizados para profissional de fiscalização do contrato e demais autoridades.

6.20. Os profissionais não poderão se ausentar do plantão antes da chegada do próximo plantonista e passagem do plantão com registro de passagem no livro de ocorrência.

ANTONINA – GUARAQUEÇABA – GUARATUBA – MATINHOS – MORRETES – PARANAGUÁ – PONTAL DO PARANÁ

Rua Domingos Penedá, s/n, Vila Itibere, Paranaguá – PR, CEP 83.209-340, Telefone (41) 3420-8201, CNPJ 13.681.884/0001-99  
Subsede Administrativa: Rua Manoel Correa, 1948, Palmital, Paranaguá – PR, CEP 83.206-0030, Telefone (41) 3425-6125  
<http://www.cislipalitoral.com.br/contato/>





# CISLIPA

Consórcio Inter municipal de Saúde  
do Litoral do Paraná

- 6.21. Apresentar junto aos demais documentos exigidos, relatório detalhado de plantões executados, contendo, no mínimo, nome do profissional plantonista, local de prestação dos serviços, número total de plantões realizados, dias/turnos dos plantões e valores unitários e totais dos plantões, podendo o CISLIPA, no decorrer do contrato, solicitar a inclusão de outros dados que se evidenciem necessários/convenientes.
- 6.22. O profissional não poderá executar plantões presenciais simultâneos, seja para mesma empresa ou empresas diferentes. É vedado estar de plantão e sobreaviso ou plantões concomitantes em outros serviços.
- 6.23. A empresa CREDENCIADA deverá fornecer todos os dados do profissional para fins de cadastros nos sistemas pertinentes.
- 6.24. É vedada a execução de atividades por servidores deste Consórcio por empresas CREDENCIADAS.
- 6.25. O profissional indicado não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas de serviços seguidos independentemente do vínculo.
- 6.26. Manter durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial no que se refere a formação dos profissionais e à regularidade fiscal, sob pena de suspensão de pagamento dos serviços até regularização;
- 6.27. A empresa CREDENCIADA é responsável por todos os ônus fiscais advindos de pagamentos oriundos deste Termo de Referência e posterior Contrato, que sejam legalmente previstos como de sua responsabilidade.
- 6.28. A empresa CREDENCIADA é responsável por remunerar insalubridade conforme legislação vigente, se cabível.
- 6.29. A empresa CREDENCIADA é responsável, se previsto na convenção coletiva, custear todas as despesas referentes à execução dos serviços, inclusive com transporte até o local de execução do trabalho e alimentação de sua equipe.
- 6.30. Identificar seus profissionais obrigatoriamente com crachás e jalecos de identificação, provendo-os com Equipamentos de Proteção Individual-EPIs.
- 6.31. A empresa CREDENCIADA deverá disponibilizar, quando do início da execução dos serviços, e sempre que solicitado pela CONTRATANTE, todos os

ANTONINA – GUARAUQUECABA – GUARATUBA – MATINHOS – MORRETES – PARANAGUÁ – PONTAL DO PARANÁ

Rua Domingos Penedo, s/n, Vila Itibere, Paranaguá – PR, CEP 83.209-340, Telefone (41) 3420-8201, CNPJ 13.581.884/0001-39.  
Subsede Administrativa: Rua Manoel Correa, 1948, Palmital, Paranaguá – PR, CEP 83.206-0030, Telefone (41) 3425-6125.  
<http://www.cislipalitoral.com.br/contato/>



Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Litoral do Paraná

comprovantes de recolhimento de todo e qualquer encargo, independente da natureza, devido pela CONTRATANTE em decorrência da execução dos serviços, inclusive as contribuições devidas ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o seguro de seu pessoal contra riscos e acidentes de trabalho e as taxas e impostos municipais, quando aplicáveis.

6.32. A empresa deverá realizar seleção rigorosa dos profissionais que irão prestar os serviços, conforme perfil assistencial do objeto a ser contratado, sob pena de realizar substituição de profissionais que incorrerem em falta disciplinar ou não conseguirem desenvolver suas atividades adequadamente nas unidades.

6.33. Atender as normas de saúde e segurança dos trabalhadores conforme normas regulamentadoras aplicáveis.

6.34. Instruir os seus profissionais quanto às necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

6.35. Atender prontamente e presencialmente os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do CISLIPA no prazo máximo de 1 (uma) hora.

6.36. Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de profissionais não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

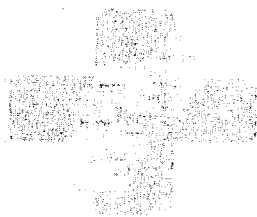
6.37. Responder por quaisquer danos causados diretamente ao CISLIPA ou a terceiros e/ou aos pacientes ocasionados por imperícia, imprudência ou negligência da equipe e/ou na execução dos serviços, bem como avarias, furtos e inutilização de qualquer objeto ou bem público e pelo uso inadequado de material permanente por seu pessoal, quando devidamente comprovado pelo CONTRATANTE;

6.38. A empresa CREDENCIADA é obrigada a comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços objeto deste Termo de referência e posterior contrato.

6.39. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Referência e Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em

ANTÔNINA – GUARAUQUECABA – GUARATUBA – MATINHOS – MORRETES – PARANAGUÁ – PONTAL DO PARANÁ

Rua Domingos Peneda, s/n, Vila Itiberê, Paranaguá – PR, CEP 83.209-340, Telefone (41) 3420-8201, CNPJ 13.681.884/0001-39  
Subsede Administrativa: Rua Manoel Correa, 1948, Palmital, Paranaguá – PR, CEP 83.206-0030, Telefone (41) 3425-6125  
<http://www.cislipalitoral.com.br/contato/>



# CISLIPA

Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Litoral do Paraná

decorrência de ato da CREDENCIADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.40. A empresa deverá entregar ao Consócio Intermunicipal após 30 dias de execução do serviço, antes da emissão da Nota Fiscal, relatório dos plantões realizados no mês contendo nome completo do profissional e quantidade de plantões realizados, escala de serviço por função, carta solicitando autorização para emissão da Nota Fiscal, fotocópia do espelho do registro de presença de cada profissional. Todos os documentos deverão ser providenciados e entregues assinados pelo preposto da empresa.

6.41. Emitir a Nota Fiscal via e-mail, após a conferência, que ocorrerá em até 10 dias úteis após a apresentação dos relatórios e aprovação pela autorizada. O pagamento será efetivado em até 30 (trinta) dias após a entrega das respectivas notas fiscais no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná. No ato da apresentação da Nota Fiscal, deverá apresentar:

6.41.1. Nota Fiscal de prestação de serviço com descritivo do serviço prestado na nota relacionando a quantidade dos plantões cobrados, por lote, por tipo de plantão (diurno ou noturno), valor unitário e valor total e certidões negativas ou positivas com efeitos negativos de débitos (Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS), e a partir da emissão da segunda Nota fiscal poderá ser exigida caso haja necessidade a apresentação de documentação comprobatória da quitação dos encargos trabalhistas e tributos relativos aos empregados, referente ao mês anterior a cobrança ou comprovação de sociedade do médico apresentado o contrato social.

6.41.2. Os pagamentos serão realizados através de depósito em conta bancária da própria empresa, a ser informada pela empresa após efetivação do contrato, estando os pagamentos condicionados a apresentação integral da documentação junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná.

6.42. Fica resguardado a CONTRATANTE ostender o prazo de análise dos relatórios de plantão por mais 10 (dez) dias caso haja necessidade de comprovação da execução dos plantões apresentados pela empresa CREDENCIADA, inclusive solicitar informações a empresa CREDENCIADA.

ANTONINA – GUARAQUECABA – GUARATUBA – MATINHOS – MORRETES – PARANAGUÁ – PONTAL DO PARANÁ

Rua Domingos Peneda, s/n, Vila Itibere, Paranaguá – PR, CEP 83.209-340, Telefone (41) 3420-8201, CNPJ 13.681.884/0001-39

Subsede Administrativa: Rua Mangal Correa, 1948, Palmital, Paranaguá – PR, CEP 83.206-0030, Telefone (41) 3425-6125

<http://www.cislipalitoral.com.br/contato/>



# CISLIPA

Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Litoral do Paraná

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ATENDIMENTO**

7.1. Fica estabelecido que os atendimentos sejam efetuados no Município de Pontal do Paraná.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA COORDENAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

8.1. Caberá ao CISLIPA a coordenação, controle e fiscalização da prestação dos serviços.

8.2. A CREDENCIADA (o) facilitará ao CISLIPA o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços complementares e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CISLIPA, designados para tal fim.

## **CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES**

9.1. Pela inexecução total ou parcial na prestação dos serviços, ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná - CISLIPA, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos infratores as sanções do art. 87 da Lei 8666/93.

9.2. A não realização, ou realização defeituosa, do objeto deste Termo de Referência pelo CREDENCIADO o sujeitará à aplicação de penalidades administrativas.

9.3. Pela não execução total ou parcial do objeto, o CISLIPA poderá aplicar ao CREDENCIADO as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total de plantões a ser recebido pelo CREDENCIADO;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o proponente ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no

ANTONINA - GUARAUQUEÇABA - GUARATUBA - MATINHOS - MORRETES - PARANAGUÁ - PONTAL DO PARANÁ

Rua Domingos Penada, s/n, Vila Itiberê, Paranaguá - PR, CEP 83.209-340, Telefone (41) 3420-8201, CNPJ 13.581.884/0001-39  
Subsede Administrativa: Rua Manoel Correa, 1948, Palmital, Paranaguá - PR, CEP 83.206-0030, Telefone (41) 3425-6125  
<http://www.cislipalitoral.com.br/contato/>



# CISLIPA

Consortício Intermunicipal de Saúde  
do Litoral do Paraná

contido na letra "c";

9.4. A multa a que alude o subitem acima não impede que o CISLIPA rescinda unilateralmente o CONTRATO DE CREDENCIAMENTO e aplique as outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/93, ou Lei Estadual n.º 15.608/2007.

9.5. A empresa que deixar de atender a demanda de 03 (três) plantões, sem justificativa, poderá ter seu contrato rescindido, preservado o direito de contraditório e ampla defesa ao contratado.

9.6. O não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições pactuadas no Contrato de CREDENCIAMENTO ou a sua inexecução parcial ou total, poderá ensejar na aplicação de penalidade financeira e rescisão do CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, respeitada a ampla defesa e o contraditório.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. A CREDENCIADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei n.º 8.666/93. O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 da Lei n.º 8.666/93. A rescisão do presente contrato poderá se dar sob qualquer das formas delineadas no artigo 79, da Lei n.º 8.666/93

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. Ficam estipulados para o pagamento do presente Termo de Credenciamento os recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias:

GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS AOS CONSOCIADOS	01.001.10.122.0901.2.004.3.3.90.39.00.00
--	--

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VALOR E DO REAJUSTE DE PREÇOS

12.1. O valor total para a realização dos serviços é de R\$ 47.520,00, o qual não sofrerá reajuste no período de vigência deste CREDENCIAMENTO.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

ANTONINA – GUARAQUEÇABA – GUARATUBA – MATINHOS – MORRETES – PARANAGUÁ – PONTAL DO PARANÁ

Rua Domingos Penada, s/n, Vila Itibere, Paranaguá – PR, CEP 83.209-340, Telefone (41) 3420-8201, CNPJ 13.681.884/0001-39  
Subsede Administrativa: Rua Manoel Correa, 1948, Palmital, Paranaguá – PR, CEP 83.206-0030, Telefone (41) 3425-6125  
<http://www.cislipalitoral.com.br/contato/>



Conselho Inter municipal de Saúde  
do Litoral do Paraná

13.1. Qualquer alteração do presente Termo de Credenciamento será objeto de Termo Aditivo ou apostilamento, na forma da legislação referente à licitação e contratos administrativos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1. O Extrato do presente Termo de Credenciamento será publicado pelo CISLIPA em diário oficial, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### DO FORO

15.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Paranaguá para dirimir questões oriundas do presente Termo de Credenciamento que não puderem ser resolvidos pelas partes.

15.2. E assim, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Paranaguá, 24 de março de 2022

**JOSÉ PAULO VIEIRA AZIM**  
Presidente do CISLIPA CONTRATANTE

**EMERSON TADEU GONÇALVES RICCI**  
ABRADES- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA E EDUCAÇÃO E SAÚDE  
Credenciada

TESTEMUNHA:

CPF:

**André Luis da Costa Pereira**  
Diretor Executivo  
CISLIPA  
Port. nº 27/2021 CRA nº 03-01277 PR

TESTEMUNHA:

CPF:

ANTONINA – GUARAUQUEÇA – GUARATUBA – MATINHOS – MORRETES – PARANAGUÁ – PONTAL DO PARANÁ

Rua Domingos Penada, s/n, Vila Itibere, Paranaguá – PR, CEP 83.209-340, Telefone (41) 3420-8201, CNPJ 13.681.884/0001-39  
Subsede Administrativa: Rua Manoel Correa, 1948, Palmital, Paranaguá – PR, CEP 83.206-0030, Telefone (41) 3425-6125  
<http://www.cislipalitoral.com.br/contato/>



# BOCAIÚVA DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 08/2023

De um lado, MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.105.592.0001/78, com sede à Rua Carlos Alberto Ribeiro, nº 21, Centro, Município de Bocaiúva do Sul/PR, representado pelo Prefeito Municipal Antônio Luiz Gusso, brasileiro, divorciado, portador da cédula de identidade RG nº 4431439-8 e inscrita no CPF/MF sob nº 639.931.209-49, residente e domiciliado na Rua Brasília de Moura Leite, nº 35, na cidade de Bocaiúva do Sul-PR, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE; e de outro lado a empresa ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.857.726/0001-07, estabelecida à Av. Paranapanema, nº 1343, Bairro Sumarezinho, na cidade de Ribeirão Preto, neste ato representada por Emerson Tadeu Gonçalves Rici, portador da cédula de identidade RG nº 25.456.137-8 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob nº 136.754.338-03, residente e domiciliado na Rua Petit Carneiro, nº 771, Bairro Água Verde, na cidade de Curitiba/PR, doravante denominada de CONTRATADA.

Fundamentando-se nas disposições da Lei nº 8666/93 e suas alterações, demais legislações pertinentes e conforme as condições estabelecidas no Edital Chamamento Público nº 06/2022 e seus Anexos, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Credenciamento sob a modalidade de CHAMAMENTO PÚBLICO para **CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS EM SAÚDE TEM COMO OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES E URGÊNCIAS DO SISTEMA DE SAÚDE MUNICIPAL, ABRANGENDO TODOS OS ESTORES QUE USUFRUEM DESTA FUNÇÃO PARA O ATENDIMENTO.**

LOTE 4						
Item	UN	Descrição do serviço	Qtd. Profissionais	Qtd. Plantões/ ano	Valor plantão	Valor total
1	SER	Serviço médico especializado em diretoria técnica para Hospital Municipal Santa Júlia, plantões 08 horas semanais - na Atenção Primária da Saúde.	1	96	R\$ 1.625,56	R\$ 156.053,76
2	SER	Serviço médico especializado em ginecologia e obstetrícia, plantões 08 horas - na Atenção Primária da Saúde.	1	60	R\$ 1.682,22	R\$ 100.933,20
3	SER	Serviço médico especializado em psiquiatria, plantões 08 horas - na Atenção Primária de Saúde.	1	80	R\$ 1.786,11	R\$ 142.888,80



# BOCAIÚVA DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL

4	SER	Serviço médico generalista, carga horária 40 horas semanais, sendo 02 profissionais - na Atenção Primária da Saúde.	2	12	R\$ 45.311,11	R\$ 543.733,32
5	SER	Serviço médico especializado em radiologia/diagnóstico de imagem, plantões 08 horas - na Atenção Primária da Saúde.	1	55	R\$ 2.335,75	R\$ 128.466,25
VALOR TOTAL LOTE:						R\$ 1.072.075,33

### CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO

2.1.A CONTRATADA se compromete a executar os serviços de acordo com os padrões e condições estabelecidos na proposta apresentada e no Termo de Referência para Chamamento Público nº 06/2022.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

3.1. Nos valores estão inclusas todas as despesas com encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

### CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS

4.1. As despesas com o presente chamamento terão seus custos cobertos com os recursos provenientes da Lei Orçamentária para o exercício de 2023.

4.2. As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes correrão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos orçamentos do Município e as alterações se processarão por meio de simples procedimento administrativo.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos decorrentes da entrega do serviço licitado efetivar-se-ão em até 30 dias a partir do efetivo recebimento do serviço ou do atesto da Nota Fiscal pelo secretário responsável.

5.2. A Nota Fiscal deverá ser entregue acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS;
- b) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- d) Cópia do Empenho correspondente.
- e) Em caso de regime CLT, cópia da GFIP.

5.3. A(s) nota(s) fiscal(ais) relativa(s) à(s) Autorização(ões) de Compra(s), terá(ão) um prazo de até 05 (cinco) dias úteis para conferência e aprovação da(s) sua(s)protocolização(ões).





# **BOCAIÚVA DO SUL**

## **P R E F E I T U R A   M U N I C I P A L**

5.4. Para entrega da Nota Fiscal à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a mesma deverá estar devidamente atestada pelo secretário responsável.

5.5. Nenhum pagamento será efetuado à FORNECEDORA antes de paga ou relevada eventual multa que lhe tenha sido aplicada.

5.6. A Prefeitura Municipal efetuará pagamento **somente através de TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA** na conta indicada pela FORNECEDORA, **não sendo aceito eventuais BOLETOS BANCÁRIOS**, conforme Decreto Municipal 118, de 20 de maio de 2013.

5.7. A referida **conta bancária deve obrigatoriamente ser vinculada ao CNPJ do participante da licitação**. Mesmo sendo matriz e filial, **o que prevalece é o CNPJ da participante do processo**.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. Executar os serviços nos dias e horários estabelecidos pela CONTRATANTE;

6.2. Responsabilizar-se por todos e quaisquer prejuízos causados à CONTRATANTE durante a vigência do presente contrato, inclusive os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento;

6.3. Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

6.4. Responder, nos termos do art. 18 e seguintes da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, pelos vícios de qualidade ou quantidade do objeto;

6.5. Aos prestadores de serviço em saúde: estes deverão prestar serviços de atenção à saúde com observância aos padrões estabelecidos ou recomendados pelos órgãos de classe e instituições de fiscalização profissional em geral, não praticando qualquer tipo de discriminação no atendimento ou nas técnicas empregadas aos pacientes;

6.6. Prestar esclarecimentos, a qualquer tempo, quanto à prestação de serviços, à CONTRATANTE;

6.7. Desenvolver suas atividades profissionais de acordo com as normas estabelecidas pela CONTRATANTE;

6.8. Apresentar a escala de serviços mensais com até 10 (dez) dias de antecedência do início da mesma.

6.9. Obedecer à escala de serviços predeterminada;

6.10. Aos prestadores de serviço em saúde: atender os pacientes de forma ética e resolutiva;

6.11. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal durante a execução do contrato;

6.12. Permitir ao Gestor do Contrato, a fiscalização da sua execução; participar de reuniões quando convocado;

6.13. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhista, tributária, fiscal, securitária, previdenciária, comercial, de deslocamento e todas que resultem ou venham a resultar da execução do contrato a ser firmado entre as partes;

6.14. Manter responsabilidade ética, médica, legal e profissional dos atendimentos prestados;

6.15. Comunicar por escrito à Secretaria Municipal de Saúde, no menor espaço de tempo possível, qualquer problema com o equipamento ou com o pessoal para que a Administração possa tomar as providências necessárias;

6.16. Atender todas às exigências estabelecidas no contrato e seus anexos, assumindo inteira responsabilidade pela quantidade e qualidade dos serviços executados;



# **BOCAIUVA DO SUL**

## **P R E F E I T U R A   M U N I C I P A L**

- 6.17. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo dos serviços executados;
- 6.18. Não transferir a terceiros, no total ou parcialmente as obrigações assumidas no contrato;
- 6.19. Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização - PNH;
- 6.20. Cumprir as normas internas e diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 6.21. Caberá a empresa a substituição do (s) profissional (is) que por quaisquer motivos venham a não comparecer nos plantões preestabelecidos.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATANTE**

- 7.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.
- 7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 7.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 7.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 7.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

- a) A Gestão do Contrato gerado ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde através do Secretário Gerson Antônio Agibert Cavassin, e a fiscalização da contratação será exercida por Alexandre Narozny de Carvalho, nomeado(a) pela Portaria nº 140/2022, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- b) O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

9.1 O objeto deste instrumento de contrato será prestado por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por interesse das partes e em conformidade com o disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO**

- 10.1. O Contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente por acordo entre as partes, na forma da Lei.
- 10.2. Serão incorporados a este contrato, mediante Termos Aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pelo



# **BOCAIÚVA DO SUL**

## **P R E F E I T U R A   M U N I C I P A L**

CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços, nos limites permitidos em Lei.

10.3. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

10.4. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice inflacionário exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.6. O reajuste obedecerá à variação do IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo no caso de sua extinção.

10.7. O reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

- a) Para mais, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.
- b) Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

10.8. Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a FORNECEDORA deverá apresentar cópia de Planilha de Custos, devidamente instruída com as notas fiscais referentes ao mês de julgamento da licitação, informando sua margem de lucro no fornecimento do (s) produto/serviço(s) contratado(s), bem como cópia das notas fiscais referentes ao período de realização do pedido, entre outros documentos que auxiliem no pedido.

- a) A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional.

10.9. Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas no item 10.8., a FORNECEDORA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de Custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedor(es).

10.10. O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas Planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação contornável, através da troca de fornecedores por parte da Empresa, será considerado injustificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

10.11. A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo



# **BOCAIÚVA DO SUL**

## **P R E F E I T U R A   M U N I C I P A L**

com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagirá a ordens de fornecimento já emitidas.

10.12. O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

10.13. Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

11.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei n.º 10.520/02, com as alterações dela decorrentes, obedecerá às normas estabelecidas neste Edital.

11.2. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência a aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniárias e restritivas de direitos, previstas em lei.

11.3. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.

- a) Configurado o descumprimento das obrigações assumidas, a fornecedora será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, apresentar defesa.
- b) Recebida a defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.
- c) Da decisão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

11.4. Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do Contrato, assim como a execução irregular, com atraso injustificado ou nos casos em que o licitante/contratado ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, imoral ou cometer fraude fiscal, sujeitará o licitante/contratado à aplicação das seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Sistema de Registro Cadastral Municipal pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme prescreve o art. 7º da Lei n.º 10.520/2002.

11.5. A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o Fornecedor descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações da autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

11.6. A pena pecuniária de multa, própria para a punição de atrasos injustificados, ou para compensar execução irregular ou inexecução pode ser aplicada cumulativamente com a sanção restritiva de direito prevista no “item 11.4.c”.



# **BOCAIÚVA DO SUL**

## **P R E F E I T U R A   M U N I C I P A L**

- a) Na fixação do prazo da penalidade prevista no 11.4.c, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

**11.7. A multa prevista no "item 11.4.b" será:**

- a) De 10% (dez por cento) do valor da proposta à empresa que recusar-se injustificadamente a honrar a proposta apresentada;
- b) De 20% (vinte por cento) à empresa que recusar-se a contratar, até o momento da adjudicação;
- c) De 30% (trinta por cento) ao licitante que se recusar, injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com o Município de Bocaiúva do Sul, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- d) De 10% (dez por cento) do valor global do Contrato, no caso de descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de entrega.
- e) De 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor do Contrato ou sobre o valor correspondente da parcela em atraso, caracterizando a mora.

11.8. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a Administração poderá considerar o atraso como descumprimento total ou parcial da obrigação, recusando-se a receber o objeto da licitação e aplicando a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou sobre o valor correspondente à(s) parcela(s) não entregue(s).

11.9. Na hipótese do item anterior se o descumprimento da obrigação comprometer o regular desenvolvimento das funções administrativas, a multa poderá se cumulada com a pena prevista no 11.4.c.

11.10. O valor correspondente à multa, depois do devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do Contrato, será:

- a) Descontado do primeiro pagamento devido, em decorrência da execução contratual;
- b) Na hipótese de descumprimento total ou parcial da obrigação, depois da celebração do Contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada;
- c) Na hipótese de não cumprimento total da obrigação em face do não atendimento da convocação para a assinatura do Contrato, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação;
- d) O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará na inscrição em dívida ativa, para cobrança judicial.

11.11. A sanção prevista no item 11.4.c poderá ser aplicada ao licitante que:

- a) Fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- b) Apresentar documento falso;
- c) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório;
- d) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório ou



# **BOCAIÚVA DO SUL**

## **P R E F E I T U R A   M U N I C I P A L**

de Contrato dele decorrente;

- e) Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- f) Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- g) Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal 8.158/91;
- h) Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

11.12. A aplicação de sanções às fornecedoras deve ser objeto de registro como fator relevante para a determinação das penas futuras, especialmente com vistas ao agravamento da punição nos casos de reincidências que se tornem contumazes.

11.13. Nos casos em que a microempresa e/ou empresa de pequeno porte deixar de atender o prazo estabelecido nos itens para apresentação da documentação regular pertinente à regularidade fiscal, a administração pública aplicará a pena de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, cumulada com a aplicação de uma multa compensatória no valor de 10% (dez por cento) do valor total estimado da licitação.

11.14. Aos casos omissos se aplicam as disposições pertinentes à Lei Federal n.º 10.520/02 e subsidiariamente a Lei n.º 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

11.15. As sanções ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, em especial em decorrência de perdas e danos, danos materiais e morais e outros, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não expressos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

12.1. Visando garantir os padrões éticos descritos pela Lei nº 12.846/2013, Decreto nº 8.420/2015 e Decreto Municipal nº 1115/2020. Os licitantes devem observar e o Fornecedor deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

a) Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

I - “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

II - “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

III - “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



# **BOCAIÚVA DO SUL**

## **P R E F E I T U R A   M U N I C I P A L**

IV - “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo administrativo ou afetar a execução do contrato;

V - “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Contrato; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

- b) Nas hipóteses de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
- c) Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e a execução do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, com renúncia de qualquer outra, por mais privilegiada, para dirimir as causas resultantes deste instrumento.

As partes declaram estar de pleno acordo com as condições do contrato, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que abaixo se identificam e assinam.

Bocaiúva do Sul, 03 de fevereiro de 2023.

**CONTRATANTE**  
**ANTONIO LUIZ GUSO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**EMERSON TADEU**  
**GONCALVES**  
**RICI:13675433803**

**CONTRATADA**  
**EMERSON TADEU GONÇALVES RICI**  
**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E**  
**SAUDE - ABRADES**

Assinado de forma digital por  
EMERSON TADEU GONCALVES  
RICI:13675433803  
Dados: 2023.02.03 16:04:51 -03'00'

**TESTEMUNHAS:**

**NOME:**  
**DOC. Nº:**

**NOME:**  
**DOC. Nº:**





# REGIMENTOS INTERNOS

✓ **DE COMPRAS**

✓ **DE PESSOAS**

✓ **PCS**

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
**CNPJ: 10.857.726/0001-07**  
Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
**CNPJ 10.857.726/0003-60**  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 80.240-280



O presente regulamento disciplina a aquisição de bens e contratação de serviços de terceiros e obras pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE – ABRADES. Aprovado pelo Conselho Administrativo, o Regulamento reforça os princípios da eficiência, legalidade, moralidade, publicidade e impessoalidade ao mesmo tempo que busca garantir processos ágeis e dinâmicos condizentes com os projetos desenvolvidos pela Instituição.



## ÍNDICE

CAPÍTULO I – DA FINALIDADE .....	3
CAPÍTULO II – DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS .....	3
Título I - Definição	
Título II – Dos Princípios de Compras de Bens e Contratação de	
Serviços	
Título III – Dos Procedimentos de Aquisição de Bens e	
Serviços.	
Título IV – Da Dispensa e Inexigibilidade dos Procedimentos do Título III do	
Presente Regulamento	
CAPÍTULO III – DA CONTRATAÇÃO DE OBRAS .....	6
Título I - Definição	
Título II – Da Contratação	
CAPÍTULO IV – DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS .....	7
Título I – Regime Jurídico	
Título II – Da Alteração dos Contratos	
Título III – Da Duração e Renovação dos	
Contratos	
Título IV – Da Formalização dos	
Contratos	
CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS .....	10

## **REGULAMENTO INTERNO DA ABRADES PARA O SETOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS E OBRAS**

### **CAPÍTULO I – DA FINALIDADE**

**Artigo 1º.** O presente Regulamento estabelece critérios, normas e rotinas para a aquisição de bens (custeio e investimentos), e a contratação de serviços de terceiros, serviços especializados e obras pela ABRADES no gerenciamento de contratos firmados com Administração Pública.

### **CAPÍTULO II – DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**

#### **Título I - Definição**

**Artigo 2º.** Para fins deste Regulamento, considera-se aquisição a atividade que visa suprir às necessidades estabelecidas pelos serviços geridos pela ABRADES, nas quantidades/especificações, com preços favoráveis, prazos e locais de entrega compatíveis com as necessidades de aplicação dos mesmos em suas áreas de atuação.

#### **Título II – Dos Princípios de Compras de Bens e Contratação de Serviços**

**Artigo 3º.** O setor de compras seguirá os princípios da igualdade, legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade, probidade administrativa e transparência de todas as suas atividades, garantindo, assim, a lisura em todo o processo de aquisição de bens e serviços.

**Artigo 4º -** Ficam impedidos de participar direta ou indiretamente dos processos de aquisições e contratações da ABRADES, assim como, da prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, seus funcionários, dirigentes e membros do Conselho Administrativo.

#### **Título III – Dos Procedimentos de Aquisição de Bens e Serviços.**

**Artigo 5º.** Os procedimentos de compras cumprirão as etapas a seguir especificadas:

I - Para aquisição de bens de consumo:

a- Requisição de compras contendo descrição do item, quantidade, período de cobertura e estimativa de valor, acompanhada da justificativa;

- b- Disponibilidade de verba, autorização e reserva de recurso financeiro;
- c- Coleta de preços e quadro comparativo;
- d- Apuração da melhor oferta;
- e- Aprovação de acordo com a gestão de alçada definida para cada Projeto/Contrato.

**II - Para aquisição de serviços:**

- a) Termo de Referência contendo a descrição técnica do serviços, objeto, quantidades, prazos, estimativa de valor acompanhada de justificativa da necessidade do serviço;
- b) Coleta de preços junto aos fornecedores e quadro comparativo;
- c) Apuração da melhor oferta;
- d) Aprovação de acordo com a gestão de alçada definida para cada Projeto/Contrato;
- e) Avaliação pelo Jurídico;
- f) Celebração do Contrato;
- g) Início da execução dos serviços.

**Parágrafo único** - Considera-se melhor preço aquele que resultar na verificação e comparação da somatória de fatores, que além dos termos monetários, apresente proposta dentro os parâmetros especificados para julgamento, incluindo transporte seguro até o local da entrega, forma de pagamento, prazo para entrega e o cumprimento integral das especificações do pedido de compras.

**Artigo 6º.** A ABRADES poderá exercer o direito de discutir as condições da proposta vencedora, com a finalidade de maximizar resultados em termos de qualidade, preço e prazos de entrega.

**Artigo 7º.** Os processos de compras de bens, produtos ou contratação de serviços serão realizados preferencialmente por meio de uso de plataforma eletrônica (on line), a fim de garantir o registro integral dos procedimentos realizados, inclusive negociação, garantindo ampla amostragem de fornecedores e concorrência para todo o território nacional.

**§ 1º** - Na eventualidade de produtos, bens e serviços não disponíveis na plataforma, serão adotados procedimentos similares por meio de pesquisa de mercado com envio das solicitações de cotações.

§ 2º - Quando não for possível obter o mínimo de propostas para a aquisição de bens ou serviços, o setor de compras poderá efetuar a aquisição, mediante justificativa e autorização da direção.

§ 3º As propostas recebidas fora da plataforma eletrônica devem ser formalizadas por escrito, através de papel timbrado dos fornecedores e enviadas diretamente pelos mesmos às áreas solicitante da ABRADES.

§ 4º A Ordem de Compra corresponderá ao contrato formal efetuado entre a ABRADES e o fornecedor, devendo representar fielmente todas as condições em que foi realizada a aquisição.

#### **Título IV – Da Dispensa e Inexigibilidade dos Procedimentos do Título III do Presente Regulamento**

**Artigo 8º** São dispensáveis os procedimentos do Título III do presente regulamento:

I - nos casos de emergência ou de calamidade pública, declarada pelo Estado ou Municípios, que atinjam o objeto do contrato ou do convênio, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, esmente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa.

II - quando não acudirem interessados aos procedimentos de aquisição ou contratação de serviços anteriores e estes, justificadamente, não puderem ser repetidos sem prejuízo para a ABRADES, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas, no que couber;

III - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades preteritas da ABRADES, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

IV - nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos de Coleta de Preços correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia;

V - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos, durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

Parágrafo único. As aquisições/contratações estipuladas neste artigo deverão ser precedidas de justificativa e autorização superior.

**Artigo 9º.** São inexigíveis os procedimentos do Título III do presente regulamento:

**Contratações emergenciais:**

I - para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;

II- Para a contratação de serviços técnicos enumerados no Artigo 13 da Lei 8666/93, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º As aquisições/contratações estipuladas neste artigo, deverão ser precedidas de justificativa da área solicitante e autorização superior.

### **CAPÍTULO III – DA CONTRATAÇÃO DE OBRAS**

#### **Título I - Definição**

**Artigo 10.** Para fins do presente Regulamento, considera-se obra toda construção, ampliação, reforma e recuperação realizada por terceiros, excluindo-se os serviços realizados como manutenção.



**Parágrafo único.** Além das demais exigências previstas no Título III Capítulo II, as contratações de obras deverão ser precedidas de projeto de engenharia e arquitetura, que será parte integrante do processo de contratação destas.

## **Título II – Da Contratação**

**Artigo 11.** O processo de contratação de execução de obras obedecerá, sempre que couber, o disposto nos artigos 5º a 7º, do presente Regulamento. Ressalvado os casos emergenciais e de calamidade pública, em que obedecerão ao regramento previsto no Título IV do Capítulo II.

## **CAPITULO IV - DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS**

### **Título I – Regime Jurídico**

**Artigo 12.** O regime jurídico dos contratos instituído pelo presente Regulamento confere à ABRADES, em relação a eles, a prerrogativa de:

I – modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse da Instituição, respeitados os direitos dos contratados;

II – rescindi-los, unilateralmente, nos casos de:

a) conveniência para a ABRADES, mediante autorização escrita e fundamentada pelo Presidente da Associação;

b) inadimplemento de qualquer cláusula ou condição do contrato;

c) interrupção, parcial ou total, na execução dos serviços, por um período superior a 5 (cinco) dias, excetuadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados;

d) negligência na organização administrativa e/ou execução dos serviços;

e) extinção, declaração de insolvência, recuperação judicial, liquidação judicial, ou extrajudicial e falência da contratada;

f) cessão, subcontratação ou transferência, total ou parcial dos direitos relativos ao contrato, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, da ABRADES.

III – fiscalizar-lhes a execução por meio de preposto devidamente qualificado

7

CNPJ: 10.857.726/0001-07

Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 – Sumaré/Inf, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.051-290  
Fone: 41 3027-8527

para tal fim;

**IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.**

**§ 1º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato poderão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual;**

**§ 2º Dar-se-á automaticamente a rescisão dos contratos decorrentes de obrigações contraídas por meio de Convênios Administrativos ou Contratos de Gestão, no caso de rescisão das respectivas avenças administrativas firmadas com o Poder Público.**

**§ 3º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.**

## **Título II – Da Alteração dos Contratos**

**Artigo 13.** Os contratos regidos por este Regimento poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

**I – unilateralmente, pela ABRADES.**

a) quando houver modificação do projeto das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa de seu objeto.

**II – por acordo entre as partes:**

a) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes;

c) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da administração para justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força

8



**Parágrafo único.** O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

**Artigo 14 -** A duração dos contratos regidos por este Regulamento ficará adstrita à vigência anual, exceto:

I – prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Associação, limitada a 60 (sessenta) meses ou até 72 (setenta e dois) meses, em casos excepcionais, devidamente justificados.

II – ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo sua duração ser estendida conforme o caso e a necessidade observada pela ABRADES.

**Parágrafo único.** Nas contratações emergenciais, o prazo será de até 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que devidamente comprovado o estado de necessidade que ensejou a contratação.

**Artigo 15.** Os contratos deverão seguir o modelo da ABRADES regidos por este Regulamento, os quais serão lavrados nos departamentos jurídicos ou específicos da ABRADES.

**§ 1º O Departamento de Compras/Contratos será responsável por manter arquivo cronológico dos contratos, seus autógrafos e registros dos prazos contratuais.**

**§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a ABRADES.**

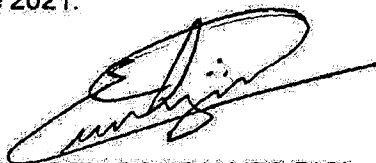
## CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

**Artigo 16.** Os pagamentos pela ABRADES devem ser precedidos de envio antecipado da Nota fiscal e preferencialmente mediante emissão de boleto, caso não seja possível, inserir na nota fiscal os dados bancários de titularidade da empresa;

**Artigo 17.** Os casos omissos ou duvidosos na interpretação do presente Regulamento serão resolvidos pela Diretoria da ABRADES, após parecer do Departamento Jurídico.

**Artigo 18.** Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Ribeirão Preto, 23 de março de 2021.



EMERSON TADEU GONÇALVES RICCI  
PRESIDENTE DA ABRADES



## DO REGIMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS



Visando a regulamentação das atividades exercidas sob a gestão da ABRADES, fez-se necessária a instituição do presente regimento, o qual norteará toda e qualquer contratação de pessoal pela ABRADES. Desta forma, todas as atividades laborais sob à gestão da ABRADES devem prioritariamente usar esse instrumento como guia.

### CAPÍTULO I

#### DOS PRINCÍPIOS GERAIS

**Art. 1º** A ABRADES institui o presente REGIMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS, o qual determina as normas específicas disciplinadoras das relações de trabalho entre o empregador e o empregado, doravante denominado colaborador.

**Art. 2º** Este regimento aplica-se a ABRADES, denominada entidade.

**Art. 3º** Ficam sujeitos a este regimento todos os colaboradores, sem distinção de qualquer natureza.

**Art. 4º** O ingresso de qualquer colaborador na ABRADES implica a aceitação do presente Regimento.

**§ 1º** O presente regimento é um instrumento que visa pontuar e esclarecer as práticas de gestão de pessoas e destina-se aos colaboradores da ABRADES, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 e a legislação trabalhista complementar em vigor.

**§ 2º** Este regimento se aplica aos profissionais em especialização, residentes, acadêmicos, estagiários de nível superior e médio, aprendizes e prestadores de atividade de voluntariado, no que couber, bem como os prestadores de serviços

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14 051-290

**FILIAL CURITIBA**  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 80.240-280

Fone: 16 3325-2493

**FILIAL SOROCABA**  
Rua José Maria Hannickel, 150 – sala  
55 – Ed. Tóquio – Portal da Colina –  
CEP: 18047-360

1

Digitalizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://seiodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/212780806228770301342>



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-22  
Data: 08/08/2022 11:24:16  
Valor Total do Ato: R\$ 5,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38343-3XQT:



**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1146  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<http://azevedobastos.not.br>

Valter Azevêdo de M. Cavalcanti  
Tribunal



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



terceirizados que participam de algum projeto/convênio da ABRADES.

§ 3º A obrigatoriedade de seu cumprimento permanece por todo o tempo de duração do contrato de trabalho, não sendo permitido a quaisquer colaboradores alegar seu desconhecimento.

## CAPÍTULO II

### DO QUADRO DE PESSOAS

Art. 5º O quadro de pessoal será organizado de acordo com cada projeto e/ou convênio firmado pela ABRADES.

## CAPÍTULO III

### DO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Art. 6º O recrutamento será por meio da divulgação das oportunidades de forma pública priorizando a prática do recrutamento interno possibilitando a participação de pessoas com deficiência, em atendimento as normatizações vigentes.

Parágrafo único – A ABRADES poderá contratar empresa especializada para recrutamento e seleção de pessoas, dependendo da necessidade do projeto/convênio firmado pela ABRADES.

Art. 7º O tipo de processo seletivo realizado será de acordo com a normatização aplicável conforme o projeto/convênio firmado pela ABRADES que se destina a contratação.

§ 1º A seleção de profissionais para contratação pela ABRADES poderá ser realizada por meio de processo seletivo simplificado.

§ 2º Fica vedada a participação em processo seletivo, de ex-empregado da ABRADES, cujo afastamento, por iniciativa da entidade, tenha ocorrido em prazo inferior a 06 (seis) meses.

Art. 8º A seleção para exercício de cargos de confiança, também poderá ser por meio

SEDE RIBEIRÃO PRETO  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Paranaapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarézinho, Ribeirão Preto/SP, CEP:  
14.051-290

FILIAL CURITIBA  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 80.240-200

Fone: 16 3325-2493

FILIAL SOROCABA  
Rua José Maria Hannickel, 150 – sala  
55 – Ed. Tóquio – Portal da Colina –  
CEP: 18047-360

2

Digitalizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/212780806228770301342>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-23  
Data: 08/06/2022 11:24:16  
Valor Total do Ato: R\$ 5,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38344-TT26;



Cartório

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-3404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

Vilber Azevêdo de M. Cavalcanti  
Thiagar



TJ/PB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Office de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Provisório nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



de processo seletivo simplificado.

**Parágrafo Único.** São considerados cargos de confiança: superintendente, diretor, gerente, coordenador, supervisor, responsável técnico e assessor.

#### CAPÍTULO IV

##### DA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO

**Art. 9º** A ABRADES poderá contratar pessoal por prazo determinado para atender às necessidades de cada projeto/convênio, bem como de acordo com o prazo de duração de cada projeto/convênio.

**§ 1º** A contratação prevista no *caput* do presente artigo se dará por prazo determinado, respeitando o período máximo de acordo com a normatização aplicável, ou por contrato de experiência o qual poderá ser prorrogado por igual período nos termos do Art. 445, parágrafo único da CLT.

**§ 2º** Para contratações emergenciais, que por definição são aquelas destinadas a atender necessidades transitórias e por prazo determinado, não será obrigatória a abertura de processo seletivo.

#### CAPÍTULO V

##### DO HORÁRIO DE TRABALHO

**Art. 10.** Todos os profissionais cumprirão carga horária conforme legislação específica de cada categoria profissional e segundo fixado em contrato de trabalho.

**§ 1º** Caso a jornada de trabalho dos empregados seja alterada por legislação federal específica, esta passará a ser adotada na ABRADES.

**§ 2º** Independentemente da modalidade de contratação, todos os empregados poderão ser convocados para cumprimento da jornada de trabalho contratual sob regime de escalas ou plantões, hipótese em que a apuração do número de horas trabalhadas e/ou plantões realizados se dará de forma mensal e/ou jornadas especiais como 12x36 ou

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Parapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP, CEP:  
14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 80.240-280

**FILIAL SOROCABA**  
Rua José Maria Hannickel, 150 – sala  
55 – Ed. Tóquio – Portal da Colina –  
CEP: 18047-360

Fone: 16 3325-2493

3

Digitalizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/212780806228770301342>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-24  
Data: 08/06/2022 11:24:18  
Valor Total do Ato: R\$ 6,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38345-9PRA;



**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-8404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

Valter Azevedo de M. Cavalcanti  
Tutor

TJ/PB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevedo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



5x1 entre outras, dependendo da necessidade de cada projeto/convênio firmado pela ABRADES.

**Art. 11.** Colaboradores com jornada diária de até 06 (seis) horas usufruirão intervalo de 15 (quinze) minutos, acima desta usufruirão intervalo de 1 (uma) hora de descanso e alimentação durante a jornada.

**Art. 12.** O registro da jornada de trabalho será feito, mediante adoção de controle eletrônico.

§ 1º Na impossibilidade da marcação eletrônica, o colaborador deverá justificar por meio do relatório de ocorrência de ponto, o qual deverá ser entregue ao setor de Recursos Humanos.

§ 2º Estarão desobrigados do registro da jornada de trabalho de forma eletrônica, os colaboradores contratados e designados ao exercício em cargos de confiança (livre provimento) de acordo com Art. 62 da CLT.

**Art. 13.** Atrasos e saídas antecipadas serão considerados injustificados e descontados do colaborador, quando ultrapassados 10 (dez) minutos em cada hipótese.

**Parágrafo Único.** Os colaboradores não poderão iniciar a jornada de trabalho com mais de uma hora de atraso sem autorização do superior imediato.

**Art. 14.** Ausências injustificadas estarão sujeitas a desconto salarial e as penalidades administrativas prevista em capítulo próprio, nos termos da lei de regência.

**Art. 15.** É obrigatória a obediência ao cumprimento de, no mínimo, intervalo de 11 (onze) horas consecutivas entre uma jornada e outra.

**Art. 16.** O trabalho em horário extraordinário deverá ser previamente autorizado pela gestão imediata e decorrer de absoluta necessidade.

## CAPÍTULO VI

### DO SOBREAVISO

**Art. 17.** O colaborador poderá prestar serviços em regime de sobreaviso, conforme

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Paranaapanema, 1343 - Sala 03 -  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-280

**FILIAL CURITIBA**  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde -  
Curitiba/PR CEP: 80.240-280

**FILIAL SOROCABA**  
Rua José Maria Hannickel, 150 - sala  
55 - Ed. Tókin - Portal da Colina -  
CEP: 18047-360

Fone: 16 3325-2493

4

Digitalizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/212780806228770301342>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-25  
Data: 08/08/2022 11:24:16  
Valor Total do Ato: R\$ 8,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38348-R2PC;



**Cartório Azevêdo Bastos**

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(51) 3244-3404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>

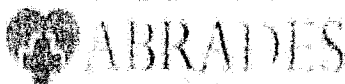
Valber Azevêdo de M. Cavalcanti  
Tribunal

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 08.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.





disposto na legislação trabalhista vigente, dependendo da necessidade do projeto/convenção firmado pela ABRADES.

**Art. 18.** A duração do sobreaviso não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas, exceto nos sábados, domingos e feriados, quando poderá ser de até 48 (quarenta e oito) horas.

**Art. 19.** No cumprimento do sobreaviso o colaborador será contatado exclusivamente por meio de aparelho telefônico móvel próprio ou fornecido pela ABRADES, não sendo exigida a permanência em sua residência.

**Art. 20.** A escala mensal de sobreaviso deve ser organizada previamente, devendo conter: data e horário em que estará à disposição, número do registro funcional e, meios para contato.

**Art. 21.** O colaborador deverá registrar no relógio de ponto as horas que compareceu sob o regime de sobreaviso.

**Parágrafo Único.** As horas que o colaborador comparecer em regime de sobreaviso serão remuneradas com adicional de horas extraordinárias e serão deduzidas das horas em que estava de sobreaviso naquele dia.

**Art. 22.** As horas que o empregado estiver de sobreaviso serão remuneradas a razão de 1/3 (um terço) do valor da hora do salário base do colaborador.

**Art. 23.** O regime de sobreaviso não poderá ser realizado durante a jornada normal de trabalho do colaborador.

## CAPÍTULO VII

### DA REMUNERAÇÃO

**Art. 24.** O colaborador tem direito ao salário ajustado como contraprestação dos seus serviços.

**§ 1º** A remuneração será depositada em conta corrente ou salário do colaborador, em

SEDE RIBEIRÃO PRETO  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Parapanema, 1343 - Sala 03 -  
Sumaré, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

FILIAL CURITIBA  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
- Curitiba/PR CEP: 80.240-280

Fone: 16 3325-2493

FILIAL SOROCABA  
Rua José Maria Hannickel, 150 - sala  
55 - Ed. Tóquio - Portal da Colina -  
CEP: 18047-360



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-28  
Data: 08/06/2022 11:24:16  
Valor Total do Ato: R\$ 5,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38347-WCWO;



**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-2404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>



Vilber Azevêdo de M. Cavalcanti  
Titular





agência bancária determinada pela ABRADES e o depósito implica automaticamente em recibo, na forma do parágrafo único do Art. 464 da CLT.

§ 2º O pagamento será realizado mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente.

§ 3º Eventuais erros ou diferenças deverão ser comunicados, ao Departamento de Recursos Humanos por escrito, imediatamente após o correspondente pagamento. O Departamento Pessoal, providenciará o reembolso nos termos da legislação vigente, desde que não ultrapasse o limite de 60 (sessenta) dias da data da ocorrência.

§ 4º O décimo terceiro salário será pago conforme legislação trabalhista vigente.

§ 5º O adicional de horas extras será pago conforme Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, sendo garantido o mínimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora do salário base.

## CAPÍTULO VIII

### DAS FÉRIAS

Art. 25. As férias dos colaboradores serão concedidas segundo programação da ABRADES, observada a necessidade do trabalho.

§ 1º Dependendo da particularidade, as férias poderão ser fragmentadas, sempre em observância aos limites legais.

§ 2º A critério da ABRADES até 1/3 (um terço) das férias a que tem direito o colaborador poderá ser convertido em abono pecuniário.

§ 3º Nos casos em que o colaborador adquirir o direito a férias, mas não as usufruir no mês programado, devido afastamento por licença médica, o Departamento Pessoal programará o período de fruição de acordo com a legislação específica e necessidade de trabalho.

§ 4º Não terá direito a férias o colaborador afastado por mais de seis meses e um dia, mesmo descontínuos, por auxílio doença ou acidente de trabalho ou licença sem

SEDE RIBEIRÃO PRETO  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Paranapanema, 1343 - Sala 03 -  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-280

FILIAL CURITIBA  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
- Curitiba/PR CEP: 80.240-280

Fone: 16 3325-2493

FILIAL SOROCABA  
Rua José Maria Hannickel, 150 - sala  
55 - Ed. Tólio - Portal da Colina -  
CEP: 18047-360

6

Digitalizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://setodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/212780806228770301342>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-27  
Data: 08/06/2022 11:24:16  
Valor Total do Ato: R\$ 5,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38348-SAJX;



CNPJ 10.857.726/0001-07

**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1143  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(51) 3244-5454 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>

Valber Azevedo de M. Cavalcanti  
Tutor



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevedo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



vencimentos durante o período aquisitivo, tendo início novo período aquisitivo a partir da data do retorno.

§ 5º A fruição das férias observará o disposto no artigo 130 da CLT.

Art. 26. A remuneração das férias levará em consideração o último salário do colaborador, bem como todas as incidências de natureza salarial a que ele tiver direito no período aquisitivo.

Parágrafo único. O colaborador remunerado por hora/plantão será remunerado com base na média salarial do período aquisitivo.

## CAPÍTULO IX

### DOS BENEFÍCIOS

Art. 27. Poderão ser instituídos benefícios aos colaboradores, a critério do Conselho Administrativo, respeitados aqueles previstos nas convenções ou acordos coletivos de trabalho das respectivas categorias profissionais.

## CAPÍTULO X

### DAS LICENÇAS E DOS AFASTAMENTOS

Art. 28. São consideradas licenças remuneradas para fins do presente regimento:

- I - licença maternidade;
- II - licença maternidade para mãe adotiva, na forma do artigo 392-A, da CLT;
- III - licença paternidade;
- IV - licença gala;
- V - licença luto, no caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica.
- VI - licença para tratamento de saúde, nos 15 (quinze) primeiros dias, a partir da emissão do atestado médico;
- VII - licença para doação de sangue, correspondente a 1 (um) dia de folga em cada doze meses, desde o último abono, com apresentação de atestado comprobatório, conforme artigo 473, inciso IV da CLT.

SEDE RIBEIRÃO PRETO  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Paranapanema, 1343 - Sala 03 -  
Sumaré, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

FILIAL CURITIBA  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
- Curitiba/PR CEP: 80.240-280

FILIAL SOROCABA  
Rua José Maria Hannickel, 150 - sala  
55 - Ed. Tóquio - Pôrta da Colina -  
CEP: 13047-360

Fone: 16 3325-2493

7

Digitalizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.us.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/212780806228770301342>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-28  
Data: 08/06/2022 11:24:16  
Valor Total do Ato: R\$ 5,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38349-LZO6



CI

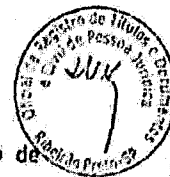
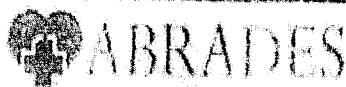
Cartório Azevêdo Bastos  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br  
<https://azevedobastos.net.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti  
Thaís

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provedor n° 100/2020 CNJ - artigo 22.



- VIII - licença para alistamento militar, na forma da lei.
- IX - licença por motivo de saúde de dependente primário com apresentação de atestado médico comprovando a necessidade.
- X - demais licenças previstas no artigo 473 da CLT.

Art. 29. Os períodos de licença deverão ser seguidos de acordo com a Convenção Coletiva aplicável a unidade.

Art. 30. Havendo a solicitação de licença sem remuneração esta será submetida à aprovação do Presidente da ABRADES na ausência deste o Vice-Presidente.

## CAPÍTULO XI

### DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 31. Os colaboradores serão avaliados anualmente, pelo superior direto, para fins de trajetória profissional e de gestão, para garantir que as competências dos profissionais sejam alinhadas às exigências do cargo.

Art. 32. A evolução e o desenvolvimento dos colaboradores ocorrerão a partir do alinhamento do seu perfil com as competências estabelecidas, respeitados os limites orçamentários e financeiros.

**Parágrafo Único.** Para que a Avaliação de Desempenho do colaborador seja realizada, é importante que o gestor utilize ferramentas como o feedback para correção ou reforço de comportamentos. O feedback deverá ser feito sempre que necessário, devendo ser registrado formalmente em formulário padrão e obrigatoriamente após o fechamento da Avaliação de Desempenho.

## CAPÍTULO XII

### DAS PROMOÇÕES

Art. 33. As promoções somente ocorrem dentro dos limites orçamentários e financeiros previstos, e se houver vaga no quadro funcional do projeto, salvo autorização expressa e justificada da Diretoria e se regulam da seguinte forma:

- a) cumprir todas as exigências do cargo pretendido;

SEDE RIBEIRÃO PRETO  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Paranapanema, 1343 - Sala 03 -  
Sumarézinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14 051-290

FILIAL CURITIBA  
CNPJ 10.857.725/0003-60  
Rua Candido Xavier, 338. Água Verde -  
Curitiba/PR CEP: 80.240-280

Fone: 16 3325-2493

FILIAL SOROCABA  
Rua José Maria Hannickel, 150 - sala  
55 - Ed. Tóquio - Portal da Colina -  
CEP: 18047-360

8

Digitalizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/212780806228770301342>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-29  
Data: 08/08/2022 11:24:16  
Valor Total do Ato: R\$ 6,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38350-ZYK1;



Cartório

**Cartório Azevêdo Bastos**

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1148  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

Váber Azevêdo de M. Cavalcanti  
Tribunal

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas, Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



- b) avaliação de desempenho;
- c) tempo de serviço (em caso de empate);
- d) aprovação em processo seletivo interno.

**Parágrafo Único.** Quanto melhor o conceito do empregado, tanto maior a possibilidade de promoção.

### CAPÍTULO XIII

#### DO SALÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO

**Art. 34.** O salário de substituição temporário ao ocupante do cargo afastado será mediante a solicitação prévia e aprovação do substituto pela Diretoria da ABRADES.

**§ 1º** Fica assegurada ao substituto do cargo de confiança a percepção do salário base do substituído, independente das verbas variáveis inerentes ao exercício profissional no local onde se der à substituição.

**§ 2º** O substituto não fará jus às verbas de natureza pessoal percebidas pelo substituído.

**§ 3º** O retorno do ocupante do cargo de confiança acarretará o retorno do substituto para a função de origem.

### CAPÍTULO XIV

#### DOS ACIDENTES DE TRABALHO

**Art. 35.** Cabe ao colaborador comunicar imediatamente ao seu superior imediato a ocorrência de acidente do trabalho, o qual encaminhará ao setor de recursos humanos para as devidas providências.

**Parágrafo Único.** No caso de acidente de trabalho "de percurso", o colaborador também fica obrigado a comunicar imediatamente o evento, por qualquer meio e apresentar o atestado médico original, se necessitar de afastamento, no prazo máximo de doze horas.

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Parapanema, 1343 - Sala 03 -  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Candido Xavier, 388, Agua Verde  
- Curitiba/PR CEP: 80.240-280

**FILIAL SOROCABA**  
Rua José Maria Hannickel, 150 - sala  
55 - Ed. Tóquio - Portal da Colina -  
CEP: 18047-360

Fone: 16 3325-2493

9

Digitalizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/212780806228770301342>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-30  
Data: 08/06/2022 11:24:16  
Valor Total do Ato: R\$ 5,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38351-75JQ;



CARTÓRIO

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Barro dos Estados, João Pessoa - PB  
(31) 3244-9404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>

Vilber Azevêdo de M. Cavalcanti  
Tutor



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



## CAPÍTULO XV

### DOS DEVERES

#### Art. 36. São deveres dos colaboradores:

- I - desempenhar com eficiência, presteza e atenção as atribuições de sua função;
- II - comunicar ao seu superior hierárquico qualquer irregularidade de que tiver ciência em razão de sua função;
- III - agir com ética e sigilo profissional;
- IV - ser assíduo e pontual;
- V - atender os pacientes, cuidadores, familiares, visitantes, colegas e demais prestadores de serviços com cordialidade e respeito, quando cabível;
- VI - manter discrição;
- VII - contribuir para que em seu local de trabalho e em suas dependências, sejam mantidos o respeito, a moralidade, a ordem, a higiene e a segurança;
- VIII - zelar pelas instalações, equipamentos e materiais, fazendo uso racional destes na realização de suas atividades;
- IX - realizar exame médico periódico, conforme calendário estabelecido pelo setor competente e com médico do trabalho indicado pela ABRADES;
- X - manter atualizado o cadastro funcional, inclusive com endereço, telefone e e-mail;
- XI - justificar faltas ao serviço, atrasos ou saídas antecipadas, dentro dos prazos estabelecidos;
- XII - comunicar a gestão imediata, quando não puder comparecer ao trabalho;
- XIII - observar e cumprir normas legais, regulamentares, superiores e administrativas da ABRADES;
- XIV - fazer uso da identificação funcional em serviço, de forma visível;
- XV - usar obrigatoriamente uniforme fornecido pela ABRADES obedecendo as normativas legais vigentes, quando cabível;
- XVI - fazer uso de equipamentos de proteção individual, conforme legislação vigente, quando cabível;
- XVII - zelar e conservar os equipamentos de proteção individual e as peças do uniforme recebido, quando cabível;
- XVIII - apresentar-se em condições adequadas, em termos de sua higiene pessoal e vestimentas;
- XIX - solicitar autorização prévia da gestão imediata no caso de ausência durante o expediente por motivos particulares. Deve ser realizado obrigatoriamente o registro de ponto na saída e entrada;

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Parapanema, 1343 - Sala 03 -  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
- Curitiba/PR CEP: 80.240-280

**FILIAL SOROCABA**  
Rua José Maria Hannickel, 150 - sala  
55 - Ed. Tólio - Portal da Colina -  
CEP: 18047-360

Fone: 16 3325-2493

10

Digitalizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/212780806228770301342>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-31  
Data: 09/06/2022 11:24:17  
Valor Total do Ato: R\$ 8,02  
Seio Digital Tipo Normal C: ANC38362-05W9;



Cartório Azevêdo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Baixo dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br  
<https://azevedobastos.net.br>



Valber Azevêdo de M. Cavalcanti  
Tutor

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



XX - frequentar os cursos e treinamentos definidos pela gestão imediata, visando o melhor desempenho.

## CAPÍTULO XVI

### DAS RESPONSABILIDADES

Art. 37. O colaborador é responsável:

- I - pelos prejuízos que causar à ABRADES por dolo, ignorância, indolência, negligência, imprudência, imperícia ou omissão;
- II - pelas faltas, danos, sonegações ou extravios que sofrerem os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos ao seu exame, provando-se que foram ocasionados por culpa ou negligência sua ou porque poderia ter sido evitado.

## CAPÍTULO XVII

### DAS PROIBIÇÕES

Art. 38. É proibido ao colaborador:

- I - o uso de boné nas dependências da ABRADES;
- II - o consumo de bebidas e alimentos fora das áreas indicadas para este fim, sendo terminantemente proibido o consumo de bebida alcoólica nas dependências da ABRADES, salvo em eventos festivos devidamente autorizados pela Diretoria da ABRADES;
- III - a prática de tabagismo em locais proibidos na ABRADES;
- IV - o uso de roupas transparentes, shorts, blusas decotadas, saias ou vestidos curtos e camisetas regatas;
- V - ausentar-se do serviço durante o expediente sem a devida autorização;
- VI - participar como sócio ou gerente de empresa que mantenha vínculo jurídico de qualquer natureza com a ABRADES;
- VII - exercer atividade político partidária no recinto da ABRADES;
- VIII - constituir-se procurador de usuários da ABRADES com o interesse de beneficiar terceiros, fazendo uso das prerrogativas de sua função;
- IX - dedicar-se a assuntos particulares durante o expediente;
- X - praticar atividade de comércio de qualquer natureza nas dependências internas da ABRADES tanto por parte de colaboradores quanto de terceiros, praticar usura em qualquer de suas formas, bem como praticar ou explorar rifas ou jogos de azar;

SEDE RIBEIRÃO PRETO  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Parapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarézinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

FILIAL CURITIBA  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Candido Xavier, 398, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 80.240-280

FILIAL SOROCABA  
Rua José Maria Hannickel, 150 – sala  
55 – Ed. Tólio – Portal da Colina –  
CEP: 18047-360

Fone: 16 3325-2493

11

Digitallizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://seiodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/212780806228770301342>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-32  
Data: 08/06/2022 11:24:17  
Valor Total do Ato: R\$ 8,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38363-ZISR



SECRETARIA

Cartório Azevêdo Bastos  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1149  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5204 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

Valter Azevêdo de M. Cavalcanti  
Tutor

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



- XI - referir-se de modo depreciativo, em informações, pareceres ou despachos, às autoridades e aos atos da administração;
- XII - retirar ou reproduzir, sem prévia autorização da gestão competente, qualquer documento ou objeto;
- XIII - valer-se da função para proveito pessoal;
- XIV - qualquer tipo de discriminação quanto à raça, cor, sexo, estado civil, por deficiência física, orientação política, origem social, propriedade, naturalidade, idade;
- XV - receber de partes, remuneração, comissão ou vantagem de qualquer espécie;
- XVI - Repassar a pessoas estranhas o desempenho de atribuições ou encargos que lhe competirem ou aos seus subordinados;
- XVII - manifestar-se, sem autorização da autoridade competente, em nome da ABRADES pela imprensa ou qualquer outro órgão de comunicação;
- XVIII - fazer uso do nome e/ou dos dados da ABRADES em trabalho de qualquer natureza, sem autorização competente;
- XIX - apresentar-se em serviço, após o uso de bebida alcoólica ou drogas ilícitas ou lícitas sem prescrição por profissional médico;
- XX - provocar discussão, desordem ou escândalo;
- XXI - desacatar qualquer autoridade da ABRADES;
- XXII - entrar ou permanecer, sem autorização, fora da jornada de trabalho, nas dependências da ABRADES;
- XXIII - exercer, mesmo fora das horas de trabalho, emprego ou função de empresa, estabelecimento ou instituições contratuais ou de dependência com a ABRADES;
- XXIV - porte de arma de qualquer natureza;

**Art. 39.** Pelo exercício irregular de suas atribuições, o colaborador responde civil, penal e administrativamente.

## CAPÍTULO XVIII

### DO REGIME DISCIPLINAR

**Art. 40.** Os colaboradores da ABRADES, estão sujeitos às seguintes penas disciplinares:

- I - advertência verbal;
- II - advertência escrita;
- III - suspensão;
- IV - rescisão do contrato por justa causa.

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Paranaíba, 1343 - Sala 03 -  
Sumaré/SP. CEP: 14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Cândido Xavier, 398, Água Verde  
- Curitiba/PR CEP: 80.240-280

Fone: 16 3325-2493

**FILIAL SOROCABA**  
Rua José Maria Hammickel, 150 - sala  
55 - Ed. Tólio - Portal da Colina -  
CEP: 18047-360



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-33  
Data: 08/06/2022 11:24:17  
Valor Total do Ato: R\$ 5,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38354-V8GZ;



**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epifânio Pessoa - 1145  
Baixo dos Eriséio, João Pessoa - PB  
(83) 3244-9404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>

Valter Azevêdo de M. Cavalcanti  
Tutor







§ 1º A aplicação do regime disciplinar tem como objetivo distinguir o erro humano do comportamento de risco e negligência, conciliando os conceitos a falta de culpa e a apropriada responsabilização.

§ 2º A pena de advertência verbal será aplicada no caso de falta de cumprimento de deveres funcionais.

§ 3º A pena de advertência escrita repreensão será aplicada no caso de reincidência de falta já punida com advertência verbal.

§ 4º A pena de suspensão será aplicada no caso de falta grave que não importe rescisão de contrato de trabalho por justa causa, devendo o ato fixar o prazo e a data do início do cumprimento da pena na forma da lei.

§ 5º A pena de rescisão de contrato por justa causa, será aplicada no caso de falta grave, de acordo com a legislação de regência.

§ 6º Todas as penas aplicadas aos colaboradores deverão ser formalizadas e anotadas em seu cadastro funcional.

Art. 41. As penas disciplinares serão aplicadas pela gestão imediata, devendo ser encaminhada a notificação ao Departamento Pessoal, devidamente assinada pelo colaborador e pela gestão imediata e arquivadas em seu cadastro funcional.

Parágrafo Único. Para fins previstos neste artigo a gestão imediata deverá enviar relatório circunstanciado ao Departamento Pessoal, com clara e concisa exposição da falta, bem como a indicação do colaborador por ela responsável, assim que tiver conhecimento dos fatos ou na primeira oportunidade após o ocorrido.

Art. 42. As irregularidades existentes por infração praticada pelos colaboradores da ABRADES, no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições da função que exerce, serão necessariamente apuradas por meio de processo disciplinar, assegurando ao acusado o direito à ampla defesa e ao contraditório, com a utilização de todos os meios e recursos admitidos em direito.

Art. 43. O processo disciplinar será conduzido por uma comissão constituída pela diretoria da ABRADES, a qual deverá consultar os superiores diretos do colaborador.

SEDE RIBEIRÃO PRETO  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Palanqueira 1343 - Sala 03 -  
Supermercado Ribeirão Preto-SP, CEP:  
14.051-290

FILIAL CURITIBA  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Candido Xavier, 388, Agua Verde  
- Curitiba/PR CEP: 80.240-200

Fone: 16 3325-2493

FILIAL SOROCABA  
Rua José Maria Hannickel, 150 - sala  
55 - Ed. Tóquio - Portal da Colina -  
CEP: 18047-380

13

Digitizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/212780806228770301342>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-34  
Data: 08/06/2022 11:24:17  
Valor Total do Ato: R\$ 5,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38355-M8GP.



3 11 3 3 11 3 3

Cartório Azevedo Bastos  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>

Valter Azevedo de M. Cavalcanti  
Tutor

TJ/PB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevedo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provisimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



## CAPÍTULO IX

### DA RESCISÃO DE CONTRATO

**Art. 44.** A rescisão do contrato de trabalho do colaborador da ABRADES poderá ocorrer por ato unilateral, em qualquer hipótese motivada.

**Art. 45.** A solicitação de demissão sem justa causa deverá ser comunicada pelo gestor ao Departamento Pessoal.

**Art. 46.** Nas demissões por iniciativa do colaborador, este deverá formalizar por escrito diretamente ao superior hierárquico, que deverá comunicar imediatamente ao Departamento Pessoal.

**Art. 47.** Conforme determinam os artigos 487, 488 e parágrafos da CLT, a parte que tomar a iniciativa da rescisão do contrato de trabalho por prazo indeterminado deverá informar a outra por meio de carta, com antecedência mínima de trinta dias.

**Art. 48.** Do cumprimento do aviso prévio:

- a) Para pedido de demissão o cumprimento do aviso prévio é facultado ao colaborador, estando este ciente de que o não cumprimento poderá acarretar descontos previstos em lei.
- b) Para dispensa sem justa causa o aviso prévio poderá ser trabalhado ou indenizado a critério da ABRADES. No caso de aviso prévio trabalhado, o colaborador deverá cumprir todos os dias com a opção de redução de 02 (duas) horas diárias ou 07 (sete) dias corridos e as demais faltas e/ou atrasos poderão ser descontados conforme previsto em lei. Exceto se comprovar seu enquadramento em outro emprego, ocasião em que a ABRADES se desobriga da indenização do tempo restante do aviso prévio.

**Parágrafo Único** - Para efeito de aviso prévio considera-se 30 (trinta) dias corridos.

SEDE RIBEIRÃO PRETO  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Parapanema 1343 - Sala 03 -  
Sumaré/SP. Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14 051-290

FILIAL CURITIBA  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
- Curitiba/PR CEP: 80.240-280

FILIAL SOROCABA  
Rua José Maria Hannickel, 150 - sala  
55 - Ed. Tóquio - Portal da Colina -  
CEP: 18047-360

Fone: 16 3325-2493

14

Digitalizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/212780806228770301342>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-36  
Data: 08/06/2022 11:24:17  
Valor Total do Ato: R\$ 6,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38356-JQOQ



COPIA

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>

Válter Azevêdo de M. Cavalcanti  
Tribunal

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provisório nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



## CAPÍTULO XX

### DA APOSENTADORIA

Art. 49. Os colaboradores que obtiverem a concessão da aposentadoria de qualquer tipo, deverão comunicar o fato ao Departamento Pessoal, de imediato e por escrito, para que se proceda ao controle e arquivo na pasta funcional.

Parágrafo Único. A ausência da comunicação, na forma do caput deste artigo, implica em falta funcional e sujeita o colaborador às punições na forma de lei.

## CAPÍTULO XXI

### DA DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 50. O presente Regimento deverá ser lido integralmente por todos os colaboradores, não sendo escusável o desconhecimento de seus termos, o qual se encontra disponível no sítio eletrônico da ABRADES: [www.abrades.med.br](http://www.abrades.med.br)

Art. 51. O presente Regimento poderá ser modificado a qualquer momento por decisão da Diretoria Executiva e aprovação do Conselho Administrativo, respeitada a legislação vigente e a necessidades da instituição.

Art. 52. Os casos omissos neste Regimento serão analisados pela Diretoria.

Art. 53. Este Regimento, aprovado pela Presidência e Conselho Administrativo, entrará em vigor na data da sua assinatura.

Ribeirão Preto, 04 de junho de 2021.

  
EMERSON TADEU GONÇALVES RICCI

PRESIDENTE ABRADES

SEDE RIBEIRÃO PRETO  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Parapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarézinho, Ribeirão Preto/SP. CEP.  
14.051-290

FILIAL CURITIBA  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Candido Xavier, 308, Água Verde  
- Curitiba/PR CEP: 80.240-280

FILIAL SOROCABA  
Rua José Maria Hannickel, 150 – sala  
55 – Ed. Tólio – Portal da Colina –  
CEP: 18047-360

Fone: 16 3325-2493

15

Digitalizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/212780806228770301342>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-36  
Data: 08/06/2022 11:24:17  
Valor Total do Ato: R\$ 5,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38367-XFZS:



212780806228770301342

Cartório Azevedo Bastos  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<http://azevedobastos.net.br>

Válter Azevedo de M. Cavalcanti  
Tutor

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevedo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



## CAPÍTULO XX

### DA APOSENTADORIA

**Art. 49.** Os colaboradores que obtiverem a concessão da aposentadoria de qualquer tipo, deverão comunicar o fato ao Departamento Pessoal, de imediato e por escrito, para que se proceda ao controle e arquivo na pasta funcional.

**Parágrafo Único.** A ausência da comunicação, na forma do caput deste artigo, implica em falta funcional e sujeita o colaborador às punições na forma de lei.

## CAPÍTULO XXI

### DA DISPOSIÇÃO FINAL

**Art. 50.** O presente Regimento deverá ser lido integralmente por todos os colaboradores, não sendo escusável o desconhecimento de seus termos, o qual se encontra disponível no sítio eletrônico da ABRADES: [www.abrades.med.br](http://www.abrades.med.br)

**Art. 51.** O presente Regimento poderá ser modificado a qualquer momento por decisão da Diretoria Executiva e aprovação do Conselho Administrativo, respeitada a legislação vigente e a necessidades da instituição.

**Art. 52.** Os casos omissos neste Regimento serão analisados pela Diretoria.

**Art. 53.** Este Regimento, aprovado pela Presidência e Conselho Administrativo, entrará em vigor na data da sua assinatura.

Ribeirão Preto, 04 de junho de 2021.

**EMERSON TADEU GONÇALVES RICCI**

**PRESIDENTE ABRADES**

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Perópanema, 1543 - Sala 03 -  
Sumaré/SP CEP: 14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Cândido Xavier, 398, Água Verde  
- Curitiba/PR CEP: 80.240-280

Fone: 16 3325-2493

**FILIAL SOROCABA**  
Rua José Maria Hannickel, 150 - sala  
55 - Ed. Tônia - Portal da Colina -  
CEP: 18047-360

15

Digitalizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/212780806228770301342>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-37  
Data: 08/06/2022 11:24:17  
Valor Total do Ato: R\$ 8,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38358-RM7H;



**Cartório Azevêdo Bastos**

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1148  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(51) 3344-5404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>



Váber Azevêdo de M. Cavalcanti  
Tutor



TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



## PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

Junho de 2021

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Parapanema, 1343 - Sala 03 -  
Sumarézinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
- Curitiba/PR CEP: 80.240-280

Fone: 16 3325-2493

**FILIAL SOROCABA**  
Rua José Maria Hannickel, 150 - sala  
55 - Ed. Tóquio - Portal da Colina -  
CEP: 18047-360

1

Digitalizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/212780806228770301342>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-38  
Data: 08/06/2022 11:24:17  
Valor Total do Ato: R\$ 5,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38359-IBUR;



CH

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(33) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br  
<https://azevedobastos.not.br>

Valor Azevêdo de M. Caralcani  
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



## 1. Introdução

Um seguimento importante de uma organização está na qualidade e dedicação de seus recursos humanos, sendo a política de desenvolvimento e salários uma diretriz fundamental na construção de relações de trabalho sustentáveis, guiadas por princípios éticos e de valorização das equipes.

Este Plano de Cargos e Salários tem o objetivo de nortear as contratações e práticas salariais, definindo alinhamento institucional, porém mantendo capacidade de adaptar-se às características e condições específicas de cada projeto apoiado.

Os cargos previstos neste Plano são condizentes com a execução de projetos na área da saúde, contemplando as funções assistenciais, de gestão e apoio.

## 2. Objetivos do Plano de Cargos

- a) Criar regras de remuneração salarial e possibilidade de desenvolvimento para os colaboradores contratados, respeitando as legislações vigentes e projetos apoiados;
- b) Oferecer oportunidades de desenvolvimento interno aos colaboradores;
- c) Criar mecanismos para atrair, manter, desenvolver e engajar profissionais;

## 3. Dos Cargos e Parâmetros de Remuneração

Os cargos/funções definidas na estrutura do Plano correspondem às profissões comuns para o setor saúde, nas atividades assistenciais, de gestão e apoio administrativo e operacional.

Os parâmetros de remuneração por função são definidos como faixas referenciais na medida em que devem se adequar às condições de legislação sindical e/ou de categoria das respectivas regiões onde os projetos são executados, bem como condições econômicas e financeiras dos mesmos.

A criação de novos cargos pode ser realizada de acordo com necessidade dos projetos e submetido à aprovação do Conselho de Administração.

A tabela salarial deverá ser atualizada em função da legislação vigente (Convenção, Acordo Coletivo de Trabalho, dentre outras) e quando se fizer necessário.

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Paranaíba, 1343 – Sala 03 –  
Sumaré/SP, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290.

**FILIAL CURITIBA**  
CNPJ 10.857.720/0003-60  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
- Curitiba/PR CEP: 80.240-280

**FILIAL SOROCABA**  
Rua José Maria Hannickel, 150 – sala  
55 – Ed. Tóquio – Portal da Colina –  
CEP: 18047-380

Fone: 16 3325-2493



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-39  
Data: 08/08/2022 11:24:17  
Valor Total do Ato: R\$ 5,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38380-BMLV;



**Cartório Azevedo Bastos**

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(51) 3244-5454 - cartorio@azevedobastos.net.br  
<https://azevedobastos.net.br>



Václav Azevedo de M. Cavalcanti  
Tutor





Para funções gerais administrativas, levou-se em conta critérios de instrução (escolaridade formal), necessidade de experiência prévia (exercício prático na função/atividade) e complexidades das atividades executadas (grau de dificuldade e impacto da atividade na operação).

A relação de cargos/funções e remuneração referencial está no Anexo I.

### 3.1 – Funções de Coordenação e Liderança

As funções de coordenação são de livre provimento e o seu preenchimento deve observar os requisitos técnicos e de formação compatíveis com as exigências dos cargos.

A funções de Coordenação estão definidos no Anexo II com os parâmetros de remuneração referencial correspondente.

### 4. Diretrizes para o Desenvolvimento dos Colaboradores

O desenvolvimento dos colaboradores dentro da Instituição deve ser estimulado e sempre que possível, seguir critérios de progressão salarial. Contudo, considerando a natureza das contratações da ABRADES, voltados à gestão de recursos públicos, a progressão deve obedecer as condições de execução e possibilidades econômicas financeiras de cada projeto.

Quando os projetos permitirem, o desenvolvimento poderá se dar por Progressão Horizontal e Progressão Vertical.

Os colaboradores deverão possuir pelo menos 12 meses de vínculo com a ABRADES para avaliação com vistas a progressão. As avaliações serão anuais em períodos definidos pelo Departamento de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas.

#### 4.1 - Progressão Horizontal

É a elevação do nível salarial, permanecendo o colaborador na mesma classe. Esta progressão será concedida por merecimento, considerando os seguintes critérios:

- Conhecimento técnico;
- Conhecimento da organização /negócio;
- Competências sociais/relações humanas;
- Resultados alcançados;
- Autonomia para tomada de decisão;

SEDE RIBEIRÃO PRETO  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Parapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14 051-290

FILIAL CURITIBA  
CNPJ 10.857.726/0003-80  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 80.240-280

FILIAL SOROCABA  
Rua José Maria Hannickel, 150 – sala  
55 – Ed. Tócio – Portal da Colina –  
CEP: 18047-360

Fone: 16 3325-2493

3

Digitalizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/212780806228770301342>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-40  
Data: 08/06/2022 11:24:17  
Valor Total do Ato: R\$ 6,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38361-UJ0IN;



Cartório

Cartório Azevedo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(03) 3244-9406 - cartorio@azevedobastos.not.br  
<https://azevedobastos.not.br>

Valter Azevedo de M. Cavalcanti  
Tutor



TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevedo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas, Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



- Intensidade da influência e;
- Assiduidade do empregado no trabalho desenvolvido.

#### 4.2 Progressão Vertical

Consiste na mudança do nível de classe de cargo ocupada para um de nível imediatamente superior, mediante satisfação dos seguintes itens:

- Crescimento da complexidade das tarefas desempenhadas pelo colaborador;
- Possuir formação acadêmica e cursos necessários para a ocupação do novocargo;
- Resultados alcançados.

#### 5. Sistema de Remuneração

O sistema de remuneração da ABRADES será composto por:

a) Salário base correspondente ao salário básico ou inicial definido em contrato de trabalho, sem o acréscimo de importâncias fixas ou variáveis específicas, com as quais se completa a remuneração global dos empregados.

b) Remuneração representa o somatório dos valores correspondente ao nível salarial, acrescido dos adicionais e demais valores recebidos pelo empregado.

Os salários a serem praticados nas contratações para execução de projetos geridos pela ABRADES devem seguir os valores das convenções coletivas da categoria do município/região/estado onde o projeto se situar.

Para as categorias das profissões regulamentadas, além da observância da convenção da categoria majoritária, os salários seguirão no mínimo os pisos estaduais/nacionais e/ou média de mercado da região.

Para as funções/cargos não existentes na convenção, os salários serão definidos com base na média de mercado da região para funções idênticas ou similares.

#### 6. Parâmetros de remuneração de função gerencial

A ABRADES institui os seguintes parâmetros de remuneração para as funções de coordenação, a saber:

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 80.240-280

**FILIAL SOROCABA**  
Rua José Maria Hannickel, 150 – sala  
55 – Ed. Tóquio – Portal da Colina –  
CEP: 18047-360

Fone: 16 3325-2493

4

Digitalizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/212780806228770301342>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-41  
Data: 08/06/2022 11:24:17  
Valor Total do Ato: R\$ 5,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38382-HZX8;



Cartório

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>

Valter Azevêdo de M. Cavalcanti  
Título

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provisório nº 100/2020 CNJ - artigo 22.





# ABRADES



1. Coordenações Técnicas e Administrativas: 40% (quarenta por cento) sobre o salário base da categoria profissional do município/Região/estado em que o projeto é realizado;

2. Líder de Setor: 20% (vinte por cento) sobre o maior salário do setor/área

3. Coordenador Geral da Unidade/Projeto: valor definido conforme o perfil e porte da unidade/projeto apoiado (ex.: Hospital, Unidade de Urgência e Emergência, Unidade Básica de Saúde, etc.).

## 7. Disposições Gerais

A estrutura de cargos e funções deverá ser atualizada periodicamente a fim de mantê-la alinhada com as práticas de mercado e garantir o seu equilíbrio interno. Essa atualização se dará por meio de instrumentos técnicos específicos (descrição, análise e avaliação), adequando-os às respectivas funções/cargos.

A alteração salarial deve ser aprovada pela Diretoria e após aprovadas, comunicada ao Departamento de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas. Terão vigência a partir do primeiro dia do mês subsequente a aprovação do pedido.

As alterações funcionais ou salariais serão informadas ao colaborador beneficiado por meio de comunicação interna ou meio eletrônico, somente após aprovação. Esta forma de comunicação não se aplica aos casos de correção salarial decorrentes de Lei, dissídios, acordos coletivos ou reajustes espontâneos.

Os casos, inclusive cargos e funções omissos no presente documento serão analisados pela área de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas, submetidos à Diretoria Executiva para apreciação.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

ABRADES

SEDE RIBEIRÃO PRETO  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarézinho, Ribeirão Preto/SP, CEP:  
14 051-290

FILIAL CURITIBA  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Cândido Xavier, 388, Água Verde  
- Curitiba/PR CEP: 80.240-280

Fone: 16 3325-2493

FILIAL SOROCABA  
Rua José Maria Hannickel, 150 – sala  
55 – Ed. Tóquio – Portal da Colina –  
CEP: 18047-360

5

Digitalizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/212780806228770301342>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-42  
Data: 08/06/2022 11:24:18  
Valor Total do Ato: R\$ 5,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38363-85V1;



2  
3  
4  
5

Cartório Azevedo Bastos  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(51) 3244-2404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>

Valdir Azevedo de M. Cavalcanti  
Tutor



TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevedo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



FUNÇÕES ASSISTENCIAIS
ASSISTENTE SOCIAL
ENFERMEIRO(A)
ENFERMEIRO(A) URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
ENFERMEIRO(A) ASSISTENCIAL DIARISTA
ENFERMEIRO(A) ASSISTENCIAL PLANTONISTA
ENFERMEIRO(A) UTI
FARMACEUTICO(A)
FISIOTERAPEUTA
NUTRICIONISTA
PSICOLOGO(A)
TECNICO(A) ENGENHARIA CLÍNICA
TECNICO(A) DE ENFERMAGEM
TECNICO(A) DE ENFERMAGEM PLANTONISTA
TÉCNICO(A) ENFERMAGEM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

<b>FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS</b>
<b>ANALISTA I</b>
<b>ANALISTA II</b>
<b>ANALISTA III</b>
<b>APOIO ADMINISTRATIVO</b>
<b>ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I</b>
<b>ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II</b>
<b>ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III</b>
<b>AUXILIAR DE ALMOXARIFADO</b>
<b>AUXILIAR DE FARMACIA</b>
<b>AUXILIAR DE LAVANDERIA</b>
<b>CONTROLADOR(A) ACESSO</b>
<b>COPEIRO(A)</b>

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Paranápaterna, 1343 – Sala 03 –  
Bomazinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14 051-290

**FILIAL CURITIBA**  
**CNPJ 10.857.726/0003-60**  
 Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
 - Curitiba/PR CEP: 80.240-280

**FILIAL SOROCABA**  
Rua José Maria Hannickel, 150 - sala  
55 - Ed. Tóquio - Portal da Colina -  
CEP: 18047-360

Phone: 16 3325-2493

• **Effect of**

Digitalizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/212780806228770301342>



## CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-43  
Data: 08/08/2022 11:24:18  
Valor Total do Ato: R\$ 5,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38384-OAQ5:



11 00 000 2

**Cartório Azevêdo Bastos**

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
 Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
 (83) 3244-8404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>



Valter Azevedo de M. Gualcam



10

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



## ANEXOS II

FUNÇÕES DE COORDENAÇÃO E LIDERANÇA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO
COORDENADOR ENFERMAGEM
COORDENADOR FINANCEIRO
COORDENADOR GERAL
COORDENADOR MÉDICO
COORDENADOR MULTIDISCIPLINAR

**SEDE RIBEIRÃO PRETO**  
CNPJ: 10.857.726/0001-07  
Av. Paranapanema, 1343 – Sala 03 –  
Sumarezinho, Ribeirão Preto/SP. CEP:  
14.051-290

**FILIAL CURITIBA**  
CNPJ 10.857.726/0003-60  
Rua Candido Xavier, 388, Água Verde  
– Curitiba/PR CEP: 60.240-280

Fone: 16 3325-2493

**FILIAL SOROCABA**  
Rua José Maria Hannickel, 150 – sala  
55 – Ed. Tócio – Pontal da Colina –  
CEP: 13047-360

7

Digitalizado com CamScanner

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/212780806228770301342>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 212780806228770301342-44  
Data: 08/06/2022 11:24:18  
Valor Total do Ato: R\$ 6,02  
Selo Digital Tipo Normal C: ANC38385-8JIR;



SECRETARIA

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1148  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos3.not.br>

Valter Azevêdo de M. Cavalcanti  
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em quarta-feira, 8 de junho de 2022 11:33:00 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



**DECLARAÇÃO**

Declaro para todos os fins que os documentos apresentados conferem com o original, nos termos da Lei 11.382/2006, c/c art. 425 do CPC.

CAMILE

ISHIWATARI:17208986851

Assinado de forma digital por  
CAMILE ISHIWATARI:17208986851  
Data: 2022.10.19 16:25:27 -03'00'

**Camile Ishiwatari**  
**OAB/SP 233.630**

